



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

Júlio Matzenbacher Zampietro

**Entre Sistema Hegemônico e “dictadura perfecta”: Ideias de
Democracia no México da transição (1968-1988)**

CAMPINAS

2025

Júlio Matzenbacher Zampietro

Entre Sistema Hegemônico e “dictadura perfecta”: Ideias de Democracia no México da Transição (1968-1988)

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em História, na Área de Cultura, Memória e Visualidades.

Orientador: prof. Dr. José Alves de Freitas Neto

ESTE TRABALHO CORRESPONDE
À VERSÃO FINAL DA
DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO
ALUNO JÚLIO MATZENBACHER
ZAMPIETRO, E ORIENTADA PELO
PROF. DR. JOSÉ ALVES DE
FREITAS NETO.

CAMPINAS

2025

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Adriana de Araujo Neitzel - CRB 010393

Z149e Zampietro, Júlio Matzenbacher, 1996-
Entre Sistema Hegemônico e “Dictadura Perfecta” : ideias de democracia no México da transição (1968-1988) / Júlio Matzenbacher Zampietro. – Campinas, SP : [s.n.], 2025.

Orientador: José Alves de Freitas Neto.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. México - Política e governo - 1968-1988. 2. História intelectual. 3. Democracia. I. Freitas Neto, José Alves de, 1971-. II. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações complementares

Título em outro idioma: Between Hegemonic System and “Perfect Dictatorship” : ideas of democracy in Mexico during the transition (1968–1988)

Palavras-chave em inglês:

Mexico - Politics and government - 1968-1988

Intellectual history

Democracy

Área de concentração: História

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora:

José Alves de Freitas Neto [Orientador]

Ivia Minelli

Larissa Jacheta Riberti

Data de defesa: 14-03-2025

Programa de Pós-Graduação: História

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS: 16. Paz, justiça e instituições eficazes

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-2521-4465>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/1135002694128703>

Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto

Profa. Dra. Ivía Minelli

Dra. Larissa Jacheta Riberti

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

AGRADECIMENTOS

A gênese de um texto nunca é um processo simples. Entre escritas, reescritas, leituras e releituras, é impossível escrever um longo texto historiográfico que não esteja profundamente marcado pelo pessoal. Seja nas pequenas escolhas, como as palavras mais adequadas para descrever determinado posicionamento político, seja nas mais substanciais, como a decisão entre o que ler e o que (infelizmente e por motivos de tempo) deixar de lado, uma dissertação surge sob o signo das opiniões pessoais de seu escritor. Pessoal como, de certa forma, o fazer historiográfico o é: a ciência do verossímil é marcada pelo presente histórico, por suas lutas e disputas. Este é um *mea culpa*: o resultado de três anos de pesquisa, as próximas cento e poucas páginas, conterão erros que só eu poderia cometer.

No entanto, se a pesquisa historiográfica é um processo individual, não é de longe tão solitária quanto pode parecer à primeira vista. Se escrevi o que escrevi, foi contando com o apoio de dezenas de pessoas, desde família até amigos e colegas. A eles, agradeço imensamente. Agradeço em primeiro lugar à minha família, meus pais Evanir e Linei, meu irmão Rafael, minha tia Vera e minha vó Dorildes. Sem seu apoio, jamais teria chegado aonde cheguei. Agradeço também à minha companheira Dara, por sua paciência em discutir longamente temas tão áridos quanto as particularidades de um conceito mexicano de democracia e as peculiaridades do pensamento político de Carlos Fuentes. Seu suporte incansável é o que me move a fazer o meu melhor.

Agradeço também aos meus amigos, novos e antigos: sem nossas conversas, nosso espaço para refletir sobre o mais abstrato e o mais pragmático, jamais encontraria a paz de espírito necessária para levar a cabo uma pesquisa de tal complexidade. Em particular, agradeço a Matheus Martins e Maria Clara Figueiredo por seus comentários, críticas e sugestões em diversas fases de minha pesquisa. Também não posso deixar de agradecer ao apoio e paciência de Gustavo Fernandes, Luiz Estevam, José Ferreira, Rafael Pavani, Eduardo Andrés, Renan Rozada, Mariza de Campos, Bruna Perrotti, Raquel Lanzoni e Gustavo Lucena, que contribuíram, cada um à sua maneira, para uma dissertação mais crítica.

Agradeço também ao meu orientador, José Alves. Sua dedicação e presença abriram várias portas que, não fossem por ele, continuariam fechadas até hoje. Em particular, agradeço ao espaço para o pensamento criativo que sua orientação me proporcionou, assim como aos momentos em que seus comentários me trouxeram pontos de vista que eu inevitavelmente não havia considerado. Sem o professor, as páginas que seguem seriam menos reflexivas e mais rasas do que se tornaram.

Em meu tempo de mestrado, tive o privilégio de passar um período de três meses na Cidade do México, momento que tanto me ensinou sobre essa cultura riquíssima e sua história. Nesse período, tive conversas iluminadoras com o professor Alberto Del Castillo Troncoso e com Cristhian Gallegos, e agradeço a ambos a dedicação com a qual receberam minhas hipóteses mirabolantes sobre o meio intelectual mexicano. Agradeço em particular a Alberto por me orientar nos tortuosos caminhos da política mexicana na segunda metade do século XX, e a Cristhian por sua paciência em me acompanhar por aventuras pela Cidade do México e me mostrar tantas de suas particularidades e suas vivências.

Agradeço aos membros de minha banca de qualificação, os professores Ivía Minelli e Caio Pedrosa, cujo insight e comentários contribuíram apenas positivamente para que o presente texto se aproximasse do que é esperado de uma dissertação. Agradeço antecipadamente também à banca de defesa, as professoras Ivía Minelli e Larissa Riberti, pela disposição de levar a sério o que sinto ser apenas conjecturas. Espero que gostem.

Por fim, agradeço às instituições que permitiram que minha pesquisa fosse possível. Em primeiro lugar, àquelas que me deram acesso aos seus acervos: ao Grupo Salinas e à UNAM por disponibilizarem versões digitais das revistas *Plural* e *Cuadernos Políticos*, respectivamente, e ao *Colegio de México* e *Instituto Mora*, por conceder acesso à revista *Vuelta* em seus exemplares físicos. Enfim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES – Código de Financiamento 001) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo suporte financeiro para a realização desta dissertação (processo no. 2022/01449-0). Agradeço ainda ao parecerista anônimo da Fapesp: sua recomendação de inclusão da revista *Vuelta* em minha análise mais do que dobrou o trabalho necessário para realizá-la; no entanto, sem ela, a dissertação como um todo deixaria de fazer sentido.

RESUMO

Esta dissertação se debruça sobre debates acerca das possibilidades de democracia no México entre 1968 e 1988, em meio ao longo processo de transição democrática vivido pelo país nas décadas seguintes a 1968. O estudo foi conduzido a partir da análise da produção intelectual de dois grupos distintos no escopo cronológico proposto, como surgida nas páginas das revistas *Plural* (1971-76), *Vuelta* (1976-1998), e *Cuadernos Políticos* (1974-1990). Para além das idas e vindas naturais aos fatos políticos e ao pensamento intelectual em um período tão abrangente, algumas conclusões importantes foram extraídas. Quanto ao primeiro grupo, formado em torno da figura de Octavio Paz (*Plural* e *Vuelta*), foi possível traçar um itinerário conceitual que se inicia pelo argumento por um socialismo democrático de corte francês, passa por uma crise conforme os eventos políticos demonstram ao grupo que o Estado mexicano é incontornável quando se trata de democratização, e termina pelo argumento em favor da “democracia sem adjetivos”, interpretação do termo voltada a questões eleitorais. Já o segundo grupo (*Cuadernos Políticos*), de origem marxista em seu pensamento, passa por um movimento distinto. Se inicialmente argumentaram pela democratização sindical como caminho político ideal para o México de seu momento, a mudança de conjuntura ao final da década de 1970 também trouxe uma crise a partir da percepção de inviabilização desse caminho. Em resposta, os intelectuais que publicaram em *Cuadernos Políticos* se voltaram à mobilização da sociedade civil organizada como maneira de contornar um Estado que, até aquele momento, se mostrava incontornável. O resultado desta dissertação nos permite concluir que a análise dos ideários democráticos de ambos os grupos reafirma a centralidade das décadas de 1970 e 1980 para se pensar os projetos democratizantes e a democracia eventualmente atingida no país, na medida em que foi possível traçar a genealogia de ideias que se mantêm em debate na esfera política mexicana até os dias de hoje.

Palavras-chave: México – Política e governo – 1968-1988; história intelectual; democracia.

ABSTRACT

This dissertation delves into debates regarding the possibilities of democracy in Mexico between 1968 and 1988, amid the country's long process of democratic transition in the decades following 1968. The study was conducted through an analysis of the intellectual production of two distinct groups within the proposed chronological scope, as it emerged in the pages of the magazines *Plural* (1971-76), *Vuelta* (1976-1998), and *Cuadernos Políticos* (1974-1990). Beyond the natural ebbs and flows of political events and intellectual thought over such an extensive period, some important conclusions were drawn. Regarding the first group, formed around the figure of Octavio Paz (*Plural* and *Vuelta*), it was possible to trace a conceptual trajectory that begins with an argument for a French-style democratic socialism, then undergoes a crisis as political events reveal to the group that the Mexican state is unavoidable in matters of democratization, and ultimately culminates in an argument in favor of "democracy without adjectives," an interpretation of the term focused on electoral issues. The second group (*Cuadernos Políticos*), whose thought was rooted in Marxism, followed a different path. Initially advocating for union democratization as the ideal political course for Mexico at the time, the changing political context at the end of the 1970s also brought a crisis, stemming from the perception that this approach had become unfeasible. In response, the intellectuals publishing in *Cuadernos Políticos* turned to the mobilization of organized civil society as a way to circumvent a state that, until then, had appeared insurmountable. The findings of this dissertation allow us to conclude that the analysis of the democratic ideologies of both groups reaffirms the centrality of the 1970s and 1980s in shaping democratization projects and the democracy ultimately achieved in the country. This is because it was possible to trace the genealogy of ideas that remain at the heart of political debates in Mexico to this day.

Keywords: Mexico – Politics and government – 1968-1988; intellectual history; democracy.

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1 - Teorias da democracia, caminhos da transição	26
1. Democracia e transição democrática	26
2. Três teorias de democracia e seus efeitos para o contexto mexicano	27
a. Teoria minimalista-elitista	40
b. Democracia liberal	47
c. Democracia participativa	52
3. Internacionalismo e campos acadêmicos	59
Capítulo 2 - O desencantamento em <i>Plural</i> e <i>Vuelta</i>	75
1. O que são grupos no contexto de revistas culturais	75
2. Os significados da democracia no contexto mexicano	78
a. Democracia em <i>Cuadernos Políticos</i>	78
b. Democracia em <i>Plural</i>	86
c. Democracia em <i>Vuelta</i>	90
3. Estado e pessimismo nas páginas de <i>Plural</i> e <i>Vuelta</i>	97
Capítulo 3 - O desencantamento em <i>Cuadernos Políticos</i>	104
1. Democracia e Estado mexicano na década de 1980	104
a. Democracia em <i>Vuelta</i>	104
b. Democracia em <i>Cuadernos Políticos</i>	118
2. Pessimismo, descentralização, liberdade	127
Conclusão - Democracia e transição	139
Referências bibliográficas	149
Apêndice biográfico	172

Introdução

A presente dissertação se debruça sobre debates acerca das possibilidades de democracia no México entre 1968 e 1988, em meio ao longo processo de transição democrática vivido pelo país nas décadas seguintes a 1968. Em particular, são analisados argumentos dessa natureza publicados em três revistas culturais mexicanas: *Plural* (1971-76), *Vuelta* (1976-1998), e *Cuadernos Políticos* (1974-1990). As duas primeiras foram editadas por um grupo formado em torno da figura de Octavio Paz, intelectual central para se pensar o debate político mexicano neste momento. Em seu conjunto, as páginas de *Plural* e *Vuelta* foram inicialmente povoadas pelo argumento por um socialismo democrático de corte francês, um ideário que encontra sua crise na transição de uma revista a outra conforme os eventos políticos demonstram ao grupo que o Estado mexicano é incontornável quando se trata de democratização. Em meados da década de 1980, o grupo encontra uma solução para essa crise na forma do argumento pela “democracia sem adjetivos” interpretação do termo voltada à democratização do Estado pela via eleitoral. Já o segundo grupo, responsável por editar *Cuadernos Políticos*, tinha origem marxista em seu pensamento, e a trajetória de seus intelectuais o leva a passar por um movimento distinto do que é visto nas outras duas revistas. Se durante boa parte da década de 1970 esses intelectuais marxistas argumentaram pela democratização sindical como caminho político ideal para o México de seu momento, a mudança de conjuntura ao final da década também trouxe uma crise a partir da percepção de inviabilização desse caminho. Em resposta, os textos publicados em *Cuadernos Políticos* se voltaram à mobilização da sociedade civil organizada como maneira de contornar um Estado que, até aquele momento, se mostrava incontornável.

A análise dos ideários democráticos de ambos os grupos reafirma a centralidade das décadas de 1970 e 1980 para compreender os projetos democratizantes e a democracia eventualmente atingida no México. Permite uma leitura mais profunda de ideias que permanecem em debate na esfera política mexicana até os dias atuais. Para interpretar com mais precisão o que significava argumentar pela democracia nesse contexto, no entanto, é essencial manter em mente que o México deste momento era um país marcado pela potencialidade de violência, fato reforçado pelo então recente Massacre de Tlatelolco, em 2 de outubro de 1968. Nesse sentido, o que se segue é uma introdução em um formato um tanto distinto do usual: em suas primeiras páginas,

convidamos o leitor a um exercício de imaginação, uma breve imersão na realidade de alguns personagens que, por diferentes razões, enfrentaram o sistema carcerário mexicano naqueles anos. Com esse exercício, buscamos destacar a complexidade da situação do intelectual no México da segunda metade do século XX. Privilegiado por um lado, pôde contar com condições de encarceramento melhores do que a maioria dos presos políticos daquele momento, que dirá da população como um todo. Desta feita, sua trajetória foi em muitos momentos marcada pela exceção: uma elite das letras que, seja por seu potencial combativo a partir das ideias, seja talvez pela limitada circulação de suas ideias, recebeu uma série de benesses que não foram estendidas aos demais presos políticos. Ainda assim, o que as páginas seguintes sugerem é que o intelectual nesse momento também teve sua trajetória marcada pela potencialidade de violência em resposta às suas palavras e ações. Esse é um pano de fundo que, ainda que praticamente exclusivo do intelectual naquele momento, não deve ser desconsiderado ao analisar as ideias e propostas políticas que tiveram.

* * *

Adolfo Gilly foi encarcerado na penitenciária de Lecumberri em 1966. Historiador e intelectual marxista, havia acabado de voltar da Guatemala, onde acompanhou de perto o cotidiano dos guerrilheiros do *Movimiento Revolucionario 13 de Noviembre* (MR-13) entre 1964 e 1965. Chegou a ter discussões teóricas com Yon Sosa, um dos líderes do movimento, acerca do programa de ação do movimento. A experiência de observar o MR-13 lhe rendeu a escrita do informe *El movimiento guerrillero en Guatemala*, publicado em 1965 e que teve alta circulação na América Latina. Também lhe rendeu seis anos de prisão. Em 1966, Gilly foi detido quando uma força policial que buscava outra pessoa descobriu sobre sua experiência recente na Guatemala. O intelectual foi mantido preso em Lecumberri até 1972, quatro anos antes de o edifício em estilo panóptico ser desativado e transformado no *Archivo General de la Nación*, função que exerce até hoje (GILLY, 2010, 35-37).

Sua experiência na prisão, no entanto, não reproduziu o que se convencionou esperar da vivência de intelectuais encarcerados por regimes autoritários latino-americanos. Gilly afirma que

nos três ou quatro primeiros meses foi colocado em celas comuns, o que representou um experimento educativo para ele. Depois, no entanto, todos os presos políticos foram agrupados no bloco N de Lecumberri, onde eram pouco incomodados pelos guardas. Neste bloco puderam se auto-organizar, com a montagem de uma cozinha improvisada e criação de turnos de limpeza. A capacidade organizativa dos detentos era tal que a partir de determinado momento os guardas deixaram de entrar no bloco, por confiar nos resultados da autogestão dos presos políticos. Estes penduraram uma placa na entrada do bloco em que se lia “Bloque N: Territorio Liberado de Lecumberri” (GILLY, 2010, 37).

Dentro de seu pequeno espaço de calma, os presos políticos de Lecumberri tiveram acesso a uma televisão e periódicos, e puderam até obter livros do exterior da cadeia. Gilly conta do caso de um preso que recebeu um piano, trazido pelo corredor da instituição empurrado por quatro guardas. O intelectual usou esse tempo de calma para se atualizar. Releu *O capital*, e por experimento leu em ordem cronológica os mais de dez volumes de correspondência entre Marx e Engels, para compreender o curso do pensamento de ambos à medida em que escreviam um ao outro. Leu Hegel, e voltou a ler a *História da Revolução Russa* de Trotsky. Mas foi a partir da sugestão de Nicolás Molina Flores que decidiu escrever. Assim como Molina Flores, Gilly acreditava que a versão oficial da história da Revolução Mexicana, de Jesús Silva Herzog, não deixava claro os motivos pelos quais os revolucionários se mataram entre si. Por mais que o texto oficial tivesse sido escrito por um membro da ala à esquerda do PRI, ambos acreditavam que este colocava todos os líderes da revolução como homens fantásticos, o que ocultava as complexidades da posição de cada um. O intelectual se propôs, então, a escrever uma interpretação *marxista* do conjunto de eventos da década de 1910. Baseado narrativamente na *História da Revolução Russa* de Trotsky, o autor enfatizou o ímpeto e motivações da mobilização de massas, e não nos ganhadores e perdedores de cada batalha (GILLY, 2010, 38-39).¹

O livro foi publicado em 1971 como *La revolución interrumpida*, ainda enquanto o intelectual se encontrava encarcerado, e logo recebeu uma série de respostas e críticas. Os editores da revista *Plural*, por exemplo, produziram uma breve nota em uma de suas primeiras edições, na qual afirmam que o livro é uma das poucas contribuições verdadeiramente marxistas ao estudo do

¹ Um exemplo é a centralidade que a ocupação da Cidade do México pelas tropas de Villa e Zapata em 1914 adquire como ponto alto da Revolução, em contraste com a ênfase na promulgação da Constituição em 1917, como a historiografia oficial argumentava à época (GILLY, 2007, 11).

México. Na nota, não se alongam quanto ao conteúdo do livro; na verdade, usam o evento de seu lançamento como pretexto para realizar um alerta: ainda que tenha havido alegria pela libertação de presos políticos em 1968, em seguida a mobilizações estudantis que serão abordadas mais adiante, não se poderia esquecer que muitos ainda se encontravam encarcerados (PLURAL, 1972a, 44).

Na edição seguinte viria a crítica mais extensa. Octavio Paz dedica cerca de um décimo do espaço da edição para a publicação de uma longa carta que enviou a Adolfo Gilly em janeiro daquele ano, debatendo *La revolución interrumpida*. Nesta carta, Paz concorda com Gilly quanto à existência de uma crise histórica pela qual o México passava já fazia alguns anos. Concorda também com as três grandes conquistas da Revolução, ainda que estas se encontrassem desfiguradas em 1972, que considera serem o *ejido*², as empresas públicas descentralizadas, e os sindicatos trabalhistas. Por outro lado, como uma espécie de prelúdio do que defenderia nos anos seguintes, afirma que o debate público não deve ser composto apenas de trabalhadores sindicalizados, mas também por grupos que surgiram do desenvolvimento econômico dos últimos 30 anos, como técnicos, estudantes, professores e intelectuais (PAZ, 1972a, 16-20).

Elementos do conteúdo da carta de Paz serão desenvolvidos com maior profundidade no Capítulo 2; sua importância aqui não se dá pela contundência de seus pontos ou divergências intelectuais, mas pela forma como foi recebida por Gilly. Isso porque uma carta de resposta do intelectual foi publicada já na edição seguinte de *Plural*. Nela, logo de início o marxista afirma que desde janeiro a correspondência com o exterior da prisão havia sido praticamente cortada, e que livros tão distintos quanto a *Crítica geral à economia política* de Marx e *Tiempo mexicano* de Carlos Fuentes não puderam entrar em Lecumberri. Por conta desse bloqueio temporário, Gilly não havia tomado conhecimento das críticas de Paz através de uma carta física, que nunca recebeu. Na verdade, ficou sabendo dos comentários do diretor da *Plural* através da publicação da carta na edição anterior da revista, essa sim acessível na penitenciária (GILLY, 1972, 43).

O evento, e a experiência de Gilly como um todo, atestam para a complexidade da situação do preso político no México da segunda metade do século XX. Sua experiência na prisão havia

² *Ejid*os são propriedades rurais criadas pela lei agrária de 1915 como terreno coletivo, indivisível e que não poderia ser vendido ou herdado. Os detalhes de seu funcionamento se modificaram ao longo do século XX a partir de mudanças legais realizadas por distintos governos, mas seu elemento central é este aspecto coletivo.

sido relativamente relaxada. Com apenas três ou quatro meses em celas comuns, logo foi transferido a uma ala em que encontrou a possibilidade de participar de um movimento de auto-organização e de independência dos guardas da penitenciária. Pôde publicar um livro marxista, em que revisitava um processo histórico fundamental para a narrativa política do Estado mexicano, criticando a versão oficial de forma contundente. Ainda que visse no processo de escrita uma arma pessoal para resistir à opressão e arbitrariedade do cárcere, o próprio Gilly considerava que o período de escrita do livro foi também um período de calma, para o estudo e para a reflexão (GILLY, 2007, 9-10). Por breves lapsos não pôde acessar cartas pessoais ou certos livros que foram barrados pelas autoridades de Lecumberri, mas ao mesmo tempo teve acesso a revistas literárias que publicavam também textos de cunho político.

O certo relaxamento carcerário que experimentou Adolfo Gilly não era novidade. Em 1959, Álvaro Mutis, poeta colombiano detido por 15 meses também em Lecumberri, publicou uma série de relatos sobre sua experiência na prisão. Estes incluíam não só detalhes das histórias de outros presos, como também opiniões do poeta quanto a acontecimentos políticos na Colômbia daquele momento, algo sobre o qual escrevia a pedido de agentes externos. Detalhe importante é que boa parte desses textos foi publicada na *Revista de la Universidad* enquanto o poeta continuava preso.³ A porosidade de informações experimentada por Gilly ao fim da década de 1960 já se mostrava presente na instituição uma década antes.

Os textos de Mutis, no entanto, nos demonstram que essa porosidade parece ter se aplicado apenas ao preso político, e em particular ao intelectual. O preso comum não pôde contar com as mesmas vantagens. Dos distintos casos que o poeta narrou em seu tempo de cárcere, um se refere à vida de “Palitos”. Não se de quem era sua mãe, sua primeira recordação sendo as noites que passava debaixo de uma mesa de bilhar em um café de chineses. Dormia envolto em jornais recolhidos das ruas e das saídas de cinemas. Fumou *marihuana* pela primeira vez aos oito anos, e desde então se tornou usuário das mais distintas drogas. Aos onze fumava cinco ou seis cigarros de *marihuana* por dia, e acabou levado a um reformatório de menores. Poucos meses depois escapou, se escondeu em um vagão de carga, e terminou em Tijuana, cidade fronteira com os

³ Ver, por exemplo, MUTIS, Álvaro. ‘Diario de Lecumberri’. In: *Revista de la Universidad*, vol. 14, no. 2, 1959, pp. 10-14.

Estados Unidos. Mutis afirma que por azar do destino, “Palitos” havia caído justamente no lugar em que poderia se corroer com maior eficácia e rapidez (MUTIS, 1959, 11).

Em pouco tempo, “Palitos” entrou em contato com o ópio. A droga, no entanto, era forte demais, e suas más experiências com ela o levaram a retornar à Cidade do México, onde conseguiu emprego e passou a usar seu salário para comprar drogas de outro tipo. Um dia, planejou uma jogada de mestre: comprou calças de pano escuro, uma camisa impecavelmente branca, sapatos respeitáveis, e uma maleta como as que usavam agentes de viagens. Assim disfarçado, adentrou uma joalheria e com toda a calma passou a esvaziar o mostrador e guardar os itens em sua maleta. Os vendedores nada suspeitaram, talvez por pensarem que seria um menino novo que estava se provando para a gerência. Ao se dirigir à porta da loja, no entanto, “Palitos” cruzou com o dono do estabelecimento, que sentiu que havia algo errado e arrebatou a maleta de suas mãos. O menino foi preso, enviado a Lecumberri (MUTIS, 1959, 11-12).

Quando chegou à penitenciária, “Palitos” recebeu a classificação de “F”, usada para viciados em droga. Esperou o andamento de seu processo por três anos, período no qual se adaptou muito bem ao cárcere. Sobrevivia a partir do comércio de tudo que pudesse encontrar. Logo que recebia seu café da manhã, às seis horas, “Palitos” vendia a maior parte para comprar heroína, alimentando o vício que havia adquirido enquanto ainda em liberdade. Passava o restante da manhã realizando as mais diversas ações para obter os dezesseis pesos necessários para a compra de sua droga diária. Nos meses antes do relato de Mutis, havia encontrado um protetor, outro preso que tinha prerrogativas especiais adquiridas a partir de seu trabalho nas oficinas da cadeia. No entanto, os ciúmes deste protetor custaram a vida a “Palitos”, apunhalado no coração enquanto na fila de chamada de presos. Não se sabendo qual de três nomes informados era o seu verdadeiro, o morto foi levado ao necrotério com uma etiqueta no calcanhar em que se liam todos os três, seguidos de uma breve mensagem sublinhada: “*libre por defunción*” (MUTIS, 1959, 12).

Se pudermos confiar no relato de Mutis, devemos crer que o intelectual aprisionado não se encontrava em situação semelhante. Ele não precisava encontrar um protetor dentro do cárcere, e caso viesse a óbito, não seria descartado em um quase anonimato. Em vida, poderia ter acesso ao mundo externo através de mídia impressa e televisores, ainda que mediado pelas autoridades de Lecumberri. Sua experiência, se pudermos nos fiar na vivência de Gilly, poderia ser de se estar em uma ala separada para presos políticos, em que estes poderiam até mesmo se organizar e atuar com

independência.⁴ Para compreender o porquê dessa situação, é necessário primeiro discorrer sobre a condição do intelectual no México do século XX.

Em termos amplos, o intelectual é um indivíduo que conforma parte de um grupo seletivo, não se confundindo com multidões, e que pode ser reconhecido e identificado. Sua forma de organização tende a refletir uma cultura predominantemente europeia, mesmo que em seu trabalho busque características locais, e reconhece seus pares por estarem associados a grupos, circuitos e espaços próprios. Intelectuais se expressam por meio de um veículo, sendo dependentes, no século XX, da cultura impressa (FREITAS NETO, 2013, 171-172).

O caso do México traz algumas peculiaridades. Uma delas é de que o intelectual é sempre um *intelectual público*, na medida em que a participação significativa na esfera pública⁵ é parte

⁴ Com essa linha argumentativa, não queremos dizer que intelectuais encarcerados no México viviam um paraíso. Para além do fato de que estavam presos, é provável que a experiência de Gilly fosse minoritária, resultado de sua proeminência dentro a intelectualidade mexicana. De outra forma, possivelmente teria sido rapidamente transferido para uma prisão menos visada. Em seu relato, Gilly afirma que a população da ala política de Lecumberri chegou a cerca de 250 pessoas após as prisões de 1968, e rapidamente se reduziu a 70. Mesmo se considerarmos 250 como a cifra média, sua experiência não seria representativa do todo de presos políticos, considerando que já em 1968 se falava em mais de mil presos em meio ao massacre de Tlatelolco. O próprio Gilly, ao sair da prisão em 1972, foi deportado à França por quatro anos, podendo voltar ao México apenas em 1976. O que desejamos demonstrar com essa linha de raciocínio é o que está posto logo em seguida: o preso médio quase certamente não passaria por uma situação similar à de Gilly, o que demonstra uma certa predileção ao intelectual por parte do Estado e seus agentes.

⁵ Aqui e no restante de nosso trabalho, nos baseamos em uma interpretação do trabalho de Jürgen Habermas sobre esfera pública, a partir da obra *The Structural Transformation of the Public Sphere* (1991). Um elemento significativo é que a esfera pública é um elemento de influência do poder, algo que pode ser visto quando o autor afirma que a transferência da corte real francesa de Versalhes para Paris em 1715 fez com que a nobreza deixasse de compor a esfera pública em sua totalidade para perder esse espaço para setores da burguesia ilustrada. O surgimento do café na Inglaterra, e do *salon* na França, como locais de debate entre pessoas de alto escalão social permitiu uma maior acessibilidade da nobreza por parte da alta burguesia, e criou um cenário de amplos debates literários, econômicos e políticos (HABERMAS, 1991, 31-33). Isso significou uma facilitação da entrada de membros de outros estratos que não a burguesia nas proximidades dos círculos de poder, um aspecto que se manteve presente nas décadas e séculos seguintes.

O desenvolvimento posterior da cultura jornalística e o surgimento da mídia de massas modificaram a esfera pública ao passar a moldar debates políticos (HABERMAS, 1991, 187-188), a tal ponto de o autor argumentar que nos tempos atuais não se pode vê-la como ambiente público de discussão racional, já que o debate tende a girar em torno de questões trazidas pela mídia impressa, que tende a seguir interesses particulares (HABERMAS, 1991, 201). O processo teria paralelos com a criação de partidos de massa, comandados por dignatários específicos (HABERMAS, 1991, 203). Dessa forma, a esfera pública não necessariamente é “pública”, no sentido de tomar em consideração os posicionamentos de todos os cidadãos, mas sim a partir de seu alcance e influência política, a partir de um entendimento de que mudanças políticas são também mudanças culturais (PICCATO, 2010, 170).

No caso da América Latina, o surgimento de uma esfera pública nos moldes descritos por Habermas se deu a partir de interesses e estruturas coloniais no início do século XIX (PICCATO, 2010, 178). No entanto, o elemento “burguês” da esfera pública no continente é composto por estratos urbanos, e não a partir de clivagens de classe (PICCATO, 2010, 180). Quanto ao caso do México em particular, Claudio Lomnitz argumenta que fragmentações regionais e de classe tornaram difícil o surgimento de uma esfera pública de alcance nacional, e facilitou o trabalho de intelectuais que tomaram a dianteira de discussões públicas (PICCATO, 2010, 184).

essencial da definição dessa categoria social (CASTILLO & DAY, 2014, 2). Ele é uma pessoa realista, que se expressa acerca da realidade da situação mexicana, ao mesmo tempo em que geralmente possui formação também no exterior, recebendo influência de autores e profissionais estrangeiros. Muitas vezes a participação política é parte de seu currículo. É possível argumentar que este é o caso porque o intelectual latino-americano em geral não possui oportunidades financeiras numerosas, já que vivem em países em desenvolvimento com alta inflação, baixo poder de compra, e alto grau de analfabetismo. Exemplos na década de 1980 incluem Fernando Zertuche Muñoz, Subsecretário do Trabalho na administração Miguel de la Madrid (1982-1988), e mesmo Octavio Paz, que até 1968 ocupou postos governamentais (CAMP, 1988, 66-79).

O próprio Paz afirmou, em 1950, que o intelectual compõe um setor social que fez do pensamento crítico sua atividade vital (PAZ, 1950, 174-175). Se a intelectualidade na Europa e Estados Unidos exerce sua influência fora do Estado, no México o papel da intelectualidade é a ação política. Ao mesmo tempo, o autor questiona se ao ter atuado politicamente, essa intelectualidade não teria renunciado ao papel crítico que deveria ter, por atuar dentro do Estado (PAZ, 1950, 183).⁶ Dessa forma, o intelectual mexicano na segunda metade do século XX era um sujeito social dotado de uma série de privilégios, seja em termos de ação política, seja em termos da palavra pública. Era, portanto, membro de uma elite. Esses privilégios provavelmente tiveram papel fundamental nas regalias observadas nas situações de Gilly e Mutis em Lecumberri, em contraste com a situação precária de outros presos como “Palitos”. E, no entanto, presos eles também foram.

Isso porque a tarefa do intelectual não era simples. Desde ao menos a década de 1930, editores e jornalistas tiveram sobre si uma espada de Dâmocles, uma ameaça existencial pairando sobre suas cabeças. Foi nesse período, em um contexto internacional de crise e escassez de papel, que o governo de Lázaro Cárdenas criou a *Productora e Importadora de Papel* (PIPSA). Essa empresa estatal tinha por objetivo inicial fomentar a cultura escrita a partir de um monopólio estatal da produção e importação de papel, contra o então monopólio privado do mesmo produto pela empresa *San Rafael*, de origem estadunidense. Seu papel foi essencial para o estímulo à cultura escrita no país, já que ao longo de flutuações internacionais e duas desvalorizações do peso

⁶ Paz alcançou uma solução pessoal para o problema ao abandonar o Estado em 1968, único intelectual do governo Díaz Ordaz a fazê-lo (CAMP, 1988, 98-99).

mexicano, a empresa foi capaz de manter o preço do papel em patamares artificialmente baixos (SMITH, 2018, pp. 17-22).

Para além dessa ferramenta poderosa para moldar a opinião pública, o governo ainda era o maior anunciante em todos os grandes veículos de mídia do país, acrescentando poder econômico ao poder conferido pela existência da PIPSA (SCHERER & MONSIVÁIS, 2003, p. 149). Este cenário tornou possível o controle da imprensa sem a instalação de uma infraestrutura extensa de censura, como havia sido feito nos casos de Brasil e Argentina em diferentes momentos do século XX (SMITH, 2018, p. 79). Carlos Monsiváis, ao descrever o período, afirma: “Es la década de 1930 o la de 1940 o la de 1950, y las redacciones son cuerpos tribales, donde los reportajes se originan en conversaciones casuales en el bar o en hallazgos mientras se desempeña una encomienda” (SCHERER & MONSIVÁIS, 2003, p. 214).⁷ Em particular a partir do período Ruiz Cortines (1952-58), houve um aumento da intervenção governamental na imprensa escrita com base nesses mecanismos, o que gerou forte incentivo para a disseminação de notícias pró-governo, fossem elas verdadeiras ou falsas (SMITH, 2018, pp. 57-64). O livro de Carlos Fuentes, *La región más transparente*, só foi impresso nesse período por seu caráter ficcional, escapando à retaliação do governo por ser considerado um trabalho de arte interpretativa (STEPHEN, 2021, p. 46).⁸

Em um cenário como esse, a produção de notícias e obras com valor crítico se tornava bastante dificultada. Ainda de acordo com Monsiváis, a maior parte dos periodistas se utilizava do cinismo como ferramenta, já que nada se podia fazer contra os poderosos (SCHERER &

⁷ Deve ser levado em conta que a descrição da imprensa até este momento enfatizou em larga medida o que se convencionou chamar “imprensa nacional”, que efetivamente se refere a periódicos e casas editoriais da Cidade do México. Há estudos recentes que demonstram que fora da capital, a situação era um pouco distinta. O grau de violência contra periodistas era maior, por exemplo, ao mesmo tempo em que havia menos intervenção do governo federal em termos de pressões econômicas. Um exemplo de estudo sobre o tema é o livro de Benjamin Smith, *The Mexican Press and Civil Society* (2018), já citado, mas há outros também, como o trabalho de Jeffrey Rubin, *Decentering the Regime* (1997).

⁸ Um terceiro caminho da censura por parte do governo era a ingerência pessoal do presidente mexicano em casos específicos. Roderic Ai Camp, ao escrever sobre o tema, afirma que em 1947 o presidente Miguel Alemán agiu pessoalmente contra o intelectual Daniel Cosío Villegas, que naquele ano havia publicado um de seus mais influentes ensaios, “La crisis en México”. Originalmente publicado na revista *Cuadernos Americanos*, o ensaio teria sido pirateado para publicação também no jornal de grande circulação *Excélsior*, sem permissão do governo. Em resposta a isso, Cosío Villegas teria recebido uma chamada telefônica do secretário pessoal do presidente, que ameaçou publicar tudo o que se sabia sobre a vida pessoal do intelectual caso o artigo fosse publicado no jornal (CAMP, 1988, 261). No entanto, como este e a maior parte dos demais casos conhecidos provêm de entrevistas a alguns agentes envolvidos (neste caso em particular, Camp entrevistou um amigo pessoal de Cosío Villegas, que lhe contou a história), consideramos que seria inadequado elencá-los em pé de igualdade com os elementos estruturais de censura descritos no corpo do texto.

MONSIVÁIS, 2003, pp. 150-153). Aqueles que se desviassem da linha do governo perderiam seu financiamento e eventualmente deixariam de existir, como foi o caso com a revista *Política*, editada de 1960 a 1967 (SCHERER & MONSIVÁIS, 2003, pp. 170-172; AGUAYO QUEZADA, 2010b, pp. 111-121). Ao longo destes anos, a cooptação da imprensa foi essencial para o apaziguamento de pressões populares por mudanças ao regime político. Durante o período López Mateos (1958-64), por exemplo, a imprensa foi basilar para a manutenção da imagem de um presidente jovial e sorridente, ao mesmo tempo em que se escondia a repressão violenta contra movimentos populares como a greve de *ferrocarrileros* em 1958-59, as greves da Sección IX do *Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación* (SNTE) em 1959-60, os movimentos contestatórios dentro dos sindicatos de petroleiros e eletricitistas, e mesmo de movimentos campesinos independentes (SCHERER & MONSIVÁIS, 2003, pp. 159-160).

O que se queria mudar, efetivamente, era a própria natureza do Estado mexicano, que desde 1929 via a perpetuação de um único partido no poder. Surgido inicialmente como uma forma pacífica de resolução de conflitos entre *caudillos* que lutaram na Revolução Mexicana de 1910, o *Partido Nacional Revolucionario* inicialmente conquistou todos os governos estaduais e manteve o controle da legislatura. Teve seu nome mudado em 1938 para *Partido de la Revolución Mexicana* (PRM), em meio a um processo de massificação que levou o partido a mais de 4 milhões de membros em meio a uma população de 20 milhões de pessoas. Nesse mesmo período, o partido criou uma série de confederações que canalizaram a luta política para seu interior, as principais sendo a *Confederación Nacional Campesina* (CNC) e a *Confederación de Trabajadores de México* (CTM) (HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, 2016, 45-64). Reformas nos anos posteriores, por outro lado, reduziram o poder das corporações, e mudaram o nome do partido para *Partido Revolucionario Institucional* (PRI), mantido até hoje (HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, 2016, 71-76).

Em meados do século XX, portanto, se cristalizou no México um sistema político moldado por um único partido, que controlava os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Esse foi um processo necessariamente não linear, com complexidades que vão desde as distinções entre o que ocorria na Cidade do México e no restante do país, até o apagamento histórico de lutas sociais contrárias a esse processo. O que se quer com esse brevíssimo resumo da gênese do Estado mexicano no século XX é enfatizar que este não é um regime autoritário latino-americano de corte

tradicional, com um golpe militar seguido de um período de ditadura, que então termina com um processo de redemocratização: na realidade, os militares deixaram os postos oficiais de poder na transição de PRM para PRI. Ao mesmo tempo, eleições eram realizadas regularmente para todos os níveis do poder Executivo, em que competiam o PRI e outros partidos existentes no México daquele momento. O regime político priista pode ser descrito como um dos primeiros casos de *dictablanda*, em sua combinação de elementos democráticos e autoritários (GILLINGHAM, 2014, vii). Isso não é equivalente a dizer que o regime foi pacífico: como se verá no capítulo 1, o Estado mexicano era plenamente capaz de violência de larga escala. A natureza de uma *dictablanda* é tal que negociações políticas são realizadas em um contexto que envolve violências passadas e presentes, e a ameaça de violências futuras (GILLINGHAM, 2014, viii). No caso mexicano em particular, ao longo do século XX as negociações políticas envolveram um partido hegemônico, cuja legitimidade se baseava não tanto em seu autoritarismo, mas em seu papel como institucionalização da revolução mexicana e em sua capacidade de trazer crescimento econômico contínuo ao país (TELLO, 2011, 361).

A situação começaria a se modificar a partir de fins da década de 1960, e em particular a partir de 1968. Isso porque Díaz Ordaz (1964-1970), presidente neste período, era muito mais conservador que seu antecessor, e logo em seu primeiro ano de mandato reprimiu escritos críticos nas ciências sociais, o que levou a um primeiro distanciamento entre a *intelligentsia* e o governo e consequente perda de legitimidade. Um exemplo desse comportamento repressivo é a intervenção do governo no *Fondo de Cultura Económica* em 1965, quando a editora publicou *Los hijos de Sánchez*, livro de Oscar Lewis que expunha a pobreza e violência nas vidas de muitos mexicanos vivendo em periferias urbanas. O governo demandou o recolhimento de todas as cópias já impressas e a renúncia do editor chefe, Arnaldo Orfila Reynal, que foi demitido após se negar a seguir a ordem (STEPHEN, 2021, p. 46).

Como consequência desse ato de censura, a editora *Siglo XXI* foi criada por Orfila Reynal em 1966, com ajuda de Fernando Benítez e outros intelectuais (SCHERER & MONSIVÁIS, 2003, 168-169), uma editora que se mostrou fundamental para a disseminação do pensamento marxista no México, a partir da tradução de autores marxistas para o espanhol (GALLEGOS CRUZ, 2018, 64). É neste momento que surge, também, a *Ediciones ERA*. Fundada pelos exilados espanhóis Vicente Rojo, José Azorín, e os três irmãos Neus, Jordi e Quico Espresate, seu objetivo inicial era

criar um espaço para publicações independentes de esquerda que fossem também acessíveis ao grande público (STEPHEN, 2021, 50; GALLEGOS CRUZ, 2018, 63). A editora ganhou notoriedade ao publicar o trabalho seminal de Pablo González Casanova, *La democracia en México* (1965), que antes do ato de censura do governo deveria sair pela *Fondo de Cultura Económica* (GALLEGOS CRUZ, 2018, 63-64). Sua importância para o presente estudo se dá, no entanto, por seu papel como editora da revista *Cuadernos Políticos*, analisada nas páginas abaixo.

Para além de seu comportamento com relação a casas editoriais, o autoritarismo de Díaz Ordaz pode ser visto também na forma como lidou com o movimento estudantil que surgiu e se fortaleceu ao longo do ano de 1968, como será descrito posteriormente. As consequências desse autoritarismo foram sentidas nas décadas seguintes, e incluem uma certa abertura política a partir do governo de Luis Echeverría (1970-1976), discutida no capítulo 1. Um exemplo são os casos descritos acima: enquanto os textos de Álvaro Mutis publicados na *Revista de la Universidad* tratavam de presos comuns, evitando comentários sobre o México e suas estruturas de poder, a obra publicada por Gilly enquanto preso tinha cunho claramente político, oferecendo uma interpretação marxista do evento fundacional do Estado mexicano. O periódico *Excelsior* modificou sua linha editorial e publicações para um tom mais crítico, sob direção de Julio Scherer. Ainda que esse não fosse necessariamente um espaço de pluralismo, e nem um veículo necessariamente progressista, é notório o surgimento de escritos críticos do governo nesse período (SMITH, 2018, p. 276; GALLEGOS CRUZ, 2018, p. 57). Além disso, o aumento da liberdade de imprensa permitiu à intelectualidade mexicana ter espaço para criar novos veículos impressos (STEPHEN, 2021, p. 33). Em particular, este foi um período fértil para a criação de revistas culturais.

Sobre estas, é necessário inicialmente fazer uma divisão entre o que são estas revistas e para quê são utilizadas em estudos acadêmicos. De forma breve, revistas culturais são espaços privilegiados para o desenvolvimento de ideias por um grupo de intelectuais. Em sociedades latino-americanas, essas revistas protagonizaram os debates de sua época e definiram posicionamentos no campo intelectual. Seu papel de campo privilegiado para disputas políticas se acentuou na década de 1960, em que o surgimento de uma série de regimes autoritários gerou a exílios que agruparam intelectuais (BENAVIDES BAILÓN, 2016, 122-123). Revistas representam uma estratégia de divulgação, e são particularmente abertas à pluralidade de opiniões, quando as

tomamos em seu conjunto (BENAVIDES BAILÓN, 2016, 129). Desta forma, revistas culturais se estendem para além de temas estritamente literários, ainda que tenham se originado a partir da literatura (REY, 2012, 139), e versam sobre cultura, ciência, história, política (PITA GONZÁLEZ, 2003, 5). A partir da segunda metade do século XX, em particular, passaram por um aumento de complexidade e capacidade de produção, incorporando infraestruturas e técnicas cada vez mais sistemáticas, e ampliando sua abrangência (REY, 2012, 138-140).

Em termos de quem edita essas revistas, é comum se falar em redes intelectuais. O conceito surge inicialmente como ‘redes sociais,’ e representou uma alternativa ao materialismo histórico e ao estruturalismo, duas abordagens que dominavam as Ciências Sociais ao longo do século XX. Na historiografia mexicana, passa a se tornar corrente a partir da tradução do livro de Camp, *Los intelectuales y el Estado en el México del siglo XX*, em 1988; apesar de apenas um capítulo ser dedicado à ideia, já é suficiente para aumentar o número de estudos que levam em conta esse tema (GRANADOS GARCÍA, 2017, 67). Sua utilidade em História se dá pela ênfase em pequenos grupos e mesmo indivíduos, em uma abordagem semelhante à da microhistória (PITA GONZÁLEZ, 2003, 1-3). O conceito pode possuir aplicação mais qualitativa que quantitativa, na medida em que ajuda a estabelecer a centralidade ou dispersão dos conteúdos da revista (PITA GONZÁLEZ, 2003, 7). Desta forma, revistas culturais podem ser vistas como pontos de encontro entre trajetórias individuais e projetos coletivos (BEIGEL, 2003, 106).

Dentre os estudos de revistas, há ao menos três abordagens possíveis. A primeira delas seleciona uma ou mais revistas e o estudo delas como instrumento de redes intelectuais específicas. A segunda utiliza revistas para estabelecer pontes entre a história da literatura e da cultura hispano-americanas, uma abordagem que enfatiza o contexto amplo de produção de revistas, e menos os grupos particulares que participaram diretamente de sua criação. A terceira foca em reflexões teórico-metodológicas relacionadas às revistas, vendo-as como campo de ideias e disputas, como retratos de sua época (GRANADOS GARCÍA, 2012, 14-15).

A segunda perspectiva é fundamental por permitir ver revistas culturais como decisivas nos processos de modernidade ibero-americanos, tanto em termos da divulgação quanto da própria criação de ideias (REY, 2012, 138). Elas representaram uma nova forma de difusão cultural, que em revistas vanguardistas tendiam a se ligar a aspirações revolucionárias (BEIGEL, 2003, 108).

A primeira e a terceira, no entanto, são centrais para a presente dissertação. Uma de suas conclusões é de que revistas culturais podem servir de ponte para a análise de microcosmos humanos, pontes essas que não existiriam de outra forma, já que é comum que grande parte dos intelectuais envolvidos com uma revista não tenham estabelecido contato pessoal entre si (PITA GONZÁLEZ, 2003, 6-7). Para além disso, o fato de apresentarem uma grande pluralidade de pensamento permite seu uso como forma de acesso à expressão das mais contraditórias tendências ideológicas, seja dentro de uma revista específica, seja a partir da abordagem de mais de uma revista (BEIGEL, 2003, 107-108). São fontes de projetos coletivos, e por isso demonstram a autonomização do campo cultural latino-americano (BEIGEL, 2003, 111-112; CRESPO, 2011, 102). A própria natureza da revista permite uma janela de acesso específica a dinâmicas políticas, já que ela tende a se ligar mais ao presente do que livros, ao mesmo tempo em que possuem temporalidade menos urgente do que jornais. Dessa forma, é possível estabelecer um compromisso maior com a conjuntura política de produção da revista (CRESPO, 2011, 99). Com efeito,

Menos submetidos ao imediatismo das notícias, os editores das revistas reservam aos temas e fatos que decidem trabalhar um tempo de elaboração maior e um espaço material (número de colunas ou páginas) eventualmente mais amplo. Isso resulta na criação de textos mais analíticos e expande o lugar dos autores que firmam seus próprios textos e mantêm uma certa autonomia, embora compactuem com a linha editorial da revista ou respeitem-na (CRESPO, 2011, 99).

Desta feita, uma revista cultural pode ser considerada parte fundamental de movimentos culturais e políticos, “polo emissor e campo de intersecção de propostas culturais, artísticas, literárias e políticas” (CRESPO, 2011, 105). Sua característica como veículo de promoção dos pontos de vista de determinado grupo permite com que uma revista cultural se transforme em polo de resistência e instrumento de batalha (CRESPO, 2011, 102), como se verá nas páginas adiante. No caso da presente dissertação, foram escolhidas três revistas, publicadas por dois grupos intelectuais distintos. As revistas *Plural* e *Vuelta* foram editadas pelo grupo ligado ao literato Octavio Paz, enquanto a revista *Cuadernos políticos* foi editada por um grupo de intelectuais marxistas sem um núcleo claramente definido. Essas revistas foram tomadas como instrumento de ação política desses dois grupos, ao mesmo tempo em que seu estudo as toma como campo de

disputa entre ideias, já que o viés político de cada uma não apenas distingue os dois grupos, como também se modifica com o tempo. O tema será abordado com maior profundidade no capítulo 2.

No entanto, não coloquemos a carroça na frente dos bois. Esta dissertação é um trabalho que se propõe a analisar a ação de intelectuais durante uma porção da transição democrática mexicana. Desta feita, há ao menos dois pontos que devem ser aprofundados para que o trabalho se encontre completo. O primeiro deles, brevemente desenvolvido acima, é o significado de intelectual em um contexto mexicano, e quais foram as possibilidades de ação do intelectual no momento estudado. O segundo ponto é o que exatamente significa falar em transição democrática mexicana, quais são suas diferentes interpretações e quais os pressupostos que cada uma acarreta.

Este é o tema do capítulo 1, no qual diferentes interpretações do longo processo de transição são vistas a partir de um arcabouço teórico mais amplo de discussões acerca do significado de democracia. Em particular, são enfatizadas três noções distintas do conceito: a teoria minimalista-elitista, a democracia liberal, e a democracia participativa. Uma das conclusões do capítulo é de que há uma passagem de interpretações participativas do processo de democratização mexicano para um viés minimalista-elitista quando este é colocado como terminado. Em poucas palavras, trabalhos que consideram a transição democrática como acabada consideram seus marcos como eleitorais, enquanto trabalhos que descrevem um processo em andamento enfatizam a ação popular.

Nos capítulos 2 e 3, voltados às décadas de 1970 e 1980, respectivamente, parte deste arcabouço teórico se mostra útil como ferramenta inicial de compreensão dos projetos políticos propostos em *Plural*, *Vuelta*, e *Cuadernos Políticos*. Nas duas primeiras revistas, editadas por um grupo de intelectuais próximos de Octavio Paz, a proposta inicial de democratização se baseia na criação de um movimento social independente, uma certa expansão do movimento de 1968 que permita à sociedade mexicana se posicionar frente a um Estado autoritário. Ao final da década de 1970, no entanto, esse grupo passa a defender a inevitabilidade do Estado como elemento de democratização, na medida em que a ação popular deve complementar um esforço democratizante que deve ser iniciado pelo próprio Estado. Na década seguinte, o grupo se volta à concepção de uma “democracia sem adjetivos”, com um enfoque eleitoral que de maneira consciente deixa de lado questões socioeconômicas. Argumentamos, portanto, que o grupo de Octavio Paz passa de um viés participativo de democracia para um viés liberal, como será definido no capítulo 1.

Já o caso de *Cuadernos Políticos*, de cunho marxista, é distinto. Na década de 1970, diferente do que ocorre nas demais revistas, os intelectuais que publicaram em *Cuadernos* viam na independência dos movimentos sindicais mexicanos, controlados pelo corporativismo oficial, o caminho para a democracia. Além de ganhos econômicos de curto prazo, a vitória desses movimentos de independência sindical levaria o operariado a uma posição de aprendizado político, em preparação para a revolução futura. Já ao final da década, no entanto, há a crítica a essa concepção, que logo é substituída pelo argumento por uma sociedade civil organizada, que retome os espaços de atuação política que naquele momento eram ocupados pelo Estado. De ênfase gramsciana, essa proposta tentava responder aos fracassos da luta sindical até aquele momento, assim como às mudanças sociais ocorridas no México daquele período, com aumento na quantidade e força de organizações civis.

Capítulo 1 – Teorias da democracia, caminhos da transição

Tratar de fontes tão distantes do contexto brasileiro impede a presunção de que entendimentos correntes de democracia em nosso contexto também o serão para o México da segunda metade do século XX. Se faz necessário, portanto, um arcabouço conceitual mais amplo, que permita uma melhor compreensão de contrastes e nuances entre os distintos projetos políticos analisados nos capítulos 2 e 3. Para além disso, como será argumentado adiante, a própria ideia de transição democrática depende da definição de democracia que se tem em mente. Tendo isso em mente, o presente capítulo se divide em três seções. Em um primeiro momento, há uma discussão ampla sobre usos do conceito para se pensar a retórica governista no período. Segue-se disso o cerne do capítulo, o delineamento de três concepções de democracia que foram fundamentais para o debate acerca da transição mexicana. Por fim, há uma breve seção com uma análise mais ampla das tendências observadas nessa bibliografia.

1. Democracia e transição democrática

Em termos factuais, para além da maior liberdade de expressão encontrada no México dos anos 1970, há ao menos três conjuntos de eventos de grande importância no processo de democratização. O primeiro é o massacre estudantil realizado pelo governo federal em 2 de outubro de 1968, na *Plaza de las tres Culturas*. Este foi o estopim de uma série de protestos de estudantes que havia marcado os meses precedentes, e que pode ser considerado sinal claro de que o governo já não tinha mais a legitimidade de outrora (KIGHT, 1990, 90-91; BABB, 2001, 111). Para além de reivindicações propriamente estudantis, relativas à autonomia universitária, o movimento chegou a incluir demandas consideradas democráticas, como a garantia de liberdades de associação e expressão, assim como ao direito de protesto e a abolição de certos itens do código penal que tornavam fácil ao governo a perseguição de dissidentes (RAMÍREZ, 1969, 21-23; STEPHEN, 2021, 61).

De forma resumida, o massacre na *Plaza de las Tres Culturas*, na Cidade do México, foi a culminação repressiva de mobilizações populares nos meses anteriores que vinham ganhando uma amplitude nunca antes vista. As mobilizações se centravam no movimento estudantil mexicano, que, no entanto, foi angariando apoio de outros setores ao longo do processo, conforme o governo

não abria concessões e aumentava os níveis de repressão. Suas principais reivindicações envolviam questões pontuais da época, como a libertação de determinados presos políticos, assim como pautas mais amplas de caráter popular-democrático. Pressionado pela proximidade da Olimpíada da Cidade do México, iniciada ao fim de outubro de 1968, o governo agiu permitindo ao Exército abrir fogo contra os estudantes em protesto na praça no dia 2 de outubro. A má repercussão desse evento, tanto nacional quanto internacionalmente, é vista como parte da causa para o esforço democratizante sob o presidente Luis Echeverría (1970-76), diretamente implicado no massacre por ocupar o cargo de *secretario de gobernación*⁹ naquele momento; além disso, o evento pode ser considerado o momento em que a maior parte dos estudiosos do sistema político mexicano passaram a concordar com seu caráter autoritário (RAMÍREZ, 1969, 21; PÉREZ ARCE, 1990, 108; KNIGHT, 1990, 90-91; SCHEDLER, 2000, 327; DELLA ROCCA, 2009, 33-34; STEPHEN, 2021, 61-66).

As consequências dos protestos e de sua eventual dissolução violenta são múltiplas: 1) as respostas gradativamente mais violentas do governo levaram à mobilização de diversos setores da sociedade civil, iniciando uma nova era de mobilização política no país; 2) a repercussão negativa gerada pelo massacre levou o exército mexicano a se mostrar reticente em participar de posteriores atos repressivos; 3) em termos de discussões na esfera pública, a brutal repressão de estudantes em protesto fez com que a intelectualidade mexicana passasse a ter um papel muito mais ativo; 4) o novo presidente mexicano, eleito em 1970, passou a colocar uma abertura democrática como ponto central de seus discursos (PÉREZ ARCE, 1990, 108; DELLA ROCCA, 2009, 41-42; AGUAYO QUEZADA, 2010b, 188).

Essa abertura se tornou a tônica do discurso presidencial em décadas seguintes. O presidente Gustavo Díaz Ordaz (1964-1970) iniciou seu mandato afirmando que o sistema mexicano é democrático (DÍAZ ORDAZ, 1964, 199). Isso incluiria a estrutura jurídica, o regime político, e também um sistema de vida fundado no constante melhoramento econômico, social e cultural, dentro de liberdades amplas e pela realização de justiça social (DÍAZ ORDAZ, 1965, 54-55). Ao se referir às ditaduras latino-americanas instaladas nos anos anteriores, o presidente chega

⁹ O *secretario de gobernación* é um dos secretários de Estado que conformam o gabinete do presidente do México. Ainda que legalmente igual aos demais secretários, o *secretario de gobernación* é responsável por dirigir as demais dependências da administração pública federal. No caso de Luis Echeverría, ocupar esse cargo é significativo porque equivale a dizer que ele estava ao menos a par do que se planejava fazer com relação aos estudantes no dois de outubro de 1968.

a afirmar que a paz no continente americano só virá a partir da democracia como entendida no artigo 3º da Constituição mexicana (DÍAZ ORDAZ, 1966, 125).

Já em 1968, em meio aos protestos estudantis, mas antes do massacre de Tlatelolco, Díaz Ordaz modificou seu discurso para argumentar que houveram avanços sólidos no aperfeiçoamento da democracia mexicana naquele ano. Cita os processos eleitorais, sinal de madurez cívica dos mexicanos, assim como a liberdade de expressão de diferentes correntes ideológicas. No mesmo discurso em que ameaça diretamente o movimento estudantil, ao afirmar que se valerá do artigo 89º constitucional para utilizar as Forças Armadas caso os estudantes continuem com sua ameaça à integridade nacional, considera que os retrocessos à liberdade de expressão são exceções, minoritários (DÍAZ ORDAZ, 1968, 263-265, 270-271). No ano seguinte, afirma que o avanço democrático é evidente em 1969, a partir de canais de representação de minorias no sistema eleitoral, e que a circulação fluida do pensamento é a força renovadora de toda democracia (DÍAZ ORDAZ, 1969, 139).

No ano seguinte, um reforço da democracia: em seu discurso de posse, Luis Echeverría (1970-1976) afirma que a competição eleitoral renovou os poderes Executivo e Legislativo de forma responsável, fomentando união entre os mexicanos, e que a democracia é construída pelo povo todos os dias (ECHEVERRÍA, 1970, 212). Ao falar de instituições democráticas em seu primeiro informe, menciona o aumento no número de eleitores, fortalecimento de partidos políticos, no princípio da não-reeleição, e na sucessão pacífica em cargos públicos. As Forças Armadas são exaltadas por seu papel nas eleições (ECHEVERRÍA, 1971, 10). Se afirma também que a liberdade de imprensa foi preservada sem limitações, algo que se estende também para rádio e televisão (ECHEVERRÍA, 1971, 25).

Em seu segundo informe de governo, Echeverría afirma que o período ditatorial mexicano teria sido aquele anterior à Revolução. Em contraste, seu mandato seria democrático, social e nacionalista. Democracias se realizam e perduram a partir do direito, algo demonstrado pela libertação de mais uma vintena de pessoas presas em 1968. A reforma eleitoral de 1972 aumentou o número de deputados de partido, assim como reduziu a idade mínima de deputados e senadores para dar oportunidade às novas gerações. A democracia é uma forma de convivência, que deve virar conduta cotidiana. O governo faz sua parte garantindo todas as liberdades públicas; cabe aos partidos, organizações campesinas, sindicatos, centros de ensino, e meios de difusão democratizar

sua vida interna e exercitar responsabilmente seus direitos (ECHEVERRÍA, 1972, 69-72). As atividades do governo têm por objetivo o fortalecimento da vida democrática, a partir de uma reforma política profunda, que facilite a integração de partidos nacionais (ECHEVERRÍA, 1973, 123-124). Ao fim de seu mandato, Echeverría afirma que a liberdade de imprensa foi uma das liberdades expandidas no governo, e contribui fundamentalmente para a formulação democrática de políticas públicas. Afirma, apenas dois meses da invasão do jornal *Excelsior* por forças do governo, que nunca houve intenção de interferir com qualquer manifestação de pensamento ou de obstruir a liberdade de imprensa durante o governo (ECHEVERRÍA, 1976, 348).

Apesar da nova retórica, em termos concretos pouco mudou no período. É certo que foi permitida uma maior liberdade de meios impressos, em particular livros e revistas. Já à época, no entanto, se percebia que essa era uma liberdade restrita a veículos de mídia com pouco alcance: quando se tratava de cinema, rádio e televisão, a censura era rotineira (LEÑERO & GARIBAY, 14, 35). Essa medida, assim como a criação de bolsas de estudo para o exterior e mesmo um convite para que o presidente chileno Salvador Allende visitasse o México, foram maneiras pelas quais o governo Echeverría tentou cooptar o apoio de setores intelectualizados (BILELLO, 1996, 83-84; SHIRK, 2005, 79-80).

A realidade, no entanto, é que o governo Echeverría nunca renunciou ao uso de violência. Ainda que nos primeiros anos do sexênio houvesse certa tolerância a movimentos sindicais independentes, por exemplo, ao final há uma retomada da repressão (PÉREZ ARCE, 1990, 111). Quanto ao movimento estudantil, em 10 de junho de 1971 este se reuniu nas ruas da Cidade do México pela primeira vez desde o massacre de 1968, em solidariedade a protestos pela autonomia universitária em Monterrey. Horas depois do início da passeata, no entanto, foram interceptados por um grupo paramilitar conhecido como *halcones*, que com enorme violência suprimiram a mobilização, no que ficou conhecido como o *jueves de corpus* (SOLÍS, 2008, 33). Ainda que pudesse haver alguma dúvida quanto ao mandante do massacre nas semanas seguintes ao evento, em pouco tempo se tornou claro que os *halcones* eram, na verdade, um grupo paramilitar comandado pelo Estado mexicano (SOLÍS, 2008, 33).

Este não foi um caso isolado: ao longo do sexênio, forças paramilitares foram utilizadas em todo o país para combater movimentos sociais, e em particular para massacrar guerrilhas rurais e urbanas, em um fenômeno que ficou conhecido como “guerra suja” (CAREY, 2012, 200). Os

métodos do Estado não envolviam apenas o combate direto aos guerrilheiros, com assassinatos e “voos da morte”, mas também ataques a populações rurais e urbanas que apoiavam esses movimentos com alimentos, roupas, e outros mantimentos (AVIÑA, 2016, 147-148). Em termos concretos, os governos de Díaz Ordaz, Echeverría, e López Portillo se alinharam à doutrina de segurança nacional promovida pelos Estados Unidos, e o Estado atuou com tal violência que até fim da administração López Portillo foram eliminadas mais de 40 organizações revolucionárias armadas (CALDERÓN & CEDILLO, 2012, 6-7). Para boa parte da população, portanto, a “abertura democrática” de Luis Echeverría nada mais era do que retórica, com o objetivo de aplacar movimentos intelectualizados e melhorar a imagem internacional do México, da qual o presidente era bastante cioso (AGUAYO QUEZADA, 2010a, 33).

Por outro lado, uma das mudanças do período Echeverría foi a possibilidade de promulgação de uma série de reformas eleitorais, segundo ponto de grande importância no processo de transição. A segunda metade do século XX foi marcada por diversas reformas às leis eleitorais mexicanas, com o primeiro exemplo sendo a reforma de 1952, responsável por estender o direito de voto às mulheres (HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, 2016, 94). No entanto, em sua maioria as reformas eleitorais realizadas nesse período de domínio de um partido único foram resultado de uma tentativa de abrir espaço nominal para partidos de oposição, ao mesmo tempo em que não tornavam viável a derrota eleitoral do PRI. A reforma de 1963, por exemplo, realizou modificações à Câmara dos Deputados, em particular com a criação da figura do *diputado de partido*. Partidos que recebessem entre 2,5% e 20% do total nacional dos votos receberiam deputados de partido equivalentes à porcentagem de votos atingida. Começando com 5 deputados, os partidos teriam direito a mais um deputado para cada 0,5% a mais obtido, até um máximo de 20 deputados por essa regra. Como esperado, isso queria dizer que partidos que obtivessem qualquer valor entre 10% e 20% dos votos receberiam a mesma quantidade de 20 deputados (SHIRK, 2005, 22-23).

A reforma não teve consequências significativas em termos da representação de partidos de oposição na Câmara de Deputados – em realidade, ela pode inclusive ser considerada como “cosmética” em sua natureza (DAVIS & BRACHET-MARQUEZ, 1997, 97-99). Isso porque ela não modificou substancialmente a proporção de votos que ia para cada partido, o que equivalia a dizer que o PRI continuava com sua hegemonia eleitoral garantida. Em termos gerais, ela foi

responsável por uma mudança substancial em termos qualitativos, com resultados quantitativos limitados. Isso se percebe até por sua menção em trabalhos que analisam a transição democrática. Dos trabalhos que serão analisados abaixo, apenas um deles considera a reforma de 1963 como parte significativa da cronologia da transição mexicana (AGUAYO QUEZADA, 2010b, 10-13).

Seria apenas em 1977, em meio à mudança de retórica governamental, que surgiria uma reforma eleitoral que realizou mudanças mais substanciais, construindo no que havia sido feito em 1963. De forma breve, houve algum fortalecimento da *Comisión Federal Electoral* (CFE), que a partir de agora não mais estaria nas mãos da *Secretaría de Gobernación*. Os partidos políticos foram considerados “entidades de interesse público”, que usufruem de direitos como o de uso permanente dos meios de comunicação, e a Câmara de Deputados passou a contar com até 100 deputados eleitos que necessariamente seriam de oposição, dentre os 400 totais. Para além disso, uma de suas principais características foi a legalização de partidos que anteriormente atuavam na ilegalidade, como o *Partido Comunista Mexicano* (PCM), assim como a facilitação da criação de novos partidos, o que levou ao surgimento do *Partido Socialista de los Trabajadores* (PST) e do *Partido Demócrata Mexicano* (PDM) (PIÑEYRO, 1997, 171).

A reforma de 1977 foi promulgada em um contexto de insatisfação com os progressos realizados desde 1968 na direção da democratização do regime, apesar da mudança retórica observada nos discursos de Gustavo Díaz Ordaz e Luis Echeverría. O exemplo mais gritante de retrocesso foi o fato de que López Portillo, candidato do PRI à eleição presidencial de 1976, havia concorrido em chapa única, já que o principal partido de oposição (PAN) passava por um impasse interno que inviabilizou a proposição de uma candidatura (SHIRK, 2005, 23-24). No discurso presidencial, no entanto, López Portillo afirma que a reforma tem como um de seus objetivos aumentar a representatividade das minorias, para que se expressem a partir de seus números, e para que a luta democrática dos críticos seja instituída. De outra forma, o regime deveria ser considerado ditatorial. Como se fosse um personagem externo ao problema, o novo presidente pede às majorias para que levem em conta os direitos políticos das minorias (LÓPEZ PORTILLO, 1977, 14-17).

No entanto, em termos concretos, é comum argumentar que a reforma eleitoral de 1977 teve por objetivo canalizar a oposição política para meios eleitorais, em um contexto em que a mobilização pela independência e democratização sindicais havia ganhado força (FOWERAKER,

1990, 49; ALCOCER, 1992, 244). O próprio presidente afirmou que os partidos políticos são a forma superior de associação, através do qual se realiza a conduta cívica e se contribui à formação da vontade popular (LÓPEZ PORTILLO, 1977, 14). A expansão do número de partidos de oposição, aliada ao aumento da representação desses partidos na Câmara dos Deputados, equivaleu a dizer que o governo priista se utilizou da Câmara para atrair líderes de partidos de oposição com títulos e salários, efetivamente neutralizando lideranças políticas incômodas (MIGDAIL, 1987, 116). No discurso político amplo, a reforma aos poucos transferiu a tônica anterior em questões sociais para uma nova ênfase no pluralismo político (GALLEGOS CRUZ, 2018, 53).

O terceiro evento significativo para a transição democrática mexicana antes de 1988 foi o terremoto de 8,1 na escala Richter que atingiu a Cidade do México em 19 de setembro de 1985. Com duração de cerca de dois minutos, o tremor foi capaz de matar milhares de mexicanos (a cifra oficial é de 3192 mortos, enquanto organizações da sociedade civil chegam a estimar o número em cerca de 20.000), desalojando outros tantos milhares. Para além do impacto direto em termos de vidas, o evento foi de singular importância por minar a legitimidade de um partido hegemônico que até aquele momento já vivia crises políticas e econômicas datando de mais de uma década. A resposta lenta do PRI levou ao fortalecimento da sociedade civil organizada, com o surgimento de múltiplos grupos (STREET, 1991, 147). O próprio presidente à época, Miguel de la Madrid (1982-1988), afirmou em seu quarto informe de governo que a participação cidadã foi imprescindível para lidar com as consequências do terremoto, e que a ação do governo sozinha teria sido insuficiente (DE LA MADRID, 1986, 162-163). É possível mesmo argumentar que neste momento o conceito de *pueblo* como termo referente ao povo foi abandonado na esfera pública, em favor de um novo conceito de *sociedade civil* (MARTÍNEZ, 2014, 442-443, 456; OLVERA, 2001).

Não apenas de fatos se faz uma democratização: para isso, são necessárias também ideias. O conceito de democracia, no entanto, se mostrou historicamente disputado ao longo do século XX no México, como atesta a breve menção à mobilização do conceito por presidentes mexicanos nas décadas de 1960 e 1970. A partir de uma definição do termo que dá importância central à questão eleitoral, é possível mesmo dizer que, de uma forma ou de outra, a história mexicana desde 1910 é uma história que se vinculou à luta em torno da urna (AGUAYO QUEZADA, 2010a, 11-13). A questão de fato se mostrou importante já em 1910, no documento fundacional do movimento armado que iniciou a Revolução Mexicana. O *Plan de San Luis Potosí*, redigido por Francisco I.

Madero, foi publicado em resposta a um cenário em que Porfírio Díaz havia sido reeleito presidente, chegando ao trigésimo ano do que se convencionou chamar Porfiriato, ao mesmo tempo em que o próprio Madero havia sido preso para impedir sua participação no pleito (AGUILAR CAMÍN & MEYER, 2000, 32-33). A principal reivindicação contida no texto é dos princípios de sufrágio efetivo e não-reeleição (MADERO, 1910, 97).

Poucos anos depois, a Constituição de 1917 trouxe aspectos herdados da luta *maderista*, como a não-reeleição de Presidente (Artigo 83) e Governadores (Artigo 115). O documento foi um resultado direto da atuação de diversos grupos participantes das disputas revolucionárias, ainda que sua escrita tenha se dado sob influência do presidente Venustiano Carranza (1915-20) (GARCIADIEGO, 2004, 248-251). Destacamos em particular seu Artigo 40, no qual fica expreso que “*Es voluntad del pueblo mexicano constituirse en una República representativa, democrática, federal, compuesta de Estados libres y soberanos en todo lo concerniente a su régimen anterior (...).*” O regime anterior a que se refere o trecho é o regime de Porfírio Díaz (1876-1911), momento em que o presidente ditatorial reunia em torno de si os poderes da república, legando pouco ou quase nada aos governadores e silenciando a oposição parlamentar (GONZÁLEZ, 2000, 675). Desta forma, a associação aqui se dá entre democracia, representatividade, e federalismo, em contraste com um regime político anterior em que esses três aspectos eram negados.

É impossível deixar de lado o documento fundacional do *Partido Revolucionario Institucional* (PRI). Publicado em 1946, a declaração de princípios e plano de ação do partido trazem logo em seu primeiro artigo que “*El Partido Revolucionario Institucional acepta, em absoluto y sin reserva alguna, el sistema democrático de gobierno.*” (PACTO). Para além disso, o décimo sétimo artigo fala do apoio às nações democráticas, em meio a uma disputa percebida entre regimes autoritários e regimes democráticos. A democracia é descrita como um regime a partir do qual se garantem, mantêm e desenvolvem os direitos dos indivíduos e dos setores organizados do povo.

No entanto, não apenas em documentos oficiais é possível encontrar discussões e argumentos acerca da democracia. Em 1958, por exemplo, José Revueltas publicou um longo artigo em 1958 em que discute o que considera a “bárbara” democracia mexicana. A partir de uma visão segundo a qual partidos políticos representam os interesses de alguma classe, Revueltas sustenta que esses partidos não têm interesse na instauração de uma democracia de estilo ocidental

no México, já que nada mais seriam do que uma parte extra-oficial do partido no poder, controlado pela classe governante. A exceção seria o PAN, que por sua vez representa a classe bancária e comercial (REVUELTAS, 1958, 33-41). A vitória máxima da classe governante seria justamente de convencer as demais forças políticas a aceitar que ela é a única que tem direito e força para continuar governando o país; dessa forma, “impõe a imposição”. (REVUELTAS, 1958, 56). A alternativa para esse cenário seria a criação de um novo partido, que representasse os interesses da classe trabalhadora, que a partir dessa organização passaria a compreender os papéis que desempenha e que está destinado a cumprir (REVUELTAS, 1958, 58). A ideia de criação de um partido para lidar com o problema mexicano, no entanto, perde força a partir da década de 1960, e praticamente desaparece até fins da década de 1980, como será abordado nos demais capítulos.

Já em 1965 surge o clássico texto de Pablo González Casanova, *La democracia en México* (1965), em que este discute a sociedade mexicana em seus aspectos políticos, econômicos e sociais, e delinea projetos de democracia partindo das visões marxista e sociológica. A primeira parte do argumento de que a Constituição mexicana da década de 1910 foi resultado de uma aliança entre a burguesia incipiente e trabalhadores organizados, ambos contrários ao latifúndio e ao imperialismo. No entanto, por não ter sido capaz de instaurar plenamente o capitalismo, o México não pôde se tornar democrático de fato. A democratização burguesa viria mediante a transformação do país em efetivamente capitalista (GONZÁLEZ CASANOVA, 1965, 148-150). Já neste momento surge o argumento de que não existe mais a possibilidade de uma revolução no México (GONZÁLEZ CASANOVA, 1965, 156), algo que será abordado no capítulo 3.

A análise sociológica, por outro lado, se baseia em obras de Tocqueville, Weber e Lipset para tratar do tema a partir de reflexões acerca da representação, do autoritarismo, e da violência política e econômica. Em particular, González Casanova argumenta que há quatro obstáculos para a democracia no México: 1) a existência de uma sociedade plural e desigual, que se traduz em desigualdade de representação política; 2) o autoritarismo do sistema leva ao autoritarismo dos dominados pelo sistema, na medida em que estes defendem uma democracia econômica a ser implementada por métodos autoritários; 3) a circulação, no México, de ideologias fascistóides que se colocam contra tanto capitalismo quanto comunismo; 4) há setores da sociedade em posição tão economicamente precária que seus membros não têm tempo ou energia para agir contra as violências políticas e econômicas perpetradas pelo regime (GONZÁLEZ CASANOVA, 1965,

163-168). A abordagem sociológica, no entanto, apenas permite concluir que o desenvolvimento da democracia no México é uma probabilidade no futuro do país, e que é requisito para a continuidade do desenvolvimento econômico de forma pacífica (GONZÁLEZ CASANOVA, 1965, 174). Muitos desses aspectos surgem nos debates analisados na presente dissertação, e serão retomados nos capítulos 2 e 3.

Os debates acerca da democracia, no entanto, são mais amplos do que o caso mexicano permite entrever. O conceito em si possui mais de dois mil anos de história, e seu uso é indissociável de efeitos políticos. Seu caráter representativo, no entanto, não era dado de início. Surgida inicialmente em Atenas do século VI a.C. como um regime político baseado na ação direta do cidadão na política, a democracia como ideia e como regime político sofreu mutações ao longo dos séculos para, na Era Moderna, incorporar um elemento de representação que não estava presente na acepção original. Para efeitos desta dissertação, enfatizamos que em sua concepção clássica essa forma de governo foi concebida como feita pelo povo, a partir de participação direta. Esse modelo ficou posteriormente conhecido por “democracia direta”, em contraste com os regimes modernos de “democracia representativa”. O sistema, baseado em uma concepção de liberdade indissociável da igualdade política, partia da ideia de que cada cidadão poderia ocupar tanto o posto de governado quanto o posto de governante. A liberdade, nesse contexto, não significava obedecer apenas a si mesmo, mas sim obedecer ao outro com a consciência de que no futuro se poderia ocupar seu lugar (MANIN, 1995, 19-40).

A passagem para a democracia representativa, a partir de fins do século XVIII, foi acompanhada de uma mudança qualitativa da concepção de liberdade subjacente ao debate democrático. Em 1819 Benjamin Constant argumentou que se os gregos conciliavam a liberdade com a total submissão à vontade da comunidade, os modernos a associam ao direito de se estar sujeito apenas às leis, e não à vontade arbitrária de um ou mais indivíduos (CONSTANT, 1819, 2). Em parte a partir dessa nova concepção de liberdade, a democracia como regime político sofreu mutações significativas, resultando em uma formação política representativa e com menor grau de atuação direta da população em assuntos políticos. Esta concepção, de forma geral, visava responder a duas questões. A primeira, o problema gerado pelo aumento populacional, já que na Europa moderna seria impossível juntar todos os cidadãos em assembleia para que a democracia direta fosse realizada. A segunda, a questão da profissionalização, necessária para cargos de cunho

técnico e cujas funções provavelmente não poderiam ser realizadas por cidadãos escolhidos a partir da sorte, como em muitas vezes foi o caso na Grécia antiga (ARENILLA, 2010, 16-17; MANIN, 1995, 35-60).

Há ainda um terceiro aspecto a partir do qual a democracia moderna é distinta de sua versão ateniense. Para além de se tornar representativa, e de se basear em uma concepção de liberdade distinta daquela da sociedade ateniense, o conceito contemporâneo de democracia possui como um de seus componentes a ideia de que é possível transformar a vida coletiva da humanidade para se adequar a seus requisitos. O adjetivo “democrata” se tornou um rótulo político, um distintivo de honra, e nos anos posteriores à Revolução Francesa surge pela primeira vez em debates políticos a ideia de que é possível “democratizar” uma sociedade. A partir do novo arcabouço, que permitiu ao termo ser instrumentalizado como ferramenta política, este adquiriu uma tração política que jamais chegou a perder de todo (DUNN, 2005, 16-17).

“Democracia” adquire particular importância no século XX, período no qual o termo passou a compor os discursos de quase todas as forças políticas relevantes (KEANE, 1988, ix). Isso equivale a dizer que governos, partidos e movimentos políticos das mais variadas influências reivindicaram “democracia” como parte fundamental de seu projeto – apesar das distintas definições usadas, há o uso quase constante de linguagem avaliativa de conotação positiva, quando se trata do termo (SKINNER, 2002, 170-171).¹⁰ Em outras palavras, ao longo do século XX o conceito de democracia foi mobilizado como forma de conferir legitimidade a discursos políticos dos mais variados tipos, inclusive àqueles usados para legitimar regimes autoritários (DAHL, 1989, 2). Com efeito, democracia se tornou “uma palavra global para nomear a base de legitimidade da autoridade política,” (DUNN, 2005, 15), um termo universalmente honorífico (SARTORI, 1987, 3-4).

Os exemplos mexicanos acima se deram precisamente neste contexto. Eles são só alguns exemplos da mobilização do conceito por diferentes grupos políticos, que podem almejar tanto uma mudança sistêmica (o *Plan de San Luis Potosí*, de Madero) quanto a manutenção do *status*

¹⁰ Como será abordado em páginas seguintes, uma exceção vem de vertentes do pensamento marxista que argumentam, em termos gerais, que a forma política “democracia” como aplicada no século XX nada mais é do que uma nova maneira de garantir a dominação burguesa. Isso se daria a partir de uma igualdade política de cidadãos que exclui a possibilidade de igualdade econômica, ainda que se admita que a democracia historicamente atingida é uma vitória de lutas populares.

quo (documentação fundacional do PRI). A disputa em torno dele se tornaria ainda mais acirrada na segunda metade do século, período que abarca o longo processo de transição democrática mexicano e os objetos de estudo da presente dissertação. Este é um momento no qual “democracia” passa a ser uma baliza para quase todos os projetos políticos propostos, seja pela oposição, seja pela situação, como pôde ser visto a partir dos discursos presidenciais, citados nas páginas anteriores.

O que se segue é uma breve discussão de distintas interpretações do longo processo de democratização do México neste período, agrupados a partir de referentes teóricos que se mostram mais presentes em cada um. O que nos interessa neste capítulo é utilizar o arcabouço teórico relativo ao conceito como tratado academicamente, seja na Ciência Política ou em outras áreas, para melhor compreender distintas visões quanto ao processo mexicano de transição. Não se trata de classificar interpretações da transição democrática mexicana de forma engessada, a partir de um arcabouço pré-definido: os temas tratados a seguir foram todos escolhidos a partir de sua importância na bibliografia analisada. O objetivo deste mapeamento não é criar um modelo engessado a partir do qual as definições contidas em textos mexicanos serão classificadas de maneira acrítica. Como afirmado acima, as vertentes do pensamento democrático descritas abaixo foram escolhidas a partir de sua importância em obras que analisam o contexto mexicano. A ideia central desta seção, para além de uma discussão bibliográfica, é criar hipóteses iniciais do que significa “democracia”, para que então seja possível obter entendimentos historicamente informados (THOMPSON, 1981, 53-54). Em poucas palavras, criar um referente teórico para que se possa melhor compreender as propostas de democratização *a la mexicana* abordadas nos capítulos 2 e 3.

2. Três teorias de democracia e seus efeitos para o contexto mexicano

Existem muitas formas de classificar as diferentes correntes intelectuais acerca do conceito de democracia. Uma possibilidade, de acordo com Giovanni Sartori (1987, p. 14), é de considerar quatro distintas classificações: democracia eleitoral, democracia participativa, democracia de referendo, e teoria competitiva da democracia, com a principal distinção sendo realizada entre teorias participativas e teorias competitivas de democracia. A teoria eleitoral de democracia postula uma opinião pública autônoma que elege governos de consentimento, e que por sua vez respondem

a essa opinião pública (SARTORI, 1987, 110). A teoria participativa sustenta uma forma mista entre democracia direta e democracia representativa, em que se coloca que a ‘participação eleitoral’ não é participação verdadeira (SARTORI, 1987, 112-113). A democracia de referendo é uma concepção teórica, jamais colocada em prática, em que cidadãos tomam decisões acerca de temas políticos com alta frequência, a partir de votações para cada questão, e sem a seleção de representantes (SARTORI, 1987, 115). E a teoria competitiva postula que a democracia é o resultado de um método competitivo de recrutamento de lideranças, no sentido de que eleições competitivas produzem a democracia (SARTORI, 1987, 152).

Uma segunda maneira de classificar o conceito, distinta em pontos significativos, é realizada por Leonardo Avritzer (2002). O autor prefere distinguir a democracia entre teoria elitista, republicanismo, pluralismo, e teoria crítica social. Enquanto a primeira argumentaria em favor da capacidade de elites de resolver os problemas da democracia, as demais discordam desse diagnóstico de formas distintas. A teoria republicana parte do pressuposto de que política está relacionada aos modos de vida de uma comunidade, de forma que a democracia seria uma forma de autogestão da comunidade a partir da liberdade de cada indivíduo. O pluralismo, por outro lado, seria parcialmente influenciado pela obra de Robert Dahl, aprofundada abaixo, e conteria elementos de seleção de elites e também de formação da opinião pública, introduzindo o nível público à concepção de democracia, mas ao mesmo tempo não permitindo ao público ser um espaço político autônomo. Por fim, a teoria crítica social se baseia no conceito de espaço público distinto de Estado e mercado, em que novas questões são pautadas e novas identidades apresentadas, de onde surge a inovação institucional (AVRITZER, 2002, 36-39).

Ainda uma terceira, partindo de um intelectual mexicano, é a delineada por Sergio Aguayo (2010a). De acordo com o autor, no último terço do século XX havia três grandes escolas de pensamento quanto à transição democrática: a estruturalista, a elitista, e a terceira onda. De forma breve, nos anos sessenta, estruturalistas como Barrington Moore e Reynaldo Ortega argumentaram que a economia era a principal variável das origens de democracia. (AGUAYO QUEZADA, 2010ba, 22). Já a escola elitista dava grande importância aos acordos entre as elites, e tinha como seus principais proponentes Przeworski, O’Donnell, Schmitter e Whitehead. O processo de transição democrática é vista a partir de um modelo de liberalização, transição e consolidação

(AGUAYO QUEZADA, 2010a, 22-23).¹¹ Por fim, estudos da terceira onda realizados por Todd Eisenstadt, Soledad Loaeza, Kevin Middlebrook e Reynaldo Ortega ajudam a explicar pontos da democratização que não se encaixam na racionalidade da escola elitista, já que no México em particular não houve uma ‘ruptura pactada’ e o protagonismo de partidos se justifica a partir da canalização da oposição política (AGUAYO QUEZADA, 2010a, 25-26).

A descrição lacônica de diferentes maneiras de classificar o pensamento democrático não tem por objetivo a compreensão ampla dos detalhes e consequências de cada uma. Na realidade, seu único intuito nesta dissertação é demonstrar que há tantas maneiras de classificar as diferentes concepções de democracia quanto há maneiras de definir a própria democracia: como cada definição enfatiza certas características consideradas democráticas, é possível a partir disso criar classificações a partir da presença, grau, ou ausência de tais características. Enquanto a preocupação de Sartori é com os fundamentos da democracia vista a partir de um viés eleitoral, fica claro que as distinções realizadas por Avritzer estão baseadas na presença ou ausência de uma esfera pública autônoma em cada teoria. Já Aguayo se centra na questão das transições democráticas, em particular as latino-americanas, para pensar o conceito.

No caso desta dissertação, adotamos um critério distinto. Não pretendemos traçar um panorama amplo de todas as teorias de democracia no pensamento político ocidental do século XX. Tal panorama seria necessariamente artificial e impossível de realizar em poucas páginas. Além disso, sua consequência direta é o julgamento (implícito ou explícito) do que se encontra presente e, mais importante, *ausente* no pensamento democrático mexicano. Nosso objetivo não poderia ser mais distinto: nas páginas abaixo, pretendemos utilizar textos publicados por cientistas políticos para delinear um aporte teórico-conceitual que facilite a compreensão das ideias desenvolvidas acerca da democracia no México. Há ao menos duas vantagens para tal abordagem. A utilização de teorias amplas para compreender casos específicos permite, em primeiro lugar, “dar nome aos bois”: ao estabelecer uma terminologia a partir da qual discutir o tema da democracia, se facilita a referência a concepções recorrentes. Nesse aspecto, enfatizamos que não há a tentativa de encaixe de propostas democratizantes mexicanas a um arcabouço rígido, e que todas as concepções trabalhadas nas páginas seguintes se baseiam também em considerações

¹¹ Esse modelo será retomado em nossa Conclusão, não sendo fundamental para compreender as ideias analisadas no presente capítulo.

contextuais, como se verá nos capítulos 2 e 3. A segunda vantagem, mais significativa, é de que ao descrever versões esquemáticas de distintas formas de democracia, é possível visualizar mais facilmente diferenças e matizes entre as várias formas de interpretar o longo processo de transição democrática mexicana, assim como entre as diversas ideias defendidas por intelectuais que publicaram nas três revistas analisadas.

O que se segue, portanto, são três grandes grupos de definições de “democracia”, selecionados justamente a partir de sua relevância nos trabalhos que tratam do processo de transição mexicana e nos debates surgidos em *Plural*, *Vuelta*, e *Cuadernos Políticos*. Foram deixadas de lado de lado abordagens que não se mostraram significativas nesse contexto. O primeiro grupo, a teoria minimalista-elitista, surge na década de 1940 e a partir de então toma a dianteira em grande parte dos trabalhos acadêmicos no campo da Ciência Política. Na década de 1970, no entanto, surgem diversas críticas a essa abordagem. Duas delas compõem as demais teorias de democracia aqui abordadas: a teoria da democracia liberal, e a teoria participativa de democracia.

a. Teoria minimalista-elitista

Em se tratando de teorias da democracia, talvez a mais referenciada em trabalhos que tratem do tema é alguma variação do que pode ser chamado de teoria minimalista, formulada originalmente por Joseph Schumpeter (DIAMOND, 1997, 7). Um alemão refugiado nos Estados Unidos, Schumpeter partiu de sua experiência observando mobilizações populares de cunho anti-institucional na Alemanha do entreguerras para criar uma teoria democrática que, em essência, reduz o escopo de participação política das massas.

O principal argumento de Schumpeter acerca da democracia é de que ela nada mais é do que um *método* político, um tipo de arranjo institucional para se tomar decisões políticas (legislativas e administrativas). Em particular, a democracia envolve uma série de procedimentos relativos à seleção de representantes a partir de eleições competitivas. Por ser um método/procedimento, não pode ser um fim em si mesma, já que independe das decisões sendo tomadas a partir do método (SCHUMPETER, 1943, 242).

Ainda que a representação seja fundamental para essa concepção de democracia, é a *competição* a palavra-chave no argumento do autor. Uma competição consciente entre diferentes atores e propostas políticas, às quais o eleitor não possui poder de influenciar, apenas de escolher (SCHUMPETER, 1943, 269, 280-282). Isso porque Schumpeter se encontrava convencido de que mesmo os mais valiosos esforços de educação do público não levavam a resultados extensos, e que a ignorância persistia em face da grande extensão de informações disponíveis às massas. Quanto à educação, em particular, argumenta que “Results are not zero. But they are small. People cannot be carried up the ladder.” (SCHUMPETER, 1943, 262) A redução do escopo de participação política das massas, assim como a restrição da racionalidade política a processos controlados por elites políticas, leva essa concepção a com frequência ser denominada teoria minimalista-elitista de democracia (AVRITZER, 2002, 14-15).¹²

Um segundo ponto de interesse é de que esta é uma concepção do sistema político como semelhante ao funcionamento de um mercado, como atestam distintos exemplos dados pelo autor (SCHUMPETER, 1943, 271, 282-283). O paralelo com modelos econômicos da época, e em particular a teoria do equilíbrio geral de mercados, é aprofundado uma década depois por Anthony Downs em *An Economic Theory of Democracy* (1957), que conscientemente se baseia no que considera a profunda análise de formas democráticas realizada por Joseph Schumpeter (DOWNS, 1957, 29). Na obra, Downs parte do pressuposto de que partidos políticos e cidadãos votante agem com racionalidade em busca de objetivos definidos de forma clara para analisar o funcionamento cotidiano de democracias (DOWNS, 1957, x). A ênfase na racionalidade na obra de Downs se dá baseada na suposição da sua importância para o comportamento humano, algo que também é a base da teoria econômica como conhecida pelo autor (DOWNS, 1957, 4);¹³ o autor evita uma

¹² Ainda que não se tenha por objetivo utilizar o termo “elitista” de forma pejorativa, é notável que essa concepção de democracia tinha por objetivo justamente a exclusão de setores populares do processo de decisão política, com exceção do momento eleitoral – que, por sua vez, era definido pelas elites que compunham partidos políticos. A permanência da dominação de elites se encontra no cerne do pensamento de Schumpeter: ao discorrer sobre o que constitui o corpo de cidadãos de uma determinada nação, o austríaco afirma que a definição de cidadania não pode ser universal, e depende das leis e crenças locais (SCHUMPETER, 1943, 244). Desta forma, para o autor, uma concepção de cidadania que excluísse determinados setores sociais por razões arbitrárias seria perfeitamente válida, já que teria sido escolhida pela sociedade à qual compete.

¹³ O uso do termo “conhecida” se justifica pela complexidade do campo da Economia. Nesse momento, havia uma certa hegemonia de um pensamento econômico voltado ao equilíbrio de mercado em departamentos dos Estados Unidos (STILWELL, 2012, 67-68). Em outros lugares do mundo, e em particular na América Latina, o pensamento econômico se encontrava aberto para outras abordagens. Um exemplo é a obra de Raúl Prebisch *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas* (1950), em que o autor questiona uma das conclusões centrais da Economia *mainstream* estadunidense, de que os países latino-americanos deveriam

discussão acerca da irracionalidade a partir do argumento de que este é um assunto complexo (DOWNS, 1957, 10).

De forma resumida, o autor argumenta que governos baseiam suas ações no que lhes confere votos, e que a racionalidade da pessoa eleitora se dá a partir do voto na opção que mais lhe conferir benefícios (DOWNS, 1957, 36). Essa concepção de sistema político deixa de lado as funções sociais do governo de forma consciente, e o considera como uma força política competindo com outras pelo controle do aparato de Estado (DOWNS, 1957, 51). O autor estende sua concepção de racionalidade, no sentido de uma busca constante e consciente pelo cumprimento dos próprios interesses, a tal ponto que chega a argumentar que

Our basic hypothesis states that political parties are interested in gaining office *per se*, not in promoting a better or an ideal society. (...) Our answer is that uncertainty allows parties to develop ideologies as weapons in the struggle for office. In this role, ideologies are assigned specific functions that shape their nature and development (DOWNS, 1957, 96).

Um terceiro texto de grande relevância para a teoria minimalista-elitista é o livro de Giovanni Sartori, *Democratic Theory* (1962). No entanto, apenas foi possível o acesso à segunda edição da obra, revisada e expandida, e que foi publicada em 1987. Nesta, o autor busca sistematizar concepções anteriores de democracia com o objetivo de retomar um consenso que ele vê como tendo sido perdido: se em décadas anteriores era claro para quase todos o significado do conceito, no momento de escrita da segunda edição o autor acredita que esse significado se perdeu, enfraquecendo as bases da democracia como sistema político (SARTORI, 1987, x-xiii).

Em seu esforço de sistematização, Sartori confirma aspecto elitista da teoria, ao argumentar que a participação política em democracias é mínima e de que em muitas instâncias o público sequer possui uma opinião, mas sim sensações inarticuladas compostas de humores e desvios de sentimento (*drifts of sentiment*) (SARTORI, 1987, 103). No entanto, nem a educação resolveria a questão: Sartori repete o argumento de Schumpeter, de que o cidadão médio cai a um nível inferior de racionalidade quando tem de lidar com questões políticas (SARTORI, 1987, 106-107;

necessariamente ocupar a posição de exportadores de *commodities* na Divisão Internacional do Trabalho, sob o argumento de que este era o arranjo mais eficiente para o sistema econômico global (PREBISCH, 1950, 479-483). A mesma linha de raciocínio estava sendo empregada por Aldo Ferrer no mesmo período (FERRER, 1950, 657-659), e serviria de base para a formação e desenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

SCHUMPETER, 1943, 262-263). Para lidar com isso, a democracia eleitoral relega o pensamento racional aos representantes, e não aos eleitores, que não precisam ser particularmente competentes (SARTORI, 1987, 120). Ainda que não exista uma única classe dominante, ‘minorias controladoras’ sempre existem e guiam o curso da história (SARTORI, 1987, 227). A liberdade da opinião pública é fundamental para a democracia; no entanto, o processo democrático é encapsulado em eleições e no ato de eleger (SARTORI, 1987, 86-88).

Por fim, em um desenvolvimento posterior, a definição minimalista/elitista foi retomada na obra seminal de Samuel Huntington, cientista político estadunidense que ocupou o cargo de coordenador de segurança no *National Security Council* sob a administração Jimmy Carter (1977-81). Na obra em questão (*The Third Wave*, 1991), o autor propõe a existência de três ondas de democratização ao redor do mundo, definidas como momentos em que as transições de regimes autoritários para regimes democráticos são bem mais numerosas do que as transições no caminho inverso, em um movimento que também envolve casos de liberalização sem a transformação em um sistema democrático completo (HUNTINGTON, 1991, 15).

A primeira onda de democratizações, considerada longa e iniciada sob influência das revoluções estadunidense e francesa, teria se iniciado em 1828 e terminado em 1926. O marco inicial é dado pela adoção, nos Estados Unidos, de regras eleitorais que permitiam à maioria dos homens brancos votarem, a partir da abolição de leis relativas ao voto censitário. Depois disso, cerca de trinta países realizaram a transição à democracia, em um processo que terminou em meados dos anos 1920, com a ascensão do fascismo italiano (HUNTINGTON, 1991, 16-18). A segunda onda, considerada curta, se iniciou em 1943 com a ocupação aliada de países como Alemanha Ocidental, Itália, Áustria, Japão e Coreia. Países como Turquia, Grécia, e Uruguai se democratizaram nas décadas de 1940 e 1950, seguindo essa tendência, e as descolonizações contribuíram para o aumento de países democráticos. A segunda onda terminou em 1962, com o golpe militar no Peru que derrubou o governo eleito (HUNTINGTON, 1991, 17-19). E a terceira, ainda em andamento, se iniciou com a derrubada da ditadura salazarista em 1974, se iniciando na Europa e posteriormente se espalhando para a América Latina em anos posteriores, culminando na democratização de países do Leste Europeu com a caída da União Soviética (HUNTINGTON, 1991, 20-23).

Para realizar um estudo tão extenso, que envolvesse dezenas de países, Huntington se viu obrigado a selecionar uma concepção basilar de democracia que permitisse comparações fáceis e rápida classificação de movimentos históricos complexos. O autor argumenta que concepções baseadas nas ideias de liberdade ou igualdade, ainda que sejam positivas, não permitem o tipo de esforço analítico que ele se propunha a fazer. Dessa forma, a concepção de democracia escolhida por Huntington segue de forma consciente a tradição iniciada por Schumpeter, de um sistema em que os tomadores de decisão mais poderosos são selecionados a partir de eleições justas, livres e periódicas em que virtualmente toda a população adulta tem direito ao voto (HUNTINGTON, 1991, 7-9).

Em suma, a teoria minimalista-elitista de democracia surge na década de 1940 a partir da experiência pessoal de Joseph Schumpeter com o fim do regime democrático instaurado na República de Weimar, e se espalha pela Ciência Política como uma definição que não apenas era compatível com o pensamento econômico predominante nos Estados Unidos à época, como também com o estudo sistemático e comparativo de dezenas de países. Sua importância, no entanto, transcendeu a esfera estadunidense, e se estendeu a estudiosos latino-americanos da democracia. Alguns destes se voltaram ao México.

O primeiro é o estudo de Todd Eisenstadt acerca dos conflitos pós-eleitorais no México do último quarto do século XX. O autor considera que a transição democrática se deu entre 1977 e 2000 (EISENSTADT, 2004, 2). Ainda que instituições eleitorais como o *Instituto Nacional Electoral* (INE) não existissem no México em 1977, o foco de Eisenstadt é na relação entre essas instituições e os principais partidos de oposição (o *Partido de la Revolución Democrática* (PRD) e o *Partido Acción Nacional* (PAN)). Em uma análise que se aproxima da de Sartori (SARTORI, 1987, 86-88), o autor considera que a existência dessas instituições (interpretadas como plataformas de debate público) é causa necessária, mas não suficiente, para gerar a transição. A presença de meios institucionais para se contestar eleições é o que importa para a análise (EISENSTADT, 2004, 13-14), e movimentos sociais surgem no trabalho apenas como parte da organização do PRD (EISENSTADT, 2004, 20).

Outro trabalho que enfatiza eleições procedimentais como o marco central da transição é o de Andreas Schedler, para quem o processo estava terminado em 1999, resultado de diversas rodadas de negociação de reformas eleitorais. Ainda que naquele momento o PRI ocupasse a

cadeira presidencial, sua maioria no Legislativo já havia sido perdida, e as instituições de garantia da lisura eleitoral já existiam de forma independente do partido (SCHEDLER, 2000, 326-334). Para o autor, acadêmicos e analistas do caso mexicano que discordavam de sua análise estariam partindo de concepções mais ou menos idealizadas de democracia que iriam para além da questão formal (SCHEDLER, 2000, 335-337), no que também concorda com o argumento de Sartori exposto acima.

Por outro lado, o ano de 1977, escolhido por Eisenstadt, não é consensual como ano inicial do processo de transição. Na verdade, para a maior parte dos que consideram a democracia procedimental como aspecto central da transição mexicana, 1988 é o ano elencado como início do processo. Isso se dá a partir da ênfase no desempenho eleitoral do PRI como marco central da transição. Ainda que fosse possível argumentar quanto a uma perda de capacidade de mobilização do partido hegemônico já a partir de 1982,¹⁴ os demais trabalhos analisados afirmam que é a difícil vitória eleitoral de Carlos Salinas à presidência, com apenas 50,36% dos votos, a responsável pelo início do processo de transição democrática. Julio Labastida usa esse evento, por exemplo, para argumentar que a partir desse ano o país passou a viver em uma situação política distinta da anterior (LABASTIDA, 1991, 135). Wil Pansters, por outro lado, chega a considerar que a transição se inicia a partir de fatores econômicos em décadas anteriores, mas que se concretiza de fato apenas a partir da grande crise eleitoral de 1988 (PANSTERS, 2012, 749-750).

Sarah Babb também considera que as crises econômicas vividas pelo México a partir da década de 1970 representam uma das bases fundamentais para o processo de democratização, em sua obra sobre a ascensão de economistas como tecnocratas em meio à administração pública *priista*. No entanto, a democracia formal é o paradigma central para se compreender o caso mexicano no trabalho da autora. Ainda que trate de uma transição cujo ponto de partida foi o movimento estudantil de 1968, a partir de questões tanto políticas quanto econômicas, a autora enfatiza reformas eleitorais realizadas por administrações *priistas* posteriores ao evento, em uma

¹⁴ Já em 1984 era possível falar em uma perda da capacidade de mobilização do partido a partir de 1982, algo observável a partir de sua perda de prestígio eleitoral (PESCHARD, 1984, 63). Isso porque a eleição presidencial de Miguel de la Madrid, em 1982, representou o pior desempenho do PRI nas urnas desde sua criação, com o presidente obtendo apenas cerca de 75% dos votos. Além disso, em 1983 há uma série de pleitos locais em que o PRI também venceu com alguma dificuldade.

democratização formal que parece ter sido conduzida majoritariamente pelo partido (BABB, 2002, 111-113, 122).

E é justamente a ênfase no partido hegemônico que parece ter sido central para análises que consideram a democracia procedimental como baliza do processo mexicano. O trabalho de Joy Langston é essencial para esse argumento. Sua obra é um estudo sobre partidos políticos autoritários em meio a processos de democratização, em que o partido hegemônico mexicano foi escolhido como fonte central e partidos de oposição são deixados de lado. A autora argumenta que, ainda que a confiança popular no partido tenha começado a decair a partir das crises econômicas da década de 1970, a transição mexicana de fato se iniciou em 1988, ano em que o PRI teve sérias dificuldades em vencer a eleição presidencial, obtendo apenas 50,70% dos votos.¹⁵ A transição estaria terminada em 2000, ano em que o PRI experimentou sua primeira derrota em uma eleição presidencial (LANGSTON, 2017, 2).

A escolha de cronologia é significativa. Langston afirma que 1988 representou um “susto eleitoral”, responsável por mudanças fundamentais quanto ao comportamento interno do PRI (LANGSTON, 2017, 64), o que justifica sua escolha como ano inicial do processo de transição. No entanto, tomar 1988 como ano inicial da transição a partir de um “susto eleitoral” deixa claro que o objetivo da análise é o próprio PRI. Ainda que a autora deixe claro que essa é uma história *do PRI* (LANGSTON, 2017, 11), a escolha de marcos inerentes à história do partido para falar do processo de democratização como um todo nos faz concluir que esta é, em certa medida, uma história *priista*.

E isso se aplica, em graus variados e com exceção do trabalho de Eisenstadt, aos demais trabalhos analisados nessa seção. Acreditamos que isso é consequência do uso da teoria minimalista-elitista para compreender processos de transição democrática. Ainda que outros fatores de democratização sejam citados, como mobilizações populares e insatisfações econômicas, análises que levam em conta apenas a democracia procedimental em contextos autoritários invariavelmente acabam por enfatizar o partido no poder. Acreditamos que essa é uma consequência talvez inesperada, mas não indesejada (por seus criadores), do uso da teoria: se a

¹⁵ Para efeitos de comparação, o presidente Carlos Salinas, eleito em 1988, foi o primeiro candidato do PRI a receber menos de 70% dos votos, sendo que com exceção de outros três candidatos *priistas*, todos os demais eleitos de 1929 a 1988 haviam recebido ao menos 85% dos votos.

baliza para o grau de democracia de um regime político é o grau de competição pelo voto, pouco importam outros elementos importantes, como a opinião pública, mobilização de massas, e representatividade.

Essa interpretação já surgia no fim dos anos 1990 no México. José Piñeyro, ao tratar da transição política que percebia no país, foi categórico ao afirmar que

Son diversos en tiempo e intensidad las artimañas, los mitos y engaños usados por el grupo gobernante priista para intentar imponer una transición política a su medida: ordenada, gradual y dosificada, sacrificando lo secundario pero manteniendo lo esencial, esto es, el monopolio de la reforma electoral, de la política financiera y social macro y micro y, por supuesto, el monopolio de violencia del Estado, las fuerzas armadas (PIÑEYRO, 1997, 165).

O autor afirmou ainda que aqueles que pensavam que a transição mexicana daquele momento era democrática se utilizavam de dados mais aparentes do que essenciais, como o número de municípios e estados dominados por partidos de oposições sem a distinção de quais são reais opositores do regime, ou o aumento do padrão de competição eleitoral. Os elementos essenciais da democracia, que estariam sendo deixados de lado pela opinião pública e por muitos intelectuais nesse momento, eram quatro: 1) uma real divisão dos poderes federais; 2) o financiamento público proporcional e supervisionado pelos partidos; 3) acesso irrestrito desses partidos aos meios de comunicação de massa; e 4) desaparecimento do partido de governo/Estado como tal, com sua reconstituição como apenas mais um partido na arena política (PIÑEYRO, 1997, 165). Nisso, o autor se alinha com uma concepção de democracia comumente denominada democracia liberal, e que envolve mais aspectos que a definição minimalista-elitista tratada até o momento.

b. Democracia liberal

No início dos anos 1970, já havia surgido uma série de escritos políticos que se opunham a considerar a definição minimalista-elitista como a mais adequada para descrever regimes democráticos. Uma dessas correntes foi capitaneada por Robert Dahl, cientista político estadunidense que se baseou no conceito de “poliarquia” para tratar do tema. O termo se refere ao que Dahl, em sua obra *Polyarchy* (1971), entende como regimes políticos que mais se aproximam

do ideal de democracia, ainda inatingido por completo. Para ele, uma característica fundamental da democracia é a responsividade contínua do governo às vontades de seus cidadãos, considerados iguais políticos; ainda que outras características sejam importantes, é essa que considera fundamental, e é ponto central de sua obra (DAHL, 1971, 1-2). Dessa forma, a democratização de um regime político passa por duas dimensões centrais: a primeira envolve mecanismos que permitem a oposição efetiva e a competição política; a segunda, a proporção de cidadãos que pode participar do sistema político (DAHL, 1971, 4-8). Para que isso seja possível, oito garantias institucionais se fazem necessárias: 1) liberdade de formar e se juntar a organizações; 2) liberdade de expressão; 3) direito de voto; 4) elegibilidade para ocupar cargos públicos; 5) direito de líderes políticos de competir por apoio; 6) fontes alternativas de informação; 7) eleições livres e justas; 8) instituições que levem políticas públicas a depender da preferência expressa dos cidadãos (DAHL, 1971, 3). Aqui, já é possível vislumbrar diversos aspectos que foram levantados por José Piñeyro como essenciais para a democracia, mas que se encontravam enfraquecidos no debate público mexicano e no próprio processo de transição em curso no país.

Em *Polyarchy*, há diversos momentos em que Dahl trata o termo como equivalente a “política competitiva”. Por outro lado, em obra posterior, *Democracy and its Critics* (1989), ele se estende sobre quais as características centrais da democracia como *ordem política*. O autor entende este termo como se referindo a uma ordem criada para a tomada de decisões dentro de associações, com dois estágios: a criação da agenda, e a decisão quanto aos efeitos. Uma ordem política democrática necessariamente contém ao menos quatro elementos. O primeiro é a participação efetiva, no sentido de que todo cidadão deve ter direito a expressar sua opinião acerca de determinado tema discutido na esfera política. O segundo é a igualdade de voto no momento da tomada de decisões, independente da opinião e origem de cada cidadão. O terceiro é um entendimento esclarecido (*enlightened*), no sentido de que todo cidadão deve ter oportunidades iguais e adequadas para descobrir e validar as decisões a serem tomadas. O quarto é o controle da agenda, em que os temas a serem debatidos politicamente devem ser escolhidos por meio do processo democrático. Quanto ao último ponto, mesmo decisões quanto à delegação de autoridade devem passar pelo processo democrático, evitando assim a alienação do povo (DAHL, 1989, 106-114).

Em suma, o entendimento de Dahl de democracia, e conseqüentemente de poliarquia, se baseia em dois aspectos fundamentais. O primeiro deles é quanto ao processo democrático, aos procedimentos que devem ser realizados por uma determinada ordem política para que esta seja considerada democrática. O segundo, que distingue a teoria do autor da teoria minimalista-elitista, é a ênfase na oposição política e nos aspectos institucionais que tornam possível essa oposição, como a liberdade para formar e se juntar a organizações e a liberdade de expressão (DAHL, 2000, 156-157)

Os escritos de Dahl quanto à poliarquia, portanto, adicionam elementos significativos à teoria minimalista-elitista. Esta faz parte da base da democracia liberal, mas não corresponde a ela por completo. Em termos históricos e teóricos, a democracia liberal parte do argumento de que indivíduos possuem o direito de não serem submetidos a qualquer força para além da lei. Essa lei é escrita por uma sociedade que se utiliza do poder legislativo para regular o bem comum. A participação política é secundária em relação à liberdade individual; liberdades naturais são renunciadas na medida em que essa renúncia permite a obtenção de maiores liberdades civis (ARENILLA, 2010, 17-18). Em uma definição mais extensa, ainda que esquemática e resumida, a democracia liberal inclui ao menos nove componentes. São eles:¹⁶

- 1) Oficiais eleitos controlam o Estado, e são responsabilizados democraticamente, com a esfera militar sendo subordinada a civis eleitos.
- 2) O poder Executivo é limitado pelo poder autônomo de outras instituições governamentais (Judiciário, Parlamento, etc.).
- 3) Resultados eleitorais são incertos antes da contagem dos votos, com votação significativa de oposição, e sem impedimento de participação para aqueles que aderiram aos princípios constitucionais.
- 4) Grupos culturais, étnicos e religiosos não são proibidos de expressar seus interesses, e nem de utilizar sua língua e expressar sua cultura.
- 5) Há diversos canais de expressão e representação de interesses para além de eleições intermitentes e partidos políticos.

¹⁶ Todos os nove componentes foram retirados do artigo de Larry Diamond sobre a Terceira Onda (1997, 13).

- 6) Há fontes alternativas de informação, que incluem mídia independente.
- 7) Indivíduos possuem liberdade significativa de crença, opinião, expressão, publicação, demonstração, associação e petição.
- 8) Cidadãos são iguais politicamente sob a lei, e as liberdades até agora citadas são defendidas por um judiciário independente e não-discriminatório.
- 9) A lei protege cidadãos contra detenções injustificadas, exílio, terror, tortura ou interferência indevida em suas vidas pessoais, tanto pelo Estado quanto por outras forças.

Dos nove componentes indicados acima, a teoria minimalista-elitista abarca apenas os pontos um e três. Já a poliarquia contribui para a lista com os pontos quatro, cinco, seis e sete. Os pontos dois, oito e nove, por outro lado, se conectam diretamente à ideia de defesa de indivíduos perante a coletividade. Em termos concretos, esses princípios têm se traduzido em sistemas políticos que expandem a democracia eleitoral com aspectos do constitucionalismo liberal, a partir de instituições que protegem liberdades básicas de expressão, associação, religião e propriedade. Seria esse mesmo constitucionalismo liberal o responsável pelo item dois, da divisão de Poderes como parte fundamental da democracia (ZAKARIA, 1997, 22).

Quanto ao processo de transição democrática mexicana, a teoria da democracia liberal encontra ramificações. José Woldenberg, por exemplo, enfatiza que o aspecto eleitoral foi apenas um dos elementos presentes no processo. Ainda que seu livro seja organizado em torno das reformas eleitorais conduzidas desde 1977 no país, o autor afirma que também formam parte do processo a descentralização e federalização, assim como a independência do Judiciário frente ao Executivo (WOLDENBERG, 2012, 11-12). Ele enfatiza também o fato de que grupos que antes não se aproximavam da mobilização sindical passaram a fazê-lo, como bancários, universitários, técnicos, e mesmo profissionais da PEMEX¹⁷ (WOLDENBERG, 2012, 14-16).

Outro exemplo é o artigo de Rogelio Hernández Rodríguez e Wil Pansters, onde os autores se aprofundam para além do que foi colocado no artigo de Pansters mencionado acima. Nele, ecoam o argumento de Sartori de que a democracia formal é o único elemento intrinsecamente ligado ao sistema democrático, mas concordam que outros elementos são necessários para o

¹⁷ PEMEX é a sigla da empresa *Petróleos Mexicanos*, que ao longo de boa parte do século XX deteve monopólio da extração do petróleo no país.

aprofundamento ou consolidação de um regime democrático, em um alinhamento à teoria liberal. Estes incluem a eficiência do Estado em fazer valer a igualdade perante a lei, assim como a redução da desigualdade econômica, entre outros fatores (HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ & PANSTERS, 2012, 760-761, 791).

O trabalho de María Inclán vai na mesma direção. Partindo da concepção de democracia liberal, a autora afirma que, se por um lado a transição mexicana se deu a partir de rodadas de negociações por reformas eleitorais, por outro não houve o estabelecimento de instituições formais e informais inerentes a uma democracia liberal. A democracia implementada no país até o fim do século XX estaria, portanto, incompleta, na medida em que se deixou de criar canais de negociação e representação para além de partidos políticos, assim como medidas para garantir a luta contra a impunidade e a corrupção (INCLÁN, 2018, 2, 5-6).

Roger Bartra sistematiza a questão da transição de forma mais esquemática, e a divide em dois ciclos distintos. O primeiro, pertencente à esfera política e eleitoral, remete em particular ao declínio do PRI como partido capaz de vencer eleições para a cadeira presidencial. Teria se iniciado em 1988, e terminado em 2000, e foi acompanhado pela descentralização do poder, federalização e parlamentarização (BARTRA, 2013, 9, 13-14). Nisso, o autor também se junta a Woldenberg, Hernández Rodríguez, Pansters e Inclán em uma abordagem liberal da teoria democrática. O segundo ciclo, mais longo, pertence à esfera da cultura política. Para o autor, a cultura política mexicana seria populista em sua natureza, no sentido de envolver hábitos autoritários, mediações clientelísticas, símbolos nacionalistas, apoio a personalidades carismáticas, instituições estatistas, e a exaltação do povo simples e humilde. A transição para uma cultura política democrática passaria pelo abandono dessas características, algo que estaria sendo feito de maneira paulatina desde 1968, em um processo que não se mostrava terminado em 2007, ano da publicação original do artigo em questão (BARTRA, 2013, 13, 74-75, 137).¹⁸

¹⁸ A obra de Bartra trazida para a análise é um compilado de artigos de opinião publicados pelo autor ao longo dos doze anos precedentes à sua compilação. Em que pese o risco de estipular uma coerência conceitual inexistente nas evidências, propensão comum quando da análise de um *corpus* documental extenso escrito por um mesmo autor (SKINNER, 2002, 67-70), o fato de o livro ser organizado pelo próprio Bartra, a partir de um tema central resumido no título da obra, nos faz concluir que ao menos o autor acreditava que seus artigos passavam uma mensagem relativamente coerente quanto à transição. Dessa forma, nossa análise toma a obra como conjunto, e não como artigos avulsos a serem analisados individualmente.

A distinção de Bartra entre dois processos de democratização é fundamental. Isso porque traz um ponto que passou ao largo das tradições de pensamento democráticas abordadas até o momento: a participação política de um povo com uma cultura política democrática. A questão é parcialmente contemplada no item cinco da definição de democracia liberal colocada acima, na medida em que se fala em canais de participação distintos de eleições, mas vai além dela. Para compreender exatamente o que Bartra quer dizer com a transição para uma cultura política democrática, é necessário considerar uma terceira tradição de pensamento quanto ao tema.

c. Democracia participativa

A teoria minimalista/elitista parte da suposição de que a democracia política nada mais é do que uma série de procedimentos para a seleção de representantes/elites a partir de um jogo competitivo. Em termos concretos, isso condiciona a democracia a restrições fundamentais, na medida em que a política se reduz a operações de um corpo formado por elites, o que diminui a esfera de atuação a um mínimo, em nome da manutenção da estabilidade e de uma compensação de tendências antidemocráticas das elites. A estabilidade vem do fato de que em um jogo político baseado na escolha competitiva de elites, o papel político mais significativo a ser representado pelas massas é a do próprio momento de escolha; afora esta possibilidade, ações de cunho político passam a carecer de legitimidade. Para além disso, as menores possibilidades de atuação fazem com que a formação da opinião pública seja deixada de lado (AVRITZER, 2002, 22).

Esses pontos, no entanto, não escapavam à atenção de estudiosos da democracia. Se a década de 1970 viu o surgimento dos trabalhos de Robert Dahl acerca da poliarquia, que eventualmente seriam incorporados à ideia de democracia liberal, ela também presenciou o surgimento de outra corrente do pensamento democrático. Já em 1970 Carole Pateman publicou seu livro *Participation and Democratic Theory*, em que oferece uma interpretação de democracia baseada no conceito de *participação*. Nisso, contrasta com a teoria de Schumpeter, construída a partir da contradição à ampla participação política. Pateman afirmou que em seu tempo, no entanto, a concepção de democracia defendida por Schumpeter, Sartori, e outros, era a base para todos os trabalhos no campo. Acreditava que isso se dava por dois motivos. O primeiro é de que o sistema descrito nessas obras estaria grosso modo em operação no mundo Anglo-Saxão, que já viveria na “democracia ideal”. Dessa forma, a inexistência empírica do que se entende como concepção

“clássica” de democracia, baseada na participação política, a tornaria indesejável como concepção teórica. Além disso, mesmo críticos de Schumpeter aceitavam que por diversos pontos a participação política é um potencial problema para a democracia, o que fazia com que implícita ou explicitamente a teoria de Schumpeter fosse adotada em virtualmente todos os trabalhos da área (PATEMAN, 1970, 3-10).

Pateman, no entanto, ofereceu uma concepção de democracia participativa baseada no sistema político descrito por Rousseau em seu *Do contrato social*, e nos escritos de John Stuart Mill quanto à importância da participação em sistemas políticos como ato pedagógico e de interesse da população afetada por aqueles sistemas (PATEMAN, 1970, 27-35). Para isso, ela se baseou no trabalho de G. D. H. Cole, que havia expandido essa concepção de participação em sua teoria das associações, que formariam a base de sociedades. De acordo com Cole, o indivíduo só é auto-governante se puder participar do processo decisório de todas as associações das quais fizer parte, e que essas associações sejam livres para controlar seus próprios interesses. O princípio democrático da participação deveria ser aplicado em todos os níveis em que o indivíduo estivesse envolvido, e não apenas na esfera especial do que se conhece por “política” (PATEMAN, 1970, 36-37). Para além disso, e de forma central,

For Cole, like Rousseau, there could be no equality of political power without a substantive measure of economic equality (...). In Cole’s view ‘the abstract democracy of the ballot box’ did not involve real political equality; the equality of citizenship implied by universal suffrage was only formal and it obscured the fact that political power was shared very unequally. (PATEMAN, 1970, 39)

Pateman então expõe sua própria teoria participativa de democracia, construída a partir do argumento de que indivíduos e instituições não podem ser tomados em isolamento uns dos outros, assim como de que a existência de instituições representativas a nível nacional não é suficiente para se considerar um regime democrático. A participação deve ocorrer em todas as instituições das quais o indivíduo faz parte, que aqui são todas consideradas políticas em sua natureza, e serve de prática para a participação democrática de forma geral. Para que uma sociedade democrática exista, é necessário que uma sociedade participativa exista (PATEMAN, 1970, 42-43).

A discussão é desenvolvida posteriormente por John Keane, que se propõe a resolver a questão da participação política a partir da aceitação do conflito como cerne de regimes

integralmente democráticos. O autor parte de uma concepção de democracia como um regime no qual as decisões de coletividades de todos os tamanhos, seja dentro da sociedade civil ou do Estado, são tomadas direta ou indiretamente por todos os seus membros. Rejeita de forma consciente uma definição estreita, que considera democracia simplesmente como governo por meio de competição partidária e primazia da letra da lei, e argumenta que o tema se estende para questões como soberania, revolução, ideologia e ameaças às liberdades civis e políticas por parte do Estado e do neoconservadorismo (KEANE, 1988, ix-x).

De acordo com Keane, um regime democrático necessita de uma sociedade civil democrática que conviva com um Estado democrático. Isso porque a pluralidade no seio da primeira torna necessárias iniciativas políticas e reconhecimento legal por parte do segundo (KEANE, 1988, 22). O conjunto de Estado e sociedade civil é composto de uma pluralidade de esferas públicas, em que indivíduos e grupos possam expressar sua solidariedade ou oposição aos interesses uns dos outros. Nesse sentido, é necessário mesmo o abandono de verdades definitivas da existência humana, como aquelas historicamente defendidas de natureza, nação, soberania do povo, individualismo e progresso (KEANE, 1988, 238). Keane se baseia no trabalho de Tocqueville para argumentar que as bases da ordem política e social são permanentemente instáveis, e que o conflito político e divisão social são inerentes a essa ordem plural. É por isso que instituições e decisões no interior de sistemas totalmente democráticos nunca serão totalmente aceitas, já que controvérsias quanto ao poder, justiça e leis não podem ser resolvidas de forma permanente (KEANE, 1988, 240). “To defend democracy against these and other ideologies is to welcome indeterminacy, controversy and uncertainty. (...) It is to be prepared for the emergence of the unexpected, and for the possibility of creating the new” (KEANE, 1988, 241).

Uma concepção semelhante é usada por Cornelius Castoriadis quase uma década depois, em que considera que o objetivo da política não é a felicidade, mas sim a liberdade, entendida como autonomia frente ao coletivo e frente ao indivíduo, inconcebíveis um sem o outro (CASTORIADIS, 1995, 70). Nisso, Castoriadis se difere da liberdade como entendida em meio à democracia liberal: enquanto essa enfatiza uma liberdade do indivíduo frente às pressões e potenciais coerções do coletivo, o autor a toma como autonomia frente tanto ao coletivo quanto a indivíduos. Enquanto a democracia liberal se baseia no individualismo, Castoriadis propõe uma noção de liberdade com fundamento coletivo.

Em termos de democracia, Castoriadis a define como um regime em que a esfera pública se faz real e efetivamente pública quando se encontra aberta à participação de todos (CASTORIADIS, 1995, 72). O autor se utiliza dessa concepção da participação pública em sua distinção entre democracia como procedimento e como regime. A primeira, cerne da teoria minimalista-elitista, se distancia da concepção clássica de democracia na medida em que dá voz a um individualismo que cria a ficção de um indivíduo-substância, bem definido em suas determinações essenciais, que são independentes de toda sociedade (CASTORIADIS, 1995, 65-67). Para Castoriadis, os procedimentos democráticos são importantes, mas são apenas parte de um *regime* democrático. Eles foram originalmente concebidos não como simples meios, mas como momento de institucionalização e facilitação de processos que já eram realizados, como a rotação, sorteio, decisão posterior à deliberação, entre outros. São um resultado social, a partir da prática de uma sociedade que pressupunha a igualdade entre indivíduos (CASTORIADIS, 1995, 77). Nesse sentido, mesmo que procedimentos sejam por si só democráticos, eles ainda precisam ser aplicados por seres humanos, que podem carecer de crenças democráticas. Para que indivíduos consigam fazer valer esses procedimentos segundo seu “espírito” original, é necessário que os próprios indivíduos possuam formação social democrática, que siga a definição proposta acima (CASTORIADIS, 1995, 74-75).

Quanto ao caso mexicano, a teoria participativa de democracia levou a interpretações da transição democrática que enfatizavam a ação popular. Há uma série de trabalhos que argumentam que o massacre de Tlatelolco foi um momento fulcral para a história política mexicana do século XX, contribuindo seriamente para a perda de legitimidade do partido no poder (PESCHARD, 1984, 59; ZERMEÑO, 1987, 71; LABASTIDA, 1991, 129; AGUILAR CAMÍN & MEYER, 2000, 329-331). Julio Labastida, por exemplo, argumenta que o movimento estudantil de 1968 foi uma extensão de movimentos operários em 1958-59 e do movimento médico de 1965, e fazia reivindicações relacionadas aos setores mais modernos e dinâmicos da sociedade. A forte repressão a esse movimento, e a conseqüente perda de prestígio tanto nacional quanto internacional, levaram as administrações Echeverría (1970-76) e López Portillo (1976-82) a falar em democratização, ainda que a partir de enfoques distintos em cada caso (LABASTIDA, 1991, 129; ZERMEÑO, 1987, 73-78).

Esses escritos, surgidos nas décadas de 1980 e 1990, se inserem em uma tradição de trabalhos que consideram o movimento estudantil de 1968 um divisor de águas da história mexicana, tanto em termos da abertura democrática quanto de mudanças culturais e simbólicas (CERÓN, 2012, 237; ALLIER-MONTAÑO, 2016, 8). É necessário enfatizar que foi apenas com o passar do tempo que a importância do massacre de Tlatelolco como marco fundacional da democratização cresceu (ALLIER-MONTAÑO, 2009, 289). Os trabalhos mencionados no parágrafo anterior foram publicados em momento em que a tímida instalação da denúncia quanto ao evento já havia sido realizada, e as comemorações ao massacre já haviam se tornado um dos (poucos) espaços em que atores sociais e políticos podiam expressar suas demandas ao governo. 1985 foi um ano de particular importância, já que em meio à intensificação da mobilização social em resposta ao terremoto surge uma memória de elogio ao movimento estudantil de 1968, ao lado da memória da denúncia que já estava estabelecida (ALLIER-MONTAÑO, 2009, 296-303; MARTÍNEZ, 2014, 454-456).

A questão participativa é central também para o trabalho de Dolores Trevizo, que se aprofunda em aspectos da mobilização social que teriam sido parte integrante da democratização formal do México. Sua hipótese central é de que a repressão ao movimento estudantil de 1968 foi o início de um longo processo de mobilizações rurais, tanto em termos de camponeses quanto de empresários do campo. 1968 teria gerado, em particular, três movimentos importantes para a democratização: 1) a criação de organizações de direitos humanos, mobilizando em boa parte a sociedade civil urbana nesse processo; 2) a mobilização de camponeses, aliados a ex-estudantes que passaram a atuar de formas pacíficas ou violentas, o que contribuiu com bases populares para a resiliência do PRD como força eleitoral em anos posteriores; 3) a resposta de capitalistas agrários a esses movimentos rurais, a partir da adoção de reivindicações liberalizantes tanto na política quanto na economia, e que ajudaram a revitalizar o PAN (TREVIZO, 2011, 20-24). Algo similar é argumentado por Larissa Riberti, que ao mesmo tempo em que concorda com a centralidade de 1968 como marco da luta política mexicana, critica boa parte da historiografia a respeito da transição democrática por deixar de lado uma série de movimentos guerrilheiros atuantes no país nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Nesses trabalhos, se torna impossível identificar a relação direta entre as ações desses movimentos e as transformações pelas quais o regime político mexicano passou naquele momento e em décadas seguintes. Riberti reafirma a importância de se considerar não apenas movimentos sociais quando se pensa na democratização mexicana, mas também de se

incluir seus setores armados nessa análise (RIBERTI, 2020, 219-221). Dessa forma, a democratização do Estado mexicano, a partir da adoção de democracia como procedimento, é interpretada a partir do ímpeto da mobilização social, com uma ligação mais direta entre a democratização da cultura política do país e a democratização do regime. É isso que fundamenta a cronologia preferida por Trevizo e por Riberti, de uma democratização que se inicia em 1968 e termina em 2000 (TREVIZO, 2011, 29-30), ainda que Riberti enfatize as limitações da transição atingida, em particular com relação à instrumentalização do novo governo de demandas populares por justiça pelos atos cometidos no regime anterior (RIBERTI, 2020, 230-238).

Algo semelhante faz Sergio Aguayo Quezada, em seu compilado de documentos acerca da transição (*La transición en México*). Para o autor, o processo se inicia em 1963, escolhido tanto por uma reforma eleitoral sob o presidente López Mateos (1958-64), quanto por ser um momento em que o autor vê uma diversificação nos protestos pela mudança das regras para se disputar cargos públicos. A transição possui três elementos centrais: 1) o debilitamento do bloco governante, causado por crises/bonanças econômicas, alianças/fraturas por cargos, ou diferenças de fundo de seus diversos setores quanto à transformação do sistema e seus valores; 2) incremento gradual da autonomia e poder de grupos e pessoas, assim como aumento nas formas de se relacionar com o poder (o que inclui intelectuais, movimentos cívicos, grupos armados, partidos, empresários, igrejas, cartéis de droga, etc.); 3) o fator externo, em particular as influências de Estados Unidos e Cuba (AGUAYO QUEZADA, 2010a, 11-13).

A concepção participativa da democracia é um dos motivos centrais para que Aguayo Quezada não considerasse que o processo de democratização mexicano estivesse completo em 2010. Ainda que admita que ocorrem no país eleições frequentes e limpas, neste ano publicou outro livro (*Vuelta en U*) em resposta a uma percepção de que a democracia mexicana sofria um retrocesso naquele momento, em boa parte porque sobreviveram no país diversas forças autoritárias dos tempos priistas (AGUAYO, 2010a, 15-17). Nisso se alinha a Roger Bartra, cujo compilado de artigos acerca da transição democrática foi publicado em um contexto em que o autor a via em risco, em particular após a eleição presidencial de 2006, que envolveu acusações de fraude eleitoral feitas por Andrés Manuel López Obrador, que havia perdido a eleição para Felipe Calderón por 0,6% dos votos totais (BARTRA, 2013, vii). A questão da necessidade de uma cultura política democrática surge em resposta a esse momento de incerteza.

Em *Vuelta en U*, Aguayo toma de empréstimo a definição de Juan Linz de democracia, de acordo com a qual

existe democracia cuando no se excluye a ningún miembro de la comunidad política, no se le prohíbe que participe en la competencia electoral, ni se veta la expresión de sus ideas. Es obvio que en un esquema de este tipo las elecciones limpias y confiables tienen una función central, protagónica. (AGUAYO, 2010a, 21).

Sua teoria é de uma transição a partir de cinco pontos, cada um com marcos temporais próprios. O primeiro deles são mudanças na estrutura econômica do país, que envolvem o peso da capital e das regiões e está ligado à ideia de que a democratização no caso mexicano parte das cidades, e em particular da Cidade do México, e irradia para o campo. O segundo ponto é um aprofundamento do que já havia sido apresentado acima, e se relaciona à debilitação do bloco historicamente governante. Aguayo acrescenta aos pontos levantados o aumento do poder de governadores nas últimas décadas do século XX, em meio a mudanças estruturais no aparato de segurança, que incluem a recusa das Forças Armadas em continuar participando da repressão de manifestações pacíficas. O terceiro ponto se estende do segundo ponto de *La transición en México*, quanto ao incremento da autonomia de grupos e pessoas, e acrescenta que o fortalecimento de partidos políticos significou um certo descolamento de movimentos cívicos, o que contribui com a interpretação de que a reforma eleitoral de 1977 teria servido em boa parte como forma de cooptação de lideranças de oposição. O quarto ponto se relaciona ao peso do fator externo, não como força em favor da democratização do México, mas a partir de um contexto internacional em que países foram coniventes com a situação mexicana, desde que ela não afetasse diretamente seus interesses. O quinto ponto, por fim, se refere ao papel da informação e das consciências, e de um longo processo de construção de instituições e de um regime a partir da mudança de consciência da população, com o enfraquecimento de aspectos de dominação institucional (AGUAYO, 2010a, 27-37). O caso de Aguayo difere dos anteriores, na medida em que sua interpretação da transição mexicana é tão holística que o autor foge de interpretações prévias e rígidas presentes na Ciência Política, e propõe questões que são discutidas no debate público mexicano até o momento atual.

3. Internacionalismo e campos acadêmicos

Feito o panorama das obras analisadas, algumas considerações se mostram pertinentes. A primeira é de que a análise acima não é extensiva; na verdade, não foi possível acessar uma boa parte dos trabalhos acerca da transição, que não se encontravam em formato online ou nas bibliotecas de acesso ao pesquisador. Além disso, em nossa análise das interpretações do processo de transição democrática foram enfatizados trabalhos de cunho acadêmico. A exceção é constituída de trabalhos que, ainda que acadêmicos quanto à natureza do texto, continham interpretações claramente destoantes do razoável. O exemplo mais marcante é um artigo de 1987 publicado por Carl Migdail, correspondente na América Latina do *US News and World Report*. Neste, o autor não se refere explicitamente a um momento de transição política. Na realidade, ele descreve o regime *priista* como uma “democracia guiada,” um regime que possui aspectos democráticos, mas com seu processo político guiado por um partido cuja hegemonia não se encontrava seriamente ameaçada. Dando indícios de uma visão de América Latina como espaço do retrógrado e do violento, Migdail afirma que uma revolta armada se mantém uma alternativa possível para a oposição política no México (MIGDAIL, 1987, 107-110). A interpretação de América Latina presente no trabalho de Migdail ecoa desenvolvimentos históricos acerca desse conceito para agentes europeus e estadunidenses que remontam ao menos desde o século XIX, perpetuados em livros didáticos e outros materiais de ensino, e que incluem elementos como o militarismo e a violência (FERES JR., 2005, 73, 248-256).

Os demais trabalhos contidos na discussão acima, por outro lado, diferem substancialmente de textos publicados em meio externo ao acadêmico, por ao menos dois motivos. O primeiro é a necessidade de revisão por pares, pela qual passaram boa parte dos textos analisados, o que leva seus autores a se conformarem ao que se convencionou discutir no campo de estudos no qual se inserem; se o paradigma daquele momento é a discussão de questões eleitorais, por exemplo, se torna difícil escrever um tratado quanto ao caminho guerrilheiro para a democratização do México, ou até mesmo quanto às possibilidades de mobilização política para além de eleições. Uma das consequências disso é que, como o paradigma internacional quanto a estudos democráticos parece não ser marxista em se cerne, interpretações de democracia que enfatizem uma conceitualização marxista não surgiram nas leituras acadêmicas realizadas para a presente dissertação. Já textos políticos mexicanos, como aqueles analisados nos capítulos 2 e 3, mais facilmente contêm esse

tipo de influência. Um exemplo é o artigo de Lelio Basso publicado na *Cuadernos políticos* em 1979, que argumenta que a democracia formal, preocupada com procedimentos e igualdade política, é uma democracia burguesa na medida em que não dá atenção a desigualdades econômico-sociais que são causa de desigualdades políticas. Para além disso, esse é um regime que mascara a violência necessária à mudança social, já que não há garantia de que a ordem social possa ser subvertida apenas a partir do voto (BASSO, 1979, 10, 19).

O segundo motivo é a influência internacional presente em quase todos esses trabalhos. Não só boa parte deles foi publicada originalmente em inglês, mas os que não o foram costumam citar referenciais teóricos externos ao México, como foi demonstrado acima. Influências internacionais também se mostram presentes em documentos políticos do México contemporâneo. É inegável, como veremos no capítulo 2, que algumas das ideias de Octavio Paz e seu grupo acerca da democracia na segunda metade da década de 1970 provêm do contato com ideias francesas. Para além disso, há o fato fundamental de que o conceito de democracia não surge no México contemporâneo; tendo vindo de fonte externa ao país, certamente se pode considerar que há influência internacional em escritos políticos mexicanos. No entanto, o que enfatizamos aqui é que documentos como o *Plan de San Luis Potosí*, ou a Constituição de 1917, não envolvem uma mera cópia de preceitos externos: na verdade, estes são documentos que se utilizam de termos e conceitos originados em outros lugares para responder a problemas concretos do próprio México. Se Madero clamava por não-reeleição, não o fazia a partir da concepção de que a alternância de poderes é uma virtude política, mas sim porque se encontrava em um contexto em que via na perpetuação do poder de Porfirio Díaz um problema para seus interesses. Se a Constituição de 1917 enfatiza democracia, representatividade, e federalismo, é porque se interpretava que nenhuma dessas três estruturas políticas se encontrava presente com força o suficiente no regime anterior, o que conflitava com os interesses das elites políticas envolvidas na escrita desse documento. O mesmo não pode ser dito de boa parte dos trabalhos analisados acima, com ênfase em particular aos que levam em conta apenas a democracia como procedimento para medir o processo de transição democrática no país. A leitura destes trabalhos passa a impressão de um processo mexicano relativamente linear, sem surpresas, a partir da aplicação de um arcabouço teórico cuja função central no momento de sua criação era a redução de complexidades, em favor da estabilidade política. Essa linearidade e simplicidade não são encontradas nas fontes históricas, como será aprofundado nos capítulos 2 e 3.

De qualquer forma, para além dos pontos colocados até agora, há ao menos outras quatro conclusões possíveis quanto aos trabalhos analisados. A primeira é que, ainda que nem todas as obras versem sobre as causas da democratização mexicana, duas questões tendem a ser enfatizadas quando o fazem. A primeira é a questão econômica, a partir do fim do período de *desarrollo estabilizador* que marcou o México do fim da década de 1940 até o fim da década de 1960 (THORNTON, 2021, 146-147). A falha do modelo econômico teria gerado movimentos sociais contestatórios como o estudantil de 1968, algo corroborado por Babb, Trevizo, Langston, Aguayo Quezada, e Pansters (BABB, 2002, 107-108, 135-136; TREVIZO, 2011, 12-13, 24; LANGSTON, 2017, 2; AGUAYO QUEZADA, 2010b, 11-13; PANSTERS, 2012, 749-750). A segunda causa seria a busca por uma verdadeira representação política, seja por movimentos sociais ou pela sociedade civil organizada, algo que pode conectar com a economia, mas vai para além dela. Trabalhos que dão maior peso a essa questão são os de Bartra, Inclán, Trevizo, e Aguayo Quezada (BARTRA, 2013, 46, 68, 86, 94; INCLÁN, 2018, 5; TREVIZO, 2011, 12-13, 24; AGUAYO QUEZADA, 2010b, 11-13).

Uma segunda conclusão é que trabalhos que enfatizam a ação de movimentos sociais tendem a definir um recorte cronológico mais amplo para a transição democrática, se iniciando em algum ponto da década de 1960 e terminando em 2000, ou mesmo como uma transição inacabada. Já trabalhos que enfatizam em particular a democracia formal tendem a escolher 1977 (reforma eleitoral) ou 1988 (eleição apertada do candidato do PRI à presidência) como seus marcos de início, e 1996/7 (perda da maioria no Congresso) ou 2000 (perda da cadeira presidencial) como final. É notável que poucos são os trabalhos que se propõem a pensar a transição a partir de múltiplos enfoques, permitindo uma cronologia ao mesmo tempo precisa e difusa/contínua. Destacamos aqui as obras de Roger Bartra e Sergio Aguayo Quezada por sua tentativa consciente de criar tal interpretação em múltiplos enfoques, e os trabalhos de Trevizo e Riberti por demonstrarem como a esfera de participação social pode influenciar a esfera eleitoral.

A terceira conclusão é de que há uma diferença significativa entre os trabalhos escritos ao longo da democratização e aqueles que a consideram terminada.¹⁹ De uma forma ou de outra, todos

¹⁹ Ainda que *grosso modo* isso signifique dividir os trabalhos entre aqueles que foram escritos antes e depois do ano 2000, a distinção central não é cronológica: o ponto enfatizado é que há trabalhos que veem na transição democrática um processo inacabado, e outros cujos autores consideram que a partir de 1997-2000 o México adentrou uma nova era democrática. É notável, por exemplo, que o trabalho de Sergio Aguayo possa ser considerado integrante do primeiro grupo, ainda que tenha sido publicado em 2010.

os trabalhos do segundo grupo tocam no tema da democracia eleitoral, algo que acontece mais raramente no período anterior, em que a participação política por meio da sociedade civil é enfatizada. Acreditamos que isso se dá ao menos em parte porque a derrota eleitoral do PRI, particularmente no Congresso e na Presidência, passou a ser a baliza a partir da qual o processo como um todo é medido, de forma teleológica.²⁰ É notável, por exemplo, que isso deixa de lado o fato de que o partido se manteve controlando a maior parte dos governos dos Estados ao menos até 2011 (HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ & PANSTERS, 2012, 770). Já trabalhos escritos durante o processo de transição enfatizam movimentos sociais possivelmente porque viam neles o caminho para a democratização futura, já que esperanças de uma vitória eleitoral ainda pareciam fugazes mesmo nos momentos de maior crise do partido hegemônico. Esse ponto é fundamental para a compreensão de um giro no pensamento de Octavio Paz e seu grupo acerca da democratização mexicana, como será aprofundado no capítulo 2.

Para além disso, a última conclusão é de que, ainda que as Ciências Sociais sejam majoritárias em termos da proporção de obras que tratam do tema, é notável que trabalhos de cientistas políticos se tornam predominantes após o fim da transição, enquanto sociólogos compõem a maioria dos trabalhos na primeira parte da análise. A tabela abaixo resume os números da formação dos autores dos trabalhos analisados; o número total é maior do que o número de autores porque foram considerados todos os níveis de formação, de forma que autores como Eisenstadt, formado em História, com mestrado em Relações Internacionais e doutorado em Ciência Política, contribuíram para o preenchimento de mais de uma categoria na tabela.

	História	RI	Ci. Pol.	Sociol.	Antrop.	Pol. Ed.	Psico.	Filo.
Antes	1	2	-	4	-	-	-	-
Depois	2	2	7	4	1	1	1	1

Tabela 1. Quantidade de credenciais por área, nos trabalhos analisados.²¹

²⁰ Certo grau de teleologia é inevitável a toda leitura do passado; afinal, mesmo trabalhos historiográficos, cuja principal função é a compreensão do passado, se utilizam de narrativas que envolvem começo, meio e fim. A própria escolha dos objetos de análise depende de sua função na narrativa diacrônica traçada, de sua importância para eventos posteriores ou para o presente histórico, ou de ambos.

²¹ Os trabalhos aqui considerados são aqueles publicados por Sergio Aguayo Quezada, Héctor Aguilar Camín, Sarah Babb, Roger Bartra, Todd Eisenstadt, Rogelio Hernández Rodríguez, María Inclán, Julio Labastida, Joy Lagnston, Lorenzo Meyer, Wil Pansters, Jacqueline Peschard, José Piñeyro, Larissa Riberti, Andreas Schedler, Dolores Trevizo, José Woldenberg, e Sergio Zermeño.

Os motivos para isso não estão claros, mas uma hipótese plausível envolve a conclusão acima, de que a derrota eleitoral do PRI no Congresso e na Presidência levaram a uma interpretação teleológica do processo de transição, em meio a um momento em que democracia e democratização se tornaram dois dos temas mais debatidos em Ciência Política (ARENILLA, 2010, 15). A Sociologia, por outro lado, com frequência se debruça sobre elementos sociais para além do que poderia ser chamado ‘alta política’. Uma definição simples é de que esta é uma área que estuda grupos sociais, ou até a sociedade humana no singular, com uma ênfase em generalizações acerca de sua estrutura e desenvolvimento (GIDDENS & SUTTON, 2021, 48; BURKE, 1992, 2). Isso torna compreensível que trabalhos deste campo predominem em um momento em que já se pode falar em uma transição a partir da mobilização de movimentos sociais, mas não necessariamente em ganhos na esfera eleitoral.

Dessa forma, acreditamos que a presença de distintas ênfases nas análises da transição democrática mexicana em trabalhos acadêmicos não reflete totalmente as lutas e esperanças daqueles que se encontraram envolvidos no processo. Enquanto acadêmicos enfatizam uma série de princípios gerais considerados democráticos, o que boa parte dos agentes envolvidos buscava era o direito de falar, de escrever, de agir para impelir seu país à direção da mudança social. Quando falaram em democracia, usaram o termo como instrumento de luta política. É para alguns exemplos da mobilização desse conceito que nos passaremos agora. O capítulo 2 versa sobre os critérios para a compreensão de grupos intelectuais, não abordados neste capítulo, para então tratar das concepções e projetos de democracia presentes nos escritos dos grupos intelectuais responsáveis pela publicação das revistas *Plural*, *Vuelta* e *Cuadernos políticos* até o fim da década de 1970. O capítulo 3 continua essa história até 1988, momento em que mudanças significativas ocorriam na esfera política mexicana, e que modificariam os termos do debate a partir de então.

Capítulo 2 – O desencantamento em *Plural* e *Vuelta*

Os intelectuais responsáveis pelas revistas *Plural*, *Vuelta* e *Cuadernos Políticos* passaram, na década de 1970, por um contexto de intensas mudanças no cenário político mexicano. Vieram de um passado recente traumático, de luta contra um regime que viam como insuficiente e autoritário. Tinham em comum a crença de que a sociedade mexicana precisava ter sua voz ouvida, perante um Estado que almejava a tudo controlar. Não sabiam o que estava por vir; no entanto, as distintas leituras que fizeram de seu momento histórico os levaram a criar projetos políticos específicos. O grupo de Octavio Paz, responsável pelas duas primeiras revistas, argumentou em meados da década que a mobilização social independente era o caminho ideal para o futuro do México, que via na forma da implementação de um socialismo democrático similar ao que era defendido ao mesmo tempo por François Mitterrand, na França. Na virada de *Plural* para *Vuelta*, entretanto, o grupo mudou de rumo: se antes se falava na mobilização popular frente ao Estado, agora este havia se tornado incontornável em qualquer esforço de luta democrática. Em *Cuadernos Políticos*, por outro lado, o arcabouço teórico marxista do qual vinham seus intelectuais permitiu uma leitura de mundo distinta, que os levou a argumentar que o caminho para o futuro do México passava pela democratização sindical, a partir da qual os trabalhadores poderiam fazer suas vozes serem ouvidas perante um Estado corporativista.

Além de sua luta democrática, os dois grupos tinham mais uma característica em comum: a escolha de revistas culturais como um dos meios de debater seus projetos políticos. O presente capítulo se inicia justamente com uma discussão sobre o que eram essas revistas culturais no contexto das décadas de 1970 e 1980, sua importância e principais características para grupos intelectuais mexicanos. As três revistas são também analisadas de forma ampla, de forma a encontrar padrões que facilitaram a análise posterior. Em seguida, passamos à discussão do ideal democrático em *Cuadernos Políticos*, *Plural* e *Vuelta*, respectivamente, para enfim debater a questão do Estado e do pessimismo político nas páginas das duas últimas revistas.

1. O que são grupos no contexto de revistas culturais

Como afirmado no capítulo 1, revistas culturais são espaços privilegiados para o desenvolvimento de ideias por um grupo de intelectuais, papel que se acentuou na década de 1960

na América Latina e na década de 1970, no caso do México, com a criação de diversas revistas em meio à *apertura democrática* do sexênio de Luis Echeverría. Essas revistas podem ser vistas como porta-vozes de grupos específicos em uma luta por poder político, de modo que seu estudo permite acompanhar a evolução ideológica dos posicionamentos políticos veiculados. Em vários casos, as revistas se tornaram instrumentos de batalha, polos de resistência a governos autoritários. Nos parece haver certo consenso de que revistas culturais são locais privilegiados para a visualização de tensões culturais e políticas em um determinado período (CRESPO, 2011, 102-107; PITA GONZÁLEZ & GRILLO, 2013, 178; PITA GONZÁLEZ & GRILLO, 2015, 13; BENAVIDES BAILÓN, 2016, 122).

Nisso, as revistas *Plural*, *Vuelta*, e *Cuadernos Políticos* encontram aspectos em comum. Essas revistas são resultado de projetos coletivos relacionados a dois grupos intelectuais distintos. O primeiro, cuja centralidade se dá na figura de Octavio Paz, criou a revista *Plural* em 1971 na forma de um suplemento cultural do jornal *Excélsior*. Seu objetivo autodeclarado era de seguir caminhos que ainda não haviam sido trilhados, com a busca de leitores, colaboradores, e mesmo amigos (PAZ, 1972b, 39), e criação de um local de convergência de escritores independentes (PAZ & SAKAI, 1975, 82). Seus editores afirmaram que é uma revista que deve se manter crítica em um momento em que veículos de mídia de massa se tornam cada vez mais trivializados e perdem seus elementos críticos (PLURAL, 1975, 90). Membros recorrentes do corpo editorial incluem Octavio Paz (diretor), Tomás Segovia (secretário de redação), Kazuya Sakai (desenho, posteriormente secretário de redação e direção artística), Vicente Rojo (desenho, nas primeiras edições), José de la Colina (secretário de redação a partir de 1973), e outros.

Em termos concretos, a revista *Plural* teve 58 edições publicadas sob este corpo editorial, com exemplares coloridos, de entre 48 e 104 páginas (edições mais longas geralmente são comemorativas), e quase sempre com suas capas com imagens abstratas de autoria de Kazuya Sakai. Seu financiamento vinha de ser um suplemento cultural do jornal *Excélsior*, para além do dinheiro cobrado pela venda da revista em si. Em termos de conteúdo, o próprio nome da revista indica uma vontade pela pluralidade de opiniões, como afirmado acima. Para além disso, os textos podem ser divididos em pequenos contos, reportagens literárias, poemas, textos políticos, análises econômicas, e análises de imagem, em diferentes frequências ao longo do tempo. Há também

seções permanentes, com textos publicados pelo mesmo autor em diversas edições, o que ajuda a explicar a predominância de certos autores em detrimento de outros.

Com a saída de Julio Scherer da edição do *Excélsior* em 1976, a revista *Plural* foi abandonada em protesto por seus editores originais, que começaram então uma nova publicação, esta independente. Surge a revista *Vuelta*, editada até a morte de Paz, em 1998. No texto inaugural da revista, Paz afirma que esta é uma continuação da revista *Plural*, desaparecida em meio à repressão. Ainda que tenha mudado de nome, *Vuelta* não renuncia à pluralidade de vozes que caracterizou sua predecessora. O autor enfatiza que *Plural* foi abandonada para que o grupo editorial pudesse manter sua independência, e *Vuelta* foi criada para que seguissem sendo independentes (PAZ, 1976, 4-5). Membros recorrentes do corpo editorial de *Vuelta* incluem Octavio Paz (diretor), Alejandro Rossi (diretor suplente), Julieta Campos (conselho de redação), José de la Colina (conselho de redação), Salvador Elizondo (conselho de redação), Juan García Ponce (conselho de redação), Enrique Krauze (secretário de redação e posteriormente subdiretor), entre outros.

Vuelta preservou muito do que havia sido feito em *Plural*. Em suas 261 edições, publicadas de 1976 a 1998,²² *Vuelta* também mescla textos políticos e econômicos com análises literárias, poemas e reportagens literárias, e mantém o costume de seções permanentes para determinados autores. Suas edições foram em geral menores (no máximo 70 páginas, no período analisado), o que pode ser explicado pelo fato de que essa é uma revista que teve de se financiar a si mesma, diferente de *Plural*, que contava com *Excélsior* como parte de sua fonte de renda. Suas capas são menos abstratas e o interior dos exemplares não possui cores. O nome *Vuelta* se refere ao retorno dos ideais que haviam sido propostos em *Plural*, extinta a partir da repressão do Estado (PAZ, 1976, 4). A tiragem de ambas as revistas não está clara na documentação; por outro lado, *Vuelta* passou a ser publicada na Argentina a partir de 1986, e circulava livremente em boa parte dos demais países latino-americanos (PAZ, 1986, 8-9).

O segundo grupo analisado, por outro lado, não possui centralidade clara em uma única figura. Responsáveis pela edição da revista *Cuadernos Políticos*, os intelectuais envolvidos foram unidos em 1974 pelo ideal de criar uma revista cujo objetivo era deixar fluir em suas páginas a

²² O escopo cronológico da presente pesquisa levou ao estudo apenas das edições 1 até 145, de dezembro de 1988.

crítica dentro dos limites do marxismo, sem compromissos ideológicos com o que se convencionava chamar “socialismo realmente existente”. Seu objetivo era publicar textos teóricos que também tivessem um viés prático, com uma ênfase na democracia na América Latina. A Revolução Cubana, em particular, tornou necessária a quebra com dogmatismos anteriores e a busca por soluções novas para uma problemática que se revelava em radical contradição com esquemas já estabelecidos (CUADERNOS POLÍTICOS, 1974, 1-2). Os primeiros editores da revista foram Arnaldo Córdova, Rolando Cordera, Carlos Pereyra, Adolfo Sánchez Rebolledo, e Neus Espresate Xirau (ILLADES, 2011, 80-82). Em anos posteriores, no entanto, também participaram Olac Fuentes, Rubén Jiménez Ricárdez, Héctor Manjarrez, entre outros.

Em termos concretos, as edições de *Cuadernos políticos* foram mais longas do que as de *Plural* e *Vuelta*, com cerca de 100 páginas por exemplar. Além disso, desde o início foi associada às *Ediciones ERA*, o que permitiu financiamento mais constante do que as revistas publicadas pelo grupo de Paz. Diferente das outras, *Cuadernos* não possui imagens publicadas. Seus textos são uniformemente mais longos, diferente do formato variado em *Plural* e *Vuelta*, e versam sobre temas políticos e econômicos, como seria de esperar pelo título da revista e a linha teórica do grupo que a publicou.²³ Sua tiragem era de 3000 exemplares, aumentando para 5000 em determinado momento. Neus Espresate, no entanto, afirma que o alcance da revista provavelmente era muito maior, dado o hábito de fotocopiar suas páginas (ESPRESATE & AÑÓN, 2018, 7-8).

²³ Se considerarmos uma definição de “revista cultural” como publicações periódicas que não se dedicam apenas à literatura, mas também a uma grande variedade de temas relacionados ao cultural, como ciência, história e política (PITA GONZÁLEZ, 2003, 5), é possível argumentar que *Cuadernos políticos* sequer seria uma revista cultural, já que não versa sobre temas literários. Sua seleção para o presente estudo, por outro lado, se deu por sua importância como veículo de debates essenciais para a compreensão do longo processo mexicano de democratização, congregando em torno de si diversos intelectuais fundamentais para se pensar as ideias que circularam nesse momento.

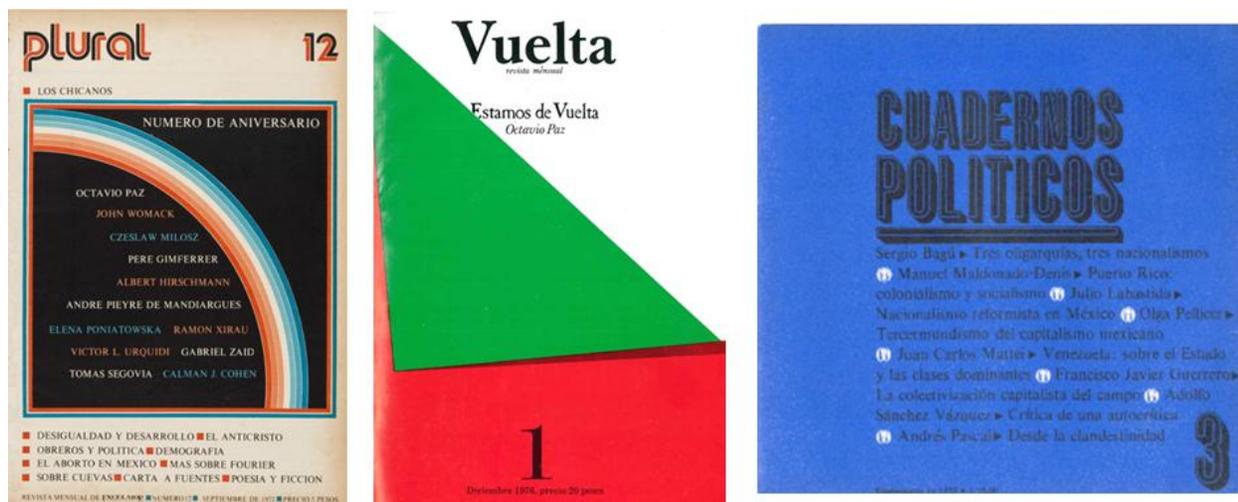


Figura 1. Capas selecionadas das três revistas

Como costuma ocorrer com corpos editoriais de revistas culturais, os intelectuais citados até o momento faziam parte de redes intelectuais (GRANADOS GARCÍA, 2012, 10). O estudo dessas redes permite identificar uma série de dinâmicas de sociabilidade intelectual, assim como o entendimento de projetos culturais, políticos e de identidade, expressos a partir de veículos em geral impressos (GRANADOS GARCÍA, 2017, 72). No entanto, a importância dos resultados de tal estudo não torna mais fácil realizá-lo de forma concreta. Ao se analisar uma rede intelectual como rede também de sociabilidade, se torna necessário considerar uma série de fontes que extrapolam os limites da revista impressa, e que incluem cartas, registros de encontros presenciais, diários, e qualquer outro documento que permita vislumbrar aspectos dessa rede de sociabilidade. Dadas as limitações de escopo da presente dissertação, assim como a limitação mais fundamental de possibilidade de acesso a uma documentação de natureza pessoal, o que se segue adiante é uma exploração indireta das redes intelectuais envolvidas, a partir das próprias revistas e outros vestígios. Para isso, partimos do argumento de Pita González de que revistas culturais podem se assemelhar a mapas cartográficos do universo intelectual, trazendo informações que de outra forma eram conhecidas apenas a partir de geografias imaginárias, dado que em muitos casos os intelectuais envolvidos sequer estabeleceram contato pessoal. As revistas são mostras da circulação de informações, elemento substancial para compreensão da pluralidade de objetos e objetivos que circulam em uma rede (PITA GONZÁLEZ, 2003, 6-7). A partir dessas

considerações, foi utilizado o software *Obsidian* para gerar constelações a partir das edições de cada uma das três revistas.²⁴

²⁴ O software *Obsidian* foi originalmente concebido como uma ferramenta de auxílio de estudos a partir da criação de notas conectadas por links, em uma estrutura similar à utilizada pela Wikipedia. Em termos simples, o usuário cria uma nota com conteúdo de natureza específica e usa uma ferramenta do software para criar um ou mais links para notas já existentes, criadas pelo mesmo usuário. O resultado final é uma Wikipedia pessoal de conhecimentos sobre temas escolhidos. Já em termos gráficos, surge disso uma constelação de conhecimentos que demonstra a interrelação entre diferentes notas, a partir das ligações feitas pelo usuário.

No caso da presente dissertação, a ferramenta foi utilizada da seguinte maneira: uma nota foi criada para cada edição de cada revista, representadas graficamente pelas esferas coloridas. Dentro de cada nota, foram criados links para cada um dos autores que publicou naquela determinada edição, representados graficamente pelas esferas cinza. As ligações entre autor e edição estão representadas por traços cinza. O software possui uma função de “gravidade”, que aproxima esferas a partir da quantidade de links em comum, o que gera os padrões observados nas imagens: quanto mais ligações em comum, mais “densa” se torna a constelação em volta de determinado autor. Para além disso, quanto mais um autor é mencionado nas notas das edições, maior se torna sua esfera na representação gráfica.

As imagens inseridas na dissertação são estáticas. Para acessar as informações completas, é necessário fazer download de uma pasta com os dados das revistas (“Revistas Mexicanas”), que se encontra disponível em https://drive.google.com/drive/folders/14CjUIKj15CkqYDqJnNWzL0R9WpyWaj8b?usp=drive_link. Em seguida, é necessário o download gratuito do software *Obsidian*, encontrado em <https://obsidian.md>. Ao executar o software, é possível selecionar a língua de exibição. Deve-se abrir a pasta baixada a partir da opção “Abrir pasta como vault” (em inglês, “*Open folder as vault*”). Caso a pasta tenha sido compactada pelo Google Drive, será necessário extrair todos os documentos antes de selecionar a pasta pela interface do *Obsidian* (botão direito no arquivo compactado, selecionar “Extrair tudo”). Aberta a pasta descompactada, a visualização da constelação de revistas se dá a partir do ícone “Abrir Visualização de Diagrama de Grafo” (em inglês, “*Open graph view*”), na barra de menu à esquerda. Esse passo a passo foi realizado em máquinas com sistema operacional Windows.

Na visualização do diagrama de grafo, o controle das cores e da grossura dos *links* pode ser feito a partir do menu que se abre automaticamente (se não abrir, deve-se clicar no ícone de engrenagem no canto superior direito da visualização de grafo). Para que as conexões de autores/edições específicas sejam enfatizadas na visualização, basta passar o *mouse* por cima da esfera correspondente. É possível clicar nas esferas das edições para acessar a lista de autores (conexões) de cada uma. Os filtros aplicados a partir das *tags*, no menu da visualização de grafos, permitem selecionar edições por ano de publicação.

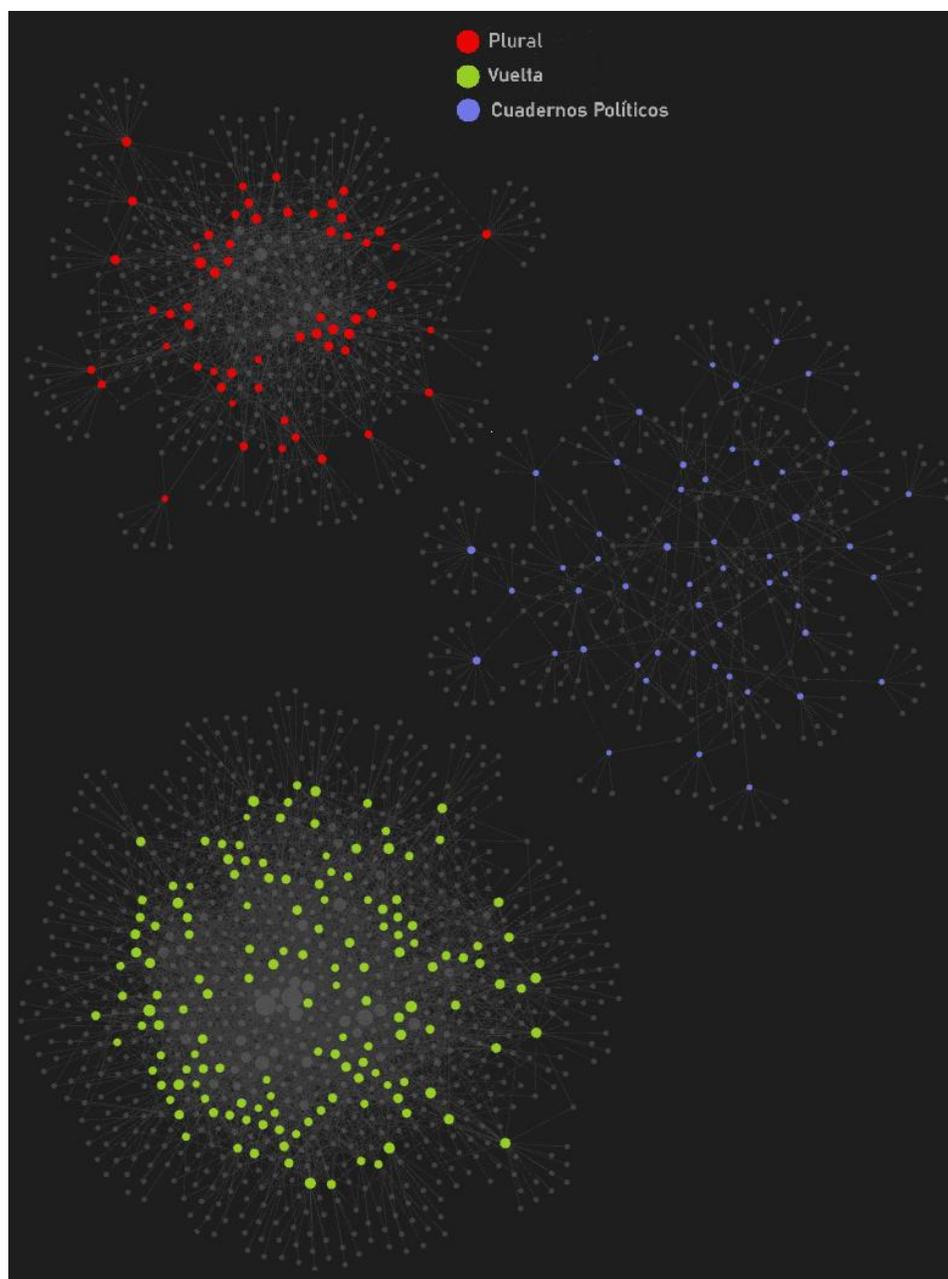


Figura 2. Constelação de autores em *Plural*, *Cuadernos Políticos* e *Vuelta*

O que a Figura 2 demonstra de forma clara é que as duas redes intelectuais que compuseram as três revistas analisadas possuem perfil muito distinto quando se trata de publicações em seus respectivos veículos. *Plural* e *Vuelta* possuem constelações mais densas, com a presença de esferas cinza de maior vulto no centro, denotando um núcleo de autores que aparecem de forma recorrente em cada revista. Na *Plural*, os autores mais frequentes são Octavio Paz, Gabriel Zaid e Alejandro Rossi. Na *Vuelta*, são Octavio Paz, Gabriel Zaid e Enrique Krauze. Já *Cuadernos Políticos* não

possui núcleo análogo, e mesmo autores que publicam com maior frequência, como Carlos Monsiváis, não o fizeram com frequência o suficiente para aparecer com maior destaque na representação gráfica. Esse padrão se repete na Figura 3, em que as três revistas são tomadas em conjunto e em que as conexões entre autores e edições se encontram enfatizadas com traços mais largos.

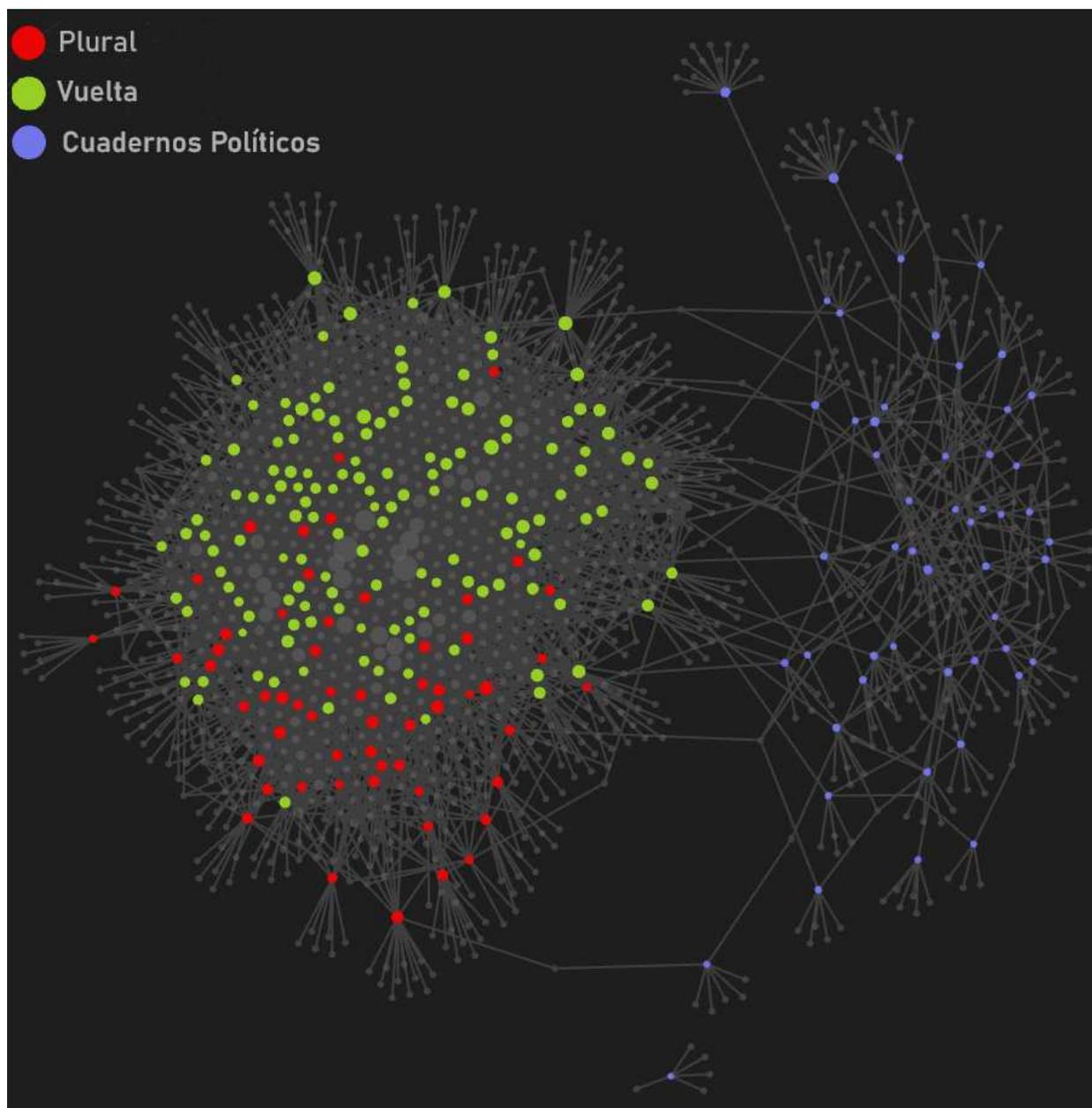


Figura 3. Constelação de autores para as revistas *Plural*, *Cuadernos Políticos* e *Vuelta*, tomadas em conjunto

Alguns aspectos importantes da dinâmica de publicação nessas revistas surgem na Figura 3. O primeiro deles é que se confirma que há um núcleo de autores que publicam com recorrência nas revistas *Plural* e *Vuelta*, algo que não surge na *Cuadernos Políticos*. Essa característica reflete o caráter heterogêneo de publicações desse tipo, em particular quando os editores se abstêm de publicar com frequência em sua própria revista, como parece ser o caso em *Cuadernos*.²⁵ Por outro lado, Fernanda Beigel argumenta que mesmo nesses casos é sempre possível encontrar eixos temáticos centrais em revistas culturais, ainda que mais ou menos difusos a depender da revista e do período (BEIGEL, 2003, 113).

Nisso, concordamos com a autora. Em nossa análise, não presumimos que a linha editorial das revistas seguiria este ou aquele autor, seja a partir da análise quantitativa de artigos publicados por autor, seja pela importância historicamente atribuída a determinados intelectuais. O método utilizado se baseou no que chamamos de indicadores discursivos e indicadores institucionais,²⁶ encontrados a partir da análise agregada dos textos de cada revista. Por indicador discursivo, nos referimos à presença de propostas recorrentes, debatidas com profundidade e a partir de diferentes versões ao longo do tempo, que mantêm uma essência comum. Ainda que nas páginas de *Plural*, *Vuelta* e *Cuadernos Políticos* houvesse espaço para distintos projetos de democracia ao longo do tempo, havia sempre uma proposta predominante em determinado período, debatida de forma pormenorizada e por mais de um autor, enquanto as demais se mantiveram contidas em apenas um artigo. O segundo indicador, institucional, envolve a análise da presença ou ausência de determinados agentes históricos nas páginas das revistas, seja na composição de seu corpo editorial, seja na publicação de artigos. O que se busca com isso é observar uma potencial

²⁵ Neus Espresate, editora-chefe da revista, nunca publicou um artigo em *Cuadernos Políticos*. Além disso, a frequência de publicação de determinados autores é tão intensa que a função “gravidade” do software *Obsidian* atua de forma curiosa, passando a impressão de que a revista *Cuadernos* orbita as demais. Isso não poderia estar mais longe da verdade: como veremos nas páginas seguintes, ainda que os temas nas três revistas coincidam, os enfoques dados por seus autores, seja em termos de diagnóstico da situação política mexicana, seja em termos do que se fazer a respeito, são completamente diferentes. Este é um dos exemplos do cuidado que se deve ter ao se utilizar ferramentas como o software *Obsidian* para análise de dados históricos. Outros incluem a impossibilidade de obter informações relevantes como a circulação das revistas, sua dinâmica de publicação (se por convite, ou submissão de artigos por potenciais interessados), ou a presença e importância de posicionamentos divergentes.

²⁶ Ambos os indicadores nada mais são do que representações visuais tanto dos temas recorrentes nas revistas quanto da presença/ausência de intelectuais no corpo editorial ao longo do tempo, realizados a partir de tabelas em Microsoft Excel. Não se pretende aqui cunhar um novo conceito: os termos “indicador discursivo” e “indicador institucional” foram usados para facilitar a referência a essas representações visuais.

correlação entre a presença/ausência de determinados intelectuais e a continuidade ou ruptura de determinados ideais de democracia, sem precisar se há uma relação de causa ou de consequência.²⁷

Com isso, não se quer dizer que houve uma única linha argumentativa para cada revista. Na verdade, ambos os indicadores são úteis para perceber não apenas a linha editorial de cada grupo, mas também quando essa linha se modificou. Com relação ao grupo de Octavio Paz, a análise dos artigos contidos nas duas revistas a partir de seu indicador discursivo permite entrever ao menos três momentos. No primeiro, se argumenta que o caminho para o futuro do México é um socialismo democrático a partir da ação de organizações representantes dos distintos grupos sociais, e implementado de forma gradual e reformista. Em um segundo momento, já ao fim dos anos 1970, há um abandono do primeiro aspecto em favor do segundo: a ideia de que se deve a qualquer custo evitar a violência, seja em termos de repressão estatal ou radicalização da oposição. Isso faz com que o Estado se torne elemento incontornável na luta por um México mais democrático, como mencionado acima. Por fim, em particular a partir de 1984 se fala em uma “democracia sem adjetivos”, com a ênfase em seu aspecto político (eleitoral) em detrimento de aspectos econômicos e sociais.²⁸

Quanto à observação dos dois indicadores descritos acima, o primeiro pode ser visto com a proposta de uma “democracia sem adjetivos” feita por Enrique Krauze nas páginas da *Vuelta*. Preconizada inicialmente na edição 86 da revista, de janeiro de 1984, é rebatida por três autores distintos na edição 90, seguida de resposta a Krauze na edição 91. Nas edições posteriores, no entanto, a crítica desaparece, e a democracia sem adjetivos se torna a tônica do discurso

²⁷ Ainda que o termo “indicador” seja usado, estas não são métricas quantitativas, mas qualitativas. É certamente possível quantificar ambos indicadores; no entanto, a clara centralidade de determinados ideais democráticos foi suficiente para se chegar às conclusões abaixo sem a necessidade de quantificação. A escolha do termo “indicador” se dá porque essa é uma estratégia a partir do qual se pretende encontrar indícios, tendências.

²⁸ Nesse aspecto de nossa cronologia, concordamos com Cristhian Gallegos Cruz, que argumentou que os intelectuais de *Vuelta* passaram a defender a democracia sem adjetivos em 1984. Mantiveram essa ênfase até 1992, quando a substituíram por um argumento pela alternância (2018, 85). Por outro lado, discordamos do autor quanto à importância do debate democrático em *Plural*. Segundo Gallegos Cruz, a discussão sobre a democracia se deu na revista a partir da crítica à vinculação oficial entre democracia e melhoramento da vida social, cultural e material (2018, 73). No entanto, o que se observa é que a crítica a essa vinculação se deu apenas em *Vuelta*, e é a tônica da democracia “sem adjetivos”, cujo cerne é justamente a prevalência do político em detrimento das demais questões, que haviam sido enfatizadas pelo Estado, segundo Krauze, justamente para postergar a democracia política (KRAUZE, 1984a, 5). Como será desenvolvido nas páginas seguintes, ainda que de fato a concepção de democracia em *Plural* fosse distinta do que surgiu posteriormente, esta ainda compunha o cerne de textos acerca da situação política no México.

democrático em *Vuelta*.²⁹ Com efeito, foi possível concluir que são artigos de Octavio Paz e, posteriormente, de Enrique Krauze,³⁰ que ditaram os rumos do que era argumentado em *Plural* e *Vuelta* acerca da democracia. Isso porque são textos desses dois autores que tenderam a resumir de forma exemplar argumentos quanto à democratização mexicana que estavam sendo propostos nos artigos de outros intelectuais. Este é um resultado esperado não apenas pela prevalência quantitativa dos textos destes autores, mas pelo fato de que Paz e Krauze foram, respectivamente, diretor e subdiretor das revistas em questão – Gabriel Zaid e Alejandro Rossi mantiveram colunas fixas por muitos anos, o que contribuiu para a quantidade de textos publicados por eles em ambas as revistas, mas isso não se traduziu em uma grande influência nos textos dos demais autores.

O segundo indicador, institucional, também se mostrou frutífero quando se trata do grupo de Paz. Isso porque Rafael Segovia e Manuel Camacho, dois intelectuais que publicaram com bastante frequência nas primeiras 50 edições de *Vuelta*, quase desaparecem em edições subsequentes. O argumento dos dois autores será analisado mais adiante no capítulo; neste momento, é suficiente afirmar que esses dois autores foram instrumentais na construção do argumento, ao fim da década de 1970, de que o Estado é incontornável quando se trata de qualquer esforço democratizante no México. Em anos posteriores, no entanto, há apenas uma publicação de Camacho e três de Segovia.³¹ O artigo publicado por Manuel Camacho aparece na edição 90, de maio de 1984, e faz parte do conjunto de três artigos críticos da ideia de democracia sem adjetivos, proposta quatro edições antes (CAMACHO, 1984). Já quanto aos textos de Rafael Segovia, apenas dois dos três artigos tratam do tema da democracia. No primeiro deles, retoma a questão da força do Estado no México, e termina o texto com uma nota pessimista acerca das possibilidades de mudança radical da situação daquele momento (SEGOVIA, 1982, 45). O segundo, por outro lado, marca certa distância da tônica dos artigos de *Vuelta* naquele momento: é um texto surgido na edição 119, de outubro de 1986, em que o intelectual argumenta pela necessidade de partidos de oposição no México, mas ao mesmo tempo se afasta da linha editorial da revista ao atacar o viés puramente eleitoral defendido por Krauze (SEGOVIA, 1986). Acreditamos que o artigo de

²⁹ É curioso como isso confirma e ao mesmo tempo contraria a reiterada afirmação de Octavio Paz de que *Plural* e *Vuelta* se dedicavam ao pluralismo de ideias. Isso porque ainda que de fato houvesse espaço para (certo) contraditório, este nunca ganhava espaço em artigos subsequentes, ao menos quando o tema é democracia.

³⁰ A transição de centralidade de Paz a Krauze não é completa, e não envolve ruptura; não apenas textos de Octavio Paz mantiveram sua importância nos anos posteriores a 1984, como demonstrado no capítulo 3, como o próprio Paz afirma categoricamente que a solução à questão mexicana é a democracia sem adjetivos (PAZ, 1985a, 12).

³¹ No período analisado, que abarca até a edição 145, de dezembro de 1988.

Camacho e o último artigo de Segovia demonstram reservas quanto ao caminho político trilhado pelos demais intelectuais de *Vuelta*, o que provavelmente está relacionado à ausência de outras publicações desses autores.³²

Já a revista *Cuadernos Políticos* passou por dois momentos no mesmo período. De sua criação em 1974 até o fim da década, o argumento pela democracia se deu a partir do incentivo à luta pela independência sindical, frente ao corporativismo do Estado. O sucesso dessa empreitada teria resultados benéficos de curto prazo, em particular a partir do aumento de salários, e de longo prazo, com o ganho de experiência política do operariado, que o prepararia para a necessária revolução futura. Já na década de 1980 há um abandono dessa perspectiva em favor do argumento por uma sociedade civil organizada, que pudesse retomar espaços de atuação política ocupados por um Estado politicamente dilatado.

A existência desses dois períodos é corroborada pelos dois indicadores descritos acima, ainda mais importantes como ferramenta analítica ao se considerar que em *Cuadernos* não há o mesmo grau de recorrência de autores que nas demais revistas, como observado nas figuras acima. Quanto ao indicador discursivo, a reiteração de certas propostas políticas ao longo do tempo, foi possível notar que, assim como em *Vuelta*, há na revista marxista espaço para o pluralismo. Também como em *Vuelta*, entretanto, este se encontra localizado: se em 1984 Jaime Osorio Urbina critica a concepção de mobilização da sociedade civil de Carlos Pereyra, central para a visão de democracia em *Cuadernos* na década de 1980, essa é uma crítica que não se repete em artigos posteriores. A crítica a concepções específicas de democracia é reiterada apenas no momento de transição de um paradigma a outro, no seio da revista; como será desenvolvido no capítulo 3, a mudança de um sindicalismo independente para a organização da sociedade civil foi acompanhada de críticas ao primeiro projeto por proponentes do segundo.

Quanto ao indicador institucional, este também se mostrou relevante para delinear os dois períodos em *Cuadernos Políticos*. Isso porque, como argumentaremos nas próximas páginas, a linha editorial da revista no primeiro período foi ditada em boa parte por Arnaldo Córdova, que

³² A questão não pode ser explicada pela inatividade desses autores: em artigo de Krauze na edição 133-134, assim como de Sánchez Susarrey na edição 141, são citados diretamente trabalhos publicados por Rafael Segovia na revista *Nexos*. Um ponto significativo é que essa é uma revista com a qual *Vuelta* travou um longo debate acerca da democracia ao longo das décadas de 1980 e 1990; se na revista de Octavio Paz se falava em democracia sem adjetivos, em *Nexos* essa concepção era criticada, em favor de uma democracia “adjetivada” (GALLEGOS CRUZ, 2018, 85).

não apenas era membro do corpo editorial como publicou, em 1979, um longo artigo em que sintetiza o conjunto de argumentos pela democracia sindical em um todo coeso e consonante com uma interpretação da teoria marxista. Córdova, no entanto, sai da linha editorial de *Cuadernos* a partir da edição 17, de meados de 1978, e não publica mais na revista depois de sua contribuição de 1979, na edição 19. Este é um momento que quase coincide com a transição para o argumento pela sociedade civil organizada, feito principalmente por Carlos Pereyra (também membro do corpo editorial), a partir de 1979.³³ O ponto é corroborado pelo testemunho de Neus Espresate, editora-chefe da revista, que afirma que todos os artigos publicados na história de *Cuadernos Políticos* passaram pelo crivo unânime dos editores, a partir de reuniões intermináveis (ESPRESATE & AÑÓN, 2018, 7-8).

É necessário pontuar que a análise por meio dos indicadores discursivo e institucional é uma abordagem que traz vantagens e desvantagens. Acreditamos que as vantagens se tornaram claras nas páginas anteriores: a partir dessa perspectiva, foi possível compreender pontos de continuidade e de ruptura nas linhas editoriais das revistas analisadas. A principal desvantagem, por outro lado, é uma certa ilusão de linearidade histórica. A publicação de um artigo de Rolando Cordera na segunda edição de *Cuadernos Políticos* (outubro – dezembro de 1974), em que este afirma que a história do futuro mexicano será a de reconstrução da sociedade civil, demonstra que essa não é uma concepção que surge no discurso da revista apenas com Carlos Pereyra em 1979. Não acreditamos, no entanto, que isso invalide os indicadores como ferramenta de análise. Nossa pesquisa trata de debates políticos realizados em três revistas, totalizando 257 exemplares, o que exige algum grau de simplificação. Acreditamos que uma análise que leve em conta esses indicadores, mas que ao mesmo tempo abra espaço para o contraditório quando este se mostra pertinente, é o caminho ideal, e é o que acreditamos ter empreendido nas páginas que seguem.

Por fim, a figura 3 em particular permite entrever uma última característica importante da relação entre as revistas analisadas: ainda que existam, as conexões *entre* os dois grupos são esparsas. Isso demonstra que foram poucos os autores que publicaram nas edições de ambos os

³³ Como ressaltamos acima, não é nosso intuito argumentar por uma relação de causa ou consequência entre a saída de Córdova do corpo editorial de *Cuadernos Políticos* e a mudança na tônica do argumento democrático da revista. O que desejamos é apenas apontar essa saída como correlacionada à mudança.

grupos analisados. Das centenas de autores citados ao longo das duas décadas de edições analisadas, apenas 12 realizaram este feito:

Nome	Revistas em que publicou	Temas
José Joaquín Blanco	Plural, Cuadernos Políticos, Vuelta	Cultura e Estado mexicano
Robert Boyer	Cuadernos Políticos, Vuelta	Marxismo, intelectuais
Fernando Claudín	Cuadernos Políticos, Vuelta	União Soviética
Lucio Colletti	Cuadernos Políticos, Vuelta	Marxismo
Umberto Eco	Plural, Cuadernos Políticos	Estética, orixás
Luis Javier Garrido	Cuadernos Políticos, Vuelta	Política mexicana
Jürgen Habermas	Cuadernos Políticos, Vuelta	Democracia
Eric Hobsbawm	Plural, Cuadernos Políticos	Revolução
Alan Knight	Cuadernos Políticos, Vuelta	História da política mexicana
Michal Löwy	Cuadernos Políticos, Vuelta	Militarização na América Latina
Julián Meza	Cuadernos Políticos, Vuelta	Política e democracia
Olga Pellicer	Cuadernos Políticos, Vuelta	Capitalismo mexicano

Tabela 1. Autores que publicaram em revistas de ambos os grupos analisados, por ordem alfabética de sobrenome

Quanto à Tabela 1, duas conclusões preliminares podem ser tomadas. A primeira é de que pode existir uma tentativa por parte dos editores de conferir status de prestígio às revistas a partir da publicação de autores internacionalmente reconhecidos, como Michal Löwy, Umberto Eco, Jürgen Habermas e Eric Hobsbawm. Por mais que os temas tratados por esses autores sejam díspares, e em muitos casos distantes de todos os temas tratados em outros artigos, a presença destes nomes no rol de autores ajuda a colocar as revistas em um patamar mais alto de respeitabilidade intelectual. Para além disso, demonstra que as revistas estão conectadas com temas “universais”.

Um segundo ponto é que são realmente poucos os autores que aparecem em publicações de ambos os grupos, o que reforça o argumento de que estes eram dois grupos com concepções muito distintas quanto à situação mexicana e ao que se fazer em termos de democratização. Acreditamos que a inserção de textos de Joaquín José Blanco com críticas às políticas culturais e ao próprio funcionamento do Estado mexicano demonstram uma certa convergência entre os

grupos quando se trata deste tema. Quando se trata de democracia, no entanto, é notável que os artigos de Julián Meza sobre o tema surgem apenas na revista *Vuelta*; em *Cuadernos Políticos*, o intelectual versa sobre a origem do conceito de classes médias e as consequências de seu uso. Em Jürgen Habermas algo semelhante ocorre, mas do lado inverso: seu texto acerca da democracia foi traduzido para *Cuadernos*, e em *Vuelta* seu texto trata do modernismo cultural e suas falhas. O artigo na revista marxista, no entanto, é significativo porque está em consonância com as mudanças mencionadas acima: publicado em 1979, é um texto no qual o autor, dentre outros pontos, argumenta que a transformação democrática deve ser realizada de forma gradual, e que a revolução não pode ser feita em países com sociedades complexas, como é o caso particular de países com economias desenvolvidas.

A falta de conexão entre os grupos neste tema parece reforçar a ideia de que suas concepções e prescrições para o caso mexicano eram de caráter bastante distinto. Mas se há divergências entre os dois grupos, uma certeza os une: a busca pela democratização do México. Sem mais delongas, passaremos agora à análise dos distintos projetos de democracia defendidos por cada grupo, assim como dos métodos para alcançá-la. Em um primeiro momento, trataremos do debate acerca da democratização na década de 1970. No próximo capítulo, nos voltaremos a como esse debate se transformou na transição para a década de 1980.

2. Os significados da democracia no contexto mexicano

a. Democracia em Cuadernos Políticos

“No hay futuro para la izquierda fuera de la organización sindical.”

(CÓRDOVA, 1979, 58)

Quando se trata de busca pela democratização do México, os intelectuais que publicaram na *Cuadernos Políticos* em seus primeiros anos de existência são claros: o caminho adiante é o da democratização e independência sindicais.

Em termos gerais, o Estado mexicano a partir do surgimento do partido hegemônico³⁴ realizou um esforço gradual de modernização e burocratização do país. Este envolveu, entre outras, a criação de confederações que congregassem organizações já existentes, de forma que estas pudessem ter contato direto com o governo federal. Uma foi a *Confederación Nacional Campesina* (CNC), criada diretamente pelo governo federal sob o presidente Lázaro Cárdenas. Outra, a *Confederación de Trabajadores de México* (CTM), iniciativa totalmente sindical, criada a partir de 3000 organizações e cerca de 600.000 filiados em todo o país (HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, 2016, 59-60). Inicialmente, a CTM foi liderada por Vicente Lombardo Toledano, mas a partir de 1941 este foi substituído pelo governo federal por Fidel Velázquez, que se manteria no cargo até sua morte em 1997. A substituição representa o momento a partir do qual a confederação passou a ser tutelada pelo partido hegemônico (HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, 2016, 75-76). A independência sindical pensada pelos intelectuais que publicaram na *Cuadernos políticos* se dá nesse contexto de corporativismo estatal, em que um partido hegemônico controla a mobilização sindical a partir de corporações como a CNC e a CTM.

Os artigos na revista que tratam do tema são em boa parte descritivos em sua natureza, ressaltando os aspectos positivos e negativos de diversos movimentos operários ocorridos no México ao longo da década de 1970, momento de particular efervescência para esse tipo de mobilização. Um exemplo é o artigo de Raúl Trejo Delarbre de 1976, no qual descreve o decorrer de uma greve de 600 trabalhadores contra a empresa metalúrgica Spicer, ocorrida entre julho e outubro de 1975, e que vê como um movimento imerso no “sindicalismo independente” (TREJO DELARBRE, 1976, 2).

O contexto de crise econômica global no setor de metalurgia levou a empresa a uma série de medidas de contenção de gastos, o que incluiu extenso uso de contratos eventuais, que permitiam à Spicer demitir trabalhadores a qualquer momento, um contexto similar ao que já havia causado greves na Nissan, Volkswagen e Automex nos anos anteriores. Isso ocorreu com a anuência do *Sindicato de Trabajadores de la Industria Metalúrgica*, entidade fantasma que impunha aumentos salariais reduzidos e cotas sindicais cujo destino era desconhecido. “A los trabajadores de Spicer su experiencia de casi 25 años les indicaba que, por regla casi general, el

³⁴ *Partido Nacional Revolucionario* (PNR) de 1929 a 1938, *Partido de la Revolución Mexicana* (PRM) de 1938 a 1946, *Partido Revolucionario Institucional* (PRI) de 1946 em diante.

sindicalismo era prejudicial.” (TREJO DELARBRE, 1976, 5). Desde 1968, no entanto, surgiam rumores quanto à possibilidade de se criar um sindicato independente, a única solução que encontram para se livrar de sua situação (TREJO DELARBRE, 1976, 3-5).

Dentre as estruturas criadas pelos trabalhadores, se inclui um comitê de greve, várias comissões de trabalho, uma “escola de formação sindical” em que se discutia o contrato coletivo, e mesmo um periódico mimeografado que pouco durou, por falta de recursos. Criaram também um sindicato independente, seção do *Sindicato Nacional de Trabajadores de la Industria del Hierro y el Acero* (STIHA). Os grevistas, no entanto, não tinham experiência prévia de greve, e contaram com esparsas poupanças que logo acabaram. Além disso, Spicer era parte de um conglomerado multinacional, e a greve de 600 trabalhadores não a afetou significativamente a ponto de ela se abrir ao diálogo (TREJO DELARBRE, 1976, 7-8).

Isso em parte porque Spicer se beneficiou do corporativismo descrito acima. Logo de início, pediu ajuda ao *Sindicato de Trabajadores Mineros de la República Mexicana* (STMM), entidade *charra*³⁵ (TREJO DELARBRE, 1976, 5-6). Além disso, durante boa parte da greve os trabalhadores eram vigiados por piquetes policiais nas entradas e saídas da fábrica, e dentro da planta havia enfrentamentos verbais e físicos entre os trabalhadores do sindicato *charro* e do sindicato independente (TREJO DELARBRE, 1976, 10).

Em termos concretos, a greve se resolveu em poucos meses, a partir de alguns eventos-chave. Ao receber a notícia de que o STMM recebeu cotas sindicais dos salários dos trabalhadores de Spicer, mesmo que estes não o tivessem reconhecido como seu sindicato, foram tirar satisfação na planta. Ao serem recebidos com policiais que os impediam de entrar, assim como a demissão de 164 dos trabalhadores eventuais, os demais resolvem se ausentar do local em protesto. Isso é considerado um erro pelo autor, já que abriu espaço para que a empresa pudesse contratar ainda mais membros do STMM para substituir os grevistas (TREJO DELARBRE, 1976, 11). Em momento posterior, os trabalhadores realizam uma greve de fome em uma tentativa desesperada de angariar solidariedade e de ganhar força perante a empresa. O enfraquecimento físico dos trabalhadores, decorrente dessa greve de fome, assim como a intransigência das lideranças quando às pautas reivindicadas, levaram a um impasse prolongado que se resolveu com a dissolução do

³⁵ *Charro* é o termo usado para se referir aos grupos e líderes sindicais que se alinhavam aos interesses das Confederações, que em geral coincidiam com os interesses do partido hegemônico.

movimento. O processo culmina em uma vitória da Spicer e dos *charros*, a partir de estratégias que já haviam sido usadas em outros lugares em anos anteriores, como a resistência prolongada para esgotar os recursos dos grevistas e o uso de entidades *charras* para cooptar os trabalhadores (TREJO DELARBRE, 1976, 13-15).

O caso de Spicer, e em particular o artigo que o descreve, são paradigmáticos do conteúdo veiculado pela revista *Cuadernos políticos*. A seleção deste artigo, dentre tantos outros, se deu a partir de sua natureza exemplar, em termos dos argumentos teóricos e práticos expostos nas edições da revista ao longo da segunda metade da década de 1970.

Em primeiro lugar, há uma ênfase do *político*, em detrimento do econômico, quando se trata das pautas trabalhadoras. Em termos amplos, Juan Felipe Leal e José Woldenberg, em seu estudo sobre a estrutura sindical mexicana, argumentam que este é um momento em que há radicalização das ações reivindicativas. Isso porque ocorre o surgimento de novas fórmulas de comportamento que questionam as estruturas sindicais vigentes e impugnação das relações tradicionais entre sindicatos e Estado, em um ponto da história mexicana em que o proletariado da grande indústria já constitui uma força social potencialmente decisiva (LEAL & WOLDENBERG, 1976, 3). Julio Labastida argumenta que há mudanças na composição e consciência da classe operária, permitindo o surgimento de grupos que buscam a democratização sindical e a formação de novas organizações independentes (LABASTIDA, 1975, 19-20). Arnaldo Córdova, autor cujo trabalho em muito sintetiza as teses defendidas na revista, afirma que se a dominação da CTM se dá pela redução dos sindicatos nacionais de indústria à impotência, como costumava ocorrer anteriormente, nos anos 1970 ficou claro que os operários ainda eram capazes de reações espontâneas frente à dominação corporativista. Não há mais luta sindical que não se converta em um movimento político que desemboca, irremediavelmente, no enfrentamento com a ordem política estabelecida (CÓRDOVA, 1979, 11-24).

Trejo Delarbre reafirma a ênfase no político ao listar as demandas centrais dos grevistas: reconhecimento do sindicato independente, inspeção legal para determinar qual era o sindicato maioritário, negociação da planta para os eventuais, reinstalação dos despedidos e expulsão dos *esquiroles* (trabalhadores do STMM que haviam sido chamados para substituir os grevistas na Spicer). A única demanda de cunho puramente econômico tinha relação com os eventuais (TREJO DELARBRE, 1976, 3-7). O próprio autor enfatiza, no início do artigo, que a luta em Spicer

demonstra como a luta democrática sindical é marcada pelo espontaneísmo, pela consolidação empírica de uma organização, pela busca de um sindicalismo independente e democrático frente ao sindicalismo oficial, e pela aquisição de uma consciência de classe no transcurso do movimento (TREJO DELARBRE, 1976, 1-2).

Um segundo ponto de acordo é que o enfrentamento da ordem precisa ser feito de forma específica. Os intelectuais que publicam na *Cuadernos* são claros ao afirmar que é necessário um esforço de unificação dos movimentos sindicais. A centralização regional da luta sindical, ou ao menos a tentativa de realizá-la, é apontada por Víctor Orozco como aspecto positivo do recente movimento sindical independente em Chihuahua (OROZCO, 1976, 4). Os eletricitistas do *Sindicato Único de Trabajadores Electricistas de la República Mexicana* (SUTERM), uma das principais organizações sindicais independentes do período, tiveram como sua luta inicial justamente a unificação e nacionalização de seu sindicato, depois da qual puderam reivindicar suas pautas em posição mais consolidada (TREJO DELARBRE, 1978, 1-2). As consequências da falta de centralização são enfatizadas por Augusto Urteaga Castro Pozo, que, ao descrever as mobilizações operárias em Ciudad Sahagún em 1976, argumenta que depois de seis meses de greve muitos trabalhadores preferiram buscar outras colocações, enquanto outros voltaram à planta industrial aceitando condições humilhantes de trabalho, e mesmo a repressão direta da empresa (CASTRO POZO, 1977, 15). O próprio Trejo Delarbre, ao descrever o caso de Spicer, afirma que foi um erro dos grevistas se recusar sumariamente a fazer parte do STMM. Isso porque no interior da organização *charra* existiam seções democráticas, que poderiam ver no movimento em Spicer uma bandeira em torno da qual se unificar, para ganhar espaço político dentro do próprio aparato estatal (TREJO DELARBRE, 1976, 12-13).

A presença de seções democráticas dentro do STMM atesta para a complexidade da situação mexicana naquele momento. Como dito anteriormente, o que a historiografia nos aponta é que o sexênio de Luis Echeverría foi marcado por um movimento que o governo chamou de *apertura democrática*, uma série de ações e atitudes tomadas em diversas frentes e que, em termos retóricos, caminhariam rumo à democratização do regime. Quanto à mobilização sindical em particular, os primeiros anos do sexênio foram de alguma tolerância por parte do Estado, que permitiu aos sindicatos independentes ganhar algum espaço político. O próprio presidente do Conselho Executivo Nacional do PRI, Jesús Reyes Heróles, deu beneplácito público para a criação

de um sindicalismo com princípio democrático, que pudesse marcar sua independência com respeito às grandes organizações operárias (FOWERAKER, 1990, 49; ZERMEÑO, 1987, 73-74).

Por outro lado, isso não necessariamente condiz com a percepção de atores políticos do momento. Já na primeira edição da *Cuadernos*, ao falar sobre os limites do reformismo, Carlos Pereyra argumenta que ainda que representantes do Estado afirmem publicamente que o *charrismo* é fonte de ilegitimidade, não podem negar em privado que ele constitui a melhor barreira de contenção da classe operária, e que não pode ser dispensado como fator de dominação (PEREYRA, 1974, 17). Daniel Molina, ao descrever a política sindical no período Echeverría, afirma que houve sim alguma abertura concedida nesse sentido pelo governo. No entanto, o próprio presidente Echeverría não se distanciou completamente do *charrismo* e de Velázquez, pois ao fazê-lo arriscaria perder uma das bases mais sólidas do governo (MOLINA, 1977, 2). A meta central das ações de Echeverría era a recuperação da base de apoio social do regime, que se deteriorava naquele momento, e colocou em ação um programa de concessões à classe operária para obter seu apoio. Entretanto, o governo jamais abriu mão de ser a instância final da repressão, quando esta se mostrasse necessária para manter o status quo (MOLINA, 1977, 5).

O caso dos grevistas de Spicer serve novamente de exemplo. Entre 8 de julho e 22 de agosto de 1975 Echeverría realiza uma série de viagens internacionais. Alguns dias depois de retornar, se deparou com uma campanha de solidariedade em torno dos grevistas de Spicer, cujo abandono da fábrica, descrito acima, se deu em 28 de agosto. A campanha envolveu denúncias e paralisações por parte de sindicatos da UNAM e de outros locais do México, assim como uma manifestação em frente à embaixada mexicana na Holanda e paralisações no Canadá e na América do Sul. Frente a esta pressão, e tendo a oportunidade de tomar o problema nas mãos, no entanto, Echeverría o faz em detrimento dos trabalhadores, se aliando ao STMM no momento em que a greve de fome chegava ao fim (TREJO DELARBRE, 1976, 15-16, 22-25).

A ênfase dada à luta sindical independente pelos autores que publicaram na *Cuadernos Políticos* não é gratuita. Em seus textos, esses intelectuais não estão apenas descrevendo anedotas recentes na luta democrática mexicana, mas sim a luta do que veem como os verdadeiros motores da mudança histórica. Logo nos primeiros exemplares da revista, Alejandro Álvarez e Elena Sandoval afirmam o posicionamento teórico de que os operários são o principal foco revolucionário, ainda que no México sua situação não permita que atuem como tal. O trabalhador

industrial compõe a vanguarda de sua classe, com os trabalhadores da grande indústria fixando a pauta do proletariado industrial como um todo (ÁLVAREZ & SANDOVAL, 1975, 3-4). A democratização interna de sindicatos é enfatizada como passo fundamental para que o poder político possa ser tomado pelos trabalhadores; apenas nessas condições eles poderiam reivindicar seu papel histórico revolucionário (ÁLVAREZ & SANDOVAL, 1975, 18). O próprio Trejo Delarbre, ao pensar no futuro político de seu país dois anos depois do texto sobre Spicer, afirma que qualquer mudança deve passar pela organização democrática de massas, entendidas como as massas operárias (TREJO DELARBRE, 1978, 37).

Os passos futuros para o operariado mexicano envolvem conquistar o controle sobre o poder econômico, o que envolve organizações democráticas de trabalhadores que tenham poder sobre administradores de empresas estatais e paraestatais (CÓRDOVA, 1979, 48-49). Córdova afirma que não se trata da criação de um partido revolucionário, mas sim da libertação dos trabalhadores dos grilhões da dominação corporativista, para que depois se possa pensar na criação de um partido e até mesmo na revolução (CÓRDOVA, 1979, 32). Ao falar sobre a luta pela democratização no México, que vê como uma luta essencialmente da esquerda, Córdova é categórico:

No hay futuro para la izquierda fuera de la organización sindical. En realidad no lo hay para ningún sector social, partido o individuo que quiera dedicar sus esfuerzos a la política y a la transformación de nuestro país. Pero es evidente que a ninguna fuerza con cierta presencia en la política mexicana habrá de beneficiar, como a la izquierda, la lucha del proletariado por su organización de clase (CÓRDOVA, 1979, 58).

É por conta dessa ênfase no operário como motor central da luta democrática mexicana que em diversos momentos há críticas ao movimento estudantil por sua interferência no movimento sindical independente. Ao falar sobre o caso de Spicer, Trejo Delarbre é específico em argumentar que a escolha pelo abandono da fábrica em agosto de 1975 foi um erro causado pela influência de estudantes, que sobre-estimaram a importância dos trabalhadores para a empresa e presumiram que o abandono seria uma estratégia positiva para o movimento. O autor acredita que a esquerda mexicana insiste em tentar impor seus ditames sem se preocupar em oferecer alternativas políticas concretas que sejam condizentes ao nível e grau da luta sendo realizada (TREJO DELARBRE, 1976, 1-2, 11-12).

Em termos mais amplos, no entanto, há posicionamentos mais contundentes: Roberto Escudero afirma que o movimento estudantil de 1968 colocou fim a um período de relativo equilíbrio na luta de classes no México, representando uma fratura do bloco dominante. No entanto, também serviu para demonstrar que o movimento operário segue outra lógica, e que uma aliança operário-estudantil deve sempre dar precedência para os primeiros (ESCUADERO, 1978, 1-8). O autor coloca que

Los obreros, es obvio, no son estudiantes, no sienten ni viven como estudiantes, por eso tampoco luchan como los estudiantes. No pueden celebrar asambleas, ni la discusión política les está permitida. Por eso no tienen todo el tiempo que los estudiantes dedican al debate político, doctrinario e ideológico. Políticamente están reprimidos y económicamente sufren de manera directa la explotación capitalista: eso los define. (...) Por eso un error, en el movimiento obrero, cuesta generalmente muy caro. Más allá de la huelga simplemente reivindicativa, la política de la organización de vanguardia, del partido de los obreros, es una fuerza material, es la fuerza que cambia la historia (ESCUADERO, 1978, 8-9).

O que se conclui dos textos publicados na *Cuadernos políticos* é, portanto, que a democratização do México só pode ser realizada pelas mãos do operariado, neste momento subjugado ao corporativismo oficial. Ainda que camponeses tenham papel importante nessa luta, e que estudantes possam tomar partido, o foco é no operário como figura que move a história. A democracia é entendida como a participação direta e indireta do operariado na tomada de decisões econômicas, o que traz duas vantagens concretas. A primeira, em termos pragmáticos e momentâneos, o ganho de melhores condições econômicas para a classe mais importante do país. A segunda, em termos políticos de longo prazo, a preparação para que esta classe possa no futuro se mobilizar em direção revolucionária, cumprindo seu papel histórico. A democracia é um meio para um fim, estrutura de pensamento que se repete, ainda que a partir de outra chave interpretativa, nos escritos iniciais do grupo em torno de Octavio Paz.

b. Democracia em Plural

“*Hay que devolverle la iniciativa al pueblo.*”

(PLURAL, 1972b, 38)

Se em *Cuadernos Políticos* a tônica do argumento em torno da democratização é o sindicalismo independente, este é um ponto que surge apenas de forma passageira nos artigos da *Plural*. Em uma de suas primeiras edições, Victor Flores Olea argumenta que uma solução para o cenário mexicano é encampar o desenvolvimento igualitário como a base do setor público, algo que só seria possível mediante a presença de autênticos representantes dos setores populares em cargos de poder, o que por sua vez requer novos esquemas de participação (FLORES OLEA, 1971, 33). No ano seguinte, Carlos Fuentes reafirma a necessidade de liberdade de ação política e organização democrática de camponeses e operários, fundamental para a democratização do México (FUENTES, 1972, 7). Octavio Paz chega a incluir a democratização dos sindicatos trabalhistas e organizações camponesas como condição primeira para o renascimento das forças populares (PAZ; WOMACK; TURNER, 1972, 4).

Quando se trata da democratização do México, no entanto, a questão central nos artigos da *Plural* deste momento são as forças populares. De acordo com Paz, o debate público deve incluir técnicos, estudantes, professores, intelectuais, trabalhadores do setor terciário, setores da classe média, *ejidatarios*, membros das empresas descentralizadas e trabalhadores, de forma a incluir também os novos grupos econômicos. A percepção de baixa representatividade da classe média teria sido geradora do movimento de 1968 (PAZ, 1972a, 16).

Por outro lado, não somente da classe média é feita a mobilização democrática, o que fica claro em uma mesa redonda sobre escritores e a política publicada na edição 13 da *Plural*, com participação de Paz, Fuentes, Gabriel Zaid, Luis Villoro,³⁶ e outros. Nela, Paz reafirma a necessidade de se criar uma “*alianza popular independiente*”, que agrupe dissidentes e oprimidos em torno de um programa comum. A mudança de regime só poderia vir de fora do poder público,

³⁶ Os intelectuais listados foram todos influentes na esfera pública mexicana. Carlos Fuentes escreveu diversas obras literárias emblemáticas para pensar a cultura do país, como *La región más transparente* (1958) e *La muerte de Artemio Cruz* (1962). Gabriel Zaid, por outro lado, possui publicações que se voltam às esferas política e econômica do país, e que incluem *El progreso improductivo* (1986) e *La economía presidencial* (1987). Luis Villoro, por fim, realizou sua contribuição a partir de textos filosóficos e históricos, com obras que tratam do pensamento político mexicano no século XX.

de uma oposição de esquerda (PAZ, 1972a, 22). Gabriel Zaid, na mesma mesa redonda, argumenta quanto à importância da criação de empresas culturais como o *Fondo de Cultura Económica*, para fomentar uma vida pública sã e bem-informada, e que seria um erro unir esforços para simplesmente criar um partido (ZAID, 1972, 22). Esse ponto é corroborado por Villoro, que concorda com Paz quanto à necessidade de um movimento popular independente, e reforça que o que não se pode fazer é se incorporar ao regime (VILLORO, 1972, 23). Carlos Monsiváis é o único que destoa nesse momento: ainda que também concorde com a necessidade de um movimento popular, argumenta que as forças democráticas devem se aproveitar das organizações já existentes, como o movimento estudantil, a resistência campesina e a ação de grupos trabalhadores; o que houve de abertura até esse momento foi consequência das ações desses grupos (MONSIVÁIS, 1972, 25).

Na edição 22, os editores retomam a ideia de que a solução democrática não pode passar por um partido de oposição: o PAN, o único partido de oposição com votação expressiva nesse momento, é visto como uma não-alternativa, por se comportar internamente de forma semelhante ao PRI (PLURAL, 1973, 38-39). Já na edição 30, os editores elogiam José Revueltas que, em uma conferência recente, teria argumentado pela necessidade de criação de um movimento democrático para além dos partidos tradicionais. Esse movimento abarcaria o que há vivo na dupla herança do socialismo internacional e da Revolução Mexicana, e que seja uma alternativa real ao PRI (PLURAL, 1974a, 77).³⁷

É o texto de Octavio Paz na edição 25, no entanto, que sintetiza o argumento de forma mais completa. Intitulado *Los centuriones de Santiago* e publicado um mês após o golpe que derrubou o governo de Salvador Allende, nele Paz estabelece de início que os casos de Allende e do

³⁷ É interessante notar que esse posicionamento de José Revueltas representa uma quebra com o que o intelectual e ativista havia proposto mais de uma década antes, em seu livro *México: una democracia bárbara* (1958). A partir de um viés de classe, Revueltas argumentou que a burguesia mexicana seria a classe dominante que possui membros tanto dentro quanto fora do partido no poder, e seria de tal forma dominante que nenhum outro partido existente no momento conseguiria atuar de forma verdadeiramente independente. Na verdade, o problema central da democracia mexicana é justamente esse: os partidos todos têm seus programas direcionados pelo que o PRI argumenta e pensa, como no caso do PAN, que se viu obrigado a adotar uma retórica mais à esquerda quando percebeu que seus tradicionais grupos de apoio já haviam se alinhado ao PRI na eleição de 1958. Dessa forma, a única solução possível para a renovação do sistema eleitoral é o aumento de poder pelos despossuídos, pela classe trabalhadora. Isso não se dará apenas a partir de greves, que por si só não geram consciência de classe, mas sim a partir da criação de um partido próprio, para que a classe trabalhadora possa então compreender o papel que desempenha na sociedade e que está destinado a cumprir. O fato de Revueltas ter modificado seu posicionamento em anos posteriores pode indicar uma percepção de que o sistema eleitoral-partidário teria caído em descrédito nesse momento.

movimento independente em Praga em 1969 são usados tanto por marxistas quanto por antimarxistas como argumento de que o socialismo e a democracia são incompatíveis. Isso porque o socialismo seria impraticável tanto por seu funcionamento concreto (caso de Praga) quanto pela ação de seus opositores (caso de Allende). Paz discorda desse diagnóstico: não se pode usar o caso de Allende como argumento de que a via democrática ao socialismo é impossível, já que a derrota de Guevara e da luta dos *tupamaros* é evidência concreta de que a via violenta também pode falhar (PAZ, 1973, 49). À luz das terríveis experiências do século XX, os programas políticos para lidar com a realidade latino-americana devem ser democráticos,³⁸ ainda que não precisem ser meras cópias das democracias burguesas ocidentais. Esses programas devem conter elementos de um futuro socialismo, e propor modelos de desenvolvimento econômico e organização social menos desumanos e injustos do que os do capitalismo e do “socialismo burocrático” (PAZ, 1973, 50-51).

O que representaria um socialismo democrático como defendido por Paz só ficaria claro, no entanto, na edição 38, a partir da publicação de artigo de Günter Grass sobre o tema. Grass argumenta, entre outros pontos, que socialistas democratas que aspiram a esse regime não devem colaborar com comunistas, cujo leninismo leva à primazia da hierarquia do partido, e devem tolerar seus adversários, atributo central e natural da democracia. O socialismo democrático se define de baixo para cima, e a noção de uma democracia puramente formal (liberdade de imprensa e opinião, economia de mercado) não lhe interessa, porque esses preceitos escondem monopólios e trustes que dominam essas áreas (GRASS, 1974, 6-7). A importância do artigo de Grass pode ser estabelecida tanto pelo fato de que seu nome aparece no centro da capa da edição 38, quanto a partir do fato de que os próprios editores acharam interessante publicar um texto elogioso do artigo de Grass na edição seguinte. Os editores ainda acrescentam que sem socialismo, a democracia tende a ser dominada por plutocracias e burocracias; sem democracia, o socialismo gera a ditadura burocrática e policial (PLURAL, 1974b, 89).

Los centuriones é um artigo que não define apenas os objetivos a serem atingidos, mas também a forma de o fazer. Paz é enfático ao citar longamente o argumento de Maurice Duverger, também sobre o Chile, de que o socialismo deve ser implementado lentamente, para que ao longo

³⁸ É curioso como no artigo Paz não cita o México como país em que o socialismo democrático deve ser implementado; seu argumento sempre se refere à América Latina como um todo. No entanto acreditamos que contextualmente se pode inferir que para Paz o México se encontra dentre os países para os quais o socialismo democrático é um projeto viável de futuro político.

do processo o governo de esquerda possa tranquilizar boa parte de seus inimigos naturais (as classes médias e a burguesia) e conseguir apoio para reformar cada vez mais. Devem ser enfatizados os pequenos negócios, em detrimento dos monopólios e oligopólios, e qualquer nacionalização que porventura se realize deve ser feita sem violência, para se evitar o tipo de reação com o qual teve de lidar Allende. Em suma, a ordem pública deve ser mantida com firmeza, mesmo que isso implique restringir movimentos populares (PAZ, 1973, 49).

Além disso, o intelectual também cita o então dirigente socialista francês François Mitterrand, que afirmou que tudo teria ocorrido de forma diferente na França, país desenvolvido em que o socialismo será um socialismo da abundância (PAZ, 1973, 49). Ainda que rebata a concepção de que o socialismo só poderá ser democrático em um país desenvolvido, o fato de Paz citar o dirigente francês é significativo. Isso porque nesse momento, a pauta central de Mitterrand é a unificação da esquerda em torno do socialismo democrático, frente à necessidade de implementação de um socialismo reformista. Com exceção dos *gauchistes*, grupo político surgido dos protestos de 1968 na França, as demais vertentes da esquerda francesa todas concordavam que o reformismo era o caminho adiante, e que a ação violenta é um radicalismo irrealista (MITTERRAND, 1971; BELL, 2005, 58).

O artigo *Los centuriones de Santiago* é importante por duas razões. A primeira, como delineado acima, em colocar de forma clara o posicionamento de Octavio Paz diante da concepção de socialismo democrático que se associou com o governo de Salvador Allende no Chile. A conclusão provisória do intelectual é de que é um regime possível, mas que deve ser implementado de forma gradual. A segunda razão, no entanto, é de ordem mais ampla: os conteúdos do texto deixam claro não apenas que Paz se encontra consciente e alinhado com a literatura socialista francesa, que o influencia a pensar em seu próprio país, como o golpe militar chileno representou o momento em que o socialismo democrático tomou o centro do debate democrático em *Plural*. Prova disso, para além dos argumentos de Paz, é o fato de que o título do texto de Günther Grass aparece centralizado na capa da edição 38 da revista, e ainda recebe um elogio direto dos editores na edição seguinte. Além disso, a experiência golpista no Chile representa parte do motivo pelo qual Paz e seu grupo enfatizam a gradualidade na transformação política, em detrimento de rupturas ou revoluções. A segunda razão, acreditamos, é a existência da “guerra suja” mencionada no capítulo 1, e que surge de forma indireta na revista quando o próprio Paz escreve sobre a

possibilidade de crescendo de violência do Estado frente à violência social (PAZ; WOMACK; TURNER, 1972, 4-5).

No entanto, a aproximação ao socialismo democrático de vertente francesa não equivale a uma aceitação acrítica de seus preceitos e projetos políticos para o caso mexicano. É notável, em particular, a ausência em *Plural* da ideia de autogestão dos trabalhadores em contexto produtivo, central para o projeto de Mitterrand (MITTERRAND, 1971). Nisso, Paz e seu grupo se distanciam de forma concreta dos intelectuais da *Cuadernos políticos*. Se os intelectuais marxistas de *Cuadernos* argumentavam por um sindicalismo independente, cuja vitória daria condições à classe operária para eventualmente realizar a revolução,³⁹ em *Plural* o cenário era distinto. Para o grupo de Paz, a solução para o autoritarismo mexicano passava pela mobilização popular independente, para além apenas de operários e camponeses. O objetivo dessa mobilização era o socialismo democrático, em que por socialismo entendiam um regime como o que se pretendia implementar na França daquele momento por François Mitterrand e o movimento socialista do qual fazia parte, e democrático a partir do respeito às opiniões divergentes e que evitasse os excessos percebidos pelo grupo na atuação da comunista União Soviética. A mudança de regime, por fim, deveria ser realizada de forma gradual e segura, sem quebra da ordem, para evitar reações como as vistas no Chile de Allende. Esse é um posicionamento que não se manteria por muito tempo. Se em 1974 Paz e seu grupo eram explícitos em sua defesa do socialismo democrático, em 1976, como editores da *Vuelta*, este já não seria mais o caso.

c. Democracia em Vuelta

“(...) *el poder central, en México, no reside ni en el capitalismo privado ni en las uniones sindicales ni en los partidos políticos sino en el Estado.*”

(PAZ, 1978, 39)

Os editores de *Vuelta*, ainda que em sua maioria os mesmos que de *Plural*,⁴⁰ pensam de forma muito distinta daqueles da revista anterior. Uma primeira distinção é a quantidade de textos

³⁹ Com exceção do argumento revolucionário, os demais componentes se encontravam presentes no manifesto de Mitterrand (MITTERRAND, 1971).

⁴⁰ Em termos de conselho de redação, há apenas uma distinção. Enquanto em *Plural* o conselho era composto de José de la Colina, Salvador Elizondo, Juan García Ponce, Alejandro Rossi, Tomas Segovia, Gabriel Zaid, e Kazuya Sakai,

sobre democracia: se em *Plural* eles eram comuns, ainda que não abundantes, nos primeiros 50 exemplares de *Vuelta* eles se tornam escassos. O próprio diretor Octavio Paz só possui um texto relevante quanto ao tema nesses exemplares, *El ogro filantrópico*. Por outro lado, em *Vuelta* há uma crítica mais constante e intensa direcionada ao socialismo e ao marxismo. Logo no texto de apresentação da nova revista, Octavio Paz é categórico: “La izquierda [mexicana] está paralizada por una tradición dogmática y por su pasado estalinista.” (PAZ, 1976, 5). Com isso, o diretor da revista fixa o tom da crítica presente nas próximas edições.

Juan Goytisolo, escritor espanhol, ao descrever a esquerda europeia, afirma que esta é incapaz de julgar de forma negativa ao regime soviético e às suas medidas de coerção contra dissidentes, o que não só fortaleceu a burguesia, como também a associação entre revolução e autoritarismo (GOYTISOLO, 1978, 16-17). Um ano depois, Goytisolo retoma a crítica ao socialismo, tanto europeu quanto latino-americano, mas dessa vez se referindo ao caso de Cuba. De acordo com ele, derrubado o mito do paraíso soviético, o caso de Cuba se torna o mito substitutivo. Os socialistas estariam ignorando informações que vêm do país, praticando uma autocensura que permite a eles continuar mentindo sobre a situação cubana (GOYTISOLO, 1979, 14).

Carlos Rangel argumenta que a desvinculação da teoria marxista com a verdade não seria um problema tão grande, não tivesse o marxismo se convertido em religião de Estado, primeiro na Rússia e depois em outros países (RANGEL, 1980, 31). Um argumento é de que os marxistas democráticos tomam esse adjetivo apenas racionalmente, e não por sentimento, e que se ofendem quando a crítica é direcionada ao marxismo puro, sem o adjetivo. Se por um lado afirmam que qualquer país que aboliu a propriedade privada é preferível a um país que não o fez, esses socialistas objetam intensamente a qualquer referência aos socialismos realmente existentes como elemento de crítica à ideologia marxista. (RANGEL, 1980, 31). Cornelius Castoriadis vai além: em artigo publicado em 1979, afirma que a situação e sorte efetiva do trabalhador russo são idênticos ao que sempre foram sob o capitalismo. Ao se submeterem ao pensamento de Marx em *O capital*, os marxistas contemporâneos se tornaram incapazes de dizer algo pertinente sobre o

na *Vuelta* a esta lista apenas se acrescenta o nome de Julieta Campos. Uma modificação significativa é a substituição de Danubio Torres Fierro como secretário de redação na *Plural* por Enrique Krauze como secretário de *Vuelta*.

mundo moderno, e a burocracia e o regime burocrático seguem impossíveis para eles como objeto de pensamento (CASTORIADIS, 1979, 6-10).

No México, a situação seria semelhante. Em 1979, Paz retoma a crítica realizada no início de *Vuelta* e afirma que “La ideología marxista – o más exactamente: el marxismo ideológico e ideologizante – está en quiebra en todo el mundo pero no entre nuestros intelectuales de izquierda.” (PAZ, 1979b, 50) Gabriel Zaid, ao descrever a situação mexicana, afirma que

“La palabra izquierda se usa como la palabra decente, y quiere decir aproximadamente lo mismo (lo debido, lo conveniente). (...) Como nadie quiere facilitar las cosas declarándose indecente, para que los demás puedan estar seguros de no serlo, no queda más persecución posible que la persecución interna de la falsa decencia, la lucha interminable de las personas que se dicen decentes contra las personas que se dicen decentes.” (ZAID, 1980, 47).

Ao falar sobre o movimento sindical dentro da universidade, Enrique Krauze é categórico: “Cualquier persona mínimamente familiarizada con los procedimientos anti-intelectuales de los países totalitarios sabe que cuando estas ideas se ponen en práctica, la libertad intelectual, sencillamente, desaparece.” (KRAUZE, 1980, 45). Complementa argumentando que aqueles que acreditam em uma cultura de valores científicos e humanistas, e não na de burocratas intelectuais ou gurus da academia, são os que possivelmente levarão à germinação de uma semente de cultura liberal (KRAUZE, 1980, 46).

O contraste com *Plural* é marcante. Em sua edição 22, há um texto dos editores em que se argumenta novamente quanto à necessidade do socialismo democrático como alternativa democrática real frente ao poder do PRI. Um dos obstáculos para esse cenário, no entanto, é o que veem como um amor às abstrações e desprezo pela realidade por parte da intelectualidade de esquerda latino-americana. Se pudessem deixar de lado essa limitação, esses intelectuais poderiam criar uma organização democrática nacional a partir de um programa em comum (PLURAL, 1973, 38-39). A diferença com o que surge depois é tangível. Em *Plural*, a esquerda mexicana é criticada por seu idealismo, algo certamente negativo em se tratando de ideologias que pretendem explicar e modificar a realidade concreta, mas não necessariamente um pecado em si só. Já em *Vuelta*, o socialista/marxista é colocado como um intelectual de má fé. Goytisolo, em seu artigo sobre as ilusões relativas a Cuba, cita Hans Magnus Enzensberger ao dizer que na esquerda existe “el

arraigado habito de mentir sabiendo que se miente.” (GOYTISOLO, 1979, 14) Já Rangel se utiliza de Popper para argumentar que desde Platão, o ânimo socialista tem como seu fundamento a nostalgia reacionária por uma sociedade tribal, estática, em que o indivíduo não existia (RANGEL, 1980, 36). Se a crítica à esquerda pode ser vista como construtiva em *Plural* – o próprio socialismo democrático de Grass já é uma resposta ao comunismo leninista –, em *Vuelta* ela é destrutiva.

Em termos do que se argumenta acerca das possibilidades democráticas no México, essa mudança se mostra fundamental. Isso porque já na primeira edição da revista Rafael Segovia argumenta que a mudança de regime não poderá ser realizada a partir de um rompimento ou uma revolução. Acaso as forças reais se enfrentem em campo de batalha, Segovia afirma que o ganhador já seria conhecido de antemão: não haveria como competir com o poderio do Estado. O caminho para a democracia passa por uma reforma ao sistema, ainda que o autor afirme não saber se isso é possível (SEGOVIA, 1976, 28-29). A única saída para a situação mexicana se dá com a ajuda do Estado, único elemento previsível em um momento de transição como esse:

Cerrar estas vías de información, presuponer que las masas o la nación pueden manifestarse por vías que no son institucionales es aceptar de antemano un totalitarismo de izquierda o derecha, pero totalitarismo al fin y al cabo. De la amarga coyuntura em que nos movemos sólo podremos salir con la ayuda del Estado, del único que la nación tiene y que, por lo demás, es el único humanamente previsible (...) Su primer acto obligatorio es aceptar y mantener una legalidad que él solo creó, legalidad autoritaria, a nadie se le esconde, pero más tolerable que lo inesperado. (SEGOVIA, 1976, 29)

Dois meses depois, Segovia retoma o ponto, e reafirma que a luta política de seu tempo não é mais revolucionária, mas de institucionalização da legitimidade do Estado e dos governos que o encarnam, ampliando a participação da nação e reduzindo aquela da família revolucionária. “Cerrar las vías institucionales es, a ciencia cierta, la manera más segura de desviar los intereses de los grupos sociales por caminos no políticos, es decir, hacia la violencia.” (SEGOVIA, 1977a, 34)

Isso porque o Estado no século XX se tornou incontornável. Em *El ogro filantrópico*, texto que serve de espinha dorsal para o que é argumentado na *Vuelta* neste momento acerca das possibilidades da democratização, Octavio Paz afirma que tanto liberais quanto marxistas erraram em seu prognóstico da redução ou desaparecimento do Estado. Enquanto os primeiros acreditavam

que o florescimento da sociedade civil reduziria o Estado a mero supervisor da evolução espontânea da humanidade, os segundos pensavam que a aparição do socialismo significaria também a desaparecimento do Estado. Ambas perspectivas se mostraram falsas: o Estado do século XX “se ha revelado como una fuerza más poderosa que la de los antiguos imperios y como un amo más terrible que los viejos tiranos y déspotas” (PAZ, 1978, 38).

Ao descrever o caso mexicano, Paz afirma que a relação entre PRI e Estado é complexa. Por ser um regime de partido único, no México as organizações sindicais e populares são fonte quase exclusiva da legitimação do poder estatal, o que equivale dizer que o governo precisa dos sindicatos tanto quanto os sindicatos precisam do governo. A relação é tão estreita que o intelectual acredita que as únicas forças capazes de negociar com o governo são capitalistas e dirigentes operários. No entanto, o Estado não é composto apenas dessas forças: há ainda duas burocracias paralelas. A primeira é composta por administradores e burocratas, herdeiros históricos da burocracia novohispana, braço e mente da modernização. A segunda, por outro lado, é formada pela classe política, e que dirige o PRI. O trânsito entre PRI e governo é constante e fluido. Feita esta descrição, Paz conclui: “La descripción que acabo de hacer es apresurada y esquemática pero no es inexacta. Por ella no es difícil comprobar que el poder central, en México, no reside ni en el capitalismo privado ni en las uniones sindicales ni en los partidos políticos sino en el Estado” (PAZ, 1978, 39).

Quanto ao que esperar do desenvolvimento político do México a partir dessa situação, há divergências. Um artigo de Manuel Camacho, publicado em 1977, delineia cinco diferentes possibilidades quanto ao futuro político do México. Duas delas, a revolução socialista e o nacionalismo autoritário, o autor não desenvolve por pensar serem improváveis. Das demais, a primeira envolve a retomada do projeto proposto por Daniel Cosío Villegas em seu artigo fundamental sobre *La crisis de México* (1947), de implantação de um modelo liberal de democracia representativa. A segunda seria a “argentinização” do país, com radicalização crescente de todos os setores sociais e aumento da violência, que o Estado não poderia combater por falta de recursos. A terceira, a implantação de um regime burocrático tecnocrático militar, com enfrentamento coercitivo das forças de oposição e perda do poder do presidente diante do setor público (CAMACHO, 1977, 47-50).

Desses caminhos, Camacho acredita que o melhor, por mais difícil que seja, é a reforma do Estado em direção à democracia representativa; é, afinal, o único caminho que não envolve necessariamente o uso de violência. A implementação da democracia representativa passaria por reformas eleitorais e aumentaria a legitimidade e hegemonia do Estado, mas ao mesmo tempo o PRI teria de se democratizar para competir com os demais partidos, e o Congresso seria fortalecido. Seria necessária uma reforma sindical, e setores conservadores e a classe política provavelmente se tornariam empecilhos ao processo (CAMACHO, 1977, 49-50).

Paz, por outro lado, afirma que há dois caminhos plausíveis. No primeiro, o pluralismo permitido pela reforma eleitoral de 1977 levaria à paulatina perda de legitimidade do PRI, a tal ponto em que se tornaria plausível o surgimento de uma burocracia militar que o substituísse no poder (PAZ, 1978, 43). Nisso, ecoa o trabalho de Jean Meyer publicado na edição de agosto-setembro de 1977 da revista francesa *Critique*, e que foi republicado na edição 22 da *Vuelta*. Meyer argumenta que essa burocracia forma verdadeiros regimes militares, a partir de capitães e coronéis vindos das classes médias e populares, sem relações com a cultura da elite tradicional, com civis, ou com qualquer outro grupo com o qual poderiam compartilhar o poder. São militares tecnocráticos, que chegam ao poder, na América Latina, sempre que há ameaça de bancarrota política do Estado. São militares que, sem conexão com uma classe ou uma tradição, fazem tabula rasa de todo modelo anterior. “Los militares movilizan todos los medios para transformar a los ciudadanos en militantes paramilitares y para hacer del país un campamento en el que todos tienen un lugar preciso” (MEYER, 1978, 8).

O segundo caminho plausível para o México, de acordo com Paz, é um que gerava horror na classe política mexicana de sua época: a divisão do PRI em suas distintas alas. O intelectual vê nisso uma possível cura para o que afirma ser uma das carências mais graves do México e da América Latina, a inexistência de uma tradição socialista democrática (PAZ, 1978, 43). Esse posicionamento é ecoado por Carlos Fuentes em 1980, momento em que afirma que o PRI é uma máquina política realista em meio a uma esquerda e uma direita apocalípticas, e que não há força democrática que consiga ocupar os espaços que o PRI vai perdendo. O partido é composto de três alas distintas, a partir de seu viés político (esquerda, centro e direita), e a democratização do México necessariamente passaria pela democratização do PRI (TORRES FIERRO & FUENTES, 1980, 43-44).

Isso não quer dizer que Paz é contrário à reforma eleitoral de 1977. No mesmo texto, afirma:

Aclaro: no condeno prematura y precipitadamente a la Reforma Política. Es benéfica incluso dentro de sus limitaciones. Creo que hay que profundizarla y, por decirlo así, democratizarla: descender del nivel de los partidos, que es el nivel de la ideología, al de los intereses y sentimientos concretos y particulares de los pueblos, los barrios y los grupos. (...) Pienso, por ejemplo, en la democracia espontánea de los pequeños pueblos y comunidades, en el autogobierno de los grupos indígenas, en el municipio novohispano y en otras formas políticas tradicionales. Ahí está, creo, la raíz de una posible democracia mexicana. (PAZ, 1978, 43)

Para que a Reforma Política chegue ao real povo, o Estado teria que começar por uma auto-reforma: a expressão do descontentamento popular se dá na forma da abstenção e ceticismo, no caso mexicano (PAZ, 1978, 42). Isso já havia sido levantado por Camacho, que argumentou que “El gobierno puede dar el primer paso en una reforma – que es sin duda la mejor opción – y puede también, en cierta medida, encauzarla, pero no puede hacerla caminar sin la participación de las nuevas fuerzas sociales.” (CAMACHO, 1977, 50). O ponto foi também ecoado por Rafael Segovia, que na edição seguinte de *Vuelta* afirma que a reforma política realizada pela administração López Portillo em 1977 não é suficiente, pertinente apenas às classes médias urbanas, únicas interessadas no processo eleitoral. Essa reforma só se tornará relevante mediante o abandono da posição de indiferença dos cidadãos mexicanos (SEGOVIA, 1977c, 32-33).

Desta feita, o que se argumenta em *Vuelta* é substancialmente distinto daquilo que havia sido feito em *Plural*. Se na revista mais antiga o grupo de Paz buscava a instauração do socialismo democrático a partir da mobilização popular independente, em *Vuelta* o grupo abraça a crítica ao marxismo e aos excessos do “socialismo realmente existente”. A partir disso, a ênfase na mobilização popular perde sua força, em favor da prevalência e mesmo inevitabilidade do Estado em qualquer esforço de democratização. O abandono da inércia e ceticismo populares é fundamental para levar a cabo uma democratização completa, já que a alternativa percebida é de ascensão de uma burocracia militar independente de pressões políticas e sociais tradicionais. No entanto, os intelectuais do grupo de Paz afirmam que é o Estado que deve tomar a dianteira do processo, instaurando reformas que possam então abrir espaço institucional para mobilizações populares efetivas. O Estado é colocado, em *Vuelta*, como uma força incontornável.

A própria concepção de democracia se encontra modificada. Se em *Plural* essa democracia se relacionava à implementação futura do socialismo, em *Vuelta* ela é vista como uma ferramenta de autogoverno, de independência frente a um Estado forte e quase onipresente que se formou no México contemporâneo. Para realizá-la, Paz argumenta que devem ser retomados aspectos culturais enraizados entre os mexicanos, mas que não podem florescer porque as instituições estabelecidas impõem seu próprio funcionamento. “Si democracia es pluralismo, lo primero que hay que hacer es descentralizar.” (PAZ, 1978, 43) De acordo com Paz, no entanto, não se trata de idealismo: o autor afirma não pedir por um regresso ao passado, mas sim a construção de uma modernidade própria para o México, inventada a partir das formas de viver e morrer, produzir e gastar, trabalhar e gozar que foram criadas pelo povo mexicano (PAZ, 1978, 44).

3. Estado e pessimismo nas páginas de *Plural* e *Vuelta*

O delineamento dos projetos políticos em *Plural*, *Vuelta* e *Cuadernos Políticos* demonstra que havia diferenças significativas quanto ao que se considerava pelo termo democracia, sua função e valor intrínseco, e os modos pelos quais poderia ser atingida. Estes projetos não surgiram em um vácuo, e houve certa comunicação entre ambos os grupos. Dois casos merecem destaque.

O primeiro deles é a publicação, na edição 11 da *Plural*, de uma nota dos editores a uma entrevista realizada por Ignacio Solares a Rafael Galván, considerado como líder do grupo que encabeça a luta sindical independente nesse período (JIMÉNEZ RICÁRDEZ, 1975, 24), publicada na *Revista de revistas*, em 28 de junho de 1972. Os editores afirmam que o líder sindical acerta em três pontos quanto ao seu diagnóstico da situação sindical, mas ao mesmo tempo realiza uma descrição incompleta. Quando trata da história do sindicalismo no México, Galván afirma que desde o presidente Ávila Camacho os operários foram marginalizados como fator político, ao que os editores respondem que a corporação operária, sob Fidel Velázquez, é na verdade uma das únicas forças capaz de obter concessões do PRI. Quando toca na necessidade de um movimento independente unificado, os editores respondem que ele subestima a capacidade de patrões de comprar os operários a partir de vantagens econômicas. Quando afirma que o governo Echeverría não poderá levar adiante qualquer reforma que mereça apoio popular sem antes lidar com o aparato do sindicalismo *charro*, *Plural* responde que o líder sindical sobrestima a capacidade do operário de evitar a assimilação ao governo. Em todos esses pontos, o grupo de Paz discorda frontalmente

da interpretação corrente em *Cuadernos Políticos* quanto ao futuro da luta democrática no México, e se utilizam do espaço editorial para reafirmar que a única saída para a crise do sistema político mexicano é a criação de um movimento político independente (PLURAL, 1972a, 44).

A segunda questão é a crítica que intelectuais na *Cuadernos* fazem a um posicionamento político que vê como alternativa ao México uma dicotomia entre democracia e fascismo/violência. Ao descrever a atuação de Pablo González Casanova, reitor da UNAM em meio ao movimento estudantil na década de 1970, Cuautémoc Ochoa afirma que este se encontrava alinhado ao posicionamento de diversos intelectuais “independentes”, que posteriormente se alinharam “criticamente” ao regime, e que via apenas duas alternativas políticas a nível nacional, a democracia ou o fascismo (OCHOA, 1976, 8). O próprio González Casanova responde a este texto em carta aos editores na edição seguinte, retomando textos publicados por ele em que defende que o socialismo é o caminho histórico para a solução dos problemas do mundo e do México (GONZÁLEZ CASANOVA, 1976, 7). No entanto, a crítica está posta: aqueles que defendem que as duas alternativas possíveis para o México são maior democratização ou o fascismo fariam parte de um grupo de intelectuais que se alinharam ao regime, mesmo que de forma crítica.⁴¹

E isso é importante porque a dicotomia democracia vs. fascismo é fundamental para a compreensão do que se propunha em *Plural* e *Vuelta*, por distintos motivos. No caso da primeira revista, a questão é colocada de forma explícita. Em março de 1972, em mesa redonda com John Womack e Frederick Turner sobre o futuro do México, Octavio Paz argumenta que no México daquele momento havia uma pluralidade de forças e tendências sociais cujo único caminho de atuação é em direção à democratização; qualquer tentativa do PRI e do governo de fechar este caminho resultaria em violência semelhante à vista em 1968 ou 1971 (PAZ; WOMACK; TURNER, 1972, 5). Em momento posterior, Rafael Segovia argumentou que o dilema da

⁴¹ É possível que essa linha de pensamento venha do fato de que o próprio discurso echeverrista fazia um movimento similar naquele momento. Em seu *informe de gobierno* de 1974, o presidente descreve uma série de atos de terrorismo que vinham ocorrendo desde o ano anterior, e os coloca como motivados por uma vontade de alterar o espírito de trabalho que anima a nação. Os que cometem e financiam esses atos, no entanto, não perceberiam que a mudança social só é feita a partir da participação popular consciente e majoritária (ECHEVERRÍA, 1974, 178-179). A dicotomia está clara: aqueles que cometem atos terroristas, violentos, se colocam contra os esforços de democratização do governo, vistos como embaçados na vontade popular majoritária.

conjuntura política do México é uma caminhada em direção ou à democracia, ou ao autoritarismo (SEGOVIA, 1974, 34).

O receio de uma escalada autoritária vai além do contexto das revistas analisadas. Como argumentamos em artigo recente, essa foi uma das razões pelas quais intelectuais como Carlos Fuentes e Fernando Benítez tomaram posicionamentos pró-governo ao longo do sexênio de Luis Echeverría. Em seus textos, Fuentes afirma, por exemplo, que 1971 deixou claro que há forças de extrema direita dentro do regime que tentavam gerar uma situação que obrigasse o governo a agir, abrindo espaço para o fascismo (FUENTES, 1971, 159-160, 192-193). Ao descrever um futuro plausível para o México, em texto publicado na *Plural*, o intelectual descreve um cenário de fascismo, oriundo de movimentos terroristas (FUENTES, 1975, 24). Mesmo Octavio Paz, na semana seguinte ao massacre estudantil de 1971 afirmou que Echeverría merece a confiança dos intelectuais (PAZ, 1971). Ainda que logo depois ele tenha abandonado qualquer posicionamento explicitamente pró-Echeverría, o medo de uma escalada violenta já estava posto no início do sexênio (ZAMPIETRO, 2024, 285-287).

Acreditamos que a ênfase em um movimento social independente por intelectuais do grupo de Paz se dá a partir da força que o movimento de 1968 teve em trazer mudanças de comportamento do grupo dominante, em particular a partir da *apertura* proposta pelo governo Echeverría. É possível que o grupo tenha vislumbrado em um movimento similar, mas mais bem organizado e mais forte, a possibilidade de mudanças mais profundas no futuro. A preocupação com a possível escalada violenta teria se dado a partir da repressão aos movimentos tanto de 1968 quanto de 1971, mas não seria suficiente para modificar substancialmente o posicionamento do grupo enquanto este editava a *Plural*. Acreditamos que ela tenha sido responsável, por outro lado, pela ênfase dada por Paz no gradualismo de qualquer solução democrática, como ocorre em *Los centuriones de Santiago*, citado acima.

O mesmo não pode ser dito com relação a *Vuelta*. Como demonstrado acima, a passagem de uma revista a outra levou estes intelectuais a mudar de posicionamento, de ênfase em um movimento social independente para a preeminência do Estado como força motriz, ou ao menos inicial, do esforço democrático. Acreditamos que há ao menos três razões para tal mudança. A primeira delas é o ataque do governo ao jornal *Excélsior* em 1976, ação que gerou a segunda revista do grupo. Acreditamos que esse ataque pode ter influenciado os intelectuais do grupo de Paz a

pensar que soluções por fora do governo, como estavam sendo argumentadas anteriormente, não seriam eficazes; o governo seria simplesmente forte demais para ser abalado dessa maneira.⁴²

A segunda razão é a eleição de José López Portillo à presidência em 1976. A corrida eleitoral daquele ano provavelmente se mostrou frustrante para as forças democráticas mexicanas, na medida em que conflitos internos impediram o PAN de chegar a um candidato de unanimidade que pudesse concorrer. Desta forma, o único partido de oposição com alguma expressividade popular estava fora da disputa, e López Portillo concorreu virtualmente sozinho (SHIRK, 2005, 81-83). Tal evento, em particular após um sexênio voltado à retórica da democratização e à abertura para mobilização popular e sindical, pode ter sido responsável pela aprovação de uma reforma eleitoral em 1977, que facilitou a criação de partidos políticos (SHIRK, 2005, 23-24). Ainda que se possa também argumentar que a reforma foi uma vitória de pressões populares, seu objetivo foi central parece ter sido a canalização da mobilização política para o sistema eleitoral partidário, a partir da cooptação de lideranças populares para meios institucionalizados de luta contra o poder (FOWERAKER, 1990, 49; ALCOCER, 1992, 244; GALLEGOS CRUZ, 2018, 53). Nesse sentido, tanto a eleição de López Portillo quanto a reforma eleitoral no ano seguinte podem ter sido parte da razão para a mudança em direção à atuação estatal como fonte inicial de democratização, já que a consequência mais direta de toda a mobilização no sexênio Echeverría foi uma demonstração de poder por parte do governo, na forma de uma reforma que canalizou a luta política para meios mais facilmente controláveis pelo Estado.

Para além disso, esses eventos podem ter complementado o ponto de vista do grupo de Paz quanto à impossibilidade de mudança política por fora do governo em outro sentido. Afinal, mesmo a partir da abertura de determinados canais extra-institucionais, como a mídia impressa, não foi suficiente para impedir que uma eleição como essa fosse possível. Nisso, acreditamos encontrar a terceira razão: a indiferença, apatia, e falta de mobilização popular que são enfatizadas pelos autores ao longo dos primeiros exemplares de *Vuelta*. Este é um ponto de ligação com *Plural*: não quer dizer que em *Vuelta* a mobilização popular não seja tão importante como o seria a mobilização popular independente da revista anterior, mas sim que os editores perderam a crença de que essa mobilização independente seria possível. O único partido de oposição de peso, por exemplo, se mostrou incapaz de sequer indicar um candidato para a eleição de 1976. Se em sua

⁴² Paradoxalmente, a própria *Vuelta* é uma iniciativa de mobilização política independente do Estado.

crítica a Galván demonstraram não acreditar na capacidade de mobilização independente de operários, nos parece que em anos posteriores essa descrença se estendeu para a mobilização popular como um todo. A partir disso, surge a necessidade de o Estado dar o primeiro passo no processo de democratização.

Por mais compreensível que seja essa mudança de pensamento, no entanto, é certo que o que surge nas páginas das primeiras edições de *Vuelta* é uma resignação frente à força do Estado. Isso não configura necessariamente um “alinhamento crítico” ao regime, na medida em que a admissão do poder do Estado não equivale a uma comunhão com os ideias e práticas priistas. Por outro lado, a ênfase na potência do Estado, e o argumento de que qualquer esforço democratizante deve ser iniciado por ele, esvaziam as mesmas possibilidades alternativas de mobilização política que eram defendidas anos antes por esse grupo de intelectuais. A partir disso, acreditamos que existe algum grau de validade em se aplicar a acusação de Cuautéhmoc Ochoa ao grupo, na medida em que essa linha argumentativa, se não defende o Estado e o partido hegemônico, ao menos reafirmam seu espaço de atuação frente à sociedade mexicana.

É notável ainda que, mesmo no potencial ponto de contato entre os projetos democráticos de *Plural* e *Cuadernos Políticos*, isto é, a mobilização independente, há divergências significativas que demonstram distintos graus de idealização política. Ao escrever sobre uma mobilização popular independente, o grupo de Paz sempre se utilizou de termos abstratos, no máximo mencionando alguns grupos sociais específicos, que devem se organizar para lutar contra um governo que os oprime conjuntamente. Quando o grupo concede espaço de sua revista a membros proeminentes de movimentos sociais já existentes, o fazem ou como pretexto para tecer críticas a esses movimentos, como no caso da entrevista a Rafael Galván, ou a partir de trechos do pensamento dessas pessoas que se alinham ao seu projeto editorial, como quando elogiam a conferência de José Revueltas citada acima, em que este argumenta pela criação de um movimento democrático para além dos partidos tradicionais (PLURAL, 1974, 77). Os intelectuais de *Cuadernos Políticos*, por outro lado, realizam um esforço consciente e constante de descrição quase exaustiva de movimentos sindicais concretos e de suas conquistas e derrotas. Enquanto em *Plural* o movimento social independente ganha alguma complexidade apenas quando são citados determinados setores sociais, como professores e classes médias, em *Cuadernos* são frequentes textos de mais de 50 páginas descrevendo todos os passos dados por setores distintos de grupos

operários mobilizados ou em greve. Enquanto *Plural* lida com a idealização de um movimento que ainda não existe, *Cuadernos* trata de mobilizações concretas.

A partir disso, não surpreende a frustração do grupo de Paz depois de 1976: ao trabalhar com concepções idealizadas de sociedade, se torna quase certa a decepção com a capacidade desta mesma sociedade de se mobilizar em favor dos interesses atribuídos a ela pelo grupo, algo que é paradoxal quando se considera que essa é uma sociedade que nunca deixou de se mobilizar. Se não o movimento de 1968, exemplos nacionais incluem a mobilização de médicos em 1964-1965, com diversas greves que buscavam melhorias nas condições salariais, ou a greve geral de trabalhadores ferroviários em 1959, sob liderança de Demetrio Vallejo e Valentín Campa (LABASTIDA, 1991, 129). Localmente, é possível citar protestos estudantis a grupos leiteiros no estado de Puebla, que tiveram papel significativo na renúncia do governador Antonio Nava Castillo em 1964 (ESPÍNDOLA MATA, 2004, 161-162; CAMP, 2011, 672-673), ou revoltas populares em San Luis Potosí que destituíram o governador Manuel Álvarez López em 1959 (ESPÍNDOLA MATA, 2004, 172-173; CAMP, 2011, 43).

Por outro lado, não se pode isentar os intelectuais da *Cuadernos* de uma certa contradição em seus escritos. Em texto publicado em 1978, Alejandro Álvarez argumentou que em um contexto de crise econômica, a tarefa mínima do revolucionário é se enraizar na classe operária e conseguir que dessa situação surja um novo movimento operário, livre dos laços de dominação político-ideológica que o *charrismo* impõe e capaz de fortalecer alianças com o campesinato (ÁLVAREZ, 1978, 2-3). No mesmo ano, Raúl Trejo Delarbre enfatiza que muitos membros do núcleo organizacional da SUTERM não eram necessariamente operários, e possuíam ensino superior e qualificações profissionais importantes, algo que não via como um problema (TREJO DELARBRE, 1978, 11). Nisso, ambos vão de encontro ao argumento do próprio Trejo Delarbre em 1976, que ao descrever a greve em Spicer afirma que foi um erro do movimento operário seguir os conselhos dos estudantes envolvidos, e que um dos problemas da esquerda mexicana em geral é sua vontade de ditar os rumos de uma luta política que não pode ser protagonizada por ela (TREJO DELARBRE, 1976, 1-2, 11-12).

O próprio ato intelectual por excelência, a publicação escrita, pode ser visto como uma tentativa de moldar opiniões e, nesse sentido, de liderar a mobilização política quanto à qual se está argumentando. Desta feita, surge uma certa contradição quando se pensa no que está sendo

feito pelos intelectuais que editam a *Cuadernos políticos*. Enquanto no grupo de Paz se aceita como ponto passivo que o intelectual possui um papel fundamental de liderança, na *Cuadernos* há um esforço deliberado em se argumentar que o setor intelectual não deve impor suas regras ao movimento operário, que é quem de fato mobiliza a história. Ao apontar as falhas de estratégia política dos movimentos operários, os intelectuais marxistas geram uma tensão constante nunca resolvida de forma clara, uma contradição entre a crítica ao que foi feito pelo movimento estudantil e o que os próprios intelectuais da revista fizeram ao publicar seus artigos.

Como será desenvolvido nas páginas adiante, a frustração com as falhas do sindicalismo independente provavelmente foi fundamental para que já ao fim da década de 1970 surgisse uma proposta alternativa de democratização, baseada na organização e fortalecimento da sociedade civil mexicana frente a um Estado que havia ocupado quase todos os canais de mobilização política até então. Em termos resumidos, esse é um argumento pela atuação política externa ao Estado, para formar um regime político com recorte participativo, e que vê nessa democracia o passo final do desenvolvimento político, não apenas como um degrau em direção à revolução. Esse argumento é acompanhado da saída de Arnaldo Córdova do corpo editorial de *Cuadernos Políticos*, assim como da disseminação mais intensa das ideias de Antonio Gramsci no seio da esquerda mexicana, e se mantém até o final da revista, em fins da década de 1980.

Já os intelectuais do grupo de Octavio Paz trilharam um caminho distinto ao longo da década de 1980. Se nas primeiras edições de *Vuelta* há o argumento de que o Estado é incontornável, e mesmo o motor inicial da democratização, nos anos seguintes a proposta do grupo se torna a “democracia sem adjetivos”, uma retomada da democracia política como cerne do debate. Essa é uma concepção que, ao seguir preceitos da democracia liberal, coloca nos meios institucionais o ônus de democratizar o regime, a partir de eleições limpas e um sistema partidário funcional. O caso mexicano adiciona a particularidade da necessidade de descentralização política, frente a um regime cujo poder se concentrava na Cidade do México e, em última instância, na figura de um único homem, o presidente da República. É para a análise dessas propostas de democratização que passaremos agora.

Capítulo 3 – O desencantamento em *Cuadernos Políticos*

Nos últimos anos da década de 1970, portanto, se cristalizaram nas revistas analisadas visões muito distintas das possibilidades de democratização no México. Enquanto os intelectuais marxistas de *Cuadernos Políticos* viam na ação sindical independente o caminho para a democratização da sociedade mexicana como um todo, e como passo fundamental para o crescimento ideológico da classe operária, o grupo de Octavio Paz passou por um caminho distinto. Se inicialmente seus textos caminhavam em direção ao que chamavam de socialismo democrático, a partir da mobilização popular independente, já no início de *Vuelta* surge em seus textos uma ênfase no aspecto incontornável do Estado. Neste capítulo, serão descritos os próximos desenvolvimentos neste debate, a partir tanto das ideias publicadas nas revistas, quanto de sua contextualização em meio a um México que passava por reformas, crises, e outros eventos traumáticos. Iniciaremos pelo ideal de democracia em *Vuelta*, para então passar para *Cuadernos Políticos* e, enfim, à discussão quanto a esses ideais.

1. Democracia e Estado mexicano na década de 1980

a. Democracia em *Vuelta*

“[La democracia] Ha sido un ideal revolucionario relegado para otros fines igualmente válidos pero distintos: el bienestar económico, la justicia social, la afirmación nacional, la paz y la estabilidad.” (KRAUZE, 1984a, p. 4)

Como demonstrado no capítulo anterior, em suas primeiras 50 edições a revista *Vuelta* viu textos de Octavio Paz, Manuel Camacho e Rafael Segovia que argumentavam pela impossibilidade de contornar o Estado para qualquer esforço de democratização do México. Esse Estado, o *Ogro Filantrópico* de Paz, é resultado do desenvolvimento do Estado burocrático do século XX, que se tornou uma força mais poderosa que os antigos impérios e um amo mais terrível que os velhos tiranos e déspotas (PAZ, 1978, 38). A solução proposta até o início da década de 1980 foi uma democratização paulatina e iniciada pelo próprio Estado, considerado incontornável por sua natureza englobante. A partir de 1984, essa solução toma contornos mais nítidos e propriamente

mexicanos: o argumento por uma “democracia sem adjetivos”, proposto inicialmente por Enrique Krauze e defendido por outros intelectuais que publicaram em *Vuelta*. Sua essência está no abandono de questões de justiça social e econômica – o que se considera “adjetivação” da democracia, como na democracia social, ou no socialismo democrático – em favor da implementação de um regime voltado à competição partidária e à responsividade de representantes políticos, com a posterior ênfase na necessidade de descentralização do poder. A discussão em torno da democracia sem adjetivos permeou as publicações políticas na revista até ao menos o fim do período analisado na presente dissertação, e, portanto, será o foco das páginas a seguir.

Para compreender sua origem como proposta para o futuro do México, no entanto, são necessárias três considerações contextuais que afetaram os projetos políticos publicados em *Vuelta* de forma mais intensa do que aqueles de *Cuadernos Políticos*. A primeira remete às ideias expostas no capítulo anterior acerca da possibilidade de mobilização popular em favor da democracia. Como foi argumentado, o Ogro Filantrópico não permite uma atuação popular efetiva; se em anos anteriores os intelectuais do grupo argumentaram por um movimento social independente que mostrasse sua força perante um Estado autoritário, os primeiros 50 exemplares de *Vuelta* modificam a tônica para uma democratização que deve necessariamente ser iniciada pelo Estado, com complementação do esforço popular. Esse ponto continua a ser enfatizado até o fim da década, e surge em diversos momentos a partir da consideração de que a implementação da democracia republicana no México é incompatível com o histórico de sua população, cujas raízes tradicionais e autoritárias não suportam as estruturas modernas da democracia.

O segundo ponto de contexto, assim como o primeiro, é também uma continuidade das ideias expostas anteriormente em *Vuelta*. Em particular, os exemplares publicados no início da década de 1980 expandem a crítica cáustica às esquerdas, que vinha sendo realizada nos primeiros 50 exemplares, a partir de três pontos: 1) a crítica ao “socialismo realmente existente” e aos que o defendem; 2) a condenação ao que se percebe como o dogmatismo e fanatismo de membros da esquerda mexicana e internacional; e 3) a percepção de que membros da esquerda mexicana da geração de 68 se aproximavam do mesmo Estado que, em seu momento de gênese política, figurava como oponente a ser combatido.

A terceira questão contextual, por fim, remete à crise da dívida cujo estopim no México se deu em meados de 1982, com repercussões fundamentais tanto para a vida cotidiana quanto na

tônica das discussões políticas mexicanas para o restante da década. Em particular, argumentamos que as descrições do processo de endividamento e de posterior crise enfatizam o centralismo característico da administração estatal mexicana, o que justifica o aspecto descentralizador da democracia sem adjetivos, que se torna fundamental em particular a partir de 1987. Para além disso, ao longo do período ocorre um giro gradual a um eixo economicista de interpretação dos eventos recentes relacionados à transição democrática, que culmina com uma releitura do processo de transição a partir de um viés quase puramente econômico.

Esses três pontos em conjunto ajudam a compreender a necessidade percebida de uma “democracia sem adjetivos” pelos intelectuais do grupo de Octavio Paz. Passaremos, portanto, a uma descrição pormenorizada de cada um deles, para então expor o argumento de Enrique Krauze em suas distintas facetas, assim como o debate em torno da ideia como publicado em *Vuelta*.

O primeiro ponto essencial para se compreender a proposta de uma democracia sem adjetivos é de que a democracia é vista, pelos membros de *Vuelta*, como um conjunto *moderno* de estruturas políticas. O termo é ressaltado em diversos textos, em que se considera que “modernização” se tornou, para a maior parte dos mexicanos, sinônima de “democracia” (PAZ, 1983, 50). O contraste é feito com a cultura tradicional mexicana, considerada autoritária e retrógrada. Acreditamos que essa crença quanto à prevalência de uma cultura mexicana retrógrada é fundamental para compreender a aposta em um sistema plural de partidos, como será desenvolvido mais adiante, em contraste com a proposta em *Plural* de uma ação organizada de um movimento independente, que pode ser compreendida como uma interpretação participativa de democracia.

O contraste entre modernidade e tradição é desenhado principalmente por Octavio Paz, que em uma série de textos ao longo do período argumenta que a instauração da democracia republicana no México marcou uma ruptura radical com o passado do país, gerando as guerras civis do século XIX e posteriormente os regimes autoritários de Porfirio Díaz e de dominação do PRI (PAZ, 1979a, 9-10). O México, influenciado pela Contrarreforma e pela neoescolástica, não teve nem revolução intelectual, nem revolução democrática da burguesia. Seus intelectuais, influenciados por estruturas neotomistas de pensamento, adotam ideias modernas como liberalismo e marxismo, mas as defendem de forma neoescolástica, com atitudes psicológicas e morais de conservadorismo. Da mesma forma que seus avós defenderam o nome de Santo Tomás,

eles defendem o de Marx (PAZ, 1982, 40). A debilidade das democracias latino-americanas viria, entre outros, da tradição espanhola de caciquismo; ainda que a aspiração democrática figure em diversos momentos da história do México independente, a cultura do país é essencialmente autoritária (OLASO, 1987, 43; CRESPO, 1988a, 30). Essas características, que representam um fracasso político aos olhos de Paz, seriam um dos fatores centrais para o subdesenvolvimento econômico do México e da América Latina: seguir preceitos franceses e ingleses de modernidade nas estruturas estatais não foi suficiente para que a sociedade mesma se tornasse moderna (PAZ & REVEL, 1986, 29-30).

Essa descrição do México como um país que implementou estruturas políticas modernas sobre uma base tradicional autoritária é feita a partir de um ponto específico: a comparação com os Estados Unidos. De acordo com Paz, no país do norte as instituições democráticas foram implementadas em harmonia com as convicções religiosas do povo, diferente do catolicismo mexicano, tomado como autoritário (PAZ, 1979a, 9-10). Se o México nasceu com a Contrarreforma e com a neoescolástica, os estadunidenses o fizeram com a Reforma e com a Ilustração (PAZ, 1982, 40). De forma enfática, Paz afirma que

Durante el siglo XIX los liberales mexicanos vieron en la democracia norteamericana, no sin razón, el arquetipo de la modernidad. Esa admiración los llevó a adoptar el sistema norteamericano democrático, republicano y federal. El intento fracasó, en parte, porque México había sido durante tres siglos una monarquía católica; ni su pueblo ni sus dirigentes habían experimentado la gran revolución espiritual, política y económica con que comienza la modernidad (PAZ, 1983, 50).

Desta feita, a descrição de um México tradicional, retrógrado e autoritário vem de uma comparação direta com os Estados Unidos, cujo sistema político e cultura são considerados o arquétipo da modernidade. Esse, no entanto, não é um ponto consensual entre os intelectuais que publicaram em *Vuelta*. O próprio Paz, ao comentar a reação popular ao terremoto de 1985 na Cidade do México, afirma que o evento gerou a mobilização de um povo paciente, solidário, sábio e realmente democrático. Sua sabedoria, antiga e tradicional, não pode ser considerada moderna: é uma estranha mescla de impulsos libertários, religiosidade católica tradicional, vínculos pré-

hispânicos e laços espontâneos. Essas são raízes comunitárias que permitiram a auto-organização democrática frente a um evento de grande calamidade (PAZ, 1985b, 8-10).⁴³

O texto de Paz no contexto do sismo de 1985 não nos parece representar uma contradição com seu pensamento original: ainda que chame a auto-organização dos mexicanos de democrática, não deixa de ressaltar a estranheza da fundação moral e cultural desse povo. É certo que o sismo gerou uma grande quantidade de textos elogiosos do que posteriormente passou-se a chamar de mobilização da sociedade civil (MARTÍNEZ, 2014, 454-456),⁴⁴ e acreditamos que Paz se insere nesse movimento. Há, por outro lado, um sinal de esperança nos textos de Enrique Krauze que não está presente nos escritos do diretor de *Vuelta*: ainda que exista na sociedade mexicana um desencontro com a modernidade, o futuro reserva um modo propriamente mexicano de lidar com ela (KRAUZE, 1984b, 31). Krauze afirma que cada vez mais a sociedade clamará por seu direito ao autogoverno. Parte de sua concepção de democracia sem adjetivos, na realidade, é de que não só o governo deve impor limites drásticos ao seu funcionamento, como a sociedade deve participar afixando esses limites e chamando o governo à prestação de contas (KRAUZE, 1984c, 43). Ao fazê-lo, essa sociedade passaria a conciliar seu passado tradicional à nova cultura moderna necessária para a democracia. De acordo com os textos em *Vuelta* o autoritarismo mexicano se estende, no entanto, à própria cultura intelectual do país, e em particular àqueles que se consideram de esquerda. A crítica a esse setor da intelectualidade mexicana ocupa boa parte das páginas de *Vuelta*.

Como afirmamos no capítulo anterior, a crítica benigna à esquerda que apareceu nas páginas de *Plural* se tornou cáustica nas edições de *Vuelta*. Se na primeira metade da década de 1970 o grupo criticava membros da esquerda mexicana por seu idealismo, na segunda metade

⁴³ O trauma do terremoto de setembro de 1985 foi tão intenso que permitiu a Octavio Paz deixar de lado o fato de que sua relação com a sociedade mexicana não era de todo harmoniosa. Um caso digno de nota foi a reação popular ao discurso proferido pelo intelectual ao ganhar o prêmio da Paz da Associação de Editores e Livreiros Alemães. Nele, Paz discorre não apenas sobre as possibilidades da democracia, mas também argumenta que o sentido original de movimentos revolucionários se descaracterizou tanto em Cuba quanto na Nicarágua, que nesse momento se encontrava sob um governo sandinista que se tornava cada vez mais autoritário. A resposta popular foi intensa: para além de uma carta aberta assinada por centenas de professores universitários contra o que havia sido dito pelo intelectual, sua efigie foi queimada publicamente por manifestantes em frente à embaixada estadunidense, que cantavam “*Reagan, rapaz, tu amigo es Octavio Paz*” (PAZ, 1984, 4-6).

⁴⁴ O conceito de sociedade civil mobilizado na esfera pública nesse momento é distinto daquele que surge nos escritos de *Cuadernos Políticos* na década de 1980. Alejandra Martínez argumenta que enquanto intelectuais como Carlos Monsiváis adicionaram concepções anti-Estado em sua análise da sociedade civil mobilizada a partir do sismo de 1985, Carlos Pereyra e outros que publicaram na *Cuadernos* defenderam um conceito de sociedade civil anti-hegemônica, mas não anti-Estado (MARTÍNEZ, 2014, 454-456).

passaram a vê-los inclusive como intelectuais de má fé. Esse viés crítico prossegue de forma mais estruturada nos anos seguintes. É notável, por exemplo, que em um texto intitulado “América Latina y la democracia”, Octavio Paz passe mais tempo criticando elementos da esquerda do que discorrendo sobre as possibilidades da democracia na América, tema que surge na última página (PAZ, 1982). Essa crítica severa e prolongada serve como uma das bases para o que posterior argumento de Enrique Krauze em favor de uma “democracia sem adjetivos” que inclua pluralidade de ideias e uma descentralização política que permita a redução do poder do Estado. Para compreendê-la, há três pontos fundamentais.

O primeiro deles é a crítica ao socialismo realmente existente. Ernesto Sábato afirma que os intelectuais do que chama de esquerda totalitária protestam quando há violações de direitos humanos do lado ocidental da cortina de ferro, mas não se pronunciaram sobre o desaparecimento de um quarto da população do Camboja, ou quando seu império invadiu o Afeganistão (SÁBATO, 1981, 45). O argumento é repetido posteriormente por Eduardo Lizalde, em artigo em que afirma que quando os grandes países socialistas invadem outros povos, os oprimindo e impondo formas de governo odiosas, fazem o mesmo que tem sido feito ao longo da história por impérios escravistas, liberais e capitalistas (LIZALDE, 1981, 53). Jorge Semprún argumenta que a pedra de toque de um pensamento de esquerda em seu tempo histórico deve ser a crítica à URSS, atitude cujo corolário deve ser o rechaço de todo partido originário da tradição do *Komintern*. Toda tentação de salvar o “socialismo real”, “primitivo”, ou “inacabado”, só pode levar a um caminho sem saída em termos teóricos e práticos (SEMPRÚN, 1982, 43). Sábato é categórico: “Si [los socialistas] hubiesen instaurado el paraíso sobre la tierra, ¿por qué levantar murallas como las de Berlín para que nadie escape?” (SÁBATO, 1981, 44).

O segundo ponto de crítica à esquerda se refere ao que os autores veem como sua característica autoritária, intolerante, e mesmo doutrinária. Paz, ao descrever as forças que disputam as vontades e consciências mexicanas, fala em Poder Institucional e Doutrina. O primeiro, relacionado ao PRI e sua estrutura, seduz, manipula e castiga a partir de atividades culturais como teatro, cinema, museus, dança, literatura, exposições de arte, conferências e revistas. O segundo tem natureza distinta: a Doutrina é um amálgama de fragmentos e interpretações do que paz chama de *vulgata* marxista-leninista. O que peca em termos de poder efetivo compensa com sua influência, a partir de sua vingança imaginária contra uma realidade

insuportável. A Doutrina exalta a esperança frente às injustiças do presente, e converte o futuro em um equivalente secular dos nirvanas e paraísos de religiões autênticas. “La Doctrina tiende a constituirse en una sociedad dentro de la sociedad. Si no es una religión, es una secta” (PAZ, 1981, 4-5).

Essa característica não seria exclusividade do cenário mexicano. Irving Howe, ao descrever sua atuação em contato com o movimento socialista inglês, afirma que a influência de Thoreau levou a um anarquismo que negava aspectos cruciais da democracia, como as alianças de convivência, consideradas traições. Ao invés de pensar, os socialistas ingleses moralizavam; seus ares de virtude beiravam o fanatismo (HOWE, 1983, 28), aspecto enfatizado também por Jean Meyer, ao realizar paralelos entre marxismo e Cristianismo. Para Meyer,

El moralismo, la ética, el escándalo ante la injusticia, el desorden establecido, la violencia institucionalizada, conducen al terrorismo concebido como cruzada dirigida por un orden religioso combatiente. (...) Cristianismo, populismo, terrorismo, éste fue el itinerario, y el mismo esquema psicoideológico funciona hoy en ciertos católicos romanos. Las mismas raíces religiosas, el mismo populismo, el mismo encuentro más o menos conflictivo con el marxismo. La misma sed de absoluto, la misma impaciencia, la misma exigencia de pureza. El mismo sentimiento de culpa frente a la situación del pueblo, el mismo reconocimiento de una deuda con él, la misma idealización del pueblo visto como el mesías (MEYER, 1983, 18).

Ao atuar dessa forma, as esquerdas no México contribuíram para a fraqueza da democracia latino-americana: de acordo com Paz, essa atuação demonstra a ausência de uma corrente intelectual crítica e moderna, que sirva como base de uma democracia como *criação* política, e não como um resultado linear da existência de condições sociais e econômicas inerentes ao capitalismo e à revolução industrial, como querem esses marxistas (PAZ, 1982, 41). A moral marxista é a versão laica da guerra santa (PAZ, 1982, 44).

Disso, se segue o terceiro ponto, feito pelo próprio Krauze em artigo na edição 60. O intelectual afirma que praticamente todos na geração de 68 se descrevem como de esquerda, anticapitalistas e contrários aos Estados Unidos. Esse grupo não distingue a mentalidade conservadora da liberal, e identifica a liberdade política com a liberdade econômica, sendo

sinceramente sensível às extremas desigualdades econômicas e sociais que existem no México. Se identificam moralmente com o camponês, mas ao fazê-lo, tendem a “obrerizarlo”. O paradoxo, no entanto, é que para resolver os problemas econômicos que apontam como a base para problemas políticos, essa geração adota uma receita autoritária: o fortalecimento do Estado (KRAUZE, 1981, 39). Krauze afirma ainda que politicamente, a elite de 68 em muitos momentos reduziu sua distância do Estado, e se sua origem foi de encarnar a sociedade frente, acabou por identificar a sociedade com esse mesmo Estado (KRAUZE, 1981, 41). A esquerda mexicana não estaria acostumada à democracia (KRAUZE, 1984a, 12).

A crítica à esquerda internacional e mexicana cria espaço para que Enrique Krauze argumente por uma democratização que enfatize a livre discussão de ideias, parte fundamental do que considera uma democracia sem adjetivos. É, também, parte da base para o argumento posterior pela descentralização administrativa e política, já que vê no centralismo do Estado mexicano uma das causas tanto de seu autoritarismo, quanto de sua ineficiência econômica. Para compreender o peso das duas questões para o imaginário representado em *Vuelta*, no entanto, é necessário realizar algumas considerações.

Em termos breves, o período de 1952 a 1970 se tornou conhecido no México como de Crescimento Estabilizador. Isso porque nesse momento houve a continuidade de um processo de décadas de intenso crescimento do Produto Interno Bruto (média de mais de 6% ao ano), ao mesmo tempo em que, diferente de anos anteriores, a taxa de inflação se manteve reduzida, com médias que não ultrapassaram os 6% ao ano (TELLO, 2011, 361). A década de 1970, por outro lado, viu um aumento na taxa de inflação, assim como a assinatura de um acordo de tipo *Extended Fund Facility* com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1977 para lidar com uma breve crise econômica iniciada no fim do período Echeverría.⁴⁵

O fim da década de 1970 no México, no entanto, ficou conhecido em termos econômicos por um fenômeno distinto: o aumento de seis vezes na produção anual de barris de petróleo. Esse

⁴⁵ *Extended Fund Facility* (EFF), ou programas de financiamento estendido, são uma modalidade de empréstimo distinta dos *Stand-by arrangements*, os acordos geralmente associados com o Fundo que envolvem empréstimos-ponte de curto prazo para países em busca de tempo para renegociar dívidas que se tornaram impagáveis. *Stand-by arrangements* tem duração normal de 12 a 18 meses, e almejam resolver problemas específicos da economia do país que os assina, em geral relacionados a questões monetárias. Os EFF, por outro lado, possuem duração mais longa (três a cinco anos), e envolvem empréstimos condicionados a reformas estruturais na economia, que vão desde privatizações até desregulamentação de setores específicos (POLAK, 1991, 13-19; VREELAND, 2003, 10; NELSON, 2014, 302).

fenômeno ocorreu a partir da confluência de dois fatores. Em termos nacionais, houve a descoberta de enormes jazidas de petróleo em 1974 nos estados de Veracruz, Baja California, Chiapas e Tabasco (SCHMIDT, 1985, 230-231). Internacionalmente, em 1973 e 1978 os países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) reduziram sua produção do produto para inflar seu preço no mercado internacional, o que teve duas consequências: tornar mais atraente o investimento na produção petroleira (MARTÍNEZ-CANTÚ, 1992, 62), e um influxo gigantesco do que se convencionou chamar “petrodólares” para os países da OPEP, que foram escoados a partir de empréstimos facilitados para países em desenvolvimento (FRIEDEN, 1991, 61-64).

Nesse contexto, o Estado mexicano passou a gastar cada vez mais para aumentar sua capacidade produtora de petróleo, em um momento histórico que o próprio Enrique Krauze descreve como uma oportunidade rara, talvez única, de desenvolvimento econômico (KRAUZE, 1984a, 4). Em termos comparativos, no sexênio Díaz Ordaz (1964-1970) o déficit público teve média de 2,1% do PIB, cifra que subiu a 6,9% no período Echeverría (1970-1976), e que atingiu 10,1% sob López Portillo (1976-1982). A média, apesar de alta, não conta a história completa: nos primeiros anos do governo López Portillo, o acordo com o FMI mencionado anteriormente levou o Estado a limitar sua dívida pública a cerca de 7,5% do PIB;⁴⁶ é somente a partir do fim do acordo, em 1980, que essa dívida explode para mais de 15% do PIB em 1981, e cerca de 17,5% em 1982. Em agosto de 1982 fica claro para o governo mexicano que a situação se tornou insustentável, com um esgotamento de das reservas de dólares e necessidade de renegociação das dívidas com bancos nacionais e internacionais.⁴⁷

Em resposta a isso, o presidente López Portillo, em seu último *informe de gobierno* no 1º de setembro de 1982, anuncia um decreto de nacionalização de todos os bancos privados mexicanos. Esse decreto foi imposto unilateralmente, e não havia sido discutido nas conversas em andamento com o FMI (GREENE, 1994, 230-232). De acordo com o presidente, aqueles que usaram sua liberdade para retirar dinheiro do país não demonstraram solidariedade com a sociedade mexicana. A nacionalização é uma resposta a esses setores, e representa a retomada do

⁴⁶ Em específico, o acordo estipulava a limitação do déficit público a partir do aumento da arrecadação de impostos, aumento das tarifas de serviços realizados por empresas estatais, e limitação na contratação de novos servidores públicos (FMI, 1977, 1).

⁴⁷ Essa série de eventos, que culminou no que posteriormente se convencionou chamar “crise da dívida”, é o pano de fundo do trabalho de monografia conduzido pelo autor, intitulado “O consenso negociado: o FMI e as relações com Argentina e México na crise econômica dos anos 1980”.

controle do Estado pelas mãos das maiorias, reduzindo o espaço de atividades especulativas (LÓPEZ PORTILLO, 1982, 338-339).

A atuação central de López Portillo tanto no endividamento do México quanto na nacionalização dos bancos gera um debate em *Vuelta* acerca da responsividade do governo mexicano. Em particular, os intelectuais que publicaram na revista passaram a criticar o presidencialismo mexicano, a centralidade de uma única figura que tudo pode. A solução para esse problema, argumentaram, passa pela descentralização política e econômica, que permita a criação de novos focos de poder que possam colocar em xeque o centralismo. Esta é uma das principais motivações, enfim, para a democracia sem adjetivos.

Em meados da década de 1980, portanto, havia três grandes condições de contorno para os debates acerca da democracia em *Vuelta*. A primeira delas, uma desconfiança com relação ao povo, visto como culturalmente tradicional e retrógrado. Se faz o argumento de que diferente do que aconteceu nos Estados Unidos, a aplicação no México da democracia política, inerentemente moderna, é contrária a seu histórico e tradições. A segunda condição é uma perene crítica a setores da esquerda mexicana e internacional. Estes atuam a partir de um fundamento autoritário que emula lógicas religiosas e dogmáticas de gerações anteriores. No México, essa tendência se traduziu em uma aproximação com o mesmo Estado que massacrou essa esquerda em 1968. A terceira condição, por fim, é uma crise econômica sem precedentes iniciada em 1982. A narrativa repetida em *Vuelta* é de que as causas dessa crise estão intimamente relacionadas à falta de responsividade do governo, centralizado na figura de um único homem.⁴⁸ Este, por sua vez, teria agido unilateralmente ao nacionalizar os bancos em setembro de 1982, agravando a crise.

⁴⁸ A narrativa traçada em *Vuelta* acerca do processo de endividamento que culminou na crise da dívida em 1982 não está completa, com diversos pontos deixados de lado em favor da crítica incansável ao governo federal. É notável, por exemplo, a ausência de um argumento comumente empregado por governos latino-americanos, de que uma das causas fundamentais da crise foi o aumento na taxa de juros do dólar estadunidense, o que se converteu em aumentos nas taxas de juros de todas as dívidas do continente. Em 1984, esses governos assinaram o Consenso de Cartagena, uma tentativa de ação conjunta dos países devedores, em um cenário em que até o momento estes haviam atuado individualmente frente a credores que agiam de forma organizada (CONSENSO, 1985, 270-271). Ecoando argumentos do documento, o ministro de economia argentino à época, Juan Sourrouille, argumentou que o retorno a taxas de juros históricas era fundamental para a resolução do problema da dívida no longo prazo. O mesmo foi argumentado dois anos depois por Jesús Silva-Herzog Flores, ministro de economia mexicano no mesmo período (SOURROUILLE, 1986, 434-435; SILVA-HERZOG, 1986, 184). Efetivamente, o que se queria argumentar é que ao menos parte da culpa pelo endividamento que culminou na crise de 1982 vinha dos próprios Estados Unidos. A ausência desse ponto nos textos publicados em *Vuelta* pode ser indicativo de viés, na medida em que desconsidera o papel de agentes internacionais na criação do cenário para a crise da dívida, em favor da culpabilização quase única do governo e, em particular, do presidente López Portillo.

A partir desse contexto, surge em janeiro de 1984 o argumento por uma democracia “sem adjetivos”. Seu cerne está no retorno do conceito como mote da luta política mexicana. De acordo com Krauze, o ideal revolucionário da democracia, defendido por Madero, foi historicamente relegado em favor de outros fins igualmente válidos, porém distintos: o bem-estar econômico, a justiça social, a afirmação nacional, a paz, e a estabilidade.⁴⁹ Afirma que esses foram sempre argumentos que levaram à limitação e adiamento da democracia (KRAUZE, 1984a, p. 4), vista como a cessão do poder à sociedade (KRAUZE, 1984a, 6). Em texto de junho do mesmo ano, Krauze resume a democracia sem adjetivos da seguinte forma:

1) Aliviar el agravio histórico del pueblo mexicano mediante un acto de justicia contra quienes fueron, en buena medida, los responsables de la crisis. 2) Exigir que el Gobierno se gobierne tomando al pie de la letra la Constitución e imponiendo sobre sí diques de contención a la improductividad, irresponsabilidad, corrupción, autoritarismo e injusticia. 3) Buscar una auténtica y plural vida de partidos que comience por una absoluta transparencia electoral y crezca cuando menos en tres direcciones: un PRI limpiamente competitivo e independiente del gobierno; un PAN que, entre otras cosas, ofrezca un programa propio y no sea sólo el antiPRI; y una izquierda que evoluciona hacia formas europeas – españolas – de acción y pensamiento. 4) Promover una prensa liberal que use su libertad con imaginación, profesionalismo y sentido crítico (KRAUZE, 1984c, 39).

Os quatro pontos permitem entrever de forma clara a resposta às três questões de contorno levantadas anteriormente. O primeiro deles trata de responsividade, da capacidade e dever do governo de prestar contas frente à sociedade que dirige. Gabriel Zaid, ao discorrer sobre o que considera as três etapas da corrupção moderna, afirma que na etapa moderna a sociedade se apodera de sua própria soberania, exercendo sua faculdade de poder chamar à prestação de contas os governantes, revogando poderes e castigando aqueles que agiram de forma ilícita. A

⁴⁹ Um ponto curioso é de que, ao responder a críticos da democracia sem adjetivos, Krauze afirma que não se pode fazer da estabilidade um deus absoluto. Considera que não é impossível que surjam focos de violência urbana e rural a partir da transição para a democracia sem adjetivos, mas que estes devem ser vencidos, e não usados como pretexto para bloquear o processo democrático como um todo (KRAUZE, 1984a, 13). Esse ponto contradiz um argumento central feito nas edições anteriores de *Plural* e *Vuelta*, como descrito no Capítulo 2, de que a transição para a democracia deve ser feita de forma gradual e estável.

responsabilização de governantes seria, portanto, parte fundamental de um regime moderno, democrático (ZAID, 1986b, 29).

A questão é enfatizada em particular no contexto da eleição presidencial de 1988, debatida ao longo de todo o ano. Ao tratar da transição de autoritarismo para democracia, José Antonio Crespo reafirma o ponto de Zaid, e argumenta que todas as mudanças democráticas a serem realizadas no México se traduzirão em processos que garantem a responsividade política e legal dos governantes (CRESPO, 1988a, 36). Jaime Sánchez Susarrey é contundente, e afirma que a nacionalização de López Portillo, em particular, mostrou que o poder presidencial não possui limites que não aqueles que o próprio presidente impõe a si mesmo. Isso é um problema em termos de racionalidade do sistema político de sua capacidade de legitimação (SÁNCHEZ SUSARREY, 1988a, 15). Felipe Bracho, por fim, afirma que a defesa da democracia é a defesa da tese de que o Estado será legítimo na medida em que represente a vontade comum quanto ao que consiste e como atingir o bem-estar da comunidade (BRACHO, 1988, 64).

O segundo ponto remete também à questão presidencial, na medida em que se refere à imposição de limites à ação estatal. Já em outubro de 1982, Enrique Krauze argumenta que “La política económica de un país no puede fincarse en la psicología de un presidente. (...) No es posible tapar el sol con un dedo. El gobierno carga con una gran responsabilidad histórica en esta crisis” (KRAUZE, 1982, 16). Já Zaid afirma que, ainda que não existam bases para afirmar categoricamente que López Portillo seja um apostador compulsivo, suas falas e metáforas indicam se ao menos se vê como um apostador. A crise de 1982 teria se iniciado justamente com a aposta presidencial no endividamento para a extração de petróleo (ZAID, 1982, 13).

A crítica ao presidente e ao poder conferido por seu cargo, no entanto, só se torna um argumento pela descentralização mais tarde, em meados de 1985. Ao discorrer sobre o conjunto do histórico do PRI até aquele momento, Octavio Paz afirma que desde os tempos de Teotihuacán há uma centralização política no país que não foi vencida por impérios e governos subsequentes. Para resolver essa situação, é necessário mais democracia, não como remédio em si, mas como método para discutir problemas e planejar soluções. Realizá-la seria, inclusive, um retorno aos ideais revolucionários de 1910 (PAZ, 1985a, 12). Zaid, na mesma edição, afirma que setores do sistema político mexicano devem ser modernizados um a um, a partir da aplicação de eleições limpas. Somente uma transição com esse percurso poderia dar certo contra o centralismo do PRI,

cujo processo de criação e consolidação representa em si um processo de centralização do poder (ZAID, 1985, 19-21).

Krauze, ao descrever as dez maiores vantagens da democratização que teria sido iniciada pelo presidente Miguel de la Madrid, afirma que a descentralização e a retomada de uma verdadeira vida para o federalismo é uma delas, ainda que o contexto em 1985 não permita muito otimismo quanto ao futuro (KRAUZE, 1985a, 63). Essa descentralização não pode se limitar a um enfoque administrativo, e deve ser política, dando peso às províncias e reduzindo a centralidade da Cidade do México. Essa descentralização deve ser atingida democraticamente; de outra forma, seria uma descentralização centralizada, imposta pelo governo federal. O ponto positivo é que, para o intelectual, a descentralização se tornou uma das maiores reivindicações nacionais (KRAUZE, 1985b, 12).

Em anos posteriores, Krauze afirma que a crítica democrática necessariamente possui um preconceito antiestatal, na medida em que a veneração ao Estado pressupõe a confiança na autoridade, e não na liberdade (KRAUZE, 1987-1988, 49). A democracia sem adjetivos está intrinsecamente ligada ao abandono de um regime neocolonial, corporativo e centralista (KRAUZE, 1988, 49). O próprio uso de adjetivos para caracterizar a democracia foi uma ferramenta do PRI para benefício próprio, uma democracia que, ao buscar melhoramento econômico, social e cultural, se torna uma democracia dirigida (KRAUZE, 1987-1988, 46). Josué Sáenz, no mesmo período, afirma que a transição para a democracia política e econômica é impostergável, que as decisões nesses âmbitos devem ser pluralizadas. É necessário desestatizar, desmonopolizar e descentralizar tudo o possível (SÁENZ, 1987, 41-42).

O terceiro ponto afirma a necessidade de busca por uma vida plural de partidos, assim como por uma esquerda no México que atue de forma similar à esquerda espanhola. Esse ponto remete a duas questões já abordadas. A primeira é a crítica ao tradicionalismo popular: a percepção de incapacidade democrática do povo provavelmente teve um papel na escolha por um regime político representativo e partidário, em detrimento de uma versão de democracia com viés mais participativo. Isso é corroborado pelo fato de que debates acerca da modalidade representativa já eram realizados em peso nesse momento, como abordado no Capítulo 1. Não só isso, mas algo sobre o tema já havia aparecido nas páginas de *Vuelta*. Irving Howe, em texto publicado em março de 1983, discorre sobre como a geração que chegou à maturidade política na década de 1960

argumenta por formas mais participativas de democracia, em contraste com formas representativas defendidas pelos mais velhos (HOWE, 76, 24-25).

A segunda questão é justamente a crítica à esquerda. Para além do que foi desenvolvido nas páginas anteriores, ao descrever na edição 91 a democracia sem adjetivos que havia proposto originalmente na edição 86, Enrique Krauze faz referência à atuação da esquerda espanhola. Nisso, ele retoma um argumento que havia feito em sua proposta original:

Pero sobre todo, la izquierda debe valorar la libertad política de los otros, las opiniones de los demás. Cuando el Partido Socialista Chileno se radicalizó y olvidó los mecanismos democráticos acercó al país al abismo. Cuando el Partido Socialista Obrero Español vio en la democracia un fin – no una panacea – perdió sus dogmas, pero ganó el poder (KRAUZE, 1984a, 12).

Ao criticar a radicalização de setores da esquerda, portanto, Krauze retoma o argumento feito no início da revista *Plural*, de que existiria a possibilidade de uma escalada repressiva do Estado a partir da violência de dissidências.

O quarto ponto, por fim, remete à necessidade de uma imprensa liberal, livre, crítica e que atue com profissionalismo. Acreditamos que esse ponto retoma tanto a crítica ao autoritarismo percebido em setores da esquerda, quanto à relação íntima que boa parte da imprensa mexicana manteve com o Estado ao longo das décadas anteriores, como desenvolvido em nossa introdução. Ao longo de toda a história de *Vuelta* até este momento, a questão de uma imprensa livre foi associada à democracia. Rafael Segovia, ao descrever a recém-formada democracia espanhola, faz uma referência indireta à imprensa mexicana, que considera domesticada, hipócrita e corrupta (SEGOVIA, 1977b, 31). Ernesto Sabato afirma que mesmo revoluções, como a da Nicarágua, devem gerar regimes com partidos de oposição, justiça regular para todos, e uma imprensa livre (SÁBATO, 1981, 44).

É possível notar, a partir desse panorama e pelo que foi mostrado em capítulos anteriores, que a proposta de democratização corrente no grupo de Octavio Paz segue um modelo bastante específico. Seja na ênfase em representantes responsivos à vontade popular por meio de eleições, seja no argumento pela liberdade de imprensa, seja na questão partidária, boa parte do argumento de Enrique Krauze se assemelha ao ideal de democracia liberal colocado no capítulo 1. No entanto,

isso não quer dizer que Krauze e os demais intelectuais em *Vuelta* apenas seguiam cegamente um ideal estrangeiro; como argumentamos nas páginas anteriores, a opção por uma democracia sem adjetivos vem da percepção de que o aspecto político (eleitoral) da democracia é historicamente postergado no México frente a outros objetivos que, ainda que também válidos, por si sós não levam à democracia. Para além disso, a natureza do Estado mexicano era tal que se via na descentralização um caminho necessário para realizar qualquer tipo de projeto democratizante.

O mesmo não pode ser dito dos intelectuais marxistas que publicaram em *Cuadernos Políticos*: ainda que em determinados momentos exista o argumento pela descentralização, em favor do fortalecimento do município, a tônica da proposta democrática da revista na década de 1980 é outra. Passaremos agora à descrição dessa proposta, assim como do contexto que a tornou plausível, para então concluir o capítulo com uma discussão acerca dos diferentes projetos democratizantes propostos na década de 1980.

b. Democracia em Cuadernos Políticos

“Dicha transformación tiene que ver, en primera instancia, con el fortalecimiento y la democratización de la sociedad civil.” (PEREYRA, 1981, 11)

O fim da década de 1970 trouxe uma mudança de ênfase quanto à democracia nos textos da *Cuadernos Políticos*. Se nas primeiras edições o foco eram mobilizações do sindicalismo independente, considerados o cerne dos esforços democratizantes no país, já no fim de 1979, mesmo ano de publicação do artigo de Arnaldo Córdova que formou a espinha dorsal do capítulo anterior, surge uma concepção distinta de luta democrática baseada no conceito de sociedade civil. A ideia de uma mudança de ênfase, e não de argumento, se dá porque o movimento sindical independente não desaparece dos artigos publicados em *Cuadernos*; no entanto, após a edição 25 (julho – setembro de 1980), o movimento perde o caráter central que teve até o momento.

Argumentaremos que essa mudança se deu em um contexto em que a luta sindical perdeu sua força, a partir de derrotas consecutivas e da reforma eleitoral de 1977, cuja principal consequência foi canalizar as lutas políticas existentes para meios institucionais. Como será

desenvolvido abaixo, os próprios textos publicados ao longo da década de 1970 na revista deixam claro que as conquistas dos movimentos sindicais independentes são de certa forma decepcionantes, já que a maior parte deles terminou por sucumbir frente aos esforços corporativistas de supressão de greves. No entanto, esses fatores são suficientes para explicar o abandono da proposta de democratização delineada nos primeiros exemplares da revista, mas não para explicar o porquê de a sociedade civil organizada ter sido eleita uma alternativa viável. Acreditamos, como argumentaremos abaixo, que isso se deu por uma confluência de dois fatores: a nível intelectual, o fim da década de 1970 é um momento no qual as ideias de Gramsci passam a ser traduzidas ao espanhol diretamente por editoras mexicanas, *Ediciones Era* sendo a principal delas; a nível de dinâmicas sociais, este foi um período de grande efervescência da sociedade civil organizada, na medida em que foram criados diversos órgãos coordenadores de distintos setores sociais.

Com relação ao movimento sindical independente, o último momento em que foi possível identificar sua centralidade na proposta de luta democrática em *Cuadernos* é um artigo publicado por Estela Gutiérrez e Fernando Talavera na edição 25, que analisa o sindicalismo universitário, as forças de esquerda, e sua relação com o Estado. Nele, os autores afirmaram que o surgimento do sindicalismo universitário é fundamental por engrossar as filas do sindicalismo independente, fortalecendo o movimento e transformando-o em uma séria ameaça ao Estado mexicano. Uma das tarefas centrais de qualquer força democrática no país seria justamente de lutar pela independência das organizações operárias frente ao Estado. É curioso, no entanto, como já nesse momento surge a sociedade civil como ferramenta analítica: a importância da independência sindical se dá em um contexto em que o Estado conseguiu ocupar instâncias significativas da sociedade civil mexicana, estreitando os espaços políticos e organizativos tanto da classe operária quanto dos setores populares (GUTIÉRREZ & TALAVERA, 1980, 1-2).

Um ano depois, no entanto, a imagem já havia se modificado. Ao escrever sobre a consolidação de setores industriais e as consequências disso para a estrutura do proletariado industrial, Pedro López Díaz afirma que o movimento sindical independente se tornou um portador potencial de mudanças democratizantes no ainda estreito campo da sociedade civil (LÓPEZ DÍAZ, 1981, 3). Sua luta se dá justamente nesse sentido, de reivindicações que giram em torno da democracia como pressuposto necessário para o fortalecimento da sociedade civil (LÓPEZ DÍAZ,

1981, 15-16). Ganhar a liberdade de sindicalização frente ao Estado deve ser foco da luta, já que o controle vertical do Estado é uma das razões para sua hegemonia extraeconômica (LÓPEZ DÍAZ, 1981, 26). Se em anos anteriores o movimento sindical foi colocado como representante dos verdadeiros motores da mudança histórica, que ganhariam com a luta democrática a experiência política necessária para a revolução vindoura, no início dos anos 1980 ele foi demovido a uma das principais forças democráticas do país, que atuaria para o fortalecimento da sociedade civil.

Assim como no caso de *Vuelta*, há condições de contorno fundamentais para se entender o porquê dessa mudança. Aqui, enfatizamos cinco, desenvolvidas nas próximas páginas: 1) o percebido fracasso das lutas sindicais, que falharam em gerar sindicatos independentes do corporativismo estatal; 2) a crítica à ideia de revolução como ideal político; 3) o aumento da capacidade organizativa de instituições da sociedade civil a partir do fim da década de 1970; 4) a centralidade do pensamento de Antonio Gramsci entre os editores da *Ediciones Era*; 5) e mudanças no corpo editorial da revista na mesma época em que houve a transição para um pensamento voltado à atuação da sociedade civil, em detrimento do movimento sindical independente.

Quanto à primeira condição de contorno, a percepção da impossibilidade de obtenção da democracia apenas pelo movimento sindical independente surge em 1981, em texto por Carlos Pereyra. Ao analisar a relação entre Estado e movimento operário, Pereyra afirma que as circunstâncias históricas configuraram um pacto social no México em que há uma estreita vinculação entre Estado e classes trabalhadoras. Isso conferiu certa vantagem econômica ao operariado em determinados momentos, mas também os levou a um ambiente ideológico distinto de outros países latino-americanos, com a relação com o Estado representando uma séria barreira à difusão de ideologias alheias ao oficialismo. Esse processo fez com que a presença de classes organizadas como forças políticas significativas na vida nacional fosse escassa, quase inexistente; toda atividade política se realiza a partir dos aparatos estatais (PEREYRA, 1981, 1-2). A consequência disso é clara:

Sin desconocer, por supuesto, la eficacia de los líderes para contener las tendencias democráticas y los propósitos reivindicatorios surgidos desde abajo, lo cierto es que el sindicalismo oficial expresa en buena medida la inmadurez política y el atraso

ideológico de una clase obrera escasamente forjada en la acción independiente (PEREYRA, 1981, 10).

Um exemplo concreto que embasa o argumento de Pereyra surge posteriormente na revista. Ao descrever a luta de setores democráticos do sindicato da *Fundidora Monterrey*, José Luis Correa Villanueva afirma que a conquista da independência sindical não é atingida apenas a partir da expulsão dos *charros* da direção dos sindicatos, mas sim a partir de um longo processo de transformação dessas forças democráticas. O caso da *Fundidora* viu um movimento democrático que adentrou o sindicato a partir de duas frentes concorrentes, que conseguiram controlar o Comitê Executivo Local. No entanto, essas duas forças tiveram de enfrentar o problema de avançar os interesses e demandas da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que lutavam para se preservar no poder. O autor usa esse caso para argumentar que são escassos os momentos em que uma força sindical não apenas conquista o poder, mas consegue mantê-lo no longo prazo. “Tal vez, la tarea más difícil no sea llegar a conquistar los órganos de representación sindical, sino mantenerse en ellos sin claudicar.” (CORREA VILLANUEVA, 1986, 12).

Desta feita, no início da década de 1980 a crítica ao movimento sindical independente estava posta. O segundo fator fundamental para a compreensão do projeto político em *Cuadernos* nos anos 1980, a crítica à revolução como ideal, se cristaliza em um período semelhante. De início, os intelectuais do grupo marxista pareciam não se contrapor ao ideal revolucionário: Fernando Claudí, ao discorrer sobre o que chama de democracia burguesa em 1978, afirma que esta pode ser usada de maneira revolucionária, mas que ao mesmo tempo constitui uma das principais fontes de reformismo, visto de forma negativa (CLAUDÍ, 1978, 11). Por outro lado, Agustín Cueva considera uma decorrência do argumento acima de que a revolução não está na ordem do dia para a América Latina. Uma solução como essa, que se sobrepõe a contextos nacionais concretos e suas respectivas correlações de força, está fadada ao fracasso (CUEVA, 1984, 10).

A crítica à revolução como ruptura com a realidade vigente se torna tão enraizada no discurso veiculado pela revista que, em uma de suas últimas edições, o termo surge com significado distinto ao de ruptura com as instituições vigentes. Adolfo Sánchez Vázquez afirma, em 1987, que regimes como o soviético não podem ser considerados socialistas, já que não são democráticos: “El socialismo, en consecuencia, dado su carácter democrático, es incompatible con cualquier tipo de dictadura.” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1987, 4). A revolução, por outro lado, é um

processo de transformação radical de toda a vida social. Desta feita, para realizá-la são necessárias tanto reformas quanto um terreno democrático (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1987, 5-8).

A ideia de reformismo é central para se pensar a transição democrática a partir de textos publicados em *Cuadernos* a partir do início da década de 1980. Göran Therborn, em artigo publicado na edição 23, afirma que nos séculos XIX e XX os debates constitucionais e a prática política burguesas demonstravam que essa classe via o capitalismo (ou propriedade privada) como incompatível com a democracia procedimental (THERBORN, 1980, 1-2). A partir da análise de 17 países selecionados, Therborn argumenta que nenhuma revolução burguesa terminou em democracia, e que esta foi resultado de concessões burguesas a movimentos populares (THERBORN, 1980, 37-40). Atilio Borón repete este argumento na mesma edição, afirmando que a progressiva democratização do Estado capitalista foi resultado de um longo e violento processo de extensão de direitos civis, políticos e sociais, resultado de mobilizações políticas das classes subalternas. As revoluções burguesas criaram um Estado liberal, originalmente fundamentado em uma base eleitoral estreita: as lutas populares o obrigaram a expandir essa base (BORÓN, 1980, 11-12).

O próprio Pereyra, em entrevista publicada postumamente, afirmou que a experiência latino-americana confirma a tese de que a dominação burguesa não adota formas democráticas por impulso próprio, e que sua introdução depende daqueles que estão do lado popular e socialista dos confrontos sociais. A importância da implementação da democracia política, para ele, se dá em que a experiência histórica demonstra que sem ela, a eliminação da propriedade privada não conduz ao socialismo, mas a ditaduras que tornam impossível a implementação de uma sociedade socialista. Isso porque as classes sociais não são em si produtoras de formas de organização, que na verdade surgem da atividade orgânica de grupamentos políticos e ideológicos; a democracia política é a única forma para que o governo consiga atender à diversidade de interesses sociais (PEREYRA, 1988, 1-3).

As conquistas realizadas até o momento não são suficientes. Sánchez Vázquez argumenta que o socialismo, como alternativa ao capitalismo, torna necessária a democracia para além do âmbito político, se estendendo ao econômico e ao cultural (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1987, 4). A garantia da manutenção dessas conquistas é dada pela participação ativa de todos os cidadãos em todas as esferas da vida social, ou em sua luta permanente para que a democracia não se mantenha

apenas em um plano institucional ou legal (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1987, 8). Pereyra argumenta, por fim, que a distribuição justa de renda, com transferência de recursos para aqueles que mais necessitam, só poderá se dar mediante a aquisição de maior peso relativo das organizações sociais no campo das relações de poder. Assim sendo, e porque no México há um partido que domina politicamente o Estado, a ampliação democrática mexicana deve necessariamente passar pela reforma do Estado (PEREYRA, 1988, 4-8). Essa reforma está centrada no aumento da presença e poder da sociedade civil, o que permitiria um futuro econômico mais próspero às classes subalternas mexicanas.

Entretanto, a crítica ao movimento sindical independente, assim como à revolução como ideal político, não são suficientes para explicar o giro em direção à sociedade civil como caminho para a futura democratização do México. Para isso, há três outros fatores que devem ser explicitados e tomados em conjunto. O primeiro deles, e o terceiro de nossa lista original, é um aumento quanto à capacidade organizativa de instituições da sociedade civil no período, com a criação de instituições nos primeiros anos da década de 1980 que passaram a coordenar a mobilização que vinha ocorrendo de anos anteriores. Entre outras, é possível destacar a *Coordinadora Sindical Nacional* (COSINA) criada para competir com a CTM, da *Coordinadora Nacional del Movimiento Urbano Popular* (CONAMUP) que congregava grupos mobilizados por melhores serviços urbanos, e a *Coordinadora Nacional Plan de Ayala* (CNPA) que enfrentou o caciquismo pró-governo do *Sindicato Nacional de los Trabajadores de la Educación* (SNTE). Em 1982, essas três organizações foram unificadas na *Frente Nacional em Defensa del Salario, contra la Austeridad y contra la Carestía* (FNDESCAC) (MODONESI, 2003, 34-36).

O segundo, nossa quarta condição de contorno, é a importância de interpretações do pensamento de Antonio Gramsci entre os editores de *Ediciones Era*. Ainda que se possa argumentar que o principal expoente dos conceitos de Gramsci dentre o grupo era Carlos Pereyra,⁵⁰ dada a centralidade que concepções como sociedade civil e hegemonia ocupam em seus escritos,

⁵⁰ De modo geral, o pensamento de Gramsci surge na obra de Carlos Pereyra como uma alternativa ao que o intelectual interpretava como uma ênfase economicista inerente a diversas correntes marxistas. Para Pereyra, mesmo concepções como classe social e luta de classes não são primariamente econômicas, mas políticas. A partir da visão de que os aparatos do Estado mexicano são dominados por uma burocracia política, e não por uma classe, Pereyra divide o conceito gramsciano de “hegemonia” em dois, e defende a existência de uma “hegemonia política,” campo a partir do qual a sociedade civil poderia atuar para modificar a realidade política mexicana. Essa concepção é contrastada por ele com a concepção de “hegemonia social”, que entende pelo domínio econômico, ideológico e cultural de uma classe, e que condiz de forma mais estreita com a concepção de Gramsci de “hegemonia” (ORTEGA, 2020, 130-132).

reafirmamos o ponto feito no início do capítulo 2 de que os textos publicados em *Cuadernos Políticos* deveriam ser aprovados de forma unânime por seu corpo editorial (ESPRESATE, 2018, 7-8). Para além disso, é significativo que as *Ediciones Era* foram responsáveis pela publicação em 1981, no México, da tradução ao espanhol da edição crítica dos *Cadernos do cárcere*, que havia sido publicada originalmente em 1975 pela editora Einaudi (FUENTES, 2020, 29-30).

O terceiro, por fim, é o fato de que houve uma mudança no corpo editorial de *Cuadernos Políticos* no fim da década de 1970. De início este era composto por Neus Espresate, Rolando Cordera, Arnaldo Córdova, Carlos Pereyra e Adolfo Sánchez Rebolledo. A partir da edição 17 (meados de 1978), no entanto, Arnaldo Córdova, apontado no capítulo 2 como principal defensor da luta sindical independente, deixa de figurar entre os editores da revista. O que se desprende disso é a hipótese explicativa de que as falhas recorrentes das lutas sindicais (seja pela ação dos *charros* ou pela reforma eleitoral de 1977 que canalizou a luta política para o meio partidário) levaram ao enfraquecimento dessa via à democratização. A partir disso, se buscou uma alternativa compatível com o novo contexto mexicano, que foi encontrada na necessidade de organização da sociedade civil. A preferência por essa alternativa teria se dado tanto porque a sociedade já se encontrava em um estado de mobilização mais avançado do que em momentos anteriores, quanto pela própria presença do pensamento gramsciano no cerne da *Ediciones Era*.⁵¹ Se a saída de Córdova do corpo editorial constitui causa ou consequência da mudança de enfoque não está claro: o que se pode concluir é que ela provavelmente foi parte importante deste processo.

Portanto, o que se conclui é que ao final da década de 1980, a luta sindical passou a perder importância nos textos publicados em *Cuadernos Políticos*, quase ao mesmo tempo em que a própria ideia de uma revolução futura era criticada e abandonada. Em seu lugar, surge o argumento pela organização da sociedade civil frente a um Estado que teria ocupado quase todos os seus espaços de atuação. Passaremos agora a descrever com mais detalhes esse projeto político de democratização.

⁵¹ Com isso, não se quer dizer que houve uma “transferência de poder,” a interpretação simplista de que a saída de Córdova teria dado espaço para que os ideais de Pereyra pudessem ter seu lugar ao sol. Na verdade, o próprio Carlos Pereyra iniciou sua carreira intelectual e política atuando no movimento pela independência do sindicato dos eletricitistas (SUTERM), já mencionado no capítulo 2 (ORTEGA, 2020, 120). Para além disso, como afirmado também no capítulo 2, a publicação de artigos em *Cuadernos Políticos* era feita a partir de votação unânime entre os editores, de forma que todas as contribuições anteriores no sentido de promover a luta pela independência sindical passaram pelo aval de Pereyra.

A primeira contribuição que se estende sobre esse ponto é um artigo de Carlos Pereyra publicado em fins de 1979, em que este discorre sobre o conceito gramsciano de sociedade civil e sua relação com o Estado. A importância desse conceito se dá por descrever a diversidade de organismos através dos quais os membros de uma sociedade se integram ao debate ideológico e à atividade política como um todo. Ainda que também incluía sindicatos e partidos, a sociedade civil se estende também para meios de comunicação, congregações religiosas, agrupamentos empresariais, centros educativos, e outros (PEREYRA, 1979, 3). Pereyra afirma que sociedade civil e Estado não são totalmente excludentes um do outro; no entanto, uma interpretação dos escritos de Gramsci que considera Estado como o conjunto de instituições e sociedade civil gera confusões, como a concepção errônea de que as universidades são simples aparatos de Estado. Em contrapartida, Pereyra argumenta que deve considerar-se Estado o governo, as forças armadas, empresas do setor público, o Parlamento, e a magistratura (PEREYRA, 1979, 5-7).⁵² A luta por esse espaço da sociedade civil é uma luta ideológica pelo fim da dominação de classe, que se apoia nessa estrutura tanto quanto no aparato estatal propriamente dito (PEREYRA, 1979, 9); é, portanto, uma dominação que mistura tanto coerção quanto hegemonia (PEREYRA, 1979, 10-12).⁵³

Dois anos depois, no artigo supracitado acerca das relações entre Estado e movimento operário, Pereyra afirma que a estrutura setorial do PRI demonstra até que ponto a sociedade civil se reduziu a uma prolongação direta do exercício governamental, algo que ocorreu em parte porque a formação das classes sociais mexicanas se deu ao mesmo tempo em que suas instituições foram absorvidas pelo poder político. Além disso, o próprio PRI surgiu como mecanismo de controle do poder, e não para sua tomada; desta forma, não surgiu como um partido da sociedade civil, como

⁵² A opção de Carlos Pereyra por uma definição de sociedade civil que exclui aspectos econômicos de forma consciente é significativa por representar uma quebra quanto ao argumento anterior. Se na década de 1970 os textos de *Cuadernos Políticos* enfatizavam a questão sindical em particular por questões econômicas, sejam elas de curto ou de longo prazo, a ênfase de Pereyra na sociedade civil transforma o debate democrático em um debate político em primeiro lugar. A escolha se torna ainda mais significativa se se considera que há uma possível interpretação dos escritos de Gramsci em que o Estado surge como o instrumento de adequação da sociedade civil à sociedade econômica, um mecanismo de pressão para que seja disseminado o modo de vida e atuação em um contexto capitalista (LIGUORI et al, 2022, 447).

⁵³ Hegemonia, em termos simples, representa a capacidade intelectual e moral de uma classe dominante ou aspirante a tal para obter consenso ou passividade da maioria da população, sem que coerção física tenha de ser utilizada (BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO, 1998, 580). O embate pela hegemonia se dá em meio à sociedade civil, arena de confrontos ideológicos. Isso permite uma avenida de luta política, à qual Pereyra remete: ao fazer sua ideologia se tornar dominante na esfera da sociedade civil, grupos subalternos podem então passar a ser dominantes na sociedade política (Estado). A opinião pública, a partir também da atuação de intelectuais, é o ponto de contato entre sociedade civil e sociedade política, e permitiria esse movimento (LIGUORI et al, 2022, 246-249).

tradicionalmente estes surgem, mas sim como estrutura através da qual o Estado regula seus vínculos com a sociedade (PEREYRA, 1981, 2-4). Esse é um Estado que, longe de motor de mudança social, está diretamente vinculado à perpetuação de formas sociais excludentes (PEREYRA, 1981, 6).

A solução, no entanto, não se dá pura e simplesmente a partir do enfrentamento ao Estado; este não é nem mero instrumento da classe dominante, nem ferramenta fundamental da transformação social. Essa transformação só pode vir do fortalecimento e democratização da sociedade civil, de sua autonomia frente ao aparato estatal. Quanto à democracia, em particular, Pereyra é categórico:

La amplitud y profundidad del ejercicio democrático en una sociedad están dadas por el espacio efectivo en el que se desenvuelve la actividad política de los grupos y fuerzas que la constituyen. El funcionamiento democrático es apenas formal cuando se procura encerrar la práctica política en lugares reservados para ella, alejados de las instituciones en las que transcurre la vida social. Así, la pretensión de que la presencia de los partidos políticos se limite a las jornadas electorales y al ámbito parlamentario, revela una concepción contraria, en definitiva, al sentido mismo de la democracia: lograr la intervención sistemática de los diversos sectores de la población en el examen de los problemas nacionales y en la búsqueda de soluciones. La sociedad se democratiza en la medida en que se eliminan trabas para el desarrollo de esa actuación en sindicatos, medios de difusión, centros de enseñanza, organismos profesionales y demás instituciones mediante las cuales se ordena la vida comunitaria. (PEREYRA, 1981, 11-12)

A descrição feita por Carlos Pereyra de uma sociedade civil estreita, cujo espaço foi tomado pela ação estatal, é de certa forma retomada por López Díaz. Ainda que mantenha centralidade no movimento sindical independente, ao tratar do tema da democracia afirma que sua implementação envolve, no México, o desmembramento do sistema político em sua base: as organizações sindicais e profissionais estatais. A autonomia de classe é a base de toda luta socialista (LÓPEZ DÍAZ, 1981, 27). Em particular,

De ahí que la lucha por la democracia en nuestro país no sea otra cosa que el cerco del Estado burgués por parte de una amplia alianza de clases sociales a través de su

expresión más elevada en un ejército político de nuevo tipo. Sitiar al Estado desde afuera, organizando lo no organizado, y rescatando paulatinamente de su control los sectores asalariados, es también desmontarlo desde su interior, aprovechando y desarrollando sus potenciales contradicciones (LÓPEZ DÍAZ, 1981, 28).

Desta feita, ainda que a sociedade civil não seja totalmente distinta do Estado, a atuação por meio dela é colocada como uma atuação contrária ao poder generalizado desse mesmo Estado. Em momento posterior, Gustavo Gordillo reforça que não se trata da criação de poderes paralelos ao Estado, mas sim da tomada política e ideológica de centros de poder a partir de novas alternativas orgânicas (GORDILLO, 1984, 15-16).

Esta é, portanto, uma concepção de democratização em que a sociedade se organiza e realiza, de suas próprias mãos, mobilizações políticas com esse objetivo. Uma das consequências, aponta Agustín Cueva, é de que as demandas presentes em cada país latino-americano serão distintas das dos demais, a partir da conjuntura experienciada por sua sociedade. Isso equivale a dizer que cada democracia latino-americana existirá em função de conteúdos distintos, determinados pelos interesses e necessidades de grupos sociais que se formaram e vivem de formas distintas (CUEVA, 1984, 9).

2. Pessimismo, descentralização, liberdade

Em resumo, na década de 1980 há um segundo momento de divergência entre os projetos políticos expostos pelos dois grupos analisados. Os intelectuais de *Vuelta*, incomodados com o que interpretavam como uma ênfase deletéria a elementos extra-políticos da democracia, optaram por argumentar que esta deveria tomar precedência ante qualquer outro objetivo político ou econômico. A democracia vislumbrada por Enrique Krauze, Octavio Paz, Gabriel Zaid e outros seria uma democracia “sem adjetivos”, que em muito se assemelha à democracia liberal descrita no Capítulo 1. Enfatizamos, em particular, como todos os elementos elencados por Zaid como essenciais à democracia sem adjetivos são considerados fundamentais por Robert Dahl e Larry Diamond (DAHL, 1971, 1-2; DIAMOND, 1997, 13). A exceção mais significativa é a ênfase na descentralização, uma característica que só pode ser compreendida a partir do contexto mexicano

em que essa surgiu. É, portanto, uma democracia voltada à seleção e circulação de elites, como apontado por Massimo Modonesi (MODONESI, 2021, 8).

Já os intelectuais marxistas de *Cuadernos Políticos* passaram, na década de 1980, a retirar a centralidade da independência sindical para a luta política. Ainda que ele se mantenha importante, o impulso da democratização viria através da mobilização da sociedade civil. A partir dessa mobilização seria possível criar uma nova hegemonia ideológica, que abrisse espaço frente a um Estado que oprime e bloqueia conquistas populares. Nisso, Carlos Pereyra e outros se aproximam de concepções participativas de democracia. Em particular, enfatizamos o argumento de Carole Pateman de que a participação deve ocorrer em todas as instituições da qual o indivíduo faz parte, e que uma sociedade democrática só existe mediante a participação (PATEMAN, 1970, 42-43). O argumento por uma sociedade civil organizada, que obtivesse legitimidade para atuar em âmbitos de decisão política, é baseado em uma concepção de democracia que tem na participação cidadã o seu cerne, em contraste com uma definição de “democracia sem adjetivos” que restringe a participação direta ao momento eleitoral. De forma significativa, John Keane argumentou que um regime democrático é aquele em que as decisões de coletividades são tomadas direta ou indiretamente por todos os seus membros, e em que a pluralidade da sociedade civil torna necessárias iniciativas políticas e reconhecimento legal por parte do Estado (KEANE, 1988, 22).

É notável como os projetos políticos dos dois grupos intelectuais convergiram para coincidir com discussões internacionais acerca da democracia, que ocorriam de forma concomitante às suas publicações. As condições de contorno da produção desses discursos, no entanto, permitem concluir que a transformação no pensamento político de ambos os grupos não se deu apenas por influência de ideias externas, mas sim, e em particular, à situação política pela qual passava o país nas décadas de 1970 e 1980. É impossível compreender a ênfase de Krauze na responsividade do governo e na necessidade de descentralização do poder sem ter em conta a percepção da natureza do Estado mexicano, que por décadas centralizou o poder nas mãos de um único partido e, em última instância, de uma única pessoa. Não basta o argumento de que seu grupo seguia uma vertente liberal do pensamento político para compreender a ênfase no processo eleitoral: o argumento por uma democracia sem adjetivos é proposto como a continuidade consciente de uma vertente do pensamento político mexicano que viria desde Madero, e que percebe no discurso oficial uma vontade de atrasar a implementação da democracia política a partir

da ênfase em questões econômicas e sociais. Da mesma forma, não é possível compreender a guinada de *Cuadernos Políticos* ao argumento da mobilização da sociedade civil apenas com a colocação de que o pensamento gramsciano adquiriu centralidade em todo o mundo ocidental a partir dos anos 1970 (FUENTES, 2020, 32). É necessário levar em conta as dezenas de lutas do movimento sindical independente que terminaram em derrota ou em conquistas marginais, assim como a enorme capacidade histórica do Estado mexicano de canalizar a luta política para meios institucionais, algo que nesse momento se mostrou a partir da reforma eleitoral em 1977.

Ao se considerar o desenvolvimento dos dois projetos políticos democráticos na década de 1980, no entanto, é possível encontrar ao menos três pontos fundamentais de divergência. O primeiro deles é relativo ao papel da esperança na luta política. Enquanto em *Vuelta* a ênfase por uma democracia sem adjetivos de certa forma representa a continuidade com o argumento, de fins da década de 1970, de que o Estado é incontornável quando se trata de democratizar o regime político, em *Cuadernos* se observa uma fratura. Isso porque o consenso em torno da necessidade da luta sindical, em parte para que os operários pudessem adquirir experiência política para a revolução futura, não apenas foi criticado a partir da década de 1980, como foi substituído por uma concepção distinta, de atuação da sociedade civil. A descrição da democracia como um regime político burguês, surgida em 1980 e posteriormente retomada em 1987-1988, não é incompatível com esse cenário: na realidade, o argumento que está sendo feito ao final da década é de que o capitalismo já é um dado da realidade, e resta à sociedade civil lutar para abrir espaços democráticos em meio a ele. Quanto ao contexto latino-americano, Pereyra afirma que “No hay democracia burguesa, sino posibilidad de abrir espacios democráticos ya en la sociedad capitalista” (PEREYRA, 1988, 2).

Esta é uma visão de mundo pessimista. A crítica ao ideal revolucionário, elaborada na seção anterior, é em si representativa de um pessimismo quanto às possibilidades de futuro do socialismo, o abandono do caminho revolucionário em favor do mesmo reformismo criticado até a década de 1970. Acreditamos que a passagem de revolução para sociedade civil represente uma crise da esperança como ferramenta política. Com isso, não queremos dizer que os intelectuais de *Cuadernos* efetivamente desistiram: as discussões acerca da luta política pela democratização do México são repletas de propostas de ação concreta, como as páginas anteriores demonstram. Mesmo Carlos Pereyra, principal proponente deste pessimismo, interpretava o ato da escrita

política não como mera descrição e prescrição, mas como ferramenta de intervenção efetiva na realidade (ORTEGA, 2020, 130). No entanto, a democracia conquistada paulatinamente em meio a um sistema capitalista é essencialmente um mal menor, uma alternativa realista e pragmática frente à percepção de falha recorrente de projetos revolucionários anteriores.

Há um grande contraste, na década de 1980, com os intelectuais que publicaram em *Plural* e *Vuelta*. Nesse período, os textos do grupo de Paz são marcados pelo que se pode chamar de esperança cautelosa. O exemplo mais claro é a questão da possibilidade de uma guinada repressiva do Estado. Ao descrever de forma mais aprofundada seu argumento quanto à democracia sem adjetivos, Krauze afirma, em 1984, que o governo não pode esperar a eleição do ano seguinte – que vê como um momento em que seria possível à sociedade derrubar o regime por via eleitoral – para tomar a iniciativa democrática; se o PRI optar pela imobilidade, os próprios acontecimentos levarão ao que o intelectual chama de dilema entre democracia e repressão (KRAUZE, 1984c, 43). Ainda em junho de 1988 era possível a Jaime Sánchez Susarrey afirmar que essa era a última oportunidade para que o México transite à democracia de forma pacífica e ordenada, e que na falta dessa transição pode surgir um cenário anárquico e autoritário (SÁNCHEZ SUSARREY, 1988b, 60), em uma repetição posterior de um receio que já vinha sendo veiculado pelo grupo há ao menos 15 anos, e que foi central ao argumento democrático em *Plural*. Em outubro do mesmo ano, no entanto, a questão estava resolvida: José Antonio Crespo argumentou que mesmo depois das eleições daquele ano, em que o PRI quase perdeu o assento presidencial, era possível um endurecimento político a partir da reação das elites dominantes frente ao avanço democratizante. No entanto, para além de um breve prolongamento de seu tempo no poder, a única conquista dessas elites seria elevar os custos da democracia (CRESPO, 1988b, 53).

Neste momento, portanto, mesmo o caminho violento desemboca na democracia, que há anos é direta e indiretamente considerada como o futuro inevitável do México. No entanto, esse nem sempre foi o caso. Se a década de 1980 marca um momento de esperança para o grupo de Octavio Paz, acreditamos que as publicações das 50 primeiras edições de *Vuelta*, analisadas no capítulo 2, representam um momento de desesperança. Há, na ideia de um Estado incontornável, a negação do projeto democratizante baseado na mobilização social independente, certamente otimista quanto às possibilidades dessa mobilização e abertas por ela. Em outras palavras, acreditamos que o período prolongado de transição democrática permitiu aos distintos grupos

intelectuais passar por processos de esperança, desesperança, e esperança novamente, na medida em que a situação política mexicana se modificava.

Em realidade, uma percepção que se sobressai da leitura dos projetos democráticos em *Plural, Vuelta e Cuadernos Políticos* é de um longo período em que projetos democráticos dialogaram de forma constante com ações do partido hegemônico, em busca de alternativas e caminhos plausíveis para uma democracia que, ao menos retoricamente desejada por todos, se manteve elusiva por décadas. Se no presente capítulo enfatizamos as divergências entre os projetos democráticos em *Cuadernos Políticos* e em *Vuelta*, é notável que, tomadas no agregado, as ideias dos dois grupos ao longo das duas décadas analisadas nos parecem uma lenta convergência com um projeto de democracia que, se longe do ideal, ao menos se aproximava do universo do factível. Em outras palavras, pensamos ser possível argumentar que a adoção da “democracia sem adjetivos” por Enrique Krauze e da organização da sociedade civil por Carlos Pereyra representam o abandono de posicionamentos anteriores que, se não de todo utópicos, certamente eram menos pragmáticos do que o que surge posteriormente. Enquanto Krauze preconizou um modelo democrático com ênfase no que via como seu elemento político, e que posteriormente teria sido colocado em prática,⁵⁴ o projeto de Pereyra se contrapôs a elementos revolucionários do pensamento marxista tradicional para favorecer um projeto que parecia mais plausível em um momento de maior organização popular no México. Não se trata de linearidade em uma única direção, mas da adaptação dos intelectuais a novos cenários políticos, como tratado nas páginas anteriores. É significativo, no entanto, que exista o argumento de que as ideias de Carlos Pereyra foram fundamentais para o eventual abandono do marxismo pela esquerda mexicana, em favor da democracia liberal (ORTEGA, 2020, 115).

Acreditamos que isso ocorreu a partir de uma espécie de diálogo com os governos priistas. Não no sentido tradicional, de dois ou mais lados em interação direta, mas um diálogo indireto e assimétrico. Indireto porque os políticos do partido não pareciam estar atentos ao que era publicado por intelectuais dos dois grupos analisados. Na realidade, o que o partido parecia buscar, a partir de 1968, foi uma série de medidas que permitiriam a manutenção de seu poder por tempo indeterminado, ao mesmo tempo em que preservavam uma certa estabilidade – a reforma eleitoral

⁵⁴ O tom de incerteza se justifica a partir do debate, nos anos 2000 em diante, acerca da real natureza da democracia mexicana a partir de 2000. O tema será brevemente tratado em nossa Conclusão.

de 1977, cujo principal resultado foi a canalização de lutas políticas para o meio partidário, foi um claro passo nesse sentido. Essas medidas, no entanto, eram feitas em resposta a pressões populares percebidas por membros do partido, que incluíam as ideias analisadas nas páginas anteriores, e de onde vem o aspecto indireto do diálogo.

Além de indireto, no entanto, esse diálogo era assimétrico: se membros do partido se adaptaram de forma lenta a pressões populares, e sempre reafirmando seu controle sobre o Estado e seus rumos, os intelectuais dos dois grupos se mostraram diretamente afetados por essas adaptações, e reagiram de acordo. Novamente, a reforma eleitoral de 1977 surge como elemento central. No grupo de Octavio Paz, teve como resultado o argumento de que o Estado é uma força incontornável para se pensar a democratização, ideia eventualmente desenvolvida em uma nova proposta democrática a ser realizada por meio de modificações ao funcionamento desse Estado: a democracia sem adjetivos. Já dentre os intelectuais de *Cuadernos*, a reforma surge como elemento de canalização e conseqüente inviabilização de lutas sindicais independentes, uma transferência de uma rota democratizante para outra, o que também é respondido pela mudança de projeto democratizante na revista.

O curioso, no entanto, é que mesmo esse diálogo indireto e assimétrico parece ter permitido uma aproximação dos dois campos, intelectual e do partido. Se Enrique Krauze defendeu uma concepção de democracia que em muito se aproxima ao que foi posteriormente implementado através de reformas eleitorais e ao PRI, a passagem de um pensamento revolucionário para outro voltado à organização da sociedade civil em favor da democracia representa um certo avizinhamiento ao projeto político eleitoral, mesmo que não uma adoção completa desse projeto.⁵⁵ A *convergência* entre os dois grupos e o Estado nos parece sintomática: para além de um possível argumento quanto a influências internacionais em meio à “terceira onda” de Samuel Huntington, pensamos ser plausível que o fenômeno tenha ocorrido porque aos poucos tanto intelectuais quanto membros do Estado se resignaram a uma solução que, ainda que longe do ideal para ambos os lados, representaria o consenso atingível.

⁵⁵ Novamente, reiteramos que não se pretende aqui argumentar que há uma linearidade no movimento intelectual desses dois grupos, e nem que essa linearidade teria sido moldada pelo Estado. Como demonstrado nas páginas anteriores, os projetos defendidos em *Vuelta* e *Cuadernos Políticos* para a democracia no México são substancialmente distintos um do outro. O que se quer enfatizar aqui é como esses ideais passaram por modificações que de certa forma os tornaram mais próximos do que na década de 1970.

Um segundo ponto de divergência entre as duas revistas neste momento remete à relação entre economia e política em suas páginas.⁵⁶ Em *Cuadernos Políticos* a economia é sempre o pano de fundo a partir do qual propostas políticas são pensadas. Na década de 1970 isso se mostrou a partir da ênfase na luta sindical, a representação do grupo considerado motor da história – é notável, por exemplo, que um dos argumentos utilizados para considerar o operariado como motor da história é sua força objetiva em termos econômicos (GILLY, 1980, 18-19). No entanto, mesmo em 1970 a relação entre economia e política era complexa nos textos da revista. Isso porque o problema econômico é o pontapé inicial da discussão acerca da democracia, mas não seu fim: a luta sindical independente teria como objetivo a obtenção de experiência política para que a revolução futura pudesse ser realizada mais facilmente.

Na década de 1980, a relação entre economia e política se modificou em *Cuadernos*, se mantendo complexa de uma forma distinta. A mobilização da sociedade civil é importante aos intelectuais da revista justamente porque a partir de uma democracia mais participativa seria possível a grupos subalternos fazer valer seus interesses. O giro gramsciano na proposta democrática de Carlos Pereyra está relacionado a uma maior importância atribuída à política, em comparação com um marxismo de corte mais tradicional como aquele de Adolfo Gilly. O próprio Pereyra via nessa abordagem a possibilidade de lidar com o principal “ponto cego” da teoria marxista (ORTEGA, 2020, 122). A diferença é que, se na década de 1970 a experiência política seria utilizada em preparação para a revolução futura, em 1980 o político surge a partir da ênfase na democracia como sistema político ideal para a representação dos diversos interesses sociais e, em particular, dos interesses das classes subalternas.

Em contraste, se *Cuadernos Políticos* manteve sua ênfase em interpretações políticas dos acontecimentos mexicanos, evitando o erro comum de cair em economicismos que simplificam a realidade, argumentamos que o contrário é o caso com *Vuelta* no mesmo período. Isso pode parecer paradoxal em um primeiro momento – afinal, o ponto de partida de Enrique Krauze quanto à democracia sem adjetivos é justamente o argumento de que a democracia política tendeu a ser

⁵⁶ Não pretendemos realizar uma divisão acrítica entre política e economia. Toda leitura de mundo econômica envolve escolhas tanto em termos dos fatores a serem levados em conta, quanto das prioridades atribuídas a cada fator. Além disso, toda prescrição de política econômica envolve a priorização de determinados objetivos em detrimento de outros, algo que nem sempre se justifica com base em argumentos econômicos. Neste sentido, descrições e prescrições econômicas são inerentemente políticas. As relações entre política e economia, no entanto, nem sempre são tão simples, como se observará nas páginas seguintes.

relegada a segundo plano, em favor de outros objetivos como justiça social e crescimento econômico. Essa ênfase na democracia procedimental, no entanto, é resultado do que se pode chamar de um giro economicista da revista.

Como desenvolvido anteriormente, um dos principais aspectos da democracia sem adjetivos, e que inclusive a distingue de uma democracia procedimental pura e simples, é a ênfase dada na descentralização política, em particular nos últimos anos do governo Miguel de la Madrid.⁵⁷ Essa ênfase surge em particular a partir do argumento de que o centralismo mexicano foi fundamental para gerar a crise econômica iniciada em 1982. Gabriel Zaid, por exemplo, afirmou que a Cidade do México pôde importar recursos, crescer fisicamente e obter empréstimos na escala que o fez justamente porque explorou o restante do país. Se fosse uma Cidade-Estado independente, a crise certamente não teria sido tão grande, e teria surgido antes (ZAID, 1986a, 15). Jaime Sánchez Susarrey traz a questão por outro viés: de acordo com o intelectual, um dos problemas centrais do México era a enorme autoridade concentrada em um único homem para resolver problemas cuja complexidade se torna cada vez maior. O principal exemplo é a nacionalização bancária feita por López Portillo em 1982 (SÁNCHEZ SUSARREY, 1988a, 15). Posteriormente, o mesmo autor afirma que a nacionalização rompeu o pacto histórico da elite política com o capital privado, e é considerada a principal crise do período López Portillo (SÁNCHEZ SUSARREY, 1988c, 47). A descentralização seria a forma adequada para se lidar com um regime político que não apenas gera crises econômicas, como coloca nas mãos de apenas uma pessoa o poder discricionário para lidar com elas.

Ao final do período analisado, no entanto, o economicismo passou a ser aplicado até mesmo à história recente do México. Luis Rubio, em texto publicado em novembro de 1988, faz uma releitura de diversos acontecimentos já mencionados na presente dissertação, com o objetivo de compreender o porquê da vitória do PRI nas urnas ter sido tão apertada naquele ano. Para o intelectual, há três anos significativos que ajudam a explicar esse fato: 1968, 1982, e 1985. No entanto, os motivos pelos quais essas datas são importantes para Rubio não é o que se esperaria a

⁵⁷ Nisso, é notável que o grupo de Octavio Paz se aproxima da retórica oficial: em seus discursos anuais, o presidente Miguel de la Madrid deixava claro que a descentralização administrativa é não apenas parte do desenvolvimento econômico do México, mas também parte de seu desenvolvimento democrático (1983, 11; 1984, 100-101; 1986, 167-168). É curioso, no entanto, que a ideia de descentralização política como algo positivo é usada pelo regime ao menos desde os discursos de Luis Echeverría, que afirmou em 1976 que a centralização, contra a qual teria lutado, é uma herança de práticas coloniais de poder (ECHEVERRÍA, 1976, 415).

partir de sua descrição nas páginas anteriores. 1968 é significativo não porque o Massacre de Tlatelolco gerou uma crise de legitimidade no seio do regime político, mas porque a resposta do governo Echeverría envolveu o uso de verba pública para geração de empregos e para bolsas de estudo no exterior, com objetivo de aplacar o movimento popular. Com relação a 1982, não se considera que representou o momento em que o governo responsável por uma campanha clandestina de extermínio de movimentos guerrilheiros realizada na década de 1970 saía do poder com um último ato de autoritarismo, desta vez econômico. Na verdade, este ano é lembrado por Rubio como o clímax de um processo de gasto público e endividamento internacional sem precedentes. Por fim, quanto a 1985 o autor reconhece que o terremoto na Cidade do México foi um evento significativo; no entanto, considera que o acontecimento mais transcendente deste ano foi a mudança da política econômica do governo, que passou de uma política de estabilização para a busca pela modernidade e retorno do crescimento econômico (RUBIO, 1988, 56-57).⁵⁸

Com isso, não queremos dizer que o pensamento de Enrique Krauze neste momento era economicista em sua natureza: o próprio intelectual é cuidadoso em distinguir sua proposta de democracia sem adjetivos de proposições acerca da gestão da economia mexicana. No entanto, é significativo não apenas que um texto como o de Luis Rubio seja publicado em *Vuelta* nesse momento, quanto que a proposta de descentralização *política* de Krauze se assemelha em boa medida a propostas e práticas de descentralização *econômica* que eram realizadas no México naquele momento, em particular a partir da pressão internacional na forma de acordos com o Fundo

⁵⁸ O escopo da presente dissertação não permite explorar este ponto de forma mais aprofundada. No entanto, é notável que quando se trata da aplicação do pensamento econômico nos exemplares publicados pelo grupo de Octavio Paz, esse novo economicismo diverge qualitativamente do que havia surgido em anos anteriores. Aqui enfatizamos, em particular, o hábito contínuo de publicar citações de trabalhos de economistas renomados nas edições de *Plural*. Seja em alguma de suas páginas iniciais, seja nas finais, a primeira revista do grupo sempre dedicou uma página por edição à reprodução de trechos de economistas como John Maynard Keynes, Adam Smith, Paul Samuelson, Raúl Prebisch, Alfred Marshall, e outros. O curioso é que estes textos econômicos têm em comum um único argumento: a poupança individual é uma forma de sustento familiar e de atingir um patamar de renda mais elevado no futuro. Os trechos contêm recomendações para finanças pessoais, feitas com respaldo de autoridades publicamente conhecidas do pensamento econômico. Neste sentido, ainda que se possa considerar que a poupança individual pode ter como consequência maior disponibilidade de capital para investimentos a nível macro, como se argumentava com frequência na década de 1960 (PREBISCH, 1963), argumentamos que em *Plural* o pensamento econômico se encontra preocupado com a esfera do indivíduo. Em *Vuelta*, por outro lado, há a transição para o economicismo como eixo hermenêutico da revista, como lente através da qual estes intelectuais passaram a interpretar o mundo à sua volta.

Acreditamos que o estudo sistemático dessas citações econômicas nas páginas de *Plural* pode abrir uma avenida frutífera de debate, na medida em que o hábito parece se inserir em um contexto mais amplo de ênfase na poupança. Um exemplo pode ser visto no trabalho de Violeta Romo Norquist, que no encontro Mora-Rice-Unicamp de 2023 argumentou que a ideia de poupança individual se tornou recorrente em revistas de moda feminina no México a partir da desvalorização do peso em 1976. Sua presença em *Plural*, por outro lado, aponta para um hábito anterior, talvez indicativo de tendências mais amplas dentre a intelectualidade responsável pela publicação desse tipo de revista.

Monetário Internacional. É possível mesmo se aproximar de uma leitura como a de Carlos Tello e de Rolando Cordera, de que havia no México do início da década de 1980 uma disputa entre neoliberais e nacionalistas. Os primeiros, baseados no argumento de que a maior integração com mercados internacionais é um fator positivo para o país, argumentavam por mudanças estruturais que seguramente levariam a uma maior marginalização de setores sociais, na medida em que o papel social do Estado seria reduzido ou eliminado. Os segundos, por outro lado, estariam dando continuidade ao projeto de 1917 e propondo reformas que diminuíssem as desigualdades no México, colocadas em prática tanto por setores do operariado que ganhassem proeminência política, quanto a partir da mobilização popular (TELLO & CORDERA, 1981, 10-11). Ainda que Krauze não reproduza a tendência economicista diretamente em seus textos, é possível argumentar que tanto a democracia sem adjetivos quanto o pensamento econômico liberalizante têm como fundamento um individualismo que encontraria sua expressão máxima no México em anos seguintes, a partir dos governos de Carlos Salinas de Gortari e Ernesto Zedillo (ORTEGA, 2020, 124).

Por fim, em um artigo em que defende sua concepção de democracia sem adjetivos perante sua desaprovação por intelectuais não nomeados, Enrique Krauze afirma que a crítica democrática necessariamente inclui um viés antiestatal, na medida em que a veneração do Estado pressupõe a confiança na autoridade, e não na liberdade (KRAUZE, 1987-1988, 49). Nisso, em conjunto com o argumento anterior quanto à conexão entre economicismo e individualismo, fica explícita a terceira divergência entre o pensamento democrático de *Vuelta* e de *Cuadernos Políticos*: suas concepções de liberdade. Como afirmado no capítulo 1, uma modificação substancial da democracia moderna em comparação com sua versão antiga é que, enquanto na segunda a liberdade do indivíduo se conciliava à total submissão à vontade da comunidade, na primeira esta se associa à sujeição do indivíduo às leis, e não ao arbítrio de outrem. Nisso, pode-se argumentar que certa vertente da democracia representativa contemporânea é fundamentada em uma concepção de liberdade negativa, como defendido por Isaiah Berlin em artigo originalmente publicado em 1958.

De acordo com Berlin, há no discurso contemporâneo dois significados para o termo “liberdade”: a liberdade negativa, e a liberdade positiva. A primeira se refere à liberdade contra a interferência de outros indivíduos. A medida da liberdade de um indivíduo é diretamente

relacionada à área de não-interferência de outros indivíduos em sua vida (BERLIN, 2002, 169-170). Essa é, em essência, a liberdade dos modernos como descrita por Benjamin Constant (CONSTANT, 1819, 2). Já a liberdade positiva remete à liberdade do indivíduo de seguir seus próprios desígnios e tomar o controle da própria vida, sem depender de forças externas. É, em certo sentido, a liberdade como direito à auto-realização (BERLIN, 2002, 178-179). Em termos de como isso se traduz em direitos políticos, a liberdade negativa se relaciona a questões como liberdade de expressão, direitos de propriedade, e direito de escolha de religião ou modo de vida. Já a liberdade negativa tem como consequência propostas políticas que aumentem o acesso à educação, realizem redistribuição econômica para permitir aos indivíduos acesso aos recursos necessários para sua auto-realização, e a participação política como peça-chave da tradução da vontade popular em leis e políticas públicas.

Logo se percebe que, diferente do que se argumenta em *Vuelta*, os intelectuais em *Cuadernos Políticos* estavam preocupados com uma definição positiva de liberdade, no sentido de Berlin. Ao falar em organização da sociedade civil, não se perde de vista o ideal participativo que, ao mesmo tempo, tem como consequência fundamental a criação de políticas públicas que permitam maior liberdade para a auto-realização do indivíduo. Como afirmamos na seção anterior, para Carlos Pereyra o Estado mexicano está longe de ser motor de mudança social, e é perpetuador de formas sociais excludentes (PEREYRA, 28, 6); a luta da sociedade civil teria como objetivo justamente levar essa mudança social ao México. Já o mesmo não pode ser dito de *Vuelta* e sua proposta de democracia sem adjetivos: quando se fala em liberdade, nesse contexto, os intelectuais do grupo de Octavio Paz estão efetivamente falando em liberdade negativa. Isso pode ser percebido a partir da própria construção do argumento, na medida em que a ênfase na descentralização, por exemplo, vem da percepção de um governo centralizado que se impõe aos governos locais e à população como um todo.

O contraste entre as ideias democráticas em *Vuelta* e em *Cuadernos Políticos* na década de 1980 se torna ainda mais interessante quando se considera que o argumento de Carlos Pereyra é, de várias maneiras, uma aproximação ao que Octavio Paz e seu grupo argumentaram nas páginas de *Plural*, uma década antes. Ambos argumentaram pela mobilização de grupos sociais organizados que, ao atuar por fora dos canais institucionais do Estado, sem violência e com ênfase no gradualismo, o pressionariam a caminhar em direção a um regime democrático. Salvaguardadas

as óbvias diferenças de condições de contorno, assim como o que de fato significava democracia para ambos os grupos nesses dois momentos históricos, ambas questões tratadas exaustivamente nas páginas anteriores, é certamente uma pequena ironia do destino que, ao tratar de um contexto histórico e geográfico similar, um grupo intelectual de corte mais liberal e outro, marxista, influenciado por ideias gramscianas, chegaram a conclusões muito parecidas quanto ao papel do Estado e da mobilização social em contexto de transição democrática.

Conclusão – Democracia e transição

O conceito de democracia é polivalente. É composto de diversos outros conceitos distintos, que possuem maior ou menor grau de importância a depender de seu uso e contexto. Participação, representatividade, liberdade, igualdade, legitimidade, ideologia, cultura política, pluralidade, redistribuição, transparência, eficiência, resistência, são todos componentes que, de uma forma ou de outra, em grau menor ou maior, compõem o significado de democracia. Uma definição participativa de democracia, por exemplo, dá ênfase ao eixo “participação”, que com frequência se conecta aos eixos de redistribuição, igualdade e resistência. O grau de importância atingido pelo termo “democracia” nos debates políticos do último século nos faz pensar que a disputa não se dá necessariamente entre aqueles que a defendem e aqueles que a abominam, mas sim entre aqueles que enfatizam certos eixos, em detrimento de outros – ao menos em termos retóricos. A escolha de alguns eixos em detrimento de outros confere legitimidade a uma concepção de democracia perante determinados grupos, o que ao mesmo tempo deslegitima outras formas do conceito que não trazem a mesma ênfase.

Tomemos o caso da disputa entre uma democracia participativa e uma democracia representativa. Para além de qualquer consideração contextual, a diferença entre uma democracia participativa e uma democracia representativa não nos parece ser uma diferença qualitativa, mas sim de grau. Se proponentes da democracia participativa buscam formas cada vez mais complexas e abrangentes de representação dos interesses sociais, o que proponentes da democracia representativa defendem é que essa participação só é legítima na medida em que é canalizada por meios institucionais (partidos, eleições periódicas). A ênfase na representatividade não incorre no apagamento da participação, mas em sua transformação em algo menos orgânico, mais previsível.

Ao pensar em um debate em torno da igualdade como componente da democracia, um cenário similar se produz. Há aqueles que defendem que a igualdade política, com direitos e deveres iguais para todos os cidadãos adultos, é o ideal a ser mantido. Retomando a conceitualização de Isaiah Berlin descrita no capítulo 3, proponentes dessa vertente tendem a ter em mente uma concepção de liberdade negativa. No entanto, há também aqueles que afirmam que a igualdade política não é suficiente: a partir da concepção de liberdade positiva, argumentam que é necessário um regime político que trate de criar igualdade *de oportunidades* aos cidadãos, para

além da igualdade política. Novamente, a distinção não se refere à ausência ou presença de determinado componente da democracia, mas sim no grau de intensidade desse componente.

Ainda que essa seja uma reflexão inicialmente teórica e descontextualizada, suas consequências práticas não podem ser ignoradas. Uma delas, para além da tradução do conceito para políticas públicas, aludida no parágrafo anterior, é de que a concepção específica de democracia da qual parte determinado intelectual necessariamente moldará sua interpretação da passagem de um regime autoritário para um regime democrático. O que se entende por “transição democrática” é fundamentalmente relacionado ao que se entende por “democracia”. Essa ideia é central ao Capítulo 1: acadêmicos que tomaram eleições livres, frequentes e competitivas como baliza a partir da qual medir o regime político mexicano tenderam a apontar 1997 ou 2000 como o ano em que se oficializou a transição democrática, que havia sido iniciada anos antes com uma série de reformas ao *Instituto Federal Electoral*.

E há um fundo de verdade nessa concepção. Decerto o regime político mexicano em 2000 não apresentava mais os mesmos traços que o caracterizaram em décadas anteriores. Não era mais um regime que perseguia e matava opositores, não mais se centrava em um único partido ou, em última instância, em um único homem. Também não prendia intelectuais, e não intervinha em veículos de imprensa que escrevessem contra o regime. Era um novo regime para um novo século, a completude de uma transição simbolicamente terminada no dia em que o *Partido Revolucionario Institucional* sofreu sua primeira derrota em uma eleição presidencial.

No entanto, em particular a partir das eleições de 2006 passou a existir o questionamento quanto a que democracia era aquela que se formava no México. Partindo de outros eixos que compõem o conceito de democracia, e mesmo da própria questão eleitoral, era possível questionar a ideia de que o processo de transição democrática havia se consumado com a ascensão do PAN de Vicente Fox ao poder. Afinal, se a alternância política é uma das virtudes democráticas que trariam mudanças fundamentais ao México, estas já deveriam estar sendo vistas nos estados que desde a década de 1980 já não eram mais governados pelo PRI (AGUAYO, 2010a, 15-16).

Tomemos um exemplo. Em 2013 o historiador Lorenzo Meyer publica *Nuestra tragedia persistente*, livro em que argumenta que “El sistema contiene un buen número de elementos democráticos, pero pervive en él la esencia de la herencia autoritaria. Y es imposible determinar hasta qué punto se trata de una democracia autoritaria o de un autoritarismo democratizado”

(MEYER, 2013, 8). A canalização das lutas políticas ao regime eleitoral, parte fundamental do que o historiador considera democracia, por si só já representa uma redução da definição de democracia que seria inaceitável para um defensor de sua vertente participativa. No entanto, o que Meyer traz é uma série de argumentos para se considerar que, mesmo diante de uma definição liberal,⁵⁹ talvez o México não seja um regime de todo democrático. Há dois pontos que gostaríamos de desenvolver, ainda que muitos mais pudessem ser trazidos: a questão eleitoral, intimamente conectada à cultura política, e a questão da violência.

Se boa parte das interpretações da transição vê em 2000 o momento em que esta se consuma, o texto de Meyer permite pensar os limites dessa transformação. Isso porque o PRI não só se manteve no poder na maior parte dos estados do país, como neles conseguiu mesmo inflar artificialmente sua contagem de votos nas eleições subsequentes, como foi o caso em Hidalgo, Veracruz, Puebla e Oaxaca (MEYER, 2013, 230). Além disso, mesmo em 2012 era possível ao partido ter influência o suficiente para que seu ex-secretário geral, Sergio García Ramírez, ocupasse um cargo no *Instituto Federal Electoral* (IFE) que o permitiu emitir o voto decisivo para inocentar o PRI de acusações de financiamento irregular de campanha, renunciando ao cargo meses depois de Enrique Peña Nieto, candidato priista à eleição presidencial daquele ano, vencer a competição (MEYER, 2013, 115).

No entanto, a questão é na verdade mais profunda: o segundo ponto trazido por Meyer é de que a própria cultura da classe política mexicana não se modificou. O historiador afirma que na eleição presidencial de 2006, Vicente Fox reproduziu estruturas comportamentais priistas ao atuar diretamente na campanha eleitoral em favor de seu sucessor político, Felipe Calderón. O próprio Fox admitiu essa intervenção, ao invés de manter o papel de ator neutro que lhe correspondia como presidente de saída (MEYER, 2013, 201). Uma das ações tomadas foi a aprovação em abril de 2006 do que se convencionou chamar *Ley Televisa*,⁶⁰ que de forma quase inédita no México foi

⁵⁹ A definição usada por Meyer é de democracia política como baseada no pluralismo. Idealmente, seria um sistema político caracterizado pelo predomínio da ideologia da liberdade e da igualdade, de eleições periódicas, competitivas e justas, de meios de comunicação livres e diversos, de igualdade de direitos e deveres perante a lei, de liberdade de associação, e onde as posições políticas com representação na arena eleitoral ofereçam reais alternativas umas às outras (MEYER, 2013, 25).

⁶⁰ A lei é, na verdade, um conjunto de modificações realizadas à *Ley Federal de Telecomunicaciones* e à *Ley Federal de Radio y Televisión*. Ela ficou conhecida como *Ley Televisa* porque um de seus principais resultados foi uma desregulamentação do cenário digital em favor do duopólio midiático mexicano, composto pelo Grupo Televisa e a TV Azteca.

aprovada praticamente por unanimidade na Câmara de Deputados e sem nenhuma modificação pelo Senado. A partir das condições de aprovação da lei, e das vantagens concedidas aos dois grandes grupos televisivos no México a partir dela, se acredita que ela tenha sido feita para que Calderón recuperasse parte do prestígio que havia perdido na campanha dos meses anteriores (MEYER, 2013, 161). A eleição em si foi polarizante, com uma vitória apertada de Calderón com 35,89% dos votos válidos, ante 35,31% de Andrés Manuel López Obrador. O IFE, no entanto, se recusou a realizar uma recontagem, que Meyer afirma ser o esperado em diversos países quando em situação semelhante (MEYER, 2013, 237). A polarização neste momento chegou a tal intensidade que pareceu, para muitos observadores, que a transição democrática ia rumo ao desastre (BARTRA, 2013, vii).

Essa manutenção do comportamento da classe política é em parte explicada pelo fato de que a forma de recrutamento de elites políticas não se modificou substancialmente após 2000. Na realidade, manteve-se a tendência de um aumento na quantidade de políticos conservadores e politicamente conservadores em cargos de poder, ao mesmo tempo em que elementos das classes populares se tornavam cada vez menos frequentes (MEYER, 2013, 118-119). Lorenzo Meyer afirma que a classe política mexicana, salvo exceções, luta por seu posto, e não por seu projeto. Vivem da política, e não para a política (MEYER, 2013, 137). Mesmo o PRD, partido associado com a democratização a partir de fins da década de 1980, estaria mais preocupado com disputas internas e divisão de cargos do que nos projetos de esquerda que teoricamente encampava (MEYER, 2013, 172). Para além da manutenção não só do poder do PRI, como de estruturas comportamentais comuns em seu tempo hegemônico, pode-se argumentar a partir disso que não há verdadeira alternativa de projetos políticos entre os representantes mexicanos. Como argumentado no Capítulo 1, e como colocado pelo próprio Meyer ao definir o termo, essa alternativa de projetos é essencial para uma concepção liberal de democracia; não existindo, também não existirá um dos pilares fundamentais desse regime.

No entanto, em anos posteriores fica claro que não é apenas a homogeneidade da classe política que contribui para se repensar a democracia no México: a própria cultura política mexicana parece apontar para padrões eleitorais em repetição ao que se via antes de 2000. Isso porque em 2024, não apenas se repetiu o processo de sucessão de 2006, como a sucessora do então presidente Andrés Manuel López Obrador, Claudia Sheinbaum (Morena), foi eleita à presidência com vitória

acachapante, obtendo 59,76% dos votos válidos em turno único na mesma eleição em que a coligação de seu partido obteve maioria tanto no Senado quanto no Congresso.⁶¹ A diferença é de que, se antes de 2000 pairava sobre os resultados eleitorais a dúvida quanto à licitude do processo, a eleição de Sheinbaum se deu em contexto de jogo limpo eleitoral, com acompanhamento da eleição por representantes internacionais. Esse é, inclusive, um dos aspectos pelos quais se pode argumentar que hoje em dia o país passa por um processo de autocratização, a partir do modelo criado por Steven Levitsky e Daniel Ziblatt para a decadência de democracias (COVARRUBIAS & GALLEGOS CRUZ, 2024, 44).

Uma segunda questão trazida por Meyer é a violência, que também tem desdobramentos até os dias de hoje. Como descrito anteriormente, a eleição de Felipe Calderón à presidência em 2006 foi marcada por diversas suspeitas quanto à lisura do processo, e por uma polarização social que toldava qualquer discussão sobre o tema. Foi, portanto, uma eleição presidencial marcada pela desconfiança quanto à legitimidade de seus resultados. Para lidar com a questão, poucos dias após assumir o cargo Calderón iniciou uma campanha aberta e violenta de combate ao narcotráfico (MEYER, 2013, 162). Os resultados foram desastrosos: para além de aumentar índices de violência nas cidades em que prefeitos do PAN foram eleitos a partir de 2006, a empreitada levou os cartéis a se utilizarem de rotas alternativas para o transporte de drogas, aumentando também a violência em municipalidades que antes não eram tão afetadas pelo problema (DELL, 2015, 1776). O próprio Meyer aponta que a guerra às drogas de Calderón já havia deixado 70 mil mortos até 2013, sem nenhum resultado em termos da redução do tráfico (MEYER, 2013, 164-165).

O combate ao narcotráfico, no entanto, não é um problema surgido após 2000. Na realidade, pesquisas recentes têm apontado para uma correlação entre a “guerra suja” mencionada anteriormente, na década de 1970, e a ação de forças militares para combater narcotraficantes no mesmo período. De acordo com Alexander Aviña, ambos usos da força tinham por objetivo reafirmar o controle estatal perante grupos pobres e subalternos, em um momento em que o PRI tornou permeáveis as barreiras entre protesto político e narcotráfico (AVIÑA, 2018, 136). Já Adela Cedillo, partindo do ponto de vista das relações internacionais mexicanas, afirma que a Operação Condor⁶² (1977-1988) no México foi usada como instrumento para reafirmar a hegemonia do

⁶¹ 83 de 128 senadores (64,9%), sendo 60 deles do Morena, e 370 de 500 deputados (74%), sendo 236 deles do Morena.

⁶² A Operação Condor a que nos referimos é uma campanha antidrogas realizada pelo governo mexicano em solo nacional, mas que foi liderada por membros da *US Drug Enforcement Administration* (DEA). É a terceira de uma série

partido tanto na arena política quanto no mundo do crime. A autora afirma que, enquanto a bibliografia especializada apontava essa como mais uma operação antidrogas fracassada, ela na verdade representou um divisor de águas em relação à militarização, modernização e centralização da política antidrogas (CEDILLO, 2021, 1). Não é a primeira vez que o governo mexicano se utiliza de um esforço de guerra às drogas para aumentar sua própria legitimidade.

A situação é agravada pelo fato de que a guerra às drogas iniciada por influência dos Estados Unidos tem como consequência o fato de que desde a década de 1980 as Forças Armadas têm aumentado sua presença no México, e passaram a participar de esferas do poder político que antes estavam reservadas a outros setores. Nessa década em particular, se iniciou um processo de militarização da segurança pública (ROMERO, 2024, 71), e que continua até hoje: nos últimos dias de seu sexênio, Andrés Manuel López Obrador (2018-2024) promulgou uma reforma constitucional que transforma a Guarda Nacional, anteriormente uma instituição policial com mando civil, em uma entidade de caráter militar em sua composição, treinamento e disciplina. (SALMORÁN, 2024).

Para além disso, as Forças Armadas no México ganharam poder econômico e político nos últimos anos a partir de sua atuação na construção de grandes obras de infraestrutura. Uma delas é o *Tren Maya*, uma série de projetos ferroviários que visa interligar os estados da Península de Yucatán de forma mais eficiente do que o são hoje em dia, cuja construção está sendo realizada pelos militares sob acusações de menos preço às culturas dos povos Maia da região, fraude, e violência contra trabalhadores (GASPARELLO, 2024, 255-258). Outra, a construção do aeroporto internacional General Felipe Ángeles nos arredores da Cidade do México, inaugurado em 2022 e totalmente controlado pelas Forças Armadas, projeto que recentemente foi aprofundado a partir da concessão de controle aos militares da gestão de outros 19 aeroportos ao redor do país, que inclui sua gestão alfandegária (SUÁREZ, 2023).

As consequências desse duplo movimento, de aumento da violência relacionada ao narcotráfico e aumento da presença militar em esferas civis de governo e administração, são múltiplas. Uma delas, a normalização da violência estatal contra cidadãos mexicanos, teve como

de operações mexicanas iniciadas em 1969, quando a administração Díaz Ordaz passou a cooperar com a guerra às drogas iniciada pelo presidente estadunidense Richard Nixon (1969-1974). Não confundir com a Operação Condor iniciada em 1975, uma série de operações de inteligência e assassinatos políticos relacionadas a ditaduras no Cone Sul, também apoiadas pelos Estados Unidos.

um de seus marcos históricos o desaparecimento de 43 estudantes em Iguala, no estado de Guerrero, que ficou conhecido como caso Ayotzinapa. Esses estudantes, que haviam roubado diversos ônibus e litros de gasolina para se transportarem à Cidade do México e participar das manifestações em memória do massacre de Tlatelolco, foram perseguidos e entraram em confronto com a polícia. Em um segundo ataque, para além de dois estudantes mortos em confronto, outros 43 foram levados, inicialmente com intenção de receberem uma “reprimenda”. No entanto, nunca mais foram vistos. Participaram diretamente do desaparecimento desses estudantes a polícia municipal de Iguala e de Huitzucó, município próximo, com omissão e negligência de autoridades federais de alto nível. Foi, portanto, classificado como um crime de Estado (INFORME).

A obra de Lorenzo Meyer foi publicada em 2013, e cristalizou um momento de profunda desconfiança quanto à verdadeira natureza da democracia mexicana. Seu autor não tinha condições de prever os acontecimentos dos anos posteriores, descritos nos parágrafos acima, mas sua obra deixa claro que já havia tendências preocupantes para o futuro político do país, e que se desdobram nos dias de hoje. Assim como na época de hegemonia do PRI, e por motivos que em muitos momentos denotam continuidade com este momento histórico, há um debate acerca da verdadeira natureza do regime político mexicano, e incerteza quanto ao seu futuro. Essa é justamente uma das dificuldades em se pensar o longo processo de transição democrática no México: como, em meio a tantas rupturas, há tantas permanências.

E para o caso mexicano, é incontornável pensar em sua *longevidade*. Este é um processo de democratização que, se tomado em uma definição mais abrangente, se inicia na década de 1960 e termina apenas na virada do século. É um processo longo o suficiente para que, como argumentamos no capítulo 3, os projetos democratizantes publicados nas revistas analisadas tivessem de se adaptar a novas situações, realizando um movimento de certa convergência com o projeto político seguido lentamente pelo governo. É um período mais longo do que toda a duração das ditaduras militares latino-americanas, com possível exceção do Paraguai.

A distinção com o que ocorre nos demais países latino-americanos é nítida. Há, na Ciência Política, um modelo criado para as transições democráticas nos regimes militares da segunda metade do século XX na América Latina, baseado em três etapas: transição, liberalização e

democratização.⁶³ O primeiro deles remete ao intervalo entre um regime político e outro, momento em que as regras do jogo político se tornam indefinidas e em que os procedimentos políticos tendem a estar nas mãos de figuras autoritárias. É o processo amplo em meio ao qual ocorrem os dois outros, de liberalização e democratização. A liberalização abrange a redefinição e expansão a novos indivíduos e grupos de direitos fundamentais, como os direitos de habeas corpus, de defesa jurídica de acordo com leis pré-estabelecidas, de livre trânsito, e de não punição por participação em expressões coletivas de descontentamento. Já a democratização é um processo diretamente relacionado à ideia de cidadania, que envolve um igual tratamento no momento de decisão coletiva e um consenso acerca de um ‘procedimento mínimo’ que inclua eleições regulares, sufrágio adulto universal, voto secreto, financiamento público para partidos, acesso irrestrito à informação, limites para ocupação consecutiva de cargos políticos, entre outros. Tanto a liberalização quanto a democratização não constituem processos lineares de criação e fortalecimento de instituições específicas, mas os processos só podem ser considerados completos quando a maior parte delas se mostrar presente (SCHMITTER & O’DONNELL, 1986, 6-8).

Neste modelo, o processo de transição em si é conduzido por grupos que podem ser definidos como “linha-dura” e “linha-branda”. Segundo os autores, não há processo de democratização que não se origine de divisões dentro do regime autoritário, em geral entre agentes relacionadas a estes dois grupos. Os primeiros acreditam que a manutenção do governo autoritário é possível e desejável, e se mantêm uma fonte constante de tentativas de golpe após a finalização do processo de democratização. Os segundos podem inicialmente ser indistinguíveis dos primeiros, mas eventualmente adotam a crença de que o regime que ajudaram a implementar necessita de alguma forma de legitimação eleitoral (SCHMITTER & O’DONNELL, 1986, 15-19). As negociações em torno da democratização geralmente envolvem um pacto entre elites governantes pela redefinição das regras do jogo político, seja este pacto publicamente exposto ou não. Ele envolve um acordo entre atores políticos pelo não uso de suas capacidades de dano uns aos outros, assim como pela defesa de sua autonomia e interesses vitais. Desta forma, é

⁶³ Também conhecido como modelo de transição democrática, se originou no início da década de 1980 a partir de uma série de conferências no Programa de América Latina do *Woodrow Wilson International Center for Scholars*, que por sua vez iniciaram um longo projeto envolvendo dezenas de cientistas políticos latino-americanos, estadunidenses e europeus. O projeto culminou na publicação de uma série de livros intitulada *Transitions from Authoritarian Rule*. O último deles, *Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*, traça algumas conclusões obtidas do conjunto de contribuições da série. A concepção basilar dos autores, Philippe Schmitter e Guillermo O’Donnell, é da democracia como regras para a competição política formalizada e regular (SCHMITTER & O’DONNELL, 1986, 3).

considerado pelos próprios autores como uma maneira não democrática de se chegar à democracia (SCHMITTER & O'DONNELL, 1986, 37-39).⁶⁴

Como os próprios autores admitem, no entanto, o México é um caso à parte de seu modelo (AGUAYO, 2010a, 24). Acreditamos isso se dá por diversos motivos, boa parte deles abordados nas páginas anteriores. Uma das razões é de que o regime mexicano não era um regime militar, ainda que, como desenvolvido nas páginas anteriores, tenha se tornado cada vez mais militarizado. Não foi o governo de uma *junta*, resultado de um golpe que derrubou um governo legitimamente eleito. O regime foi a solução encontrada por elites políticas para fazer valer seus interesses de modo pacífico, perante um cenário de violência quase contínua que se instaurou após 1910, a partir de um longo processo de consolidação de instituições. Se é possível ver grupos “linha-dura” e “linha-branda” dentro do regime, não é no sentido usado por Schmitter e O'Donnell, de grupos militares que contribuíram para a implementação do regime. No caso do México, uma analogia possível seria a cisão ocorrida no PRI em 1987, com o surgimento do *Frente Democrático Nacional* de Cuauhtémoc Cárdenas: os “linha-branda” seriam justamente os dissidentes expulsos do partido, descontentes com a opacidade do processo de decisões internas do PRI e com suas políticas econômicas naquele período (WOLDENBERG, 2012, 42-43).

Além disso, as concepções de liberalização e democratização utilizadas pelos autores também não parecem ter o mesmo significado quando aplicadas ao caso mexicano. Quanto à liberalização, o regime priista se encaixa na definição na medida em que ao longo do período analisado de fato se reduziu a quantidade de presos políticos e de repressão a manifestações, principalmente na Cidade do México. No entanto, essa não foi uma modificação do regime jurídico, como parece ser o caso no modelo de Schmitter e O'Donnell, mas do comportamento

⁶⁴ A ênfase dada pelos autores na realização de um pacto entre elites para a concretização da transição democrática, assim como a própria definição de democracia usada, de um conjunto de regras para a competição política formalizada, fazem da teoria da transição uma extensão da teoria minimalista-elitista de democracia. Por outro lado, é notável que esta é modificada de forma substancial por Schmitter e O'Donnell em ao menos três pontos. O primeiro é a clara atribuição de responsabilidade às elites para a existência de regimes autoritários na América Latina, coisa que é deixada de lado na teoria minimalista-elitista, que presume que as elites são democráticas em sua natureza. A segunda é a admissão de que a democratização não é um processo linear que pode ser medido através de variáveis quantificáveis e identificáveis empiricamente, mas sim um processo longo que inclui circunstâncias, opiniões e ações. A terceira é a inclusão da mobilização de atores sociais como essencial para a democratização, quebrando com a concepção de massas antidemocráticas presente na teoria elitista, apesar de sua ação se dar em meio a uma relação elites-massas (AVRITZER, 2002, 27-31).

informal do Estado mexicano. Já a concepção de democratização parte do pressuposto da democracia procedimental como fim a ser atingido, algo que, ao menos em se considerando as ideias analisadas no presente trabalho, não foi consenso por boa parte do período considerado de transição.

Mas acreditamos que a distinção crucial entre o modelo de Schmitter e O'Donnell e o caso mexicano, fundamental para compreender a pluralidade de projetos democráticos surgida no período, é de que enquanto nos demais países da América Latina se fala em *redemocratização*, no México só é possível falar em *transição*. Diferente do que ocorreu no Cone Sul e em outros regimes militares, a hegemonia priista não representou a quebra com um regime popularmente eleito, que pudesse servir como baliza para a retomada da normalidade. A “normalidade”, no México, nunca havia sido democrática nos sentidos tratados nesta dissertação, ao menos a nível de governo federal. A transição é a mudança profunda de algo que estava estruturado há séculos, uma recorrência de comportamentos políticos e sociais, para modelos mais ocidentalizados, “modernos”, de regime político. É a tentativa de realizar uma verdadeira ruptura, em meio a uma história marcada por permanências que custam a desaparecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias⁶⁵

ÁLVAREZ, Alejandro. ‘El movimiento obrero ante la crisis económica’. In: *Cuadernos Políticos*, no. 16 (abr-jun 1978), pp. 31-43. (1-23)

ÁLVAREZ, Alejandro; SANDOVAL, Elena. ‘Desarrollo industrial y clase obrera en México’. In: *Cuadernos Políticos*, no. 4 (abr-jun 1975), pp. 6-24. (1-22)

BASSO, Lelio. ‘Democracia y socialismo en Europa Occidental’. In: *Cuadernos Políticos*, no. 20 (abr-jun 1979), pp. 8-17. (1-22)

BRACHO, Felipe. ‘Democracia y universidad’. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 139 (jun. 1988), pp. 63-66.

BORÓN, Atilio A. ‘Entre Hobbes y Friedman, liberalismo económico y despotismo burgués en América Latina’. In: *Cuadernos Políticos*, no. 23 (jan-mar 1980), pp. 45-64. (1-33)

CAMACHO, Manuel. ‘Las opciones políticas de hoy’. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 8 (jul. 1977), pp. 46-50.

_____. ‘La batalla democrática’. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 90 (mai. 1984), pp. 42-45.

CASTORIADIS, Cornelius. ‘El régimen social ruso’. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 28 (mar. 1979), pp. 6-15.

CASTRO POZO, Augusto Urteaga. ‘Los esclavos de lujo: trabajadores de confianza y conflicto sindical’. In: *Cuadernos Políticos*, no. 11 (jan-mar 1977), pp. 70-79. (1-16)

CLAUDÍ, Fernando. ‘Octubre y el movimiento comunista’. In: *Cuadernos Políticos*, no. 15 (jan-mar 1978), pp. 6-28. (1-42)

CONSENSO DE CARTAGENA. In: *El Trimestre Económico*, vol. 52, no. 1, 1985, pp. 267-272.

⁶⁵ Os exemplares da *Cuadernos Políticos* apenas puderam ser acessados em versão PDF que não contém a formatação original. Assim, foram indicadas duas paginações para textos dessa revista. A primeira se refere à formatação original, presente no índice da revista. A segunda se refere à paginação do PDF de acesso público *on-line*, e é a ela que as referências no corpo do texto remetem.

CONSTANT, Benjamin. *De la liberté des Anciens comparée à celle des Modernes*. Discours prononcé à l'Athénée royal de Paris. 1819, 14pp. Disponible en <https://www.institutcoppet.org/wp-content/uploads/2015/01/7.-CONSTANT-Benjamin-De-la-liberte-des-Anciens-comparee-a-celle-des-Modernes.pdf>.

CÓRDOVA, Arnaldo. 'La política de masas y el futuro de la izquierda en México'. In: *Cuadernos Políticos*, no. 19 (jan-mar 1979), pp. 14-49. (1-60)

CORREA VILLANUEVA, José Luis. 'La liquidación de Fundidora Monterrey y la reconversión industrial'. In: *Cuadernos Políticos*, no. 47 (jul-set 1986), pp. 41-56. (1-20)

CRESPO, José Antonio. 'Del autoritarismo a la democracia. El mito cultural'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 137 (abr. 1988a), pp. 30-37.

_____. '¿Tiene futuro el PRI?'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 143 (out. 1988b), pp. 51-53.

CUADERNOS POLÍTICOS. 'Presentación'. In: *Cuadernos Políticos*, no. 1 (jul-set 1974), pp. 3-4. (1-2)

CUEVA, Agustín. 'El fetichismo de la hegemonía y el imperialismo'. In: *Cuadernos Políticos*, no. 39 (jan-mar 1984), pp. 31-39. (1-10)

DE LA MADRID HURTADO, Miguel. 'I Informe de Gobierno del Presidente Constitucional de los Estados Unidos Mexicanos, 1983'. DE LA MADRID HURTADO, Miguel. *Informes Presidenciales*. México, D.F.: Congreso de la Unión, 2012, pp. 4-54.

_____. 'II Informe de Gobierno del Presidente Constitucional de los Estados Unidos Mexicanos, 1984'. DE LA MADRID HURTADO, Miguel. *Informes Presidenciales*. México, D.F.: Congreso de la Unión, 2012, pp. 60-103.

_____. 'IV Informe de Gobierno del Presidente Constitucional de los Estados Unidos Mexicanos, 1986'. DE LA MADRID HURTADO, Miguel. *Informes Presidenciales*. México, D.F.: Congreso de la Unión, 2012, pp. 162-221.

DÍAZ ORDAZ, Gustavo. 'Discurso de Protesta como Presidente, 1º. Diciembre 1964'. In: SENADO DE LA REPÚBLICA. *Discursos Presidenciales de Toma de Posesión*. 2010, pp. 199-206.

_____. 'I Informe de Gobierno del Presidente Constitucional de los Estados Unidos Mexicanos, 1965'. DÍAZ ORDAZ, Gustavo. *Informes Presidenciales*. México, D.F.: Congreso de la Unión, 2006, pp. 4-59.

_____. 'II Informe de Gobierno del Presidente Constitucional de los Estados Unidos Mexicanos, 1966'. DÍAZ ORDAZ, Gustavo. *Informes Presidenciales*. México, D.F.: Congreso de la Unión, 2006, pp. 66-139.

_____. 'IV Informe de Gobierno del Presidente Constitucional de los Estados Unidos Mexicanos, 1968'. DÍAZ ORDAZ, Gustavo. *Informes Presidenciales*. México, D.F.: Congreso de la Unión, 2006, pp. 202-308.

_____. 'V Informe de Gobierno del Presidente Constitucional de los Estados Unidos Mexicanos, 1969'. DÍAZ ORDAZ, Gustavo. *Informes Presidenciales*. México, D.F.: Congreso de la Unión, 2006, pp. 316-374.

ECHEVERRÍA ALVAREZ, Luis. 'Discurso de Protesta como Presidente, 1º. Diciembre 1970'. In: SENADO DE LA REPÚBLICA. *Discursos Presidenciales de Toma de Posesión*. 2010, pp. 207-213.

_____. 'I Informe de Gobierno del Presidente Constitucional de los Estados Unidos Mexicanos, 1971'. ECHEVERRÍA ALVAREZ, Luis. *Informes Presidenciales*. México, D.F.: Congreso de la Unión, 2006, pp. 4-60.

_____. 'II Informe de Gobierno del Presidente Constitucional de los Estados Unidos Mexicanos, 1972'. ECHEVERRÍA ALVAREZ, Luis. *Informes Presidenciales*. México, D.F.: Congreso de la Unión, 2006, pp. 68-115.

_____. 'III Informe de Gobierno del Presidente Constitucional de los Estados Unidos Mexicanos, 1973'. ECHEVERRÍA ALVAREZ, Luis. *Informes Presidenciales*. México, D.F.: Congreso de la Unión, 2006, pp. 121-168.

_____. ‘IV Informe de Gobierno del Presidente Constitucional de los Estados Unidos Mexicanos, 1974’. ECHEVERRÍA ALVAREZ, Luis. *Informes Presidenciales*. México, D.F.: Congreso de la Unión, 2006, pp. 174-242.

_____. ‘VI Informe de Gobierno del Presidente Constitucional de los Estados Unidos Mexicanos, 1976’. ECHEVERRÍA ALVAREZ, Luis. *Informes Presidenciales*. México, D.F.: Congreso de la Unión, 2006, pp. 342-444.

ESCUADERO, Roberto. ‘El movimiento estudiantil: pasado y presente’. In: *Cuadernos Políticos*, no. 17 (jul-set 1978), pp. 36-43. (1-14)

ESPRESATE, Neus; AÑÓN, Valeria. “‘Lo difícil es mantener la posibilidad del No’”: entrevista a Neus Espresate’. In: *Orbis Tertius*, vol. 23, no. 27, 2018, pp. 1-12.

FLORES OLEA, Víctor. ‘¿Iniciativa privada o sector público? Las alternativas políticas de nuestro desarrollo’. In: *Plural*. Crítica y literatura. Cidade do México, no. 3 (dez. 1971), pp. 32-33.

FMI. *EBS/77/202*. Mexico – Request for Interpretation of a Ceiling under the Extended Fund Facility. Washington, DC: International Monetary Fund, 1977.

FUENTES, Carlos. *Tiempo mexicano*. México, D.F.: Cuadernos de Joaquín Mortiz, 1971.

_____. ‘Opciones críticas en el verano de nuestro descontento’. In: *Plural*. Crítica y literatura. Cidade do México, no. 11 (ago. 1972), pp. 3-9.

_____. ‘México: 12 de octubre de 1992’. In: *Plural*. Crítica y literatura. Cidade do México, no. 44 (mai. 1975), pp. 21-27.

FUENTES, Carlos; PONCE, Juan Garcia; TERRES, Jaime Garcia; MONSÍVAIS, Carlos; PACHECO, Jose Emilio; PAZ, Octavio; VILLORO, Luis; ZAID, Gabriel. ‘Suplemento: México 1972, los escritores y la política’. In: *Plural*. Crítica y literatura. Cidade do México, no. 13 (out. 1972), pp. 21-28.

GILLY, Adolfo. ‘Carta’. In: *Plural*. Crítica y literatura. Cidade do México, no. 6 (mar. 1972), p. 43.

_____. ‘La reorganización de la clase obrera latinoamericana’. In: *Cuadernos Políticos*, no. 24 (abr-jun 1980), pp. 29-43. (1-31)

_____. *La revolución interrumpida*. México, D.F.: Ediciones Era, 2007.

_____. 'What exists cannot be true'. In: *New Left Review*, no. 64, 2010, 28-44. Acesso em espanhol em <https://newleftreview.es/issues/64/articles/adolfo-gilly-lo-que-existe-no-puede-ser-verdad.pdf>.

CASANOVA, Pablo González. *La democracia en México*. México, D.F.: Ediciones ERA, 1965.

_____. 'Carta al consejo editorial'. In: *Cuadernos Políticos*, no. 10 (out-dez 1976), pp. 94-102. (1-16)

GORDILLO, Gustavo. 'El PSUM y las fuerzas sociales'. In: *Cuadernos Políticos*, no. 39 (jan-mar 1984), pp. 60-74. (1-26)

GOYTISOLO, Juan. 'Proceso a la izquierda. Apostillas a una lectura de Teodoro Petkoff'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 14 (jan. 1978), pp. 15-23.

_____. 'Cuba, veinte años de Revolución'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 31 (jun. 1979), pp. 14-23.

GRASS, Günter. 'Siete tesis para un socialismo democrático'. In: *Plural*. Crítica y literatura. Cidade do México, no. 38 (nov. 1974), pp. 6-7.

GUTIÉRREZ, Estela; TALAVERA, Fernando. 'El sindicalismo universitario, las fuerzas de izquierda y el Estado'. In: *Cuadernos Políticos*, no. 25 (jul-set 1980), pp. 29-53. (1-45)

HABERMAS, Jürgen. 'Crisis del capitalismo tardío y posibilidades de la democracia. Entrevista de Angelo Bolaffi'. In: *Cuadernos Políticos*, no. 19 (jan-mar 1979), pp. 5-13. (1-16)

HOWE, Irving. 'El desengaño de los sesenta'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 76 (mar. 1983), pp. 24-36.

JIMÉNEZ RICARDEZ, Rubén. 'El nacionalismo revolucionario en el movimiento obrero mexicano'. In: *Cuadernos Políticos*, no. 5 (jul-set 1975), pp. 46-64. (1-32)

KRAUZE, Enrique. 'Tinglados ideológicos'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 48 (nov. 1980), pp. 44-46.

_____. ‘Cuatro estaciones de la cultura mexicana’. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 60 (nov. 1981), pp. 27-42.

_____. ‘El timón y la tormenta’. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 71 (out. 1982), pp. 14-22.

_____. ‘Por una democracia sin adjetivos’. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 86 (jan. 1984a), pp. 4-13.

_____. ‘Cara al siglo. Una lectura de Tiempo nublado’. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 90 (mai. 1984b), pp. 24-32.

_____. ‘El gobierno, la izquierda y la democracia’. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 91 (jun. 1984c), pp. 39-44.

_____. ‘Voto contra el voto’. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 106 (set. 1985a), p. 63.

_____. ‘Revelación entre ruinas’. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 108 (nov. 1985b), pp. 11-14.

_____. ‘Nuevos adjetivos para la democracia’. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 133-134 (dez. 1987 – jan 1988), pp. 46-50.

_____. ‘El sueño del norte. Ensayo de geografía democrática’. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 143 (out. 1988), pp. 47-49.

LABASTIDA, Julio. ‘Tula: una experiencia proletaria’. In: *Cuadernos Políticos*, no. 5 (jul-set 1975), pp. 65-79. (pp. 1-25)

LEAL, Juan Felipe & WOLDENBERG, José. ‘El sindicalismo mexicano, aspectos organizativos’. In: *Cuadernos Políticos*, no. 7 (jan-mar 1976), pp. 35-54. (1-31)

LEÑERO, Vicente; GARIBAY, Ricardo. ‘México 1972: los escritores y la política’. In: *Plural*. Crítica y literatura. Cidade do México, no. 14 (nov. 1972), pp. 34-35.

LIZALDE, Eduardo. ‘La historia no los absolverá’. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 60 (nov. 1981), pp. 53-54.

LÓPEZ DÍAZ, Pedro. 'Contribución a la crítica de las relaciones políticas en México'. In: *Cuadernos Políticos*, no. 29 (jul-set 1981), pp. 59-74. (1-29)

LÓPEZ PORTILLO, José. 'I Informe de Gobierno del Presidente Constitucional de los Estados Unidos Mexicanos, 1977'. LÓPEZ PORTILLO, José. *Informes Presidenciales*. México, D.F.: Congreso de la Unión, 2006, pp. 4-51.

_____. 'VI Informe de Gobierno del Presidente Constitucional de los Estados Unidos Mexicanos, 1982'. LÓPEZ PORTILLO, José. *Informes Presidenciales*. México, D.F.: Congreso de la Unión, 2006, pp. 286-345.

MADERO, Francisco I. *Plan de San Luis Potosí*. 1910.

MEYER, Jean. 'América Latina: tecnócratas en uniforme'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 22 (set. 1978), pp. 4-8.

_____. 'Cincuenta años de radicalismo: la iglesia católica, la derecha y la izquierda en América Latina'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 82 (set. 1983), pp. 8-20.

MITTERRAND, François. 'Un socialisme du possible'. In: MITTERRAND, François. *Œuvres II*. Paris: Les belles lettres, 2016.

MOLINA, Daniel. 'Notas sobre el Estado y el movimiento obrero'. In: *Cuadernos Políticos*, no. 12 (abr-jun 1977), pp. 69-88. (1-34)

MONSÍVAIS, Carlos; FUENTES, Carlos; PONCE, Juan Garcia; TERRES, Jaime Garcia; PACHECO, Jose Emilio; PAZ, Octavio. 'Suplemento: México 1972, los escritores y la política', pp. 21-28.

MUTIS, Álvaro. 'Diario de Lecumberri'. In: *Revista de la Universidad*, vol. 14, no. 2, 1959, pp. 10-14.

OCHOA, Cuauhtémoc. 'La reforma educativa en la UNAM (1970-74)'. In: *Cuadernos Políticos*, no. 9 (jul-set 1976), pp. 67-83. (1-27)

OLASO, Ezequiel de. 'Reseña a América Latina: desventuras de la democracia, de Octavio Paz y otros autores'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 123 (fev. 1987), pp. 43-45.

OROZCO, Víctor. 'Las luchas populares en Chihuahua'. In: *Cuadernos Políticos*, no. 9 (jul-set 1976), pp. 49-66. (1-28)

PACTO, DECLARACIÓN DE PRINCIPIOS Y PROGRAMA DEL PARTIDO REVOLUCIONARIO INSTITUCIONAL. 1946. Disponible en: <https://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1946%20P-DP-PP-PRI.html>.

PAZ, Octavio. *El laberinto de la soledad*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2019 [1950].

_____. 'Las palabras-máscaras'. *Excélsior*, 16 jun. 1971.

_____. 'Carta a Adolfo Gilly'. In: *Plural*. Crítica y literatura. Cidade do México, no. 5 (fev. 1972a), pp. 16-20.

_____. 'Tomas Segovia: despedida y bienvenida'. In: *Plural*. Crítica y literatura. Cidade do México, no. 13 (out. 1972b), p. 39.

_____. 'Los centuriones de Santiago'. In: *Plural*. Crítica y literatura. Cidade do México, no. 25 (out. 1973), pp. 49-51.

_____. 'Vuelta'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 1 (dez. 1976), pp. 4-5.

_____. 'El ogro filantrópico'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 21 (ago. 1978), pp. 38-44.

_____. 'México y Estados Unidos: posiciones y contraposiciones'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 27 (fev. 1979a), pp. 5-12.

_____. 'Vuelta de los días: Otra "conquista irrenunciable"'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 28 (mar. 1979b), p. 50.

_____. 'Quinta Vuelta'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 60 (nov. 1981), pp. 4-5.

_____. 'América Latina y la democracia'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 67 (jun. 1982), pp. 38-46.

_____. 'Ideologías y realidades: México y Estados Unidos'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 74 (jan. 1983), pp. 49-51.

_____. 'El diálogo y el ruido'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 96 (nov. 1984), pp. 4-7.

_____. 'Hora cumplida (1929-1985)'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 103 (jun. 1985a), pp. 7-12.

_____. 'Escombros y semillas'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 108 (nov. 1985b), pp. 8-10.

_____. 'Profesion de fe'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 117 (ago. 1986), pp. 8-9.

PAZ, Octavio; REVEL, Jean François. 'Miradas sobre el mundo actual'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 114 (mai. 1986), pp. 29-32.

PAZ, Octavio; SAKAI, Kazuya. 'Cambio y continuidad'. *Plural*. Crítica y literatura. Cidade do México, no. 42, p. 82, 1975.

PAZ, Octavio; WOMACK, John; TURNER, Frederick C. 'México: presente y futuro'. In: *Plural*. Crítica y literatura. Cidade do México, no. 6 (mar. 1972), pp. 3-8.

PEREYRA, Carlos. 'México: los límites del reformismo'. In: *Cuadernos Políticos*, no. 1 (jul-set 1974), pp. 54-65. (1-24)

_____. 'Gramsci: Estado y sociedad civil'. In: *Cuadernos Políticos*, no. 21 (jul-set 1979), pp. 66-74. (1-15)

_____. 'Estado y movimiento obrero'. In: *Cuadernos Políticos*, no. 28 (abr-jun 1981), pp. 35-42. (1-14)

_____. 'México: la democracia y la izquierda'. In: *Cuadernos Políticos*, no. 54/55 (mai-dez 1988), pp. 92-97. (1-9)

PLURAL. 'Interrupciones y detenciones'. In: *Plural*. Crítica y literatura. Cidade do México, no. 4 (jan. 1972a), p. 44.

_____. ‘Los viajes ilustran’. In: *Plural*. Crítica y literatura. Cidade do México, no. 10 (jul. 1972b), p. 38.

_____. ‘Fines sin medio / medio sin fin’. In: *Plural*. Crítica y literatura. Cidade do México, no. 22 (jul. 1973), pp. 38-39.

_____. ‘Una bocanada de oxígeno’. In: *Plural*. Crítica y literatura. Cidade do México, no. 30 (mar. 1974a), p. 77.

_____. ‘Los comunistas y la democracia’. In: *Plural*. Crítica y literatura. Cidade do México, no. 39 (dez. 1974b), pp. 89-90.

_____. ‘Censura política y económica’. In: *Plural*. Crítica y literatura. Cidade do México, no. 50 (nov. 1975), p. 90.

RANGEL, Carlos. ‘Marx y los socialismos reales’. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 45 (ago. 1980), pp. 30-36.

REVUELTAS, José. *México: una democracia bárbara*. México, D.F.: Ediciones Era, 1983 [1958].

RUBIO, Luis. ‘Hacia el *ethos* democrático’. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 144 (nov. 1988), pp. 56-59.

SÁBATO, Ernesto. ‘Libertad y democracia’. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 54 (mai. 1981), pp. 44-45.

SÁENZ, Josué. ‘Nueve tesis sobre México’. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 132 (nov. 1987), pp. 32-42

SÁNCHEZ SUSARREY, Jaime. ‘¿Corporativismo o democracia?’. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 136 (mar. 1988a), pp. 12-19

_____. ‘¿Y después de las elecciones?’. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 139 (jun. 1988b), pp. 59-60.

_____. ‘La escena política. El ocaso del presidencialismo’. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 145 (dez. 1988c), pp. 46-50., 145

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. 'Once tesis sobre socialismo y democracia'. In: *Cuadernos Políticos*, no. 52 (out-dez 1987), pp. 82-88. (1-8)

SEGOVIA, Rafael. 'La crisis del autoritarismo modernizador'. In: *Plural*. Crítica y literatura. Cidade do México, no. 36 (set. 1974), pp. 32-34.

_____. 'La imposible Democracia Mexicana'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 1 (dez. 1976), pp. 27-29.

_____. 'El nuevo sexenio'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 3 (fev. 1977a), pp. 33-34.

_____. 'El perfil de la democracia española'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 4 (mar. 1977b), pp. 30-31.

_____. 'Los partidos inexistentes'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 9 (ago. 1977c), pp. 32-33.

_____. 'Ante las elecciones'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 68 (jul. 1982), pp. 41-46.

_____. 'La crisis del sistema de partidos'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 119 (out. 1986), pp. 60-62

SEMPRÚN, Jorge. 'Seguir siendo de izquierda'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 62 (jan. 1982), pp. 40-44.

SILVA-HERZOG FLORES, Jesús. 'Evolución y perspectivas del problema de la deuda latinoamericana'. In: *Comercio Exterior*, vol. 36, no. 2, 1986, pp. 181-184.

SOURROUILLE, Juan Vital. 'Argentina: Proyecto de crecimiento con estabilidad'. In: *El Trimestre Económico*, vol. 53, no. 2, 1986, pp. 424-435.

VILLORO, Luis. 'Suplemento: México 1972, los escritores y la política'. In: *Plural*. Crítica y literatura. Cidade do México, no. 13 (out. 1972), pp. 21-28.

TELLO, Carlos; CORDERA, Rolando. *México: la disputa por la nación. Perspectivas y opciones del desarrollo*. Cidade de México: Siglo Veintiuno Editores, 1981.

THERBORN, Göran. 'Dominación del capital y aparición de la democracia'. In: *Cuadernos Políticos*, no. 23 (jan-mar 1980), pp. 16-44. (1-53)

TORRES FIERRO, Danubio; FUENTES, Carlos. 'Carlos Fuentes: Miradas al mundo actual'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 43 (jun. 1980), pp. 41-44.

TREJO DELARBRE, Raúl. 'Lucha sindical y política: el movimiento En Spicer'. In: *Cuadernos Políticos*, no. 8 (abr-jun 1976), pp. 75-90. (1-28)

_____. 'El movimiento de los electricistas democráticos (1972-1978)'. In: *Cuadernos Políticos*, no. 18 (out-dez 1978), pp. 47-70. (1-38)

ZAID, Gabriel. 'Suplemento: México 1972, los escritores y la política'. In: *Plural*. Crítica y literatura. Cidade do México, no. 13 (out. 1972), pp. 21-28.

_____. 'Carta politométrica'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 40 (mar. 1980), pp. 46-49.

_____. 'Un presidente apostador'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 73 (dez. 1982), pp. 8-18.

_____. 'Escenarios sobre el fin del PRI'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 103 (jun. 1985), pp. 13-21.

_____. 'Remedios contra la hinchazón'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 113 (abr. 1986a), pp. 10-15.

_____. 'La propiedad privada de las funciones públicas'. In: *Vuelta*. Revista mensual. Cidade do México, no. 120 (nov. 1986b), pp. 25-32.

Bibliografía

AGUAYO QUEZADA, Sergio. *Vuelta en U*. Guía para entender y reactivar la democracia estancada. México, D.F.: Taurus, 2010a.

_____. *La Transición en México*. Una historia documental, 1910-2010. México, D.F.: Colmex, 2010b.

AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana. História Mexicana Contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Edusp, 2000.

ALCOCER, Jorge. 'Los partidos políticos en la recomposición de la sociedad civil y del estado en México'. In: CENTRO DE ESTUDIOS SOCIOLOGICOS. *Transformaciones sociales y acciones colectivas*. América Latina en el contexto de los noventa. México: El Colegio de México, 1992, pp. 243-252.

ALLIER-MONTAÑO, Eugenia. 'Presentes-pasados del 68 mexicano. Una historización de las memorias públicas del movimiento estudiantil, 1968-2007'. In: *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 71, no. 2, 2009, pp. 287-317.

_____. 'Memory and History of Mexico '68'. In: *European Review of Latin American and Caribbean Studies / Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, no. 102, 2016, pp. 7-25.

ARENILLA, Manuel. 'Concepts in Democratic Theory'. In: RÍOS INSUA, David; FRENCH, Simon. *e-Democracy. A Group Decision and Negotiation Perspective*. London: Springer, 2010, pp. 15-30.

AVIÑA, Alexander. 'Mexico's Long Dirty War'. In: *NACLA Report on the Americas*, vol. 48, no. 2, 2016, pp. 144-149.

_____. 'A war against poor people. Dirty Wars and Drug Wars in 1970s Mexico'. In: PENSADO, Jaime M.; OCHOA, Enrique C. *México Beyond 1968. Revolutionaries, Radicals and Repression during the Global Sixties and Subversive Seventies*. Tucson: The University of Arizona Press, 2018, pp. 134-154.

AVRITZER, Leonardo. *Democracy and the Public Space in Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

BABB, Sarah. *Managing Mexico. Economists from Nationalism to Neoliberalism*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

BARTRA, Roger. *The Mexican Transition. Politics, Culture and Democracy in the Twenty-first Century*. Cardiff: University of Wales Press, 2013.

BEIGEL, Fernanda. 'Las revistas culturales como documentos de la historia latinoamericana'. In: *Utopía y Praxis Latinoamericana*, vol. 8, no. 20, 2003, pp. 105-115.

BELL, David S. *François Mitterrand. A Political Biography*. Cambridge: Polity, 2005.

BENAVIDES BAILÓN, Jeovanny Moisés. 'La tradición de las revistas culturales y el compromiso intelectual en América Latina'. In: *ReHuSo: Revista de Ciencias Humanísticas y Sociales*, vol. 1, no. 2, 2016, pp. 121-135.

BERLIN, Isaiah. 'Two Concepts of Liberty'. In: HARDY, Henry (ed.). *Liberty. Incorporating Four Essays on Liberty*. Oxford: Oxford University Press, 2002, pp. 166-217.

BILELLO, Suzanne. 'Mexico: The rise of civil society'. In: *Current History*, vol. 95, no. 598, 1996, pp. 82-87.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Vol. 1. 11ª edição. Brasília: Editora UNB, 1998.

BURKE, Peter. *History and Social Theory*. Cornell University Press, 1992.

CALDERÓN, Fernando Herrera; CEDILLO, Adela. 'Introduction: The Unknown Mexican Dirty War'. In: CALDERÓN, Fernando Herrera; CEDILLO, Adela (eds.). *Challenging Authoritarianism in Mexico. Revolutionary Struggles and the Dirty War, 1964-1982*. New York: Routledge, 2012, pp. 1-18.

CAMP, Roderic Ai. *Los intelectuales y el Estado en el México del siglo XX*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1988.

_____. *Mexican Political Biographies, 1935-2009*. Fourth Edition. Austin: University of Texas Press, 2011.

CAREY, Elaine. 'Transcending Violence: A Crisis of Memory and Documentation'. In: CALDERÓN, Fernando Herrera; CEDILLO, Adela (eds.). *Challenging Authoritarianism in Mexico. Revolutionary Struggles and the Dirty War, 1964-1982*. New York: Routledge, 2012, pp. 198-210.

CASTILLO, Debra A.; DAY, Stuart A. *Mexican Public Intellectuals*. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

CASTORIADIS, Cornelius. 'La democracia como procedimiento y como régimen. Traducción de Aurelia Álvarez Urbajtel'. In: *Leviatán*, no. 62, 1995, pp. 65-83.

CEDILLO, Adela. 'Operation Condor, the War on Drugs and the Counterinsurgency in the Golden Triangle (1977-1983)'. In: Kellogg Institute for International Studies. *Working Papers*, no. 443, 2021.

CERÓN, Ahremi. 'El movimiento del 68 en México: interpretaciones historiográficas 1998-2008'. In: *Andamios*, vol. 9, no. 20, 2012, pp. 237-257.

COVARRUBIAS, Israel; GALLEGOS CRUZ, Cristhian. '¿Democracia bajo fuego? Ética, desamparo y populismo en el México actual'. In: ULLOA-TAPIA, César (org.). *Los desafíos de la democracia en la región*. Quito: Editorial IAEN, 2024, pp. 33-54.

CRESPO, Regina Aída. 'Revistas culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural'. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris (orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2011, pp. 98-116.

DAHL, Robert. *Polyarchy. Participation and Opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971.

_____. *Democracy and its critics*. New Haven: Yale University Press, 1989.

_____. *On Democracy*. New Haven and London: Yale University Press, 2000.

DAVIS, Diane E.; BRACHET-MARQUEZ, Viviane. 'Rethinking Democracy: Mexico in Historical Perspective'. In: *Comparative Studies in Society and History*, vol. 39, no. 1, 1997, pp. 86-119.

DELL, Melissa. 'Trafficking Networks and the Mexican Drug War'. In: *American Economic Review*, vol. 105, 2015, pp. 1738-1779.

DELLA ROCCA, Salvador Martínez (ed.). *Voces y ecos del 68*. México, D.F.: Gobierno del Distrito Federal, 2009.

DIAMOND, Larry. 'Is the third wave of democratization over? An empirical assessment'. In: *Working papers of the Helen Kellogg Institute for International Studies*, no. 236, 1997.

- DOWNS, Anthony. *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper & Row, 1957.
- DUNN John. *Democracy. A History*. New York: Atlantic Monthly Press, 2005.
- EASTERLY, William. *The Elusive Quest for Growth. Economists' Adventures and Misadventures in the Tropics*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2001.
- EISENSTADT, Todd A. *Courting Democracy in Mexico. Party Strategies and Electoral Institutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- ESPÍNDOLA MATA, Juan. *El hombre que lo podía todo, todo, todo: ensayo sobre el mito presidencial en México*. México: El Colegio de México, 2004.
- FERES JR. João. *A história do conceito de "Latin America" nos Estados Unidos*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- FERRER, Aldo. 'Los centros cíclicos y el desarrollo de la periferia latinoamericana'. In: *El Trimestre Económico*, vol. 17, n. 68, 1950, pp. 655-669.
- FOWERAKER, Joe. 'Popular organization and institutional change'. In: FOWERAKER, Joe; CRAIG, Ann L. *Popular Movements and Political Change in Mexico*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1990, pp. 43-58.
- FREITAS NETO, José Alves de. 'Um siglo de señales: o trabalho intelectual em Buenos Aires e as demandas expostas em La Moda (1837-1838)'. In: *Territórios e Fronteiras*, vol. 6, 2013, pp. 166-187.
- FRIEDEN, Jeffrey A. *Debt, Development, and Democracy. Modern Political Economy and Latin America, 1965-1985*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- FUENTES, Diana. 'Cómo, cuándo y quién ha traducido y editado a Gramsci en México'. In: FUENTES, Diana; MODONESI, Massimo (orgs.). *Gramsci en México*. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2020, pp. 13-36.
- GALLEGOS CRUZ, Cristhian. *La escritura de la democracia. Un estudio sobre las transformaciones de lo político y los discursos intelectuales en las revistas Vuelta y Nexos, 1976-2000*. Tese de maestrado em Sociologia Política, Instituto Mora. México, D.F., 2018.

GARCIADIEGO, Javier. 'La Revolución'. In: *Nueva historia mínima de México*. México, D.F.: El Colegio de México, 2004, pp. 225-261.

GASPARELLO, Giovanna. 'Megaproyecto Tren Maya: racismo, militarización y estado de excepción en contra de los pueblos indígenas'. In: *Revista Española de Antropología Americana*, vol. 54, no. 2, 2024, pp. 249-264.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. *Sociology*. 9th edition. Cambridge: Polity Press, 2021.

GILLINGHAM, Paul. 'Preface'. In: GILLINGHAM, Paul; SMITH, Benjamin T. (orgs.) *Dictablanda. Politics, Word, and Culture in Mexico, 1938-1968*. Durham: Duke University Press, 2014, pp. vii-xiv.

GONZÁLEZ, Luis. 'El liberalismo triunfante'. In: *Historia General de México*. Versión 2000. México, D.F.: El Colegio de México, 2000, pp. 633-706.

GRANADOS GARCÍA, Aimer. 'Introducción'. In: GRANADOS, Aimer (ed.). *Las revistas en la historia intelectual de América Latina: redes, política, sociedad y cultura*. México, D.C.: Universidad Autónoma Metropolitana, 2012, pp. 9-20.

_____. 'Las redes intelectuales latinoamericanas en perspectiva historiográfica: una mirada desde México'. In: *Historia y Espacio*, vol. 13, no. 49, 2017, pp. 63-95.

GREENE, Malory. *The Political Economy of Trade Liberalization in Mexico*. The De la Madrid Administration, 1982-88. 1994. Tese (doutorado em Relações Internacionais) – The London School of Economics and Political Science, Londres.

HABERMAS, Jürgen. *The Structural Transformation of the Public Sphere. An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1991.

HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Rogelio. *Historia mínima del Partido Revolucionario Institucional*. México, D.F.: El Colegio de México, 2016.

HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Rogelio; PANSTERS, Wil G. 'La democracia en México y el retorno del PRI'. In: *Foro Internacional*, vol. 52, no. 4, 2012, pp. 755-795.

HUNTINGTON, Samuel P. *The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century*. London: University of Oklahoma Press, 1991.

ILLADES AGUIAR, Carlos. *La inteligencia rebelde*. La izquierda en el debate público en México, 1968-1989. México, D.F.: Océano, 2011.

INCLÁN, María. *The Zapatista Movement and Mexico's Democratic Transition*. Mobilization, Success, and Survival. Oxford: Oxford University Press, 2018.

INFORME DE LA PRESIDENCIA DE LA COMISIÓN PARA LA VERDAD Y ACCESO A LA JUSTICIA DEL CASO AYOTZINAPA. Encontrado em: http://www.comisionayotzinapa.segob.gob.mx/work/models/Comision_para_la_Verdad/Documentos/pdf/Informe_de_la_Presidencia_PARA_WEB.pdf, acesso em 15/12/2024.

KEANE, John. *Democracy and Civil Society*. On the predicaments of European Socialism, the Prospects for Democracy, and the Problem of Controlling Social and Political Power. Londres: Verso, 1988.

KIGHT, Alan. 'Historical continuities in social movements.' In: FOWERAKER, Joe; CRAIG, Ann L. *Popular Movements and Political Change in Mexico*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1990, pp. 78-102.

LABASTIDA, Julio. 'México: transición democrática y reforma económica'. In: *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 53, no. 2, 1991, pp. 127-139.

LANGSTON, Joy K. *Democratization and Authoritarian Survival*. Mexico's PRI. Oxford: Oxford University Press, 2017.

LIGUORI, Guido; MODONESI, Massimo; VOZA, Pasquale. *Diccionario Gramsciano (1926-1937)*. Edición al español de Maria Cristina Secci y Massimo Modonesi. Cagliari: UNICApres, 2022.

MANIN, Bernard. *Principes du gouvernement représentatif*. Paris: Calmann-Levy, 1995.

MARTÍNEZ, Alejandra Leal. 'De Pueblo a sociedad civil: el discurso político después del sismo de 1985'. In: *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 76, no. 3, 2014, pp. 441-469.

MARTÍNEZ-CANTÚ, Esther. *The Politics of the Debt Crisis in Mexico (1982-1988)*. 1992. Tese (doutorado em Ciência Política) – Departamento de Política, University of Leeds, Leeds.

MEYER, Lorenzo. *Nuestra tragedia persistente*. La democracia autoritaria en México. México, D.F.: Random House Mondadori, 2013.

MIGDAIL, Carl J. 'Mexico's Failing Political System'. In: *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol. 29, no. 3, 1987, pp. 107-123.

MODONESI, Massimo. *La crisis histórica de la izquierda socialista mexicana*. México, D.F.: Casa Juan Pablos, 2003.

_____. *México Izquierdo*. Claroscuros de las izquierdas mexicanas (1968-2021). Cuernavaca: Bibliotopía, 2021.

NELSON, Stephen C. 'Playing Favorites: How Shared Beliefs Shape the IMF's Lending Decisions'. In: *International Organization*, vol. 68, no. 2, 2014, pp. 297-328.

OLVERA, Alberto J. (ed.). *La sociedad civil: de la teoría a la realidad*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 2001. Livro eletrônico.

ORTEGA, Jaime. 'La centralidad de la política: Carlos Pereyra, lector de Gramsci'. In: FUENTES, Diana; MODONESI, Massimo (orgs.). *Gramsci en México*. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2020, pp. 115-136.

PANSTERS, Wil G. 'Introducción: México, quo vadis? Política y sociedad en la transición democrática'. In: *Foro Internacional*, vol. 52, no. 4, 2012, pp. 749-754.

PATEMAN, Carole. *Participation and Democratic Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

PÉREZ ARCE, Francisco. 'The enduring union struggle for legality and democracy'. In: FOWERAKER, Joe; CRAIG, Ann L. *Popular Movements and Political Change in Mexico*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1990, pp. 105-120.

PESCHARD, Jacqueline. 'El PRI: un partido a la defensiva'. In: *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 46, no. 2, 1984, pp. 59-74.

PICCATO, Pablo. 'Public sphere in Latin America: a map of the historiography'. In: *Social History*, vol. 35, no. 2, 2010, pp. 165-192.

PIÑEYRO, José Luis. 'Las fuerzas armadas en la transición política de México'. In: *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 59, no. 1, 1997, pp. 163-189.

PITA GONZÁLEZ, Alexandra. 'Las revistas culturales como fuente de estudio de redes intelectuales'. 2003.

PITA GONZÁLEZ, Alexandra; GRILLO, María del Carmen. 'Revistas culturales y redes intelectuales: una aproximación metodológica'. In: *Temas de Nuestra América*, no. 54, 2013, pp. 177-194.

_____. 'Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales'. In: *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, vol. 1, no. 5, 2015, pp. 1-30.

POLAK, Jacques. *The Changing Nature of IMF Conditionality*. Working Paper No. 41. Washington, D.C.: OECD Development Centre, 1991.

PREBISCH, Raúl. 'El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas'. In: *Desarrollo Económico*, vol. 26, no. 103, 1986 [1950], pp. 479-502.1

_____. *Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano*. Con un apéndice sobre el falso dilema entre desarrollo económico y estabilidad monetaria. México: Fondo de Cultura Económica, 1963.

RAMÍREZ, Ramón. *El movimiento estudiantil de México*. Julio-diciembre de 1968. México, D.F.: Ediciones Era, 1969.

REY, Germán. 'Las revistas culturales: encuentro, modernidad e intercambio'. In: *Trama & Texturas*, no. 17, 2012, pp. 138-146.

RIBERTI, Larissa Jacheta. 'Transição à democracia e os usos do passado recente para a legitimação de um novo regime político no México'. In: *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, vol. 20, no. 29, 2020, pp. 205-244.

ROMERO, Raúl. 'La militarización en México: un problema histórico, multiescalar y multidimensional'. In: BARRERA ROSALES, Paulina (ed.). *Desmilitarizar a México. ¿Dónde estamos y hacia dónde vamos?* México, D.F.: Instituto de Investigaciones Jurídicas UNAM, 2024, pp. 61-80.

RUBIN, Jeffrey W. *Decentering the Regime*. Ethnicity, Radicalism, and Democracy in Juchitán, Mexico. Durham: Duke University Press, 1997.

SALMORÁN, Guadalupe. ‘Militarización en México: un punto sin retorno’. In: *Nexos*, 31 de outubro de 2024. Encontrado em <https://eljuegodelacorte.nexos.com.mx/militarizacion-en-mexico-un-punto-sin-retorno/>, acesso em 15/12/2024.

SARTORI, Giovanni. *The Theory of Democracy Revisited*. New Jersey: Chatham House Publishers, 1987.

SCHEDLER, Andreas. ‘Common Sense without Common Ground: The Concept of Democratic Transition in Mexican Politics’. In: *Mexican Studies / Estudios Mexicanos*, vol. 16, no. 2, 2000, pp. 325-345.

SCHERER GARCÍA, Julio; MONSIVÁIS, Carlos. *Tiempo de saber*. Prensa y poder en México. México, D.F.: Aguilar, 2003.

SCHMIDT, Henry C. ‘The Mexican Foreign Debt and the Sexennial Transition from López Portillo to De la Madrid’. In: *Mexican Studies*, vol. 1, no. 2, 1985, pp. 227-254.

SCHMITTER, Philippe C.; O’DONNELL, Guillermo. *Transitions from Authoritarian Rule*. Tentative Conclusions about Uncertain Democracies. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalism, Socialism & Democracy*. With a new introduction by Richard Swedberg. London: Routledge, 2003.

SHIRK, David A. *Mexico’s New Politics*. The PAN and Democratic Change. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 2005.

SKINNER, Quentin. *Visions of Politics*, volume I. Regarding Method. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SMITH, Benjamin T. *The Mexican Press and Civil Society, 1940-1976*. Stories from the newsroom, stories from the street. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2018.

SOLÍS, Edgar Esquivel. *Sociedad civil y poder político en México*. Un análisis (1980-2005). México: Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey, 2008.

STEPHEN, Lynn. *Stories That Make History*. Mexico through Elena Poniatowska's Crónicas. Durham: Duke University Press, 2021.

STILWELL, Frank. *Political Economy*. The Contest of Economic Ideas. Third edition. Oxford: Oxford University Press, 2012.

STREET, Susan. 'Movimientos sociales y el análisis del cambio sociopolítico en México'. In: *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 53, no. 2, 1991, pp. 141-158.

SUÁREZ, Karina. 'Las fuerzas armadas asumen el control del sector aéreo en México'. In: *El País*, 30 de novembro de 2023. Encontrado em: <https://elpais.com/mexico/2023-11-30/las-fuerzas-armadas-asumen-el-control-del-sector-aereo-en-mexico.html>, acesso em 15/12/2024.

TELLO, Carlos. *Estado y desarrollo económico: México 1920-2006*. Segunda edición. México, D.F.: Facultad de Economía de la Universidad Autónoma de México, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria, ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THORNTON, Christy. *Revolution in Development*. Mexico and the Governance of the Global Economy. Oakland: University of California Press, 2021.

TREVIZO, Dolores. *Rural Protest and the Making of Democracy in Mexico, 1968-2000*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2011.

VREELAND, James Raymond. *The IMF and Economic Development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

WOLDENBERG, José. *Historia mínima de la transición democrática en México*. México, D.F.: El Colegio de México, 2012.

ZAKARIA, Fareed. 'The rise of illiberal democracy'. In: *Foreign Affairs*, vol. 76, no. 6, 1997, pp. 22-43.

ZAMPIETRO, Júlio M. 'Poder e persuasão: a relação complexa entre literatura e política no México de Carlos Fuentes e Luis Echeverría (1970-1976)'. In: *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, no. 37, 2024, pp. 271-294.

ZERMEÑO, Sergio. 'Hacia una democracia como identidad restringida: sociedad y política en México'. In: *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 49, no. 2, 1987, pp. 57-87.

APÊNDICE BIOGRÁFICO

O que se segue é uma lista não compreensiva dos principais intelectuais e acadêmicos citados ao longo da dissertação, assim como suas informações biográficas básicas e de relevância para a dissertação. Deve ser ressaltado que nem todas as descrições no apêndice biográfico estão completas: para indivíduos cujas informações não estão de fácil acesso, ou não são confiáveis, alguns itens como ano de nascimento/morte foram suprimidos. Para além disso, muitos destes indivíduos possuem trajetória extensa e multifacetada, algo que não pôde ser capturado nas poucas linhas alocadas para cada um.

Sergio Aguayo Quezada (1947): É cientista político mexicano e professor do *Colegio de México*, assim como professor convidado da *Harvard University*. Possui extenso trabalho sobre a história política mexicana do século XX, que envolve também uma série de trabalhos sobre a democratização do país.

Héctor Aguilar Camín (1946): É jornalista, escritor e historiador mexicano, com atuação na esfera pública e também publicações literárias e acadêmicas. Publica ensaios sobre questões políticas mexicanas desde a década de 1970.

Leonardo Avritzer (1959): É um cientista político brasileiro formado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com doutorado na *New School of Social Research*. Possui extensa obra quanto ao estudo da democracia, em particular em países latino-americanos.

Sarah Babb: Se formou originalmente em Filosofia pela *University of Michigan*, obtendo mestrado e doutorado em Sociologia pela *Northwestern University*. Sua pesquisa recente tem se voltado ao funcionamento de instituições internacionais, em particular relacionadas a atividades de regulação econômica, mas possui também trabalho sobre a ascensão de economistas ao poder no México na segunda metade do século XX.

Roger Bartra (1942): É um antropólogo e sociólogo mexicano com atuação pública relevante, podendo ser considerado um intelectual a partir da tipificação contida neste capítulo. Possui diversos trabalhos de interpretação da história do México e do momento contemporâneo de seu país.

Manuel Camacho (1946-2015): Político mexicano formado em Economia pela UNAM. Se sua carreira política se iniciou no PRI em 1965, foi apenas em 1986 que passou a ocupar um cargo de relevância nacional, como secretário de desenvolvimento urbano e ecologia do governo Miguel de la Madrid.

Valentín Campa (1904-1999): Importante militante comunista mexicano que, junto de Demetrio Vallejo, liderou a greve nacional dos ferroviários em 1959.

Cornelius Castoriadis (1922-1997): Foi um filósofo e crítico social greco-francês com extensa carreira intelectual, que inclui publicações em temas como socialismo, a experiência do movimento operário, história do pensamento político, e outros.

Arnaldo Córdova (1937-2014): Formado em Direito e com doutorado em Ciência Política, atuou também como político ao se ligar às pautas de esquerda e, em particular, a fundação do Partido Socialista Unificado do México (PSUM).

Robert Dahl (1915-2014): Foi um dos mais influentes cientistas políticos a escrever sobre democracia nos Estados Unidos. Suas ideias acerca da poliarquia influenciam a Ciência Política nos Estados Unidos desde a década de 1970, mas em anos anteriores já havia publicado trabalhos sobre pluralismo político e teoria democrática de modo geral.

Larry Diamond (1951): É um cientista político estadunidense com extenso trabalho sobre democracias e atuação em instituições governamentais e organizações internacionais, que incluem o Departamento de Estado dos Estados Unidos e as Nações Unidas.

Anthony Downs (1930-2021): Foi um economista estadunidense especializado em políticas públicas e administração pública, o que ajuda a explicar o viés escolhido por ele para tratar da questão democrática. Trabalhou com desenvolvimento urbano sob o governo Lyndon B. Johnson (1963-1969), nos Estados Unidos.

Maurice Duverger (1917-2014): Jurista francês, teve atuação significativa no campo socialista francês, em particular a partir de suas teorias quanto ao socialismo democrático e do regime semi-presidencial.

Todd Eisenstadt: É professor da *American University* especializado em políticas ambientais, formado em História pela *Brown University* e com doutorado em Ciência Política pela *University*

of California. Antes de se voltar a políticas ambientais, no entanto, publicou diversos trabalhos acerca da democratização mexicana.

Neus Espresate Xirau (1934-2017): Membro fundadora da *Ediciones ERA*, foi editora-chefe de *Cuadernos Políticos* durante toda sua existência. Em seu papel em ERA, foi fundamental por incentivar a publicação de livros e artigos de intelectuais de esquerda, que não encontravam facilmente outros locais de ampla circulação para discutir suas ideias.

Carlos Fuentes (1928-2012): Literato mexicano, conhecido por obras como *La región más transparente* (1958) e *La muerte de Artemio Cruz* (1962), publicou centenas de textos críticos em diversas revistas, e sempre se manteve ativo em discussões políticas. Manteve estreita amizade com Octavio Paz até o fim dos anos 1980, momento em que uma desavença com Enrique Krauze os distancia.

Adolfo Gilly (1928-2023): Nascido na Argentina, foi professor universitário, escritor, e historiador, com diversas publicações de releitura da história mexicana a partir de um viés marxista.

Rogelio Hernández Rodríguez: Possui doutorado em Ciência Política pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), e é especializado em mudanças institucionais e elites políticas no México na segunda metade do século XX.

María Inclán: É professora associada do *Centro de Investigación y Docencia Económicas* (CIDE), especializada no movimento Zapatista na década de 1990.

John Keane: É um cientista político australiano conhecido por seu trabalho em teoria democrática, a partir de sua defesa da sociedade civil e da oposição democrática no Leste Europeu.

Enrique Krauze (1947): Historiador mexicano formado no *Colegio de México*, possui extensa bibliografia publicada sobre a história do México, com ênfase em suas grandes figuras políticas. Escreveu também biografias políticas, em que se destacam as de Daniel Cosío Villegas (1980) e Octavio Paz (2014).

Julio Labastida (1938-2021): Se formou em direito pela *Universidad de Guadalajara* e obteve doutorado em Sociologia com tese sobre a Revolução Mexicana no contexto das grandes revoluções do século XX. Possui diversos trabalhos sobre a democracia na América Latina.

Joy Langston: É professora de Ciência Política do *Centro de Investigación y Docencia Económicas* (CIDE), na Cidade do México. Originalmente formada pela *Duke University*, sua pesquisa se volta à organização de partidos políticos, com ênfase recente no caso do PRI.

Jean Meyer (1942): Historiador francês especializado em história mexicana, possui extensa bibliografia acerca do conflito Cristero no início do século XX e sobre a história militar do país.

Lorenzo Meyer (1942): É historiador, professor emérito do Colegio de México, especializado na história política e econômica do México no século XX.

François Mitterrand (1916-1996): Ativista político e, posteriormente, presidente da França, foi atuante pela causa socialista ao longo de boa parte do século XX, sendo um dos principais proponentes do socialismo democrático.

Carlos Monsiváis (1938-2010): Foi um jornalista mexicano com extensa participação nos veículos de imprensa do país. Vencedor de diversos prêmios, dentre eles o *Premio Mazatlán de Literatura*, foi um crítico recorrente da classe governante mexicana.

Wil Pansters: É professor de Antropologia Política na Universidade de Utrecht, com pesquisa recente voltada ao narcotráfico no México.

Carole Pateman (1940): É uma cientista política inglesa, professora emérita da *University of California*. Para além de sua produção sobre democracia participativa, também teve atuação no movimento feminista inglês a partir de diversas publicações. Integra a *British Academy* desde 2007.

Octavio Paz (1914-1998): Considerado um dos maiores escritores de língua espanhola, é geralmente conhecido por vencer o Prêmio Nobel de Literatura de 1990. Atuou como embaixador do México no Japão e na Índia, abandonando a segunda posição em protesto ao massacre estudantil realizado pelo governo em Tlatelolco. Sua extensa obra inclui artigos e livros em que traça interpretações amplas da história e da política mexicanas.

Carlos Pereyra (1940-1988): Foi escritor e militante político mexicano, que em seu curto tempo de atuação publicou dezenas de artigos acerca das possibilidades do socialismo e da democracia no México, a partir de um viés gramsciano. Também se filiou ao Partido Comunista Mexicano e,

posteriormente, a *Liga Comunista Espartaco*, mantendo proximidade com movimentos políticos do país durante toda sua trajetória intelectual.

Jacqueline Peschard: Socióloga mexicana especializada em integridade eleitoral.

José Piñeyro: Foi professor do departamento de Sociologia da *Universidad Autónoma Metropolitana*, no México. Formado em Relações Internacionais pelo *Colegio de México* e com mestrado em Sociologia pela Universidade de Roma, era especializado no estudo das Forças Armadas, segurança nacional, e narcotráfico, no contexto do México.

José Revueltas (1914-1976): Escritor mexicano com extensa atuação política, foi preso pelo governo de seu país em diversas ocasiões diferentes. Sempre por um viés de esquerda, publicou centenas de artigos e livros sobre a situação política mexicana, e manteve atuação militante até o fim de sua vida.

Ernesto Sábato (1911-2011): Foi um escritor e artista argentino, com extensa obra política. Foi presidente da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*, órgão responsável pela investigação de desaparecimentos e do terrorismo de Estado durante o último período ditatorial na Argentina.

Adolfo Sánchez Vázquez (1915-2011): Escritor espanhol, passou boa parte de sua vida exilado no México, país ao qual chegou em 1939 fugido da Guerra Civil Espanhola. Sua visão política era moldada por um marxismo não dogmático, alinhado ao que era proposto pelos intelectuais responsáveis pela *Cuadernos Políticos*.

Giovanni Sartori (1924-2017): foi um cientista político italiano e professor emérito da *Columbia University*. É reconhecido por seu trabalho acerca do conceito de democracia, assim como seu estudo de partidos políticos.

Andreas Schedler (1964): É cientista político com doutorado pela Universidade de Viena, especializado na história comparativa da democracia e de regimes autoritários, com uma série de trabalhos publicados sobre o caso mexicano.

Julio Scherer García (1926-2015): Foi um jornalista mexicano bastante conhecido por seu trabalho crítico dirigindo o jornal *Excélsior* de 1968 a 1976. Depois da repressão governamental ao jornal

em 1976, fundou a revista *Proceso* como forma de dar continuidade ao trabalho de crítica, uma das mais importantes revistas políticas da transição mexicana (AGUAYO, 2010, 206).

Joseph Schumpeter (1883-1950): Foi um economista e cientista político austríaco, com contribuições tanto para o pensamento democrático quanto para a teoria econômica. É dele, por exemplo, a ideia de que o capitalismo sobrevive a partir da destruição criativa, em que o avanço tecnológico leva à destruição de mercados previamente existentes, abrindo espaço para que novos surjam (EASTERLY, 2001, 177-178).

Rafael Segovia: Nascido na Espanha, foi ao México em 1940 fugido da Guerra Civil Espanhola, e se formou historiador pela UNAM, posteriormente se tornando professor no *Colegio de México*.

Raúl Trejo Delarbre (1953): Acadêmico mexicano, possui extensa obra sobre a imprensa e a política mexicanas da atualidade.

Dolores Trevizo: Possui doutorado em Sociologia Política pela *University of California*, com pesquisa voltada a movimentos sociais e as relações entre Estados (sejam eles democráticos ou autoritários) e sociedades civis.

Demetrio Vallejo (1910-1985): Foi um importante líder sindical ligado ao setor ferroviário, participando junto de Valentín Campa da liderança da greve nacional dos ferroviários em 1959. Esteve preso de 1959 até 1970, e foi um dos nomes mais lembrados pelos estudantes de 1968 quando estes pediram pela libertação de presos políticos.

Luis Villoro (1922-2014): Foi um filósofo e pesquisador mexicano que recebeu diversos prêmios por sua atuação acadêmica. Em seus últimos anos de vida, foi militante do EZLN e se tornou militante pela causa indígena de modo geral.

José Woldenberg (1952): É um político e acadêmico mexicano que desempenhou a função de presidente do Instituto Federal Eleitoral (IFE) no fim da década de 1990 e início dos anos 2000. Para além de sua atuação política, possui múltiplas publicações sobre a história política do México na segunda metade do século XX.

Gabriel Zaid (1934): Poeta e intelectual mexicano, possui diversas obras sobre a situação política do México de seu tempo, como *El progreso improductivo* (1979) e *La economía presidencial* (1987).

Sergio Zermeño: é doutor em sociologia pela *École des hautes études en sciences sociales* (EHESS), membro da Academia Mexicana de Ciências, e pesquisador titular na *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM). Sua produção se voltou à política e sociedade de seu país, e inclui temas como participação social e identidade.